

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

JULIANA GONÇALVES DOS SANTOS

**O Bem Viver em narrativas de mulheres negras**

São Paulo

2022

JULIANA GONÇALVES DOS SANTOS

**O Bem Viver em Narrativas de Mulheres Negras**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais.

Área de Concentração: Estudos Culturais

Orientadora:

Prof. Dra. Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Escola de Artes, Ciências e Humanidades,  
com os dados inseridos pelo(a) autor(a)  
Brenda Fontes Malheiros de Castro CRB 8-7012; Sandra Tokarevicz CRB 8-4936

Santos, Juliana Gonçalves dos  
O Bem Viver em Narrativas de Mulheres Negras /  
Juliana Gonçalves dos Santos; orientador, Vivian  
Grace Fernandez Davila Urquidi. -- São Paulo, 2022.  
240 p: il.

Dissertacao (Mestrado em Filosofia) - Programa  
de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de  
Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São  
Paulo, 2022.

Versão corrigida

1. bem viver. 2. mulheres negras. 3. marcha das  
mulheres negras. 4. feminismo negro. 5. bem viver  
negro. 6. bem viver amefricano. I. Urquidi, Vivian  
Grace Fernandez Davila, orient. II. Título.

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

A Comissão Julgadora de Defesa de Dissertação reuniu-se de forma online, no dia 16 de dezembro de 2022, às 18h, para arguir, o(a) aluno(a) Juliana Gonçalves dos Santos, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, referente à dissertação “O Bem Viver em narrativas de mulheres negras”. A sessão iniciou-se com a apresentação da dissertação pela aluna, seguida de arguição pelos julgadores, que decidiram pela **aprovação** da Dissertação de Mestrado, conforme avaliação a seguir:

Profa. Dra. Vivian G. F. Davila Urquidi  
Presidente

Resultado: APROVADA

  
(assinatura)

Profa. Dra. Núbia Regina Moreira

Resultado: APROVADA

  
(assinatura)

Profa. Dra. Zélia Amador de Deus Resultado: APROVADA

  
(assinatura)

Profa. Dra. Rosane da Silva Borges Resultado: APROVADA

  
(assinatura)

São Paulo, 16 de dezembro de 2022.

Ferramenta utilizada para participação remota: meet/google

Comentários: A banca aprovou com louvor e celebrou fortemente o trabalho da aluna, inclusive ressaltando a qualidade e o caráter de tese contido no trabalho pelo ineditismo e contribuições teóricas. Recomendou ainda que seja publicado pela relevância.

*À minha ancestralidade que me manteve de pé. À minha mãe, à minha avó e irmãs. Ao meu filho, Akins Samuel Gonçalves Cavalcante, o futuro que projeto todos os dias. A Nilma Bentes pela ousadia de propor o Bem Viver em nossas vidas. A todas as mulheres negras que vieram antes de mim e ousaram ocupar à academia e ao mar de outras que estão vindo. Por nós, por todas nós, pelo Bem Viver.*

## **Agradecimentos**

Agradeço a Exu por ser vivo nos meus caminhos. Agradeço à Oxum e a pomba gira por me ajudarem no resgate do meu autoamor, e a Otin por me escolher e fortalecer certeira como uma flecha. Agradeço a mim mesma por não desistir de caminhar e por ter a perspicácia de ouvir as minhas mais velhas que já apontavam a ancestralidade como uma ferramenta de cura. Agradeço minha mãe Maria das Graças de quem herdei o gosto pela leitura e a necessidade da escrita. Agradeço meu pai José Júlio por insistir em ser pai apesar de todas as adversidades. Agradeço minha avó Dozinha por ter dedicado sua vida no cuidado com toda a família com amor e coragem. Agradeço minhas irmãs Adriana e Mariana por me ensinarem todos os dias o que significa não ser só e por me ajudarem a criar a minha melhor parte: meu filho Akins Samuel a quem agradeço a paciência e por ter perdoado tantas ausências de uma mãe sonhadora. Amo todos vocês infinitamente. Agradeço também meu cunhado Charles, minha mãe do coração Sueli Chan e toda a família por todo o cuidado que recebi. Agradeço a Eunice Dionízio por cuidar de Akins nas inúmeras vezes que precisei me ausentar.

Agradeço à minha ancestralidade e minha ori que me provam todos os dias que não ando só. Agradeço a Yalorixá Marisa de Oyá e todes do Ilê Axé Mesan Orun Oyá e Ogun por me permitirem viver em comunidade com vocês. Agradeço quem segurou firme na minha mão quando as crises de ansiedade tiravam o meu chão, quem me ajuda na manutenção da minha sanidade: minha terapeuta Solange Maria. Agradeço as Pretas Bás: Marlene, Angelina e Graça pelas orações e acolhimento no momento que atravessava o luto do divórcio. Agradeço todos que já estiveram ao meu lado em algum momento desse processo, inclusive quem não está mais.

Agradeço à Cida Bento por há 10 anos me incentivar a fazer mestrado e por seguir acreditando mesmo depois de tanto tempo. Agradeço a Nilma Bentes e Alberto Acosta por pavimentarem um caminho bonito onde pude pisar e pela generosidade em todas as nossas trocas. Sou grata pela existência de Zezé Menezes, Andreia Alves, Luciana Araújo, Nilza Iraci, Cinthia Gomes, Lydia Gama, Ana Paula, Fernanda Chagas, Mara Lúcia, Lenny Blue, Regina Santos, Neon Cunha e todas as manas da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo por seguirem comigo na busca pelo Bem Viver. Agradeço à Chris Gomes e Andréia Alves por darem vida ao projeto de formação política para mulheres negras “Narrativas de Liberdade”. Agradeço a oportunidade de fazer a coordenação desse

curso junto com Andréia e sou grata por cada mulher que passou por lá desde 2018. Agradeço ao movimento negro, sobretudo, o movimento de mulheres negras por terem me formado uma militante fiel e sagaz na luta.

Agradeço à minha antiga orientadora que mesmo me vendo uma igual, não pode se reconhecer em mim e desistiu de me orientar por me julgar insuficiente para o mundo acadêmico. Fiz disso alimento e cá estou. Agradeço à acolhida do antigo coordenador do Programa Luis Paulo Piassi que logo trouxe a professora dra. Vivian Urquidi de volta ao meu caminho. Vivian sempre foi minha primeira escolha como orientadora, mas por questões burocráticas acabei iniciando o trabalho com a antiga orientadora. Vivian leu esse projeto quando era apenas ideias sem muita articulação. Agradeço a confiança depositada em mim, a generosidade e parceria. Obrigada, Vivian! Agradeço também a banca de qualificação, Prof. Dra. Núbia Moreira e Prof. Dra. Rosane Borges por acreditarem no meu trabalho e terem potencializado a minha escrita. Agradeço ao amigo Christian Moura por ter feito uma leitura atenta e comprometida da minha qualificação. Agradeço as dicas de Suellen Lima, Cristiane Santana e Jaqueline Santos. Agradeço também todas as mulheres revisoras que me ajudaram nesta empreitada metodológica e gramatical: Fernanda Souza, Maria Izabella, Isadora Pinheiro e Adriana Gonçalves. Agradeço Taoly Dandara pela facilitação gráfica e a mentoria generosa de Fidelainy Sousa.

Agradeço todo o afeto que recebi de Dalila Brito Rita na reta final de construção dessa dissertação. Agradeço as amigadas de Caroline Amanda, Daiane Silva, Felipe Brito, Gabriela Gomes, Guilherme Soares Dias, Heitor Salatiel, Leonardo Leite, Neon Cunha, Nilza Regina, Sandra Silva, Silvia Seles, Will Leite e todas as amigas e amigos que me incentivaram e acolheram neste processo. Agradeço Garnett Freeman e Ícaro Natan pelo afeto e força que atravessam distâncias.

Agradeço à Erica Malunguinho por ser luz em tempos tão duros e por me permitir ser parte da Mandata Quilombo, agradeço a todos aquilombades, em especial à Márcia Izzo, Felipe Brito, Maria Clara Araújo e Gabrielle Nascimento por comporem a melhor equipe que eu poderia ter. Agradeço à Durica Almeida, Benilda Brito, Dulce Pereira, Juliana Chagas, Maria José Menezes, Ericka Francisca, Mãe Nilce, Ieda Leal, Paula Balduino, Isabel Clavelin, Antonieta Luiza, Zezé Pacheco, Itanacy Ramos, Terlúcia Silva, Noelci Homero e a Frente de Mulheres Negras do DF e entorno, minhas colaboradoras de pesquisa, sem elas nada seria possível. Agradeço muito a ousadia de

Rosália Lemos pela elaboração da Pesquisa Ativista Feminista Negra e todas as mulheres negras aqui citadas. Nunca foi sorte.

*“Escrever é o ato mais atrevido que eu já usei e o mais perigoso. (...)Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida. (Gloria Anzaldúa, 1980, p.234)<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Gloria Evangelina Anzaldúa foi professora, escritora, ativista queer chicana lésbica nascida no Texas (EUA) em 1942.

## RESUMO

SANTOS, Juliana Gonçalves. O Bem Viver em narrativas de mulheres negras. 2022. 240 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Versão corrigida.

Esta pesquisa unida à minha trajetória de vida, analisa o significado do conceito do *Bem Viver* em setores do movimento de mulheres negras. A mobilização desse conceito nasce em berço andino é evidente e documentada em experiências na América Latina, sobretudo na perspectiva indígena e nas experiências constitucionais de Bolívia e Equador. Junto às mulheres negras brasileiras ativistas, encontro o marco do diálogo com o Bem Viver na Marcha das Mulheres Negras de 2015, ocorrida em Brasília, que contou com a presença de mais de 50 mil mulheres negras vindas de todo o Brasil. A partir da Marcha, ativistas negras de diversos estados passam a reivindicar e trabalhar o Bem Viver. Esta pesquisa identificou quais são as narrativas e práticas políticas do Bem Viver que aparecem nos movimentos e discursos de mulheres negras por meio da enunciação de algumas de suas ativistas. Na conclusão, fica evidente não apenas o uso recorrente do conceito, como a inclusão de valores civilizatórios afro-brasileiros e africanos, além de fundamentos feministas negros no Bem Viver elaborado por mulheres negras brasileiras. Adicionado a isso, observa-se não apenas uma construção ideológica e filosófica, como também o modo como o Bem Viver sustenta uma prática política emancipatória de mulheres negras a partir da enunciação de um Bem Viver “negro”, “africano” e “amefricano”, em diálogo com o trabalho da intelectual Lélia González. Esta pesquisa, dessa forma, evidencia a grande contribuição de mulheres negras na disputa da conceituação e prática do Bem Viver no Brasil.

Palavras-chave: Bem Viver. Mulheres Negras. Feminismo Negro. Marcha das Mulheres Negras.

## **ABSTRAT**

SANTOS, Juliana Gonçalves. The Bem Viver in black women narratives. 2022. 240 p. Dissertation (Master) in Cultural Studies – School of Arts, Sciences and Humanities. University of São Paulo, 2022. Original version.

This research, together with my life trajectory, analyzes the meaning of the concept of Bem Viver (Good Living) in sectors of the black women's movement. Born in an Andean cradle, the mobilization of this concept is evident and documented in experiences in Latin America, especially in the indigenous perspective and in the constitutional experiences of Bolivia and Ecuador, explored in the first chapters. Together with black Brazilian women activists, we found the milestone of the dialogue with Bem Viver in the 2015 March of Black Women, held in Brasília, which was attended by more than 50,000 black women from all over Brazil. From the March, black activists from different states began to claim and work with Bem Viver as a concept. This research sought to identify which are the narratives and political practices of Good Living that appear in black women's movements through the enunciation of some of their activists. In its conclusion, it is evident not only the recurrent use of the concept, but also the inclusion of Afro-Brazilian and African civilizing values, as well as black feminist foundations in the Good Living built by the elaboration of black Brazilian women. Added to this, it is observed not only an ideological and philosophical construction, but also the way in which Good Living sustains an emancipatory political practice of black women from the enunciation of a “Black”, “African” and “Amefricano” Good Living, in dialogue with the work of intellectual Lélia González. This research, therefore, highlights the great contribution of black women in the dispute over the conceptualization and practice of Bem Viver in Brazil.

Keywords: Bem Viver. Good living. Black women. Black feminism. Black women's march.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Intervenção de Luiza Barros durante o VIII Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, 1985.....	24
Figura 2 - Marcha das Mulheres Negras contra o racismo, a violência e pelo bem viver. .....	37
Figura 3 - Panfleto de divulgação do lançamento da Marcha das Mulheres Negras em São Paulo em 25 de julho de 2014. ....	66
Figura 4 - Registro da primeira reunião de organização da 1ª Marcha das Mulheres Negras de 2016 .....	67
Figura 5- Fundamentos da Pesquisa Ativista Feminista Negra.....	74
Figura 6- Fluxograma - Elegibilidade dos artigos .....	79
Figura 7 - Como pensamos, sentimos e vivenciamos o Bem Viver.....	107
Figura 8- Facilitação gráfica: Narrativas do Bem Viver. ....	218

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Correntes do Sumak Kawsay/Buen Vivir. ....	86
Quadro 2- Comparação entre as concepções de Capitalismo e Sumak Kawsay .....	100
Quadro 3 - Dos 24 questionários enviados, 17 foram respondidos. ....	110
Quadro 4 - Narrativa de Durica Almeida. ....	117
Quadro 5 - Narrativa de Nilma Bentes .....	120
Quadro 6 - Narrativa de Maria José Menezes .....	124
Quadro 7 - Narrativa de Juliana Chagas .....	127
Quadro 8 - Narrativa de Erika Francisca .....	130
Quadro 9 - Narrativa de Mãe Nilce .....	133
Quadro 10 - Narrativa de Ieda Leal .....	136
Quadro 11 - Narrativa de Paula Balduino. ....	140
Quadro 12 - Narrativas da Frente de Mulheres Negras do DF e entorno.....	144
Quadro 13 - Narrativa de Nieta Luiza .....	149
Quadro 14 - Narrativa de Zezé Pacheco. ....	152
Quadro 15 - Narrativa de Itanacy Ramos de Oliveira. ....	156
Quadro 16 - Narrativa de Terlúcia Silva. ....	159
Quadro 17 - Narrativa de Dulce Maria Pereira.....	164
Quadro 18 - Narrativa de Benilda Brito. ....	169
Quadro 19 - Narrativa de Noelci Homero. ....	174
Quadro 20 - Narrativa de Izabel Clavelin.....	177
Quadro 21 - - Compilação das narrativas das 17 colaboradoras desta pesquisa. ....	179
Quadro 22 - Novos códigos sobre o Bem Viver enunciado por ativistas negras. ....	186
Quadro 23 - . Dados gerais do documento. ....	207
Quadro 24 - Manifesto Marcha das Mulheres Negras de SP (2018).....	210

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	14
INTRODUÇÃO .....	15
Capítulo 1 - Abre caminho: mulheres negras em movimento .....	24
1.1 Encruzilhadas: rastros do movimento de mulheres negras contemporâneo .....	24
1.2 A Marcha das Mulheres Negras de 2015 e o Bem Viver .....	36
1.3 Breve análise do lugar da mulher negra na sociedade de hoje .....	47
1.4 Ikú presente: o projeto de morte acentuado pela pandemia da Covid-19 .....	52
Capítulo 2 - Ori e odú, a cabeça e o caminho para a localização da pesquisa .....	57
2.1 Ori inu: eu, pesquisadora negra, na busca pelo Bem Viver .....	59
2.2 Odú: caminho metodológico e as hipóteses da pesquisa .....	70
Capítulo 3 - O <i>Buen Vivir</i> na América Latina .....	77
3.1 Desvelando o <i>Buen Vivir</i> nas bases de dados acadêmicas .....	77
3.2 Rastros do <i>Buen Vivir</i> na América Latina .....	80
3.3 Experiências constitucionais: considerações sobre os processos de Bolívia e Equador .....	94
3.4 <i>Buen vivir</i> enquanto alternativa ao desenvolvimentismo .....	99
Capítulo 4 - Análise documental: o Bem Viver em narrativas de mulheres negras .....	106
4.1 Apresentação geral do material e o método de análise de conteúdo .....	106
4.2 As colaboradoras da pesquisa e o Bem Viver .....	114
4.3 Desvelando o Bem Viver .....	178
4.4 O que transborda das narrativas de mulheres negras .....	185
Capítulo 5 - Explorando o Bem Viver a partir de outras escrituras .....	191
5.1 Transando Negritude e Bem Viver a partir de experiências afrolatinas .....	192
5.2 Por uma economia do Bem Viver .....	201
5.3 Feminismos comunitário e o Bem Viver .....	207
Considerações finais - A contribuição de mulheres negras para o Bem Viver .....	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	227
ANEXO 1 .....	232
ANEXO 2 .....	233
ANEXO 3 .....	234
APÊNDICE A .....	237
APÊNDICE B .....	240

## APRESENTAÇÃO

“Meus silêncios não tinham me protegido. Tampouco protegerá a vocês. Mas cada palavra que tinha dito, cada tentativa que tinha feito de falar as verdades que ainda persigo, me aproximou de outras mulheres, e juntas examinamos as palavras adequadas para o mundo em que acreditamos, nos sobrepondo a nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado de todas essas mulheres que me deu forças e me permitiu analisar a essência de minha vida.” (LORDE, 1977). Me apresento com Lorde porque neste processo de investigação tive vontade de fugir da escrita e silenciar. Pesquisar o Bem Viver na maior crise sanitária e ética vivida na contemporaneidade com a pandemia do covid-19 foi duro e importante. É verdade também que esta investigação me atravessou e foi atravessada por muita coisa. Criei lógica, sentido, texto, quando a vida não segue calendário ou metodologia definida. Mas está feito.

Desde 2015, eu penso sobre o Bem Viver. Comecei a pesquisá-lo porque estava inconformada com seu significado ainda muito atrelado ao bem-estar individual. Parecia pouco, e era. Há muita profundidade atrelada a união dessas duas palavrinhas. Nelas enxergo enorme potência porque há uma simplicidade que cativa. “Bem Viver” não tem como ser ruim. São palavras que anunciam caminhos prósperos. Já assinei artigos, dei entrevistas, participei de podcasts. Não tinha o aval da academia. Era apenas uma militante relatando vivências e reflexões nascidas de dentro do movimento de mulheres negras. É isso que sigo sendo.

Nesta pesquisa que oferto aqui, não consegui elaborar e lapidar todas as reflexões acumuladas por sete anos. Acredito que apontei camadas e expus a complexidade do conceito e da sua prática política. Bem Viver é aquilombar. Bem Viver é fortalecer a economia local do nosso bairro. Bem Viver é saber ouvir nossa intuição. É a certeza de que nossos passos vêm de longe e juntas, mais longe chegaremos. Bem Viver é pedir licença para pisar no chão indígena, preto, quilombola e amefricano. É saber que dentro de uma árvore pode morar a mãe de uma divindade.

O Bem Viver aponta caminhos sobre o que vem depois do caos. Espero que possa difundir as ideias aqui expostas, não porque elas são as verdades absolutas do Bem Viver, mas porque os escritos aqui registrados partem de narrativas alimentadas por uma prática já em curso no movimento de mulheres negras. E foi junto com elas que examinamos as palavras adequadas para o mundo em que acreditamos.

## INTRODUÇÃO

*“Não foi fácil. Não tem sido fácil até aqui. Cada palavra aqui escrita é como forjar com o calor da água uma pedra bruta. Esta dissertação é sobre existir. Sobre poder existir e dar volume às vozes; e dar escuta às histórias que atravessaram os meus caminhos e os imaginários que trago...” (Maitê Freitas, 2018 p.)<sup>2</sup>*

Como a maioria das mulheres negras ativistas que conheço, entro em contato com o Bem Viver quando o conceito integra o nome da maior e mais importante mobilização de mulheres negras na contemporaneidade. A “Marcha das Mulheres Negras 2015 - Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver” foi ponto inicial da minha inquietação enquanto militante e pesquisadora. O seu significado amplo e complexo pode ser encontrado nas diversas produções acadêmicas como filosofia de vida (ACOSTA, 2016), atitude de vida (CORTEZ, 2011), alternativa ao modelo de desenvolvimento (GUDYNAS, 2011) e cosmologia (WALSH, 2010).

Acosta (2016, p.91) afirma que o Bem Viver “emergiu das culturas tradicionais” e cita a contribuição de María Esther Cecenã que analisa o Bem Viver como

uma revolta contra a individualidade, contra a fragmentação e contra a perda de sentidos que reivindica uma territorialidade comunitária não saqueadora, recuperadora de tradições e potencializadora de imaginários utópicos que sacodem todas as percepções da realidade e da história, e conduzem ao mundo em que cabe todos os mundos. Os referenciais epistemológicos colocados pela Modernidade como universais são deslocados, e as interpretações se multiplicam na busca de projetos de futuro sustentáveis, dignos e libertários. (Ceceña, apud Acosta, 2016, p.87)

A territorialidade comunitária e a possibilidade de a partir dela criar novos mundos guiados por projetos “sustentáveis, dignos e libertários” como aponta Ceceña se conecta à história de luta e resistência negra. Em 2018, três anos após a Marcha, depois de ter contato com a produção de Acosta, e após conversas com a militante Nilma Bentes (figura central para pensar a elaboração do Bem Viver no Brasil, como veremos),

---

<sup>2</sup> Maitê Freitas é mãe. Mestre em Estudos Culturais, doutoranda em Mudança Social e Participação Política, na USP. É ensaísta, jornalista e gestora cultural. Idealizadora da plataforma Samba Sampa e da coordenação executiva da Editora Oralituras. Em 2020 publicou sua dissertação: *Vozescritas: feminismos negros e estudos culturais em Sambas Escritos*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.

rascunhei uma definição inicial utilizada no artigo “O Bem Viver e a radicalidade de sonhar outros mundos<sup>3</sup>”, na qual apresento o conceito como

O conhecimento que emerge de memórias antigas. Aprendizados fincados em práticas comunitárias. “Bem Viver” é um nome novo usado para conceitualizar a cosmovisão de comunidades tradicionais que se organizavam a partir do coletivo. É um modo de vida que abarca a relação entre as pessoas, a natureza e o modelo econômico em sociedades que não tinham no capitalismo o único modo possível de se organizar. (SANTOS, 2018, s/p.)

Essa é uma definição possível sobre o Bem Viver, de tantas existentes e em construção. Mesmo após esta investigação, creio que a definição acima fornece linhas gerais que anunciam a amplitude desse conceito que pode ser considerado uma “epistemologia do Sul” (Santos, 2010), nascida em berço andino, embora autores como Boaventura de Sousa Santos (2010) e Alberto Acosta (2016) vão afirmar a correspondência do Bem Viver em muitas comunidades tradicionais e seus modos de organização antes da colonização sofrida na América Latina e no continente africano.

Na atualidade, há ampla contribuição acadêmica que resgata o Bem Viver no Equador, na Bolívia, no Peru, Colômbia e até mesmo no Brasil. Embora a Marcha das Mulheres Negras de 2015 tenha colocado o Bem Viver no horizonte de mulheres negras, pouco foi escrito sobre o conceito enquanto uma elaboração negra e feminista no Brasil. Do ponto de vista do conceito, os estudiosos do Bem Viver que costumam ganhar mais visibilidade são brancos, homens cisgêneros, urbanos, classe média alta e acadêmicos. Quando em 2018 tive a oportunidade de entrevistar Acosta<sup>4</sup>, e questionei sobre o que diziam as comunidades afrolatinas sobre o Bem Viver, ele respondeu afirmando ser um campo pouco explorado e me incentivou a partir nesta investigação.

Como apresento no decorrer desta pesquisa com base na revisão bibliográfica em busca do Bem Viver, em acordo com o que afirmou Acosta, a investigação do conceito pelo olhar de mulheres negras ainda é incipiente. A relevância desta pesquisa se dá pelo ineditismo da proposta já que não foi possível encontrar reflexões teóricas que se debrucem sobre o significado do Bem Viver a partir e para mulheres negras no campo acadêmico<sup>5</sup>. Dessa forma, surge o meu problema de pesquisa: a partir da mobilização da

---

<sup>3</sup> Artigo publicado no site <https://usinadevalores.org.br/o-bem-viver-e-a-radicalidade-de-sonhar-outros-mundos/> em 31 de outubro de 2018. Acessado em 12/06/22.

<sup>4</sup> A matéria “Contra o desenvolvimento elitista, equatoriano propõe o Bem Viver”, foi publicada em 3 de setembro de 2018 no portal Brasil de Fato. <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/03/contra-desenvolvimento-elitista-equatoriano-defende-bem-viver/> Acessado em 15/08/2019.

<sup>5</sup> Há o artigo acadêmico “Marcha das mulheres negras: o Bem Viver para construção de alternativas e superação do racismo” de 2019 de Juliane Cintra de Oliveira que traz elementos iniciais sobre o Bem Viver

Marcha das Mulheres Negras de 2015, que trazia o conceito em seu nome, qual seria o significado do Bem Viver para mulheres negras? Que ideias e conceitos são mobilizados por essas mulheres negras ao reivindicarem o Bem Viver?

Enquanto justificativa da relevância dessa pesquisa, aponto o uso contínuo do conceito do Bem Viver por diversos coletivos de mulheres negras a partir da Marcha de 2015. Assim, este projeto parte da observação empírica de que houve incorporação do Bem Viver por mulheres negras no Brasil a partir de diferentes perspectivas políticas e epistemológicas. Isso porque seu uso está cada vez mais recorrente e aparece em documentos regionais<sup>6</sup>, atividades e ações propostas por mulheres negras<sup>7</sup>, discursos<sup>8</sup>, campanhas eleitorais de mulheres negras<sup>9</sup>, e incidências políticas nacionais.<sup>10</sup>

---

e mulheres negras. No campo da Psicologia há a tese de doutorado de Clélia Prestes “Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver”, de 2018. Tive a honra de colaborar com esses trabalhos já com minhas percepções sobre o Bem Viver. Também dialogando de forma transversal com o conceito, há as teses de Mariléa Almeida “Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro”, de 2018, que faz menção ao Bem Viver. E a pesquisa de Silvano Silva “O protagonismo das mulheres quilombolas na luta por direitos em comunidades do Estado de São Paulo (1988-2018)”, de 2019.

<sup>6</sup> Como exemplo, há a mobilização da articulação da Rede de Mulheres Negras da Bahia e a Campanha Parem de nos Matar no 2 de julho de 2020 dia da independência da Bahia. Na ocasião foi chamado o “Ato em defesa da vida e pelo Bem-Viver”. Nos dizeres que acompanham o cartaz (em Anexo 1), podemos ler: “O 2 de Julho inspira a luta contra a violência, pela verdadeira democracia, pelo Bem Viver. Participe!”.

<sup>7</sup> Tomamos como exemplo a Escola de Ativismo e Formação Política para Mulheres Negras Beatriz Nascimento, lançada pelo Instituto Odara, da Bahia, que traz em sua justificativa de criação a construção do Bem Viver e inclui o conceito como tema de uma formação no eixo: “Segurança, Autocuidado e Bem Viver”. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/instituto-odara-lanca-escola-de-ativismo-e-formacao-politica-para-mulheres-negras-beatriz-nascimento/> Acessado em 21 de setembro de 2020.

<sup>8</sup> Desde 2017, a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo se vale do mote central: “Por nós, por todas nós e pelo Bem Viver”. Os manifestos trazem essa contribuição, como veremos nos próximos capítulos.

<sup>9</sup> A deputada estadual eleita em 2018 por São Paulo, Erica Malunguinho lançou mão do Bem Viver para anunciar seus caminhos de luta. Assim como, em 2020 e 2022, Tamires Sampaio, candidata pelo Partido dos Trabalhadores de São Paulo, articulou sua campanha pautada na construção de um “Brasil antirracista e do Bem Viver”, como podemos ver aqui: [https://twitter.com/soutamires\\_sp/status/1565734015713378304?s=20&t=VSvTku5VxuNZuNIZxgEuOw](https://twitter.com/soutamires_sp/status/1565734015713378304?s=20&t=VSvTku5VxuNZuNIZxgEuOw) Publicado em 02/09/2022 Acessado em 03/09/2022.

<sup>10</sup> Em 30 de setembro de 2020, uma mobilização nacional de mulheres negras elaborou a “Carta das Mulheres Negras ao Supremo Tribunal Federal: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver”, na qual organizações de mulheres negras e ativistas apresentam suas demandas. Documento pode ser encontrado aqui: <https://revistaafirmativa.com.br/3388-2/> Acesso em 20/02/2022

Do Piauí quando aparece no mote do Julho das Pretas<sup>11</sup> em 2020, anunciando “a defesa das vidas negras pelo bem viver<sup>12</sup>”, às ações sobre soberania alimentar da Rede de Mulheres Negras para Segurança Alimentar e Nutricional, do Rio Grande do Sul. Na Bahia, o Julho das Pretas de 2022 ocorreu com o tema “Mulheres Negras no Poder. Construindo o Bem Viver”. A agenda coletiva da 10ª edição do Julho das Pretas contou com 427 atividades realizadas por mais de 200 organizações de mulheres negras em 18 estados brasileiros. A presença do Bem Viver pode também ser encontrada em todos os manifestos do coletivo Marcha das Mulheres Negras de SP, desde 2016, lançados anualmente. Por fim, cito aqui o “Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver<sup>13</sup>”, ocorrido em dezembro de 2018, em Goiânia/GO, com delegações de todos os estados e participação de 400 mulheres negras que seguiam reivindicando o Bem Viver.

Esses exemplos servem apenas para ilustrar a difusão do Bem Viver a partir da Marcha de 2015 e elaboração contida no documento político publicado no mesmo dia da Marcha, em 18 de novembro de 2015. A Carta das Mulheres Negras de 2015<sup>14</sup>, como veremos no decorrer desta pesquisa, apresenta a sistematização inicial sobre o Bem Viver a partir de mulheres negras. A Carta é mais do que um documento político e analítico da condição da mulher negra na sociedade brasileira, ele também declara e aponta o projeto político pactuado pelas mulheres negras para o Brasil. Assim, a Carta pode ser considerada o primeiro material elaborado por mulheres negras que ancora a questão do Bem Viver no debate racial, sendo uma síntese política valiosa.

Uma das valorosas colaboradoras desta pesquisa, Dulce Pereira, que apresento no capítulo 4, foi figura importante de escrita e elaboração da Carta, em seu depoimento recolhido por esta pesquisa revela que Nilma Bentes “num processo intuitivo me dá a tarefa de ajudar a sistematizar o Bem Viver. Aí vou na minha sacola de memórias e volto ao Peru, um congresso científico que justamente tratava de amor e bem viver.” (Pereira,

---

<sup>11</sup> O Julho das Pretas é uma ação criada em 2013, pelo Odara – Instituto da Mulher Negra, e celebra o 25 de Julho, Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latina Americana e Caribenha. Com o passar dos anos a ação se espalhou pelo Brasil sendo realizado em diversos estados como São Paulo, Piauí, Bahia, entre outros.

<sup>12</sup> Mais informações podem ser obtidas nesta matéria publicada sobre o evento: <https://pensarpiaui.com/noticia/em-defesa-das-vidas-negras-pelo-bem-viver-e-o-tema-do-julho-das-pretas2020.html> Acesso em 02/05/2020.

<sup>13</sup> Mais informações sobre o encontro podem ser encontradas aqui: <https://www.palmares.gov.br/?p=52700> Acesso em 12/08/2020.

<sup>14</sup> O documento pode ser lido em <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf> Acessado em 2 de maio de 2017.

2022). Desde 2015, após a difusão e uso do Bem Viver por mulheres negras, os coletivos de mulheres negras vão exercitando a conceituação que dou continuidade a partir desta pesquisa. Essa tarefa que assumo com apoio das minhas mais velhas, entre elas Dulce Pereira, Nilma Bentes, Cida Bento, entre outras, só foi possível porque foi uma investigação que estava em harmonia com minha prática militante.

Como parte da coletiva Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, mobilizamos o Bem Viver o tempo todo, no início de forma muito intuitiva, como tema de discussões políticas, e depois, enxergando o Bem Viver nas nossas práticas. Bem, a partir desse contexto, fui formulando hipóteses da pesquisa. A primeira hipótese afirma que houve incorporação pelas mulheres negras de elementos como o caráter comunitário e a relação com a natureza analisados por teóricos indígenas e indigenistas como Acosta (2016), León (2012), Ibáñez (2013), Choquehuanca (2012), Chancosa (2010), Hidalgo-Capitán (2012) entre outros. A segunda hipótese é que as mulheres negras avançam no que está posto por esses teóricos, por meio dos debates feministas e antirracistas, e constroem o Bem Viver a partir de outros marcadores e enquanto prática política organizativa. Fechando a tríade das hipóteses, busco a incorporação de valores civilizatórios não ocidentais, como o culto à ancestralidade, à memória, à corporeidade, à oralidade e o cooperativismo como rastros de um Bem Viver pensado em um país de maioria negra.

A partir das minhas hipóteses, me deparei com a necessidade de mobilizar metodologias mistas, de caráter qualitativo, a fim de desenvolver o trabalho da melhor forma. O arcabouço histórico, político e intelectual que pavimenta o caminho para essa análise é construído a partir das lutas das mulheres negras. No capítulo 1, apresento de forma sintética os principais marcos, pautas e conquistas das mulheres negras que levam à realização da Marcha de 2015 e a efetivação do diálogo com o Bem Viver, entendido mais do que como conceito, mas como prática política e organizativa. O primeiro passo foi contextualizar esse marcador temporal dentro da trajetória de luta do movimento de mulheres negras, um esforço teórico que realizo apoiada em Carneiro (2008), Ribeiro (1995), González (1988), Moreira (2007), Cardoso (2012), Lemos (2015), entre outras intelectuais negras.

No capítulo 2, em busca de traçar como eu, enquanto militante negra, sou cativada pelo Bem Viver, apresento a mim mesma e minha trajetória política que me leva a realizar esta pesquisa, na certeza de que “quem fala” e “de onde se fala” são elementos

importantes para se localizar esta pesquisa. Cláudia Pons Cardoso<sup>15</sup> (2012) analisa a importância da trajetória militante na construção acadêmica.

A investigação feminista negra realizada a partir de um posicionamento epistemológico de forasteira de dentro (outsider within) requer que intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como importantes fontes de conhecimento. Assim se faz emergir as experiências das mulheres negras, na medida em que a omissão e a distorção serão confrontadas fazendo com que os feminismos, nesta perspectiva, surjam como diferentes lutas e falem de experiências subjetivas historicamente construídas de diferentes mulheres. (CARDOSO, 2012, p. 86).

A partir do reconhecimento do meu lugar enquanto militante feminista negra vou trabalhar com a autoetnografia e a experiência articulando conceitos e ideias de Santiago (2020), Figueiredo (2020), Santos (2017) e Lemos (2016). A última me presenteou com seu desenho metodológico chamado de Pesquisa Ativista Feminista Negra, com a qual fundamento a pesquisa e destaco todas as mulheres negras que fizeram parte do meu trabalho de campo, nomeadas como colaboradoras. A partir desta escolha metodológica, finco minha pesquisa com marcadores da luta do feminismo negro com base na Declaração Feminista Negra elaborada em 1974 pelo coletivo estadunidense The Combahee River que afirma: “Muitas vezes também achamos difícil separar raça de classe de opressão sexual porque em nossas vidas elas são mais frequentemente experimentadas simultaneamente”. (Tradução nossa)<sup>16</sup>

A citação revela como nas gênesis do feminismo negro já estava colocada a indissociabilidade da experiência de mulheres negras com relação a raça, classe e opressão sexual, já que esses elementos são sentidos simultaneamente por elas. Por isso falo de feminismo negro e não interseccional, embora trabalhe a interseccionalidade enquanto categoria necessária para a prática feminista negra, a considero também criação do feminismo negro.

O narrar a mim exercitado neste capítulo, se estende às demais mulheres negras colaboradoras e mulheres citadas na dissertação. Aprendi com Lélia González que mulher

---

<sup>15</sup> Cláudia Pons Cardoso é professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia onde desenvolve ensino, pesquisa e extensão em gênero, mulheres negras, feminismos, raça/etnia, educação, ensino, cidadania, movimentos sociais e políticas públicas.

<sup>16</sup> Original: We also often find it difficult to separate race from class from sex oppression because in our lives they are most often experienced simultaneously. (The Combahee River Collective Statement, 1974, s/p)

negra precisa ter nome e sobrenome, se não o racismo coloca o nome que quiser. Dessa forma, me alinho com o que traz Sueli Carneiro<sup>17</sup> sobre o epistemicídio

É importante lembrar que o conceito de epistemicídio, utilizado aqui, não é por nós extraído do aparato teórico de Michel Foucault. Fomos buscá-lo no pensamento de Boaventura Sousa Santos (1997), para quem o epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento."(CARNEIRO, 2005, p.96)

O compromisso desta pesquisa é torná-la um exercício de visibilidade e compartilhamento de autoras e epistemologias negras feministas e assim, auxiliar no combate desse instrumento de dominação. Por esse motivo, as intelectuais negras aqui ganham nome, sobrenome e minibiografia no rodapé.

Alerto para outra escolha desta pesquisa: inspirada na escrevivência de Conceição Evaristo, escrevo aqui afirmando um “eu” carregado de experiência de quem acompanhou os debates sobre o Bem Viver dentro do movimento de mulheres negras. Além disso, há um “nós” vindo ora da denúncia enquanto população negra, ora do sentido coletivo da experiência de mulheres negras, por isso no intuito futuro de afirmar que “O Bem viver é nosso”, e acabar com o mal-estar existente nas vezes em que nós, mulheres negras, reivindicamos o Bem viver, demonstro que o mesmo está presente em todas as comunidades tradicionais (Acosta, 2016), incluindo africanas e afro-brasileiras, não só nas indígenas.

No capítulo 3, apresento o que descobri sobre o Bem Viver dentro de contexto andino, ali a revisão bibliográfica serviu para fundamentar o ponto que inicio esta introdução: grande parte da fundamentação sobre o Bem Viver está alocada ou na experiência indígena ou na visão de teóricos homens brancos. No entanto, fiz um esforço teórico de ampliar aqui colocando como referência mulheres indígenas que se debruçaram sobre o conceito como Blanca Chancosa (2010) e Enriqueta Huanto Ticona (2010). É nesse capítulo que aponto conceitos iniciais do Bem Viver.

---

<sup>17</sup> Sueli Carneiro é filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro. Feminista, é uma das fundadoras de Geledés — Instituto da Mulher Negra. Indico “Continuo Preta”, biografia assinada por Bianca Santanna que narra a sua história, lançada em 2021 pela Companhia das Letras.

No capítulo 4 apresento minhas 17 colaboradoras de pesquisa e analiso suas narrativas sobre o Bem Viver fundamentada no método da análise de conteúdo de Bardin (1977). Dessa forma, me debrucei sobre elementos que surgiram nas narrativas e revelaram o trabalho teórico e prático que as mulheres negras estão realizando em torno do Bem Viver, embora como afirmei esse conteúdo ainda não esteja presente na academia. Essa sistematização inédita foi tão rica e traz tanta complexidade que não tenho dúvidas que não esgotei as narrativas, assim as respostas das colaboradoras podem servir para embasar pesquisas futuras sobre o Bem Viver.

Por fim, o quinto capítulo contém reflexões a respeito do Bem Viver que foram provocadas a partir das narrativas que surgiram na investigação, com destaque para o diálogo com González (1988) que me permite apresentar um Bem Viver não apenas negro, mas amefricano. A relação entre o Bem Viver e políticas econômicas que se colocam na contramão do capitalismo é explorada no segundo subtítulo deste capítulo quando realizo um ensaio sobre economia e Bem Viver. Seguindo o exercício de dialogar com o Bem Viver com outras epistemes, discuto o conceito com o feminismo comunitário conceituado por Julieta Paredes (2014), a partir da análise do manifesto da Marcha das Mulheres Negras de SP de 2018.

Considero essencial assumir que esta pesquisa parte do movimento de mulheres negras e há muito ainda o que se aprofundar sobre o Bem Viver elaborado por nós. Portanto, o exercício realizado aqui não deve ser encarado como uma verdade absoluta, incontestável ou, ainda, fechada em si. Disputo com esse trabalho os espaços narrativos sobre o Bem Viver, mobilizando as palavras das minhas colaboradoras de pesquisa, militantes negras. Com as forças das minhas ancestrais, creio que cumpri esse esforço inédito de realizar a sistematização desse conhecimento sobre o Bem Viver gestado pelos movimentos de mulheres negras.

Contudo, preciso afirmar que foram diversos os desafios para conclusão desta investigação. Aliar a minha investigação com meu trabalho na política institucional<sup>18</sup> exigiu um esforço enorme em tempos de alta efervescência política, “tempos históricos”, afirmam alguns. Falar de projeto de vida (como é o Bem Viver) em meio a um dos piores

---

<sup>18</sup> Desde 2019, faço parte de um projeto político inovador iniciado pela eleição da primeira deputada negra e trans do Brasil, Erica Malunguinho e sua política fundamentada em raça e gênero. Tive o prazer de coordenar a articulação política da primeira mandata quilombo da história, com sua equipe 100% negra e de maioria feminina e LGBT. A partir de julho de 2022, assumi a chefia de gabinete e foi enfrentando o cenário político deste lugar que finalizei minha dissertação.

momentos vividos na história recente, com a pandemia da covid 19, trouxe contornos doloridos para o escrever. São mais de 700 mil mortos no Brasil e milhares de pessoas que hoje vivem com os efeitos sociais e psicológicos da gestão criminosa realizada pelo governo federal durante a pandemia<sup>19</sup>. Eu sou uma dessas pessoas. Atravessei as dores de uma pandemia que me fez desenvolver transtorno de ansiedade. Atravessei também os desafios de reconstruir minha vida após um divórcio e a readaptação com uma maternidade solo. Ironicamente, adoeci pesquisando o Bem Viver, e só quando percebi o quanto minhas companheiras do movimento de mulheres negras desejavam e valorizavam meu esforço acadêmico fui conseguindo concluir essa dissertação “*por nós, por todas nós*”<sup>20</sup>.

Como escreve Maitê Freitas, “essa dissertação é sobre existir”. Espero que ela inspire outras pesquisadoras a explorar o Bem Viver enquanto categoria revolucionária e emancipatória, sendo mais uma “oferenda analítica”<sup>21</sup> gestada por feministas negras que se faz potente na simplicidade da sua terminologia e na grandeza de seu significado e ação política como mostro no decorrer desta pesquisa.

---

<sup>19</sup> O Brasil voltou ao Mapa da Fome, o desemprego segue em alta elevada e vemos a população em situação de rua explodir, inclusive com famílias inteiras nessa situação. O povo briga por ossos como podemos ler aqui: “Caminhão de ossos no Rio é disputado por população com fome”, disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=q8\\_oySi0q5E](https://www.youtube.com/watch?v=q8_oySi0q5E) Acessado em 14/08/2022.

<sup>20</sup> A Marcha das Mulheres Negras de São Paulo assumiu desde 2017 o slogan “por nós, por todas nós, pelo Bem Viver”.

<sup>21</sup> Tomo emprestado aqui a forma como Carla Akotirene se refere ao conceito da interseccionalidade no seu livro de 2019.

## Capítulo 1 - Abre caminho: mulheres negras em movimento

Neste primeiro capítulo, conduzida por rastros do movimento de mulheres negras, apresento alguns debates acerca das características deste movimento organizado e institucionalizado a partir dos anos de 1980<sup>22</sup> e a construção política que leva à realização da Marcha Nacional de Mulheres Negras em 2015. Além disso, analiso o surgimento e reconhecimento do *Bem Viver* enquanto plataforma, onde as necessidades das mulheres negras são acolhidas.

Por meio da leitura de dados sobre a realidade das mulheres negras, e as múltiplas opressões que sofrem, interpretados à luz de teóricas feministas negras, delimito qual é esse lugar social relegado às mulheres negras e os desafios contemporâneos. Por fim, ainda em nome da contextualização geral desta pesquisa, escrevo na terceira parte o que significou pesquisar esse conceito. Num contexto em que *ikú* (morte em iorubá), está tão presente graças aos efeitos de uma política genocida orquestrada em tempos de pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

### 1.1 Encruzilhadas: rastros do movimento de mulheres negras contemporâneo

Figura 1 - Intervenção de Luiza Barros durante o VIII Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, 1985.<sup>23</sup>



Fonte: Cultne - Acervo Digital da Cultura Negra.

<sup>22</sup> Importante destacar que houve diversos processos insurgentes antes do período escolhido para dar início a este trabalho. Insurreições, motins e fugas eram recorrentes em todo o período da escravidão. Além de atuantes nesses processos, as mulheres negras tiveram papel de destaque na luta contra a escravidão. Liderando quilombos como Teresa de Benguela (1770) no século 18, ou mais tarde presentes em processos de ressurreições como Luiza Mahin (1835). Nas casas grandes e senzalas, nos quilombos, nas ruas como quitandeiras, a figura da mulher negra é presente na luta por liberdade e pelo fim da escravidão.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UTMnTn2jOVs>. Acesso em: 14 mai. 2019.

A partir de 1980, as mulheres negras fortaleceram seus modos de organização e realizaram intensos debates acerca de seus direitos sociais, políticos e reprodutivos. Foi um momento de olhar para as suas especificidades, já que suas bandeiras não eram contempladas junto aos movimentos feministas tradicionais, centrados nas experiências de mulheres brancas de classe média. Essa realidade foi firmemente denunciada por ativistas negras da época, como a militante e intelectual Lélia González<sup>24</sup> em 1979:

(...) é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca se tem feito às custas da exploração da mulher negra. (GONZÁLEZ, 2018, p.74)

González sintetiza com sua interpretação um incomodo que era latente às mulheres negras da época: a exploração para elas era cada vez mais evidente, por exemplo, o avanço da liberdade e autonomia dos corpos conquistados sob a subordinação da mulher negra, cada vez mais presente no serviço doméstico para que mulheres brancas pudessem adentrar no mercado de trabalho. Ao analisar a experiência de mulheres negras dentro do movimento feminista, a filósofa Sueli Carneiro (2003) utiliza a expressão “enegrecer o feminismo” ao questionar o combate pelo movimento feminista do mito da fragilidade da mulher —nunca serviu à mulher negra—, ou ainda o mito da rainha do lar, visto que, as negras desde sempre trabalharam fora.

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2003, s/p.)

Ao se referir à história, a autora aponta o período colonial escravocrata, no qual a violência sexual dos senhores brancos contra as mulheres negras ou indígenas fundamenta a construção da identidade nacional, que resulta na miscigenação, e segue estruturando as hierarquias de gênero e raça. Este contexto é essencial para entender a experiência da mulher negra no Brasil, ignorado por grande parte do movimento feminista, inclusive, atualmente.

Já em relação ao movimento negro, havia também uma dificuldade em realizar

---

<sup>24</sup> Antropóloga, feminista negra, ela foi pioneira nos estudos sobre cultura negra no Brasil. Indico, para conhecê-la melhor, a leitura da biografia *Lélia González*, de Alex Ratts e Flávio Rios, publicado em 2010 pela Selo Negro.

os debates de gênero e, não raro as mulheres negras se viam no lugar de tarefeiras, responsáveis por garantir a arrumação das salas e a feitura das atas, mas sem espaço objetivo para construir o debate político (LEMOS<sup>25</sup>, 1997). No entanto, foi no movimento negro que as mulheres negras encontraram força para o desenvolvimento de uma consciência e ação política.

Lélia González afirma em 1988 que, é dentro do movimento negro “apesar dos pesares, a nossa rebeldia e espírito crítico se dão num clima de maior familiaridade histórica e cultural” (GONZÁLEZ, p.18, 1988). Essas barreiras encontradas nos movimentos de mulheres e negros foram elementos impulsionadores para as mulheres negras passassem a organizar seus próprios coletivos e instituições, como apontam Carneiro (1993) e Matilde Ribeiro<sup>26</sup> (1995). Da mesma forma, Cláudia Pons Cardoso<sup>27</sup> em sua tese de doutorado: *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileira*, questiona a posição de que as organizações de mulheres negras se originaram como reação à exclusão racista e sexista (2012, p.189). Para a autora, essa visão seria limitada por retirar o agenciamento das mulheres negras na busca por seus próprios espaços de construção política e militância.

Havia um contexto político que chamava as mulheres negras para a ação política. Como as lutas das esquerdas pela redemocratização, a influência da comunidade negra estadunidenses por direitos civis, a libertação dos países africanos e os contextos locais em suas experiências diversas. Apesar das múltiplas visões, é consenso a importância dos anos 1980, para iniciativas feministas negras em nível nacional, além de ações em nível continental (RIBEIRO, 1995).

Na Figura 1 disponível no site *Cultne - Acervo Digital da Cultura Negra*<sup>28</sup>, vemos

---

<sup>25</sup> Rosália Lemos é ativista Feminista Negra. Doutora em Política Social vinculada à Universidade Federal Fluminense/RJ. Mulher negra ativista que desde 1997 se dedica a pesquisa acadêmica em torno do feminismo negro, Lemos foi coordenadora estadual pelo Rio de Janeiro da Marcha das Mulheres Negras.

<sup>26</sup> Matilde Ribeiro é assistente social e ativista política brasileira, atuante no movimento negro e pesquisadora das lutas das mulheres negras e feministas. Foi ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de 2003 a 2008, nos governos Lula.

<sup>27</sup> Cláudia Pons Cardoso é professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia onde desenvolve ensino, pesquisa e extensão em gênero, mulheres negras, feminismos, raça/etnia, educação, ensino, cidadania, movimentos sociais e políticas públicas.

<sup>28</sup> Projeto procura disponibilizar o registro de uma “parte da história brasileira (...) que até pouco tempo era escamoteada ou ignorada por grande parte da sociedade”. Disponível em: <https://cultne.tv/> Acessado em: 30 jan. 2020.

a jovem Luiza Barros<sup>29</sup> que representava o Movimento Negro Unificado<sup>30</sup> e realizava uma fala política no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em 1985 ocorrido em Bertioga/SP. De forma assertiva e generosa, Luiza afirma que o movimento feminista negro tem uma entrada muito mais ampla do que algumas feministas pensam. E que o temor de que o tratamento de outras questões pudesse descaracterizar o objetivo maior do feminismo seria infundado.

Ela aponta que, embora no início o movimento feminista tenha sido mais “universal” em torno da questão de gênero, naquele momento já havia amadurecimento político para que ele olhasse as diferenças e questões específicas de cada mulher. Isso, na visão de Barros, resultaria num salto qualitativo e quantitativo na luta. Ela relembra que na América Latina e no Caribe a maioria das mulheres não são brancas<sup>31</sup>, e por isso, têm outra inserção na sociedade devido a essa condição. A fala de Luiza é ovacionada em um auditório composto por muitas mulheres brancas. Ao final, ela convida um grupo de 15 mulheres negras ali presentes do Coletivo de Mulheres Negras de SP e do Nzinga (Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro), para entoarem juntas, em forma de canção a adaptação do poema “Salve a mulher negra<sup>32</sup>”, de Oliveira Silveira<sup>33</sup>, musicado

---

<sup>29</sup> Luiza Barros foi uma grande intelectual e ativista feminista negra. Foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014.

<sup>30</sup> O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em pleno regime militar. Para Carneiro (1993 p.38), o MNU “recoloca o problema racial para a sociedade brasileira, situando o racismo e a discriminação racial como aspectos estruturantes do tipo de dominação imposta pelo sistema capitalista com vistas a manter as desigualdades sociais e raciais.”

<sup>31</sup> Como afirma o Panorama Social da América Latina 2016, publicado pela CEPAL (2017b), “conhecer o número de pessoas afrodescendentes na América Latina continua sendo um dos desafios básicos e urgentes”. Uma estimativa mínima, realizada com base em dados da última rodada de censos em 16 países da América Latina, permite chegar à cifra de 130 milhões de pessoas afrodescendentes na região em 2015 (CEPAL, 2017b). Só no Brasil, atualmente, mais de 19 milhões de pessoas se identificam como pretas e quase 90 milhões como pardas. Segundo dados dos censos nacionais da rodada de 2010, a maior porcentagem de população afrodescendente da América Latina e do Caribe é do Brasil (50,9%), seguido por Cuba (35,9%), Porto Rico (14,8%), Colômbia (10,5%), Panamá (8,8%), Costa Rica (7,8%) e Equador (7,2%). Os outros países da região apresentam porcentagens de população afrodescendente inferiores a 5% (CEPAL, 2017b). Com relação à população indígena, estima-se que seja cerca de 45 milhões de pessoas em 2010, com uma alta heterogeneidade de acordo com os países: em um extremo estão México e Peru, com quase 17 milhões e 7 milhões de população indígena, respectivamente; no outro, Costa Rica e Paraguai, com pouco mais de 100.000 indígenas, e o Uruguai, com quase 80.000 pessoas indígenas.

<sup>32</sup> Os versos: “Luiza Mahin/ Chefa de negros livres/ E a preta Zeferina/ Exemplo de heroína/ Aqualtune de Palmares/ Soberana quilombola/ E Felipa do Pará/ Negra Ginga de Angola/ África liberta/ Em tuas trincheiras/ Quantas anônimas/ Guerreiras brasileiras”.

<sup>33</sup> Militante e professor, é importante referência de intelectual diaspórico negro na literatura brasileira.

pelas participantes do encontro (CESTARI<sup>34</sup>, 2014).

O poema coloca a participação feminina no centro de sua construção. Cita heroínas nomeadas como: Luiza Mahin (data de nascimento 1812, data de morte desconhecida), Aqualtune (data de nascimento desconhecida e de morte em 1650), Maria Felipa (morte em 1873) e Nega Nzinga (1581 – 1663) ou anônimas que irmanadas se revelam continuidade de uma luta anterior. E retoma a organização política em África, o processo de colonização, a escravidão e as resistências protagonizadas por mulheres africanas e negras “guerreiras” brasileiras.

A música como forma de intervenção política, entoada em coletivo rompeu o que González chamaria de “silencio ruidoso” que impera sobre as contradições raciais e se fundamenta, "num dos mais eficazes mitos de dominação ideológica: o mito da democracia racial."<sup>35</sup> (GONZÁLEZ, p.16. 1988). Domingues<sup>36</sup> (2001) analisa que seu rastro histórico remonta ao século XIX e criou-se a partir da literatura produzida por viajantes (e a construção de um imaginário racial entre negros e brancos a partir dessas narrativas); pelo que era produzido pela elite intelectual e política (estruturalmente branca) e pela direção do movimento abolicionista institucionalizado (que também pregava uma harmonia entre negros e brancos). E, por fim, pelo incentivo e processo da mestiçagem. Ao falar especificamente da cidade de São Paulo, em 1930, afirma que contribuíram muito para reforçar tal mito:

a) a imprensa negra; b) o relacionamento de aparente integração dos negros com os imigrantes; c) o legado da mentalidade paternalista em um setor da elite tradicional; d) o movimento comunista; e) a tradição de comparar o sistema social brasileiro ao estadunidense. (DOMINGUES, p.119, 2001)

Tomando como exemplo o editorial de 1928 do *Clarim da Alvorada*, o autor

---

<sup>34</sup> Doutora pela Universidade de Campinas, com a tese *Vozes-Mulheres Negras ou Feministas e Antirracistas graças às Yabás*, de 2015.

<sup>35</sup> Embora creditado à Gilberto Freyre (1900-1987), Domingues (2001, p.127) faz uma reflexão pertinente sobre como Freyre em sua obra “Casa Grande & Senzala” (1954) conseguiu “catalisar os fundamentos de um mito historicamente construído pela classe dominante, contudo aceito, no geral por camadas da demais classes sociais e, em particular, por um setor da população negra.” O autor afirma que o mito da democracia racial não foi fundado por Freyre, mas sim, consolidado por ele.

<sup>36</sup> Petrônio Domingues é professor e historiador brasileiro, especializado no estudo da história do negro no Brasil no período pós-abolição. Possui bacharelado e licenciatura (1997), mestrado (2001) e doutorado (2005) em História pela Universidade de São Paulo (USP). É professor associado do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor permanente tanto do Mestrado Acadêmico em História (PROHIS) quanto da Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Sociologia da mesma universidade.

investigou como parte da imprensa negra negava a existência do preconceito racial e ajudava a construir o imaginário de um “éden multirracial no Brasil”. Ao citar José Correia Leite<sup>37</sup>, ele aborda a relação entre imigrantes e negros no bairro do Bixiga e a aparente harmonia ali. Hoje, há literaturas que provam que aquele território famoso e reconhecido como de origem italiana, foi território originalmente negro. Ou seja, houve um processo de gentrificação que excluiu inúmeras famílias negras do bairro junto de um apagamento do imaginário negro.

As comparações com o sistema racial estadunidense não ajudam a analisar o racismo brasileiro que, era negado justamente por não ser institucionalizado, como as políticas segregacionistas fizeram no EUA. Portanto, setores do movimento comunista, um dos mais conscientes politicamente, também negavam a existência do racismo, e justificavam as desigualdades entre brancos e negros como produto exclusivamente das diferenças de classe.

Esse contexto racial seguia muito vivo e latente no imaginário das mulheres que se predispunham a luta contra o machismo. Assim, retomando a imagem de Luiza Barros temos uma memória pouco difundida e em disputa quando falamos da construção do Brasil e dos movimentos sociais, no qual, a figura da mulher negra é sistematicamente invisibilizada ou desracializada. Diante do público predominante de mulheres brancas, as mulheres negras passam a uma posição de visibilidade apresentando o seu modo de fazer política: em coletivo e entoando uma canção.

O vídeo da Cultne evoca discussões em torno do feminismo negro que vinham se intensificando e foram fortalecidas pela criação de diversas ONGs, tais quais: a Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (1978); Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo (1982); o Nzinga: Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1983); o Maria Mulher, organização de mulheres de Porto Alegre (1987); o Geledés - Instituto da Mulher Negra (1988); Imena - Instituto de Mulheres Negras do Amapá (1999), entre outras. O surgimento de organizações, coletivos e “grupos organizados por amefricanas”<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> José Correia Leite foi escritor, jornalista e militante que figura como um dos nomes mais relevantes da Imprensa Negra Brasileira e do Movimento Negro. Fundou aos 24 anos, juntamente com Jayme de Aguiar, *O Clarim*, jornal renomeado como *O Clarim da Alvorada*, publicado entre os anos 1924 a 1932. Ajudou a fundar a Frente Negra Brasileira, em 1931, rompendo com esta no ano seguinte, devido a conflitos políticos e ideológicos. Recomendo a leitura do livro organizado pelo Cuti (Luiz Silva) *E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. São Paulo: SMC, 1992.

<sup>38</sup> *Amefricanos* deriva de *amefricanidade*, uma categoria política criada por González para denominar a experiência negra e indígena nas Américas.

(GONZÁLEZ, 1988) foram fundamentais para levar os debates acerca da condição da mulher negra para esfera pública. As reivindicações das mulheres negras perante o racismo, ao machismo e a pobreza estruturais foram potencializadas e amadurecidas.

Esse registro do VII Encontro Feminista foi escolhido nesta pesquisa como marco das discussões políticas que se davam na época e por ser apontado por uma ampla bibliografia sintetizada por Cestari (2014) como acontecimento essencial na construção de “narrativas fundadoras do movimento de mulheres negras” (CESTARI, 2015 p.61). Na sua fundamentação, a autora cita Carneiro (1993), Ribeiro (1995), Moreira (2007) e Cardoso (2012) e suas múltiplas visões, contradições e complementaridades.

A autora se baseia nas pesquisas de Núbia Regina Moreira<sup>39</sup> e de Matilde Ribeiro que resgatam o III Encontro como o local “de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista”. (MOREIRA, p.59, 2007). Ribeiro destaca a importância histórica desse evento em seu artigo *Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing*<sup>40</sup>, no qual afirma “a presença mais organizada das mulheres negras no movimento feminista em nível nacional e continental a partir de 1985” (RIBEIRO, 1995, p. 447). Mulheres negras reunidas de vários países debateram sobre racismo, feminismo, desigualdades sociais e chegaram à conclusão de que as barreiras no tratamento da realidade vivida por elas era um ponto em comum a todas. Cerca de 850 mulheres participavam do Encontro, dessas 116 se declaravam negras e/ou mestiças (RIBEIRO, 1995).

Para além do encontro em si, o contexto de sua realização chama atenção para as encruzilhadas que já se apresentavam na construção política que envolvia os corpos femininos negros. Podemos ler em Ribeiro (1995), Cardoso (2012) e em Cestari (2015), o conflito instaurado entre as participantes após mulheres, em sua maioria negras, serem barradas no pagamento da inscrição. A fala de Jurema Batista<sup>41</sup>, importante militante negra do Rio de Janeiro, trazida por Cardoso (2012, p.189), vocaliza a visão de mulheres negras periféricas que vivenciaram aquela experiência.

---

<sup>39</sup> Núbia Regina Moreira, é intelectual, doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Autora do livro *A organização das feministas negras no Brasil*, de 2018.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5046> Acesso em: 20 jun. 2019.

<sup>41</sup> Jurema Batista, militante do movimento negro e feminista. Inicia sua atuação no Moro Andaraí no Rio de Janeiro na década de 70, foi ex-vereadora e ex-deputada estadual pelo Partido dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Recomendamos a entrevista disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=S\\_r8XANBjFY](https://www.youtube.com/watch?v=S_r8XANBjFY) Acesso em: 13 jul. 2019.

Lotamos o ônibus e fomos para o encontro, em Bertioga. Ao chegarmos, começamos uma grande negociação com as mulheres. Negocia de lá, negocia de cá, entra, não entra. Foi para plenária, que votou que as mulheres não deviam ser admitidas, pois não pagaram para entrar. Uma coisa assim bem econômica mesmo. Não pagou, tinha um prazo de pagar, então quem não pagou não podia entrar. Começamos a ver que existia uma diferença, que existiam mulheres e mulheres. Elas eram de uma classe social diferente da nossa; elas, porque tinham poder econômico, definiam se podíamos participar ou não. Fizemos, então, um encontro paralelo, na praia, do lado de fora. [...] Voltei de lá achando que não devia estar somando num movimento que, na verdade, não somava em nada para mulheres populares, apesar de reconhecer realmente que o movimento feminista foi a pedra de toque para mulherada deslanchar no mundo, para reivindicar seus espaços. Eu, porém, divergia de muitas coisas da concepção delas do modo de ver o mundo, até porque elas viam o mundo de outro ponto de vista, que era o de mulheres de classe média, cheias de informação. Vimos, que coincidentemente, a maioria das mulheres que estava no ônibus era negra (apud CONTINS, 2005, p. 285-286).

O fato narrado por Batista foi amplamente repercutido por três dias consecutivos pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em destaque com a manchete de 2 de agosto de 1985: *Encontro Feminista não aceita mulheres que não podem pagar*. O episódio escancara a questão de classe dentro do movimento feminista, pontuada por Batista quando afirma “elas eram de uma classe social diferente da nossa; elas, porque tinham poder econômico definiam se podíamos participar ou não”. Desse modo, havia ali uma questão de classe estabelecida e compreendida, mas não somente ela.

Como afirma Angela Davis<sup>42</sup>, raça, gênero e classe possuem relações mútuas e cruzadas. A exclusão por “classe” no caso do Encontro Feminista, informava também uma exclusão por raça, constatada por Batista no final do seu depoimento quando diz: “Vimos, que coincidentemente, a maioria das mulheres que estava no ônibus era negra”. De dentro do evento, Luiza dialogava com as feministas ali presentes sobre a necessidade de se olhar as especificidades das mulheres enxergando suas origens diversas. Enquanto, a conferência encabeçada por negras faveladas escancarava as tensões que marcaram o encontro do movimento feminista com as mulheres negras e o longo caminho necessário para se fazer daquele espaço feminista *também* um espaço de mulher negra.

González também aborda o III Encontro Feminista, numa perspectiva de

---

<sup>42</sup> “É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida.” Fala proferida por Davis em conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís (MA), na Iª Jornada Cultural Lélia Gonzales, promovida pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão. Angela Yvonne Davis nasceu em 1944 em Birmingham (Alabama). Militante das questões raciais e de classe, foi presa em 1970, acusada de participar de ações armadas promovidas pelos Panteras Negras. Julgada inocente em 1972, depois de quase dois anos de prisão, atualmente é professora do Programa de História da Consciência da Universidade da Califórnia, em Santa Cruz.

compará-lo ao I Encontro Nacional de Mulheres Negras que ocorreu em 1988<sup>43</sup>. No artigo *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*, Lélia afirma que houve ali “uma espécie de reprodução em mulato-preto (porque negro é outra história) do que se deu em Bertioga (1985): a afirmação de um feminismo erroneamente chamado de radical, quando, na verdade, sua marca é a do sectarismo”. (GONZÁLEZ, 1988, p. 363).

Ao ler a autora, nota-se que o sectarismo apontado no evento excluiu mulheres pobres e com elas, as negras. Já na outra conferência, a crítica caiu sob mulheres negras que reproduziam a dicotomia ocidental cristã do “macho contra a fêmea”. Um lugar que, segundo a autora, não permitia uma perspectiva dialética e “esquecia” a opressão racial e exploração de classe “nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão”. (González, 1988 p. 364).

Jurema Batista em seu depoimento reconhece o movimento feminista como “a pedra de toque para mulherada deslanchar no mundo”, embora na sua visão ele não somasse em nada “às mulheres populares”. Sendo assim, no retorno do Encontro, voltou pensando se deveria seguir somando com este movimento. Portanto, a condição “feminina”, fincada no sistema mundo colonial<sup>44</sup> (Lander, 2005), embranquecida e de classes não era suficiente para dar conta da experiência de ser mulher negra favelada.

Neste ponto, cabe uma breve digressão a respeito do colonialismo imposto aos países do sul global que é um aspecto que nos distingue da experiência e demandas das feministas negras do Estados Unidos, uma vez que, ele articula raça, gênero e classe, mas não denomina a questão colonial. Lélia (2018, p. 308) cita o difícil processo de aprendizado na busca de identidade com uma mulher negra dentro de uma sociedade que a oprime e a discrimina precisamente por ser quem é. Ela ainda acrescenta na sua análise

---

<sup>43</sup> “I Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido de 02 a 04 de dezembro de 1988 em Valença, no Estado do Rio de Janeiro, com a participação de 450 mulheres negras, representando 17 estados do país, contando ainda com a presença de várias militantes do Movimento de Mulheres e representantes de outros países como Estados Unidos, Equador e Canadá.” (Carneiro, 1993, p. 13 Caderno Geledés IV Mulher Negra).

<sup>44</sup> Sistema mundo é a teoria desenvolvida pelo sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein, na década de 1970, que buscou compreender a imensa desigualdade entre países com base em processos de produção centrais e periféricos, com intercâmbio de bens, capital e trabalho. Anos mais tarde pesquisadores decoloniais como Walter Dignolo, Enrique Dussel e Anibal Quijano, passam a refletir os processos históricos de constituição de um marco global de relações de poder que originou uma condição de subordinação às Américas. Assim, agregam a visão de que a modernidade se inicia junto com a colonialidade formando assim a noção de Sistema Mundo Moderno/Colonial.

a experiência colonial de ameríndios e africanos “subordinados a uma latinidade que legitima a sua inferiorização.”

(...) quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da superioridade do colonizador pelos colonizados. (GONZÁLEZ, 2018, p.324)

Como interpreta a autora (2018, p.316), o racismo em contexto colonial ganha dimensões estruturantes da experiência mulher negra na América Latina, e assim como as ameríndias “a conscientização da opressão ocorre antes de qualquer coisa pelo racial”. Essa percepção da antropóloga e socióloga se comprova na vivência militante desta pesquisadora feminista negra, mas não só. No meu processo de letramento racial<sup>45</sup>, em conversas com outras mulheres negras, analisávamos conjuntamente o quanto era difícil nós pensarmos “mulheres”, sem agregar o fato de sermos racializadas.

A localização histórica, social e geopolítica das mulheres negras dentro do sistema cisheteropatriarcal<sup>46</sup> sempre foi diferente da localização das mulheres brancas que, apesar de sofrerem com o patriarcado, seguiam amparadas pelos privilégios da branquitude. A respeito disso, a intelectual argentina Maria Lugones<sup>47</sup> vai cunhar o conceito “colonialidade de gênero”, ao criticar Aníbal Quijano<sup>48</sup> (1928-2018) a partir do conceito de colonialidade do ser, dos corpos, que um homem como ele teria desconsiderado.

Quijano (1992), em seu artigo considerado pioneiro do projeto de modernidade/colonialidade, sugere que mesmo tendo o período colonial findado, a colonialidade ainda persiste na economia, na política e no conhecimento, enquanto

---

<sup>45</sup> No próximo capítulo, explorarei mais a minha própria apresentação iniciada na introdução desta dissertação.

<sup>46</sup> De acordo com a socióloga alemã Maria Mies, o patriarcado se refere à totalidade sistêmica das relações de opressão e exploração experienciadas pelas mulheres (2014, p. 37). A inovação epistêmica que une às questões da cisgeneridade e da heterossexualidade surge enquanto matrizes que reafirmam o sistema patriarcal e sua manutenção. Com relação à cisheteronormatividade, a pedagoga transfeminista Maria Clara Araújo nos ensina que o conceito têm sido proposto por transfeministas, buscando evidenciar o caráter normativo que a cisgeneridade e heterossexualidade ocupam na constituição de nossas identidades (Araújo, 2020, p.26).

<sup>47</sup> María Lugones (1944-2020) foi filósofa, ativista, professora e teórica feminista argentina, Precursora do pensamento decolonial, Lugones lecionava na Universidade de Binghamton, em Nova York, nos departamentos de Literatura Comparada e Women's Studies. Obteve seu doutorado em Filosofia e Ciência Política na Universidade de Wisconsin, Estados Unidos.

<sup>48</sup> Aníbal Quijano foi um sociólogo e pensador humanista peruano, conhecido por ter desenvolvido o conceito de "colonialidade do poder".

elemento constitutivo e específico do padrão mundial do poder capitalista. Contudo, o autor não elenca a opressão patriarcal de gênero como fator determinante.

Assim, para Quijano, as lutas pelo controle do “acesso ao sexo, seus recursos e produtos” definem a esfera sexo/gênero e são organizadas a partir dos eixos da colonialidade e da modernidade. Essa análise da construção moderna/colonial do gênero e seu alcance são limitados. O olhar de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. Ele aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero. Seu quadro de análise – capitalista, eurocêntrico e global – mantém velado o entendimento de que as mulheres colonizadas, não-brancas, foram subordinadas e destituídas de poder. (LUGONES, 2008, p. 75)

A autora ao interpretar Aníbal, afirma que ele aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre gênero que exclui as mulheres não-brancas. Consequentemente, tudo isso reverbera socialmente até atualmente, infelizmente, não apenas por homens, brancos e intelectuais. Desta forma, é também resultado da ação do próprio feminismo hegemônico branco da década de 1970.

Apagando toda história, inclusive a oral, da relação entre as mulheres brancas e não-brancas, o feminismo hegemônico branco igualou mulher branca e mulher. (...) A luta das feministas brancas e da “segunda liberação da mulher” nos anos 1970 em diante passou a ser uma luta contra as posições, os papéis, os estereótipos, traços e desejos impostos na subordinação das mulheres burguesas brancas. Elas não se ocuparam da opressão de gênero de mais ninguém. Conceberam “a mulher” como um ser corpóreo e evidentemente branco, mas sem explicitar essa qualificação racial. (LUGONES, 2008, p. 95)

A análise da autora explicita o processo de universalização da experiência das mulheres brancas, ou seja, instituindo a experiência feminina branca como padrão universal de humanidade. Como se a sujeição de gênero fosse suficiente para criar a irmandade entre mulheres, desconsiderando que havia desigualdades mesmo na sujeição. No artigo *A mulher negra na sociedade brasileira*, escrito 1979 e publicado em 1981, Lélia elenca a tripla discriminação sofrida pelas mulheres negras, acrescentando os efeitos do capitalismo.

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto da tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. (GONZÁLEZ, 1981, p.34)

Desta maneira, vemos que os vários atravessamentos que perpassam os co'rp

das mulheres negras. Assim como as suas identidades de “mulher”, “negra”, “empobrecida”, “lésbica”, “bissexual”, “trans” construídas de forma dialogada, e não autônoma. A complexidade do entendimento desta realidade e suas múltiplas discriminações nos trouxeram ao conceito de interseccionalidade<sup>49</sup> enquanto ferramenta analítica. Carla Akotirene<sup>50</sup> o define enquanto “oferenda analítica preparada pelas feministas negras”.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (AKOTIRENE, 2018, p.14)

Fruto do feminismo negro, inclusive antecipado pela obra de Lélia González<sup>51</sup>, a autora pontua a interseccionalidade como ferramenta que ajuda a compreender as pautas das mulheres negras que ficavam fora das lutas dos movimentos femininos e do movimento negro. Seria nesta encruzilhada ou “avenidas identitárias” que emerge o próprio feminismo negro. A cisão no processo de organização do movimento de mulheres negras e do movimento feminista, marcada pela dificuldade das mulheres negras se enxergarem no feminismo num momento no qual a pauta da liberdade do corpo era foco evidente e quase único. Por outro lado, a incompreensão das mulheres brancas sobre as experiências diferentes abarcadas nos corpos de mulheres negra foi como traz Moreira (2007) um quadro característico da década de 80. Já nas décadas seguintes,

---

<sup>49</sup> Conceitualmente foi elaborado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação, aportada na teoria crítica de raça, em 1989. Para aprofundamento do conceito e seus desdobramentos, indico a leitura da literatura de Patricia Hill Collins (socióloga, feminista negra estadunidense) e Carla Akotirene. Vale destacar que, feministas decoloniais como Maria Lugones e Orchy Curiel são críticas ao conceito por colocar a mulher negra/indígena na interseção, quando as exclusões contra ela atravessam toda a sociedade.

<sup>50</sup> Carla Akotirene é mestra e doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – UFBA, autora do livro *Interseccionalidade*, parte da coleção *Feminismos Plurais* coordenada pela filósofa feminista negra, Djamila Ribeiro.

<sup>51</sup> No artigo *A perspectiva interseccional de Lélia González* Alex Ratts e Flávia Rios (2016, p447), apontam a antecipação conceitual de Lélia acerca da interseccionalidade já que foi a primeira voz a articular racismo, sexismo e exploração capitalista presente na vivência das mulheres negras.

o questionamento acerca das dificuldades do feminismo em lidar com a diversidade gera uma incorporação de demandas de mulheres negras, proporcionada também pela participação cada vez mais crescente dessas mulheres nos encontros feministas. (MOREIRA, 2007 p.68)

Como fruto das confluências dos debates da década 80, o *Centenário da Abolição* em 1988, “exigiu de toda a militância negra do país um forte posicionamento no sentido de denunciar as precárias condições de vida da população negra no Brasil, após 100 anos da Abolição” (CARNEIRO, 1993, p.13). O processo político da constituinte de 1988<sup>52</sup>, a criminalização do racismo<sup>53</sup> e a crescente auto-organização das mulheres negras em seus próprios coletivos e movimentos, como vimos, foram fatores que contextualizavam a formação do então emergente movimento de mulheres negras.

Os encontros nacionais e internacionais são definitivos para a constituição das mulheres negras organizadas<sup>54</sup>, como o já citado I Encontro Nacional de Mulheres Negras de 1988 e o I Encontro de Mulheres Negras Afro-latinas-Americanas, realizado em 25 de julho de 1992, em San Domingo, na República Dominicana. Eu tinha cerca 6 anos e nem podia imaginar que mulheres negras de 70 países, criavam ali a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas e a definiam aquele 25 de julho como Dia da Mulher Afro-latino-americana e Caribenha.

## 1.2 A Marcha das Mulheres Negras de 2015 e o Bem Viver

---

<sup>52</sup> Em sua dissertação defendida em 2015 *A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos* a intelectual Natália Neris explica como o movimento negro contribuiu com a Constituinte de 1988, ano simbólico, porque houve a tentativa de celebrar o centenário da abolição. O movimento negro se posicionou contra, afirmando que não havia nada a se comemorar, e que o Estado brasileiro precisava reconhecer as desigualdades fruto do racismo.

<sup>53</sup> Em 2 de fevereiro de 1988, o Plenário da Constituinte aprovou a emenda de autoria do deputado federal Carlos Alberto Caó Oliveira que definiu o racismo como crime inafiançável e imprescritível. A lei passou a valer a partir da promulgação da Constituição Federal, no dia 5 de outubro de 1988.

<sup>54</sup> Sobre isso, Ribeiro (2008) destaca encontros que contribuíram com a formação do movimento de mulheres negras a partir de 1985: os Encontros Nacionais Feministas (ENF) – sendo os últimos ocorridos em Garanhuns-PE (1987), Bertioga-SP (1989) e Caldas Novas-GO (1991) – bem como os Encontros Feministas Latino Americanos e do Caribe, a partir do terceiro de um total de seis encontros – Bertioga, em 1985, no Brasil; Taxco, em 1987, no México; San Bernardo, 1990, no Chile; e Costa del Sol, no El Salvador, 1993.

Figura 2 - Marcha das Mulheres Negras contra o racismo, a violência e pelo bem viver.

*Cerca de 50 mil mulheres negras tomaram às ruas de Brasília/DF em 18 de novembro de 2015.*



**Fonte:** Marcello Casal Jr/Agência Brasil(2015).

A intelectual socióloga e antropóloga, Angela Figueiredo<sup>55</sup> (2018), identifica que antes da realização da Marcha das Mulheres Negras de 2015,

ocorreram duas significativas marchas que questionaram a existência da democracia racial no Brasil, enfatizando as desigualdades existentes entre negros e brancos. A primeira delas foi em 1988, cujo objetivo prioritário foi o de se opor às comemorações do centenário da abolição da escravatura no Brasil. A segunda, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, conhecida como “Marcha Zumbi + 10”, reuniu em Brasília cerca de 30 mil manifestantes, no dia 20 de novembro de 1995, e foi uma das ações mais importantes, na ocasião, quando a coordenação da Marcha entregou ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial (FIGUEIREDO, 2018, p. 1092).

Não é preciso dizer que as mulheres negras militantes estavam profundamente envolvidas nessas construções políticas e organizativas. Em 2011 ocorreram os encontros paralelos da sociedade civil para o Afro XXI: Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes, realizado de 16 a 20 de novembro de 2011, em Salvador, Bahia.

<sup>55</sup> Angela Figueiredo é professora e pesquisadora do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO/UFBA). É coordenadora do Grupo de pesquisa em Gênero, Raça e Subalternidade - Coletivo Angela Davis e, atualmente, coordena o projeto de Censo das Manifestações Culturais Negras.

Durante os encontros, Nilma Bentes, militante negra paraense, agrônoma, fundadora do Centro de Defesa do Negro do Pará propôs a realização de uma marcha que reuniria mulheres negras de todo o país. Na época, ela fazia parte da composição da coordenação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)<sup>56</sup>, que em 2012 entraria de cabeça na construção da marcha. (LEMOS, 2016). A entrada das organizações de mulheres negras no processo foi essencial para o desenvolver da ideia de uma marcha nacional de mulheres negras, cujo objetivo foi levar para o debate público as bandeiras de lutas dessas mulheres gestadas em cerca de 30 anos de movimento.

Desse modo, a realização da Marcha das Mulheres Negras - Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver<sup>57</sup> não está apartada desse histórico de luta e resistência das mulheres negras, pelo contrário, faz parte do legado objetivo da luta e enfrentamento de mulheres negras contra as opressões de gênero, raça e classe. Exemplo simbólico dessa continuidade foi a utilização da mesma musicalização do poema “Salve a mulher negra” entoada por Luiza Barros em 1985, 30 anos depois, no vídeo<sup>58</sup> lançado em janeiro de 2015 pela AMNB, no ano de realização da marcha nacional.

Retomando o debate acerca das mulheres negras e o movimento feminista, Cestari chama a atenção para o fato de que “apesar da Marcha de Mulheres Negras 2015 não carregar em seu nome a denominação feminista, a escolha das imagens e poema musicado de um encontro feminista como referência para seu chamado significam sua filiação a este campo” (2015, p.118). Há apenas uma menção direta ao Encontro Feminista que aparece na legenda que acompanha a cena.

Enquanto pesquisadora negra, militante e feminista em marcha no estado de São Paulo, observo que, embora o berço da marcha seja feminista, na prática da construção política, o feminismo não foi o fator agregador da nossa força política e, sim nossa

---

<sup>56</sup> A AMNB (Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras) foi fundada em setembro de 2000 e é atualmente constituída de 23 organizações provenientes das diferentes regiões do Brasil. Criada com o objetivo inicial de permitir o protagonismo das mulheres negras durante o processo de realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2002). Após a Conferência, a AMNB passa a se dedicar ao monitoramento das recomendações e do Plano de Ação e a formulação de estratégias de desenvolvimento inclusivo para o Brasil, centradas na proteção e na promoção dos direitos; na geração de oportunidades no mundo do trabalho na cidade e no campo; na igualdade de tratamento na vida e no respeito à diversidade humana, sem racismo, sexismo, lesbofobia ou classismo seja para o Brasil ou para a América Latina. Foi uma das nove organizações nacionais que idealizou e liderou a construção da Marcha de Mulheres Negras de 2015 Disponível em: <https://amnbnasconferencias.wordpress.com/quem-somos/> Acesso: 28 jun. 2018.

<sup>57</sup> A partir de agora será resumido o nome para “Marcha de Mulheres Negras - 2015” ou “Marcha de 2015”.

<sup>58</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AaGIPizSeCE&t=1s> Acesso em: fev. 2018.

condição de mulheres negras. Como no passado, há problemáticas fundantes ao limitar o debate das mulheres negras ao feminismo, o que poderia não só afastar algumas mulheres como deixar de contemplar as diversas instâncias que são fatores de exploração e opressão para mulheres negras. Havia mulheres que não se identificavam com o feminismo, ou não compreendiam todos os debates, mas todas participavam ativamente porque a marcha foi pautada no que nos unia enquanto negras, sem cair na cilada de ignorar nossa própria diversidade.

Lemos (2016) conta como o foco da marcha foi “valorizar a memória de lutas de mulheres negras”, uma vez que esse resgate histórico seria essencial para fortalecê-las na atualidade. O processo de construção da Marcha de 2015 foi um salto qualitativo para o movimento de mulheres negras, tanto do ponto de vista organizativo, quanto da afirmação das mulheres negras enquanto sujeitas políticas com um projeto de sociedade para todos. Inclusive, o combate ao lesbocídio e a LGBTfobia aparecem ao lado do racismo e sexismo enquanto bandeiras de luta essenciais. Sobre o processo organizativo, Lemos (2016) destaca que a marcha

se estruturou por meio de um Comitê Nacional e, nos estados da Federação, em Comitês Impulsores Estaduais, com suas respectivas comissões. O mesmo acontece nos municípios com seus Comitês Impulsores Municipais. (LEMOS, 2015, p.25)

Essa organização em diferentes esferas foi fundamental para a organicidade de mulheres negras durante e após a realização da Marcha que exigiu intensos e extensos encontros e debates em torno da pauta da mulher negra. Nas palavras de Lemos:

A Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver se caracterizou em um ponto focal para a organização de mulheres negras, para o resgate de grupos em inatividade, para o surgimento de novos coletivos feministas negros e, ainda contribuiu, para a difusão de conhecimentos sobre o tema. (LEMOS, 2015 p.144)

Em 2011, quando Nilma coloca a pauta da construção de uma marcha nacional de mulheres negras, o *Bem Viver* já estava incorporado à ideia inicial. Oliveira<sup>59</sup> (2019) cita documento de Bentes dessa época:

[...] Nilma Bentes, na publicação da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras que registra tal construção iniciada em 2011, fala da “pobreza-

---

<sup>59</sup> Juliane Cintra de Oliveira em *MARCHA DAS MULHERES NEGRAS: o Bem Viver para construção de alternativas e superação do racismo* - Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais. USP, 2019.

racismo-machismo (e lesbofobia, em muitos casos)” que leva as mulheres negras a “um viver doloroso”. Ela trata de um lugar específico, singular – estabelecidos por esses marcadores sociais – que define o lugar da opressão, mas também de construção da identidade; de dominação, mas também de construção da resistência. (OLIVEIRA, 2019, s/ pg.)

A contraposição desse projeto político que impõe um “viver doloroso” às mulheres negras seria o Bem Viver, baseado nas respostas às violências sistêmicas causadas pelo modelo capitalista e desenvolvimentista de vida e organização social. Bentes resgata o motivo de inclusão do conceito na luta das mulheres negras:

Quando indiquei o “Bem Viver” na proposta da Marcha, achava que se colocássemos somente Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo isso, por si só, já era um forte motivador para a mobilização. Porém, como sabemos, as questões raça-gênero-classe estão imbricadas (se realimentam) e, considerando que a proposta de ser Marcha de Mulheres, já embutia a questão “gênero”, ao falar em negras e contra o racismo, já embutia a “raça”, então faltava incluir a “classe”, que remetia mais ao combate direto ao modelo capitalista-neoliberal. (Entrevista, 2017 <sup>60</sup>)

Nas palavras de Bentes, o Bem viver é uma proposta política para contrapor o “modelo capitalista neoliberal”. E sob essa base foi criado o Comitê Impulsor Nacional da Marcha<sup>61</sup>, lançado em 2013, durante a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). A ideia de construção de uma marcha foi promissora e conseguiu chamar a atenção e cativar tanto mulheres negras já ativistas, como aquelas que não se viam enquanto militantes, mas se reconheciam na proposta de construir uma marcha de mulheres negras.

A Marcha de 2015 foi uma iniciativa pensada para articular mulheres negras brasileiras, organizações em torno da luta pela equidade sócio racial e de gênero. Ao todo, 26 estados brasileiros se mobilizaram em torno da construção do evento que propôs o resgate à unicidade da luta das mulheres negras, que estava diluída nas diferentes organizações, partidos, e por vezes separadas por diferenças ideológicas. Ao colocar tudo isso de lado e priorizar a pauta da mulher negra, a marcha se colocou enquanto força política abrangente com forte poder de mobilização.

A Marcha das Mulheres Negras 2015 contribuiu para dar maior visibilidade às

---

<sup>60</sup> Entrevista cedida a essa pesquisadora em 2017, via email, no *prelo*.

<sup>61</sup> O Comitê foi composto pela AMNB, os Agentes de Pastoral Negros (APNs), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (Conaq), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), Movimento Negro Unificado (MNU) e União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegro).

demandas por políticas públicas com ênfase na história das desigualdades de gênero, raça, classe, orientação sexual e outras formas de opressão. Buscou por um protagonismo histórico, quando mulheres de todo território brasileiro se empenham em pactuar e repactuar políticas públicas que possibilitassem um mundo melhor, baseadas em novos paradigmas econômicos, de consumo e de sociabilidade. (LEMOS, 2016 p.225)

Como analisa Lemos, a marcha criou, oportunidade de diálogo real entre mulheres negras diversas, incluindo e não ignorando as especificidades de gênero, classe, orientação sexual, território, entre outras opressões. Ou seja, permitiu uma construção a partir do que unia as diversas vivências de mulheres negras em prol do comum. Os “novos paradigmas econômicos, de consumo e de sociabilidade”, citado pela pesquisadora, e debatidos na construção da marcha, estavam já sintetizados na concepção do Bem Viver, como veremos no decorrer dessa pesquisa.

A Figura 2 que abre esse intertítulo traz registro do dia 18 de novembro de 2015, dia de realização da marcha, apontado pela militância negra como o dia da culminância de um longo processo histórico. Quem estava presente não esquece o inédito mar de mulheres negras, com seus corpos coloridos, imponentes, dançantes e livres que tomavam as avenidas de Brasília, capital política do maior país da América do Latina. Por isso, muitas ativistas, como veremos no decorrer desse trabalho, apontam o momento catártico que se deu na chegada da marcha ao Eixo Monumental (grande avenida que se localiza no centro do Plano Piloto de Brasília), perto da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios.

Foi ali, que a imagem do mar de mulheres negras se concretizou na memória afetiva de muitas ativistas. Não era possível ver o fim da marcha, que se perdia no horizonte da avenida. O esforço organizativo sem precedentes na história das mulheres negras brasileiras levou 50 mil mulheres que enegreceram e feminizaram a capital política marcada pelo poder masculino, branco, patriarcal e cisheteronormativo.

Ao mesmo tempo que tomavam às ruas, foi divulgada amplamente e também entregue a então presidenta Dilma Rousseff, a Carta das Mulheres Negras de 2015<sup>62</sup>, um documento analítico da condição da mulher negra na sociedade brasileira, bem como declarativo no sentido de apontar o projeto político pactuado pelas feministas negras para o Brasil. O documento pode ser considerado o primeiro material elaborado por mulheres negras que ancora a questão do Bem Viver no debate racial.

---

<sup>62</sup> O documento pode ser lido em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf> Acesso em: 2 mai. 2017.

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha inspiradas em nossa ancestralidade que nos fez portadoras de um legado capaz de ofertar concepções que inspirem a construção e consolidação de um novo pacto civilizatório. Buscamos fundamentos em paradigmas que se orientam por outra gramática política, responsável por uma reordenação socioracial equilibrada, capaz de acolher saberes, práticas e experiências até então ignorados pelas dominantes configurações do político. Não temos dúvida de que a adoção desse paradigma instaura, a uma só vez, a reconstrução de utopias onde as diferenças são compreendidas como um valor humano. (CARTA, 2015)

O parágrafo que abre a Carta enuncia as sujeitas políticas que ali escrevem e retoma o legado de luta ancestral que possibilita às mulheres negras a oferta de “concepções que inspirem um novo pacto civilizatório”. O trecho aponta a busca por “paradigmas que se orientam por outra gramática política”, diferente da vigente que ignora saberes e práticas não dominantes e produz uma sociedade em desequilíbrio. Essa norma ajudaria na construção de novas utopias onde “as diferenças são compreendidas como um valor humano”, e não necessariamente se configurariam em desigualdades abissais.

A partir daí, o texto segue apresentando uma análise conjuntural que coloca as mulheres negras na “dianteira dos índices de iniquidades”, desvelando como operam o racismo e à violência de estado sobre corpos negros. Além disso, aponta a consciência de que nos últimos 30 anos, a ação política de mulheres negras transformou a sociedade e promoveu a valorização da negritude.

Denunciamos a falácia do mito da democracia racial; aperfeiçoamos o atendimento à saúde pública; interferimos nas políticas dos direitos sexuais e reprodutivos; denunciemos os processos nefastos de esterilização das mulheres negras; delineamos os princípios de uma educação, para além de pública e de qualidade, efetivamente plural; expusemos a dimensão racial na política ambiental; instauramos os parâmetros que redefiniram as políticas voltadas à criança e ao adolescente; denunciemos sistematicamente a violência em sua feição mais extremada com o extermínio da juventude negra e a morte simbólica das famílias implicadas nesse genocídio; de maneira ainda mais radical demonstramos como a violência, para além dos homicídios, das altas taxas de morte materna e agressões contra mulheres, organiza as práticas racistas cotidianas praticadas pelo Estado e pela sociedade; defendemos a pluralidade religiosa, na tentativa de resguardar a cosmovisão ancestral que dinamiza o território brasileiro; defendemos a legitimidade dos modos de vida que não cabem na tradição judaico-cristã; enfim, construímos e procuramos, em nossa trajetória, consolidar a democracia e instaurar a República. (CARTA, 2015)

As ações descritas procuravam “consolidar a democracia” inexistente diante das desigualdades, violência física e simbólica, negação de direitos e privilégios dos grupos dominantes. Mesmo reconhecendo o avanço no diálogo com o estado, marcado ali pelos 11 anos de governos petistas<sup>63</sup>, as mulheres negras afirmam ali que as “desigualdades permanecem confinando mulheres e homens negros nos estratos mais rebaixados do tecido social.” (CARTA, 2015, s/p). Vale ressaltar que o país já vivia momento complexo que terminaria no golpe contra a presidente Dilma Rousseff. A própria marcha foi recebida a tiros quando chegou à Esplanada dos Ministérios e se deparou com um acampamento fascista militar que pedia o *impeachment* de Dilma e a volta da ditadura<sup>64</sup>. Ao mesmo tempo que o movimento levava reivindicações à presidenta, a Marcha de 2015 foi vista como um movimento de apoio à Dilma, e foi a última grande manifestação em Brasília antes do golpe.<sup>65</sup>

De volta à Carta, no subtítulo destinado ao Bem Viver, afirma-se que é a partir desse paradigma que se “emerge um novo código sociopolítico” a partir de conceitos plurais que englobam “novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza (política ambiental) e da cultura”, na busca de um bem-estar coletivo.

Nossa concepção de Bem Viver é incompatível com o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de exploração, subalternidade e marginalidade, e que associa qualidade de vida a consumo. Exige, pois, transformações radicais no modelo de sociedade que temos, em sua estrutura e valores. É, portanto, inconciliável com propostas desenvolvimentistas, violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos (saberes e fazeres que correspondem ao padrão tecnológico das sociedades, onde tecnologia está relacionada com a arte de decidir bem sobre o território e suas riquezas naturais, materiais e simbólicas). (CARTA, 2015, s/p).

Neste trecho, as mulheres negras afirmam sua concepção do conceito já alicerçada na crítica ao modelo capitalista racista e patriarcal. Esse elemento como algo basilar leva

---

<sup>63</sup> O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011) foi marcado pela participação popular com as conferências, conselhos, criação da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) promulgação da Lei 10639, Lei das Cotas nas universidades, e entre outros avanços. Em 2011, a primeira mulher é eleita presidente onde permaneceu até o golpe em 2016.

<sup>64</sup> O fato ganhou manchete no Correio Braziliense sob o título: Mulheres Negras são alvo de explosões e tiros na Esplanada dos Ministérios. Matéria pode ser lida aqui: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/11/18/interna\\_cidadesdf.507082/confusao-entre-manifestantes-causa-tumulto-na-esplanada-dos-ministerio.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/11/18/interna_cidadesdf.507082/confusao-entre-manifestantes-causa-tumulto-na-esplanada-dos-ministerio.shtml) Acesso em: 15 out. 2021.

<sup>65</sup> O Partido dos Trabalhadores (PT) e parte de suas militantes estiveram envolvidos na construção e viabilização da Marcha em muitos estados. Inclusive, o Núcleo Impulsor da São Paulo foi iniciado graças ao trabalho de uma militante histórica da zona leste da capital, Kika de Bessen.

a discussão do Bem Viver para lugares que dialogam com o combate a propostas desenvolvimentistas que precarizam a vida de todos, e violentam as comunidades tradicionais rurais, “ambientalistas por ofício”, os quilombos, as aldeias indígenas, entre outros guardiães primários desses territórios e da Natureza.

A Carta por fim, munida “nos fundamentos do Bem Viver<sup>66</sup>”, termina apresentando pontos inegociáveis para garantir direitos às mulheres negras. São eles: direito à vida, direito à humanidade, direito a ter direito e o direito ao reconhecimento das diferenças. Por fim, apresenta propostas categorizadas em “direito à vida e à liberdade”; “promoção da igualdade racial”; “direito ao trabalho, ao emprego e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades”; “direito à terra, território e moradia/direito à cidade”, “justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida”; “direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência social)”; “direito à educação”; “direito à justiça”, “direito à cultura, informação e à comunicação” e “segurança pública”.

A *Carta das Mulheres Negras*, como pontua Figueiredo (2018 p.1081) traz a denúncia da falência do projeto civilizador do estado brasileiro, que “exclui significativa parcela da população brasileira, e exige um novo pacto civilizatório.” Dessa forma, o documento inaugura o ponto de inflexão do movimento de mulheres negras ao demarcar o seu caráter anticapitalista e pontuar o esgotamento de um projeto desenvolvimentista de governos ditos de esquerda como o do Partido dos Trabalhadores (2004-2016).

Assim, como na “Marcha Zumbi + 10”, uma delegação de mulheres negras entregou no dia 18 de novembro de 2015 à então presidenta Dilma Rousseff a carta com todas as reivindicações e elaborações do movimento. É desconcertante pensar, como lembrou Nilza Iraci<sup>67</sup>, em *live* realizada pela coletiva Marcha das Mulheres Negras de São Paulo que

Sáimos daquela marcha fantástica, entregamos um documento fantástico para uma mulher de esquerda e apenas 15 dias depois ela fechou a Seppir e a Secretaria de Políticas das Mulheres. Então, o racismo estrutural e desigualdade imposta sobre as mulheres e negras jogam nas nossas costas o

---

<sup>66</sup> Importante destacar que o documento não se aprofunda no que seriam esses fundamentos.

<sup>67</sup> Nilza Iraci é comunicadora social com especialização pela Universidade Nacional de Brasília. Fundadora de Geledés – Instituto da Mulher Negra. Desde 1988 vem se dedicando a projetos de formação e capacitação de mulheres negras em TICs, Comunicação, Mídia e Advocacy, tendo realizado várias atividades no setor, com vários artigos publicados sobre o assunto em diferentes mídias. Integra a Marcha das Mulheres Negras de SP. Fala disponível em: <https://www.facebook.com/mmnegrasSP/videos/885996902325751> Acesso em: 27 jul. 2021.

A fala da militante e observadora voraz da condição da mulher negra no mundo, demarca o longo caminho que ainda precisa ser trilhado no reconhecimento dos acúmulos do movimento de mulheres negras e o lugar que tem ou não tem dentro das políticas institucionais, já que são as primeiras a serem rifadas quando preciso. Importante ressaltar que, o exemplo do desmonte da Seppir e da Secretaria de Políticas das Mulheres se somam a outros que escancaram a ineficácia de uma política que entende o racismo como um debate de rabeira, sem centralidade. Essa percepção faz com que muitas mulheres negras em movimento tenham a certeza de que estão por conta própria.

O cenário político que contextualiza os fatos narrados por Iraci era de uma política comandada por um governo petista, durante a gestão da primeira mulher eleita para ocupar a presidência, mas que ali já estava bem encurralada pelo chamado “centrão”. Esses elementos ressoam na fala da jornalista que acentua o fato de o documento ter sido entregue para uma “uma mulher de esquerda” e menos de 15 dias depois essas condições não tenham sido suficientes para assegurar a existências desses espaços institucionais importantes dentro da construção de um estado democrático.

Não cabe julgar ou até mesmo presumir o nível de consciência dessas pautas que a ex-presidenta e todo o governo e partido possuíam. Porém, o nível de comprometimento deve refletir a maneira como os programas, as ações e as práticas são executadas, o que muitas vezes deixa as questões raciais e de gênero no meio do caminho.

O momento político do país e a crise econômica impediam ousar com políticas vanguardistas (como o Bem Viver das mulheres negras ou a política em relação às questões de gênero e sexualidade nas escolas). Ou seja, no pior momento do petismo, aparecem excelentes propostas, mas não havia uma institucionalidade sólida capaz de sustentá-las.

Retomando agora a elaboração da Carta das Mulheres Negras de 2015, é importante destacar que nem todas as mulheres negras que construíram os núcleos impulsores estaduais da Marcha de 2015 tiveram acesso ao processo de elaboração do documento. Ao menos em São Paulo, onde atuei enquanto trabalhava no Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, ele não foi amplamente debatido. A construção desse documento foi uma discussão que passou pelo Núcleo Impulsor Nacional, e parte das militantes só teve acesso ao documento quando ele foi publicado em uma versão parcial no site Geledés.

Em São Paulo, como imagino que se repetiu em muitos estados, as energias foram concentradas na construção nos territórios. Havia muito o que fazer e preocupações estruturais. Afinal, como em condições tão precárias e sem recurso financeiro, seria possível levar um número expressivo de mulheres a Brasília? O núcleo nacional pôde colaborar pouco no sentido estrutural o que gerava ruídos com relação ao papel que aquela instância desempenha. No entanto, a vontade de construir a marcha era imensa, muitas mulheres se doaram para o processo e ficavam felizes com as camisetas coloridas, com o alojamento e o traslado, para as que conseguiram.

Em entrevista concedida à Lemos (2016), a historiadora Giselle dos Anjos Santos, minha companheira de trabalho no CEERT à época, revela os inúmeros desafios colocados no contexto de construção da marcha. Ela pontua a mesma fragilidade na ação por falta de recurso e estrutura.

Outra percepção que Santos compartilhou com relação à Coordenação Nacional é que ela “deixou a desejar em muitos aspectos, considerando que o Brasil é um país muito grande e pediria uma orientação mais próxima, com os diferentes núcleos”,

“mas ao mesmo tempo, a gente tem que reconhecer as limitações que estavam dadas na constituição desse Núcleo [nacional]. No decorrer do processo, querendo ou não, os próprios núcleos foram criando estratégias, foram criando formas de garantir a mobilização e articulação de um maior número de mulheres”. (SANTOS, 2016).

Desse modo, a discussão mais aprofundada sobre a Carta e o Bem Viver não estavam entre as prioridades naquele momento. Ao apresentar o Bem Viver em artigo sobre a Marcha das Mulheres Negras de 2015, Lemos afirma:

É um conceito em construção sob distintas confluências que vão das promovidas pela reflexão acadêmica às práticas dos movimentos sociais. Resulta de uma recuperação de saberes e sensibilidades próprias de alguns povos indígenas, constituindo-se uma reação ao desenvolvimentismo convencional e a aposta em uma alternativa substancial. Dessa maneira, ficam afastadas as ideias ocidentais convencionais de progresso e são construídas novas concepções sobre o que seja uma vida boa, incluindo uma especial atenção à natureza. (LEMOS, 2015 p.210)

A Marcha apontou a crítica das mulheres negras ao modelo social vigente também ao reivindicarem o Bem Viver. Já que, embora os corpos de mulheres negras estejam na base do desenvolvimento político e econômico, estes mesmos seguem sendo aliçados de usufruírem os frutos deste trabalho.

As questões estruturais de raça, gênero e classe violentam e vulnerabilizam suas existências, daí que a “recuperação de saberes” tradicionais se configura uma resposta, “uma reação ao desenvolvimentismo convencional”, como vemos na citação de Lemos. Outro ponto de destaque, é a construção do conceito originado “sob distintas confluências que vão das promovidas pela reflexão acadêmica às práticas dos movimentos sociais”, que revela o caminho que o conceito tem feito também dentro do movimento de mulheres negras, algo que exploraremos no decorrer desta pesquisa.

Passados mais de 7 anos de realização do evento, é inegável o saldo positivo no sentido de organização e horizonte comum compartilhado pelas mulheres negras ativistas. Apresento mais à frente como essa percepção é sentida e corroborada por diversas ativistas que responderam ao questionário desta pesquisa.

No entanto, a condição histórica de subalternidade denunciada há tempos pelas mulheres negras segue presente. Em uma reflexão de 1989, Lélia González afirmou: “Para a mulher negra, o lugar que lhe é reservado é o menor. O lugar da marginalização. O lugar do menor salário. O lugar do desrespeito em relação a sua capacidade profissional”. A análise realizada em entrevista a Mali Garcia para o documentário "As Divas Negras do Cinema Brasileiro"<sup>16</sup>, segue sendo atual 31 anos depois. É o que explorarei no próximo subtítulo desta pesquisa.

### **1.3 Breve análise do lugar da mulher negra na sociedade de hoje**

Na Carta de 2015, a médica e intelectual Jurema Werneck<sup>68</sup> é citada na abordagem do tema a respeito da violência doméstica. Naquele ano, o *Mapa da Violência*<sup>69</sup> revelou que o número de mulheres negras mortas havia crescido 54% em 10 anos (de 2003 a 2013), enquanto o número de mulheres brancas assassinadas caiu 10% no mesmo período. “Uma política pública justa e democrática precisa ser destinada a grupos específicos”, afirmou Werneck. A ativista pontuava o olhar universal do estado, que ignorava os diferentes contextos vividos por negras e brancas, acabava por

---

<sup>68</sup> Jurema Werneck é feminista, médica, autora e doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ativista do movimento de mulheres negras brasileiro e dos direitos humanos, assumiu a Direção Executiva da Anistia Internacional -Brasil, em fevereiro de 2017. Em 1992, ela fundou a ONG Criola que atua na defesa dos direitos das mulheres negras no Brasil.

<sup>69</sup> Elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Estudos Sociais. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf) Acesso em: jul. 2018.

privilegiar grupos privilegiados, e prejudicar grupos marginalizados. A mulher negra tem dificuldade de acessar não apenas a rede de proteção contra a violência, mas todas as outras. Muitas delas têm medo de recorrer ao Estado em casos de violência porque sabem que é o Estado que mata os homens negros, logo ela não confia nele. (WERNECK, 2015<sup>70</sup>).

A análise de Werneck dá indícios do momento político no qual a marcha se construiu, onde os avanços escorregavam pelos dedos. Embora beneficiárias de políticas como o Bolsa Família<sup>71</sup>, por exemplo, as políticas ainda ignoravam as especificidades das mulheres negras e muitas vezes não tinham esse segmento enquanto público-alvo. Esse cenário levou Giselle a afirmar, em entrevista à Lemos (2016) que “a mulher negra ainda vive, de alguma medida, sob a égide do mito da democracia racial” (SANTOS, 2016).

A psicóloga e intelectual Maria Aparecida Bento<sup>72</sup> (2003) interpreta o “mito” também como “ideologia” da democracia racial que fornece à classe dominante branca argumentos para se defender e seguir usufruindo de seus privilégios raciais. “Esse mito, ao longo da história do país, vem servindo ao triste papel de favorecer e legitimar a discriminação racial” (BENTO, 2003, p. 48). Essa legitimação e até mesmo naturalização do lugar subalterno do negro também coloca as mulheres negras no limbo das políticas públicas, percepção já explorada por Carneiro (1989) quando afirma,

(...) no geral as conquistas do movimento de mulheres tendem a beneficiar as mulheres brancas como consequência da discriminação racial que pesa sobre as negras. De maneira semelhante, as poucas conquistas do movimento negro tendem a privilegiar o homem negro como consequência da discriminação sexual que pesa sobre as mulheres negras. (CARNEIRO, 1989, p.12)

Em diálogo com Carneiro, quando olhamos os avanços da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP)<sup>73</sup>, percebemos o resultado de uma política

---

<sup>70</sup>Como a Carta das Mulheres Negras 2015 não traz referências bibliográficas, não é possível afirmar com certeza a origem da citação à Werneck. Intuo que ela foi retirada de uma entrevista dada ao El País no mesmo ano. Entrevista disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/06/politica/1446816654\\_549295.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/06/politica/1446816654_549295.html) Acessada em: agos. 2019.

<sup>71</sup> Naquele momento, das 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 73% eram de negros e pardos. E 68% delas eram chefiadas por mulheres negras, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social de 2014.

<sup>72</sup> Maria Aparecida Bento (Cida Bento) é uma psicóloga e ativista brasileira, fundadora e diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), que atua na redução das desigualdades raciais e de gênero no ambiente de trabalho. É doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo, onde homologou em 2002 a tese *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*.

<sup>73</sup> Em 2006, fruto das lutas dos movimentos feministas e de mulheres, foi promulgada a Lei nº 11.340/2006, que inaugurou nova forma legislativa e social de combate à violência doméstica e familiar no país.

que ainda está focada em um único tipo de mulher. Deste modo, sujeita à desproteção outras tantas mulheres que têm suas condições de raça, classe, território e atuação profissional etc., ignoradas. Esse fenômeno foi explorado pela pesquisadora Suelaine Carneiro<sup>74</sup> no e-book lançado em 2017 *Mulheres Negras e Violência Doméstica - decodificando os números*<sup>75</sup>, onde ela destaca:

Apesar de contarmos com políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência doméstica, os índices demonstram seu reduzido alcance para atuar na proteção e direito à vida das mulheres negras. (CARNEIRO, 2017, p.10)

Depois de analisar os dados disponíveis e realizar inúmeras entrevistas com gestoras e mulheres atendidas pelos mecanismos de acolhimento e atendimento às vítimas de violência contra a mulher, a socióloga pontua que a discussão acerca do racismo é ato de enfrentamento à ideologia da democracia racial, “ainda presente e imutável na elaboração das políticas públicas, e que compromete a efetivação de direitos das mulheres negras” (CARNEIRO, 2017, p. 356). Vamos interpretar brevemente outros dados que comprovam a necessidade de uma abordagem que contemple as questões de gênero, raça e classe de forma indissociáveis.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019<sup>76</sup>, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. Ou seja, estamos falando de 56,2% de população negra no Brasil, com o somatório dos pretos e pardos. As mulheres negras, que reúnem pretas e pardas, formam o maior grupo da população. Somando-se quase 60 milhões de pessoas —28% dos brasileiros, segundo a pesquisa.

De acordo com o informativo do mesmo ano do relatório Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil do IBGE<sup>77</sup>, a informalidade atinge 47,3% do total de pretos e

---

<sup>74</sup> Socióloga, feminista, mestre em educação, Coordenadora de Educação e Pesquisa. Atua nos seguintes temas: feminismo, racismo, educação das relações raciais e direitos humanos. Autora de publicações sobre: violência racial; Promotoras Legais Populares; gênero e educação; educação em emergências; violência doméstica.

<sup>75</sup> *Mulheres Negras e Violência Doméstica - decodificando os números*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf> Acesso em: 23 jan. 2021.

<sup>76</sup> Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> Acesso em: 12 jun. 2020.

<sup>77</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre> Acesso em: 12 jun. 2020.

pardos no Brasil, enquanto entre os brancos, esse percentual é de 34,6%. O rendimento também apresenta desigualdades de gênero e raça-etnia, e uma maior distância entre os rendimentos dos homens brancos, quando comparados aos das mulheres pretas ou pardas, que recebem 44,4% menos do que eles. González (2018, p. 308) pontua que o duplo caráter da condição biológica da mulher negra (racial e sexual) faz com que essas sejam as mais exploradas em “região de capitalismo patriarcal-racista dependente”, onde as negras em sua maioria fazem parte do proletariado.

No item “com ensino superior em função que exige a formação” do mesmo relatório do IBGE citado acima, por exemplo, a população negra conta com rendimento médio por hora de R\$ 34,00 para homens e R\$ 24,00 para mulheres. O valor para homens brancos é de R\$ 47,00 e de R\$ 35,00 para mulheres não negras. Ao tomar a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica, percebemos como a desigualdade ocorre entre “negros” e “mulheres”.

A desigualdade de oportunidades se repete em todas regiões e estados. Apesar dos avanços alcançados pela luta e resistência do povo negro, a disparidade salarial entre brancos e pretos persiste e se repete na série histórica disponível. O estudo do IBGE explica essa diferença por fatores como: segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes.

No Brasil, outro exemplo gritante da ação do racismo e sexismo juntos é o emprego doméstico, estruturante das relações sociais econômicas. Quase 20% das mulheres negras trabalham com serviços domésticos, a taxa que cai para cerca de 10% entre brancas, segundo a PNAD. Hirata (2007) vai analisar a racialização do trabalho<sup>78</sup> como algo estrutural para o capitalismo.

Esse processo [racialização do trabalho] implicou, necessariamente, no fato de as mulheres sujeitadas racialmente sejam sempre forçadas a oferecer seus trabalhos a baixo custo para mulheres não sujeitadas em virtude da raça. (HIRATA; KERGOAT, 2007, pp. 599-600).

Não podemos esquecer também, que as mulheres negras travaram árdua luta contra a exigência de “boa aparência”, muito comum nos classificados de empregos. Fator que demarca um mecanismo de seleção no mercado de trabalho que mantém as

---

<sup>78</sup> Sobre a racialização do capitalismo, o trabalho reprodutivo e a questão racial, indico a dissertação de mestrado *Trabalho reprodutivo, reservas de trabalho e a gestão da miséria no capitalismo contemporâneo: um estudo sobre os Programas de Transferência de Renda Condicionada de Gabriella Mendes Chaves*, defendida em 2020 na Universidade Federal do ABC.

desigualdades entre brancas e negras. Outra circunstância que merece destaque é alta taxa de assassinatos. Em 2018, segundo o Atlas da Violência<sup>79</sup>, 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras.

No contexto histórico, de 2008 a 2018, o número de homicídios de pessoas negras no país aumentou 11,5%, já entre pessoas não negras caiu 12,9%. O risco de um homem negro ser assassinado é 74% maior e para as mulheres negras a taxa é de 64,4%. Em 2018, uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas. Dessas, 68% são mulheres negras. A taxa de homicídios das mulheres negras é 5,2 para cada 100 mil, muito maior do que o dado de 2,8 por 100.000 para não negras.

Esses e outros dados apontam para as desigualdades estruturais e históricas que denunciam a inexistência de uma democracia racial e, muito menos, uma democracia plena perante as forças do racismo e do patriarcado. Iniciada com fim da escravidão em 1888 a crença na harmonia racial no Brasil, difundida e documentada por Gilberto Freyre, em 1933, como vimos faz parte da sociedade e das instituições exercendo influência até os dias atuais.

Há diversos momentos históricos que revelam a construção da ideia da “harmonia entre as raças”. Destaco aqui o *Congresso Universal das Raças* ocorrido em Londres, em 1911, como um dos exemplos históricos de fundação do mito da harmonia entre as raças, onde, entre outras suposições sem confirmação científica ou social, o representante do Brasil afirmou que o processo de escravização tinha sido mais pacífico em território brasileiro (SCHWARCZ, 2011).

O congresso evocou de forma enfática o “darwinismo social”<sup>80</sup> para elaborar a previsão sobre o processo de embranquecimento da população em três gerações devido a miscigenação, o que não se confirmou, obviamente. Observou-se depois que, na verdade, “darwinismo social” tinha origem ideológica e não científica (BOLSANELLO, 1996), e estava associado à defesa da sociedade capitalista, sendo assim, rapidamente vinculou-se a ideologias eugenistas e racistas presentes no Brasil no final do século XIX.

O movimento negro brasileiro deu um passo importante a partir da década de

---

<sup>79</sup> Levantamento feito pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) em parceria com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), vinculado ao Ministério da Economia.

<sup>80</sup> Sobre o conceito, a professora Maria Augusta Bolsanello escreve: “O darwinismo social pode ser definido como a aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humanas. Seu grande mentor foi o filósofo inglês Herbert Spencer (1820 - 1903), que inclusive criou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, que mais tarde também seria utilizado por Darwin” (BOLSANELLO, p.154, 1996).

1980, quando pontuou que as desigualdades entre brancos e negros não só existiam, como também, não podem ser encaradas apenas como uma herança do processo escravista. Uma vez que, seguem sendo reproduzidas atualmente, não como um reflexo, mas tal qual uma política ativa de estado baseado no racismo. Houve, como há até hoje, um sistema político que é responsável pela perpetuação das desigualdades. Em relação dialógica com este contexto histórico e conjuntural, as mulheres enunciam o Bem Viver como utopia, horizonte, caminho, prática, entre outros elementos que vamos investigar aqui nesta pesquisa a partir da ótica desta pesquisadora militante.

Além do ineditismo da proposta já mencionada, a atual conjuntura no Brasil com marco na eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018, e a maior crise mundial moral e sanitária com a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que já vitimou mais de 700 mil brasileiros, de acordo com dados oficiais do Ministério da Saúde<sup>81</sup>, demarcam a importância de se discutir o Bem Viver hoje. De certa forma, estamos todos de luto.

O aumento da fome, do desemprego e a retirada de direitos por meio de reformas trabalhistas, fiscais e da previdência, faz também que haja luta todos os dias, assim como questionamentos à ordem vigente que impede mudanças radicais. Nesses momentos de crise, a crença em outros modelos sociais tende a crescer, assim, o Bem Viver como mostro mais a frente tem sido cada vez mais reivindicado enquanto horizonte político. Para fundamentar a importância desse conceito será necessário apresentar o seu inverso, o seu oposto que resulta nas relações desiguais e exploratórias, ao mesmo tempo que é terra devastada, usurpada, porém, fértil, de onde pode-se ainda — a partir da perspectiva de mulheres negras colocadas no centro da análise política — sonhar e elaborar um outro futuro.

#### **1.4 Ikú presente: o projeto de morte acentuado pela pandemia da Covid-19**

Até 18 de agosto de 2022, a pandemia da Covid 19 vitimou mais de 6 milhões de pessoas ao redor do mundo, tendo o Brasil como epicentro do caos, com aproximadamente, 680 mil vidas brasileiras mortas. Como chegamos até aqui? É uma análise política complexa que pode tanto retomar as políticas de estado que foram ou não realizadas ao longo do período democrático que resultou num Brasil marcado pela desigualdade social, racismo, encarceramento em massa, falta de políticas de reparação ao povo negro, patriarcado e pela pobreza. O que vai explicar porque a covid matou mais

---

<sup>81</sup> Para saber mais acesse: <https://covid.saude.gov.br/>

gente negra, pobre, mulheres, assim por diante.

Por outro lado, é crucial pontuar, no contexto atual, a responsabilidade criminosa do presidente da república Jair Bolsonaro (PSL<sup>82</sup>). Tal governante ignorou a mortalidade do vírus, não utilizou o acúmulo do Sistema Único de Saúde para pensar num plano de atuação, incentivou as pessoas a entenderem o coronavírus como uma "gripezinha", e estimulou um “tratamento precoce” que não tem até agora nenhuma comprovação científica de eficácia<sup>83</sup>.

Bolsonaro é alvo da instauração no Congresso de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que além de apurar ações e omissões do governo, trata de repasses de verbas federais para estados e municípios<sup>84</sup>. Em um contexto em que há cerca de 123 pedidos de impeachment<sup>85</sup> já apresentados à Câmara e nenhuma força política real no Congresso que consiga fazer os pedidos terem andamento, pois especula-se que a oposição ao governo não tem os 342 votos para aprovar o afastamento do presidente. Este cenário indica que as eleições de 2022 trazem a única oportunidade de livrar o país do cemitério a céu aberto que se tornou. Vamos olhar brevemente alguns números das mortes por coronavírus.

Em novembro de 2020, um levantamento da ONG Instituto Pólis analisou casos de covid da cidade de São Paulo entre 01 de março e 31 de julho. A pesquisa revelou o racismo estrutural<sup>86</sup> que fez com que homens negros fossem os que mais morressem pela COVID-19 no país: são 250 óbitos pela doença a cada 100 mil habitantes. Entre os

---

<sup>82</sup> O Partido Social Liberal (PSL) se fundiu com o Democratas para formar o União Brasil (UNIÃO), conforme decidido em convenção por ambos em 6 de outubro de 2021, e sendo aprovado em 8 de fevereiro de 2022 pelo TSE. Seguiu sendo partido liberal, que defendia o estado mínimo e o conservadorismo.

<sup>83</sup> O kit covid inclui hidroxiquina, azitromicina, prednisona, vitaminas C, D e zinco, colecalciferol (espécie de vitamina D), ivermectina e colchicina. Além disso, também são receitados suplementos alimentares. Sobre o tema, indico a leitura disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/medicos-de-3-planos-receitam-tratamento-precoce-antes-mesmo-de-exame-de-covid/>

<sup>84</sup> Em 8 de abril de 2021, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso determinou a instalação da **CPI da Covid-19** no Senado Federal. No dia 14 de abril de 2021, o STF analisou a liminar concedida por Barroso.

<sup>85</sup> O pedido imputa a Bolsonaro 23 crimes previstos na lei 1.079/50, conhecida como Lei do Impeachment. Entre eles, cometer ato de hostilidade contra nação estrangeira, tentar dissolver o Congresso Nacional, atrapalhar investigações, violar o direito à vida dos cidadãos na pandemia, incitar militares à desobediência à lei e não agir contra subordinados que agem ilegalmente. O último é ligado às denúncias em torno da compra da vacina indiana Covaxin.

<sup>86</sup> Segundo Silvio Almeida em “Racismo Estrutural”, de 2018, “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”. (ALMEIDA, 2018, p. 15).

brancos, são 157 mortes a cada 100 mil. Entre as mulheres, as que têm a pele preta também morreram mais: foram a 140 mortes por 100 mil habitantes, contra 85 por 100 mil entre as brancas.

O IBGE, em junho, já havia mostrado que mulheres, negros e pobres são os mais afetados pela doença. A cada dez pessoas que relatam mais de um sintoma do vírus, sete são pretas ou pardas. Apenas 9% dos pretos e pardos tiveram a oportunidade de trabalhar em *home office*, enquanto 17,6% dos brasileiros de cor branca puderam aderir a essa iniciativa. A doença fez ainda com que 28,9% da população preta ou parda deixassem de procurar trabalho, enquanto os brancos somaram 18,7% nesse quesito.

O abismo racial entre pessoas brancas e negras historicamente existente quando falamos de desemprego, se manteve na pandemia. Em maio de 2020, a taxa de desemprego de pretos e pardos foi de 12%, contra 9% verificados entre os brancos. As pessoas pobres, como não poderia deixar de ser numa sociedade capitalista, foram cruelmente mais prejudicadas pela doença viral, de uma forma que desde a década de 1990, não se falou e vivenciou-se um cenário onde a fome mata mais.

Em 2020, cerca de 19 milhões de pessoas viviam em situação de fome no país, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. Em 2018, eram 10,3 milhões. Ou seja, em dois anos houve uma alta de 84,4% (ou quase 9 milhões de pessoas a mais

Jurema Werneck, diretora da Anistia Internacional, em depoimento à CPI em 24 de junho de 2021, afirmou como as desigualdades estruturais tiveram influência sobre as altas taxas de mortalidade. Assim, negros e indígenas, pessoas com baixa renda e baixa escolaridade são os mais atingidos. Esse contexto faz com que as mulheres negras sejam ainda mais impactadas.

Diante da inoperância do governo, a sociedade civil tem assumido um lugar ainda mais crucial no combate à fome. Um exemplo é a campanha *Tem gente com fome* uma articulação humanitária iniciativa da Coalizão Negra Por Direitos. Grupo que reúne 200 organizações grupos e aliados do movimento negro brasileiro em todo território nacional, em parceria com a Anistia Internacional, Oxfam Brasil, Redes da Maré, Ação Brasileira de Combate às Desigualdades, 342 Artes, Nossas - Rede de Ativismo, Instituto Ethos, Orgânico Solidário, Grupo Prerrogativas e Fundo Brasil.

Inclusive, a Marcha das Mulheres Negras de SP compõe a Coalizão Negra de SP e participa das ações propostas. No entanto, mesmo antes do lançamento da campanha, a Marcha de São Paulo abriu um formulário para organizar e tentar atender as centenas de

pedidos de ajuda que estava recebendo. O Fundo Solidário é uma ação que já atendeu cerca de 130 famílias.

Ações como essas se espalharam no movimento de mulheres negras de todo o país. Afirmo, a fome tem cor e gênero e, mais do que nunca, a organização popular se mostrou o único caminho possível diante do crime humanitário causado por negligência e corrupção governamental. Ou seja, durante a pandemia, quem tomou conta da atenção social e dos cuidados com os outros foram as mulheres. Um outro dado também importante, é que quando falta Estado, cabe às mulheres tomar conta das políticas de cuidado que o Estado deveria garantir.

Esta pesquisa se constrói neste contexto em que a energia de *ikú*, a morte em iorubá, é muito presente. Em que, falar do amanhã, mas do que uma utopia é uma necessidade. Enquanto pesquisadora, falar do Bem Viver, neste momento de caos foi muito desafiador, adoeci tentando dar conta desta pesquisa acadêmica. E neste processo, me convenci da importância de explorar o conceito não só para mim, mas para todas as mulheres negras que cumprem essa tarefa até o fim.

Em diálogo com as colaboradoras desta pesquisa (militantes negras de diversos estados) em suas respostas aos questionários, percebi que o Bem Viver se materializa para elas de muitas formas. E que a micropolítica aparecia ali como algo a ser explorado no exercício científico de sistematização das narrativas e vivências organizativas e políticas apresentadas pelas mulheres negras ao elaborar o conceito da Bem Viver.

Ao pensar a micropolítica no exercício de uma pesquisa que pressupõe uma investigação participativa na busca por uma interferência coletiva na produção de micropolíticas de transformação social, Aguiar e Rocha pontuam que “A dimensão micropolítica revela ser mais que uma dimensão na escala espacial (a do lugar) ou que uma temporalidade (a do cotidiano), abrindo a história à experiência que se espreita no cotidiano.” (AGUIAR E ROCHA, 2007, p. 658).

É na construção do dia a dia das experiências dessas mulheres negras que responderam ao questionário que o Bem Viver assume diferentes papéis. Ele traduz a formação de um desejo no campo social molecular, como nos trazem Guattari e Rolnik em *Micropolíticas - cartografias do desejo de 1986*.

A questão micropolítica - ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social - diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de "molar"), com aquele que chamei de "molecular". Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva, que dependa de um princípio lógico de contradição. (GUATTARI; ROLNIK,

1986, p. 127).

A análise do poder aparece não apenas na sua concepção macro, “molar”, mas também enraizado no cotidiano, na forma como as pessoas performam no ambiente pessoal a política, ou seja, formando a subjetividade. Como traz Guattari, “a questão micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetividade dominante” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 133). O conceito-ferramenta vai nos guiar na análise do Bem Viver enunciado e praticado por mulheres negras a partir das suas subjetividades e vivências como veremos mais à frente. Por hora, para melhor compreensão do desenho metodológico desta pesquisa, apresento o caminho ancorado na minha trajetória enquanto militante pesquisadora que me levou a investigar o Bem Viver.

## Capítulo 2 - Ori e odú, a cabeça e o caminho para a localização da pesquisa

*“Assim como as palavras, as pessoas que as escrevem não podem ser apagadas. Sou Carolina Maria de Jesus. Sou uma cidadã negra brasileira. Eu não posso ser apagada” (JESUS, 1986, p. 60).*

Este projeto se relaciona diretamente com a formação da minha própria identidade e ação política. Dessa forma, me apresento aqui para que fique evidente o lugar de partida das minhas análises e inquietudes levadas para o campo acadêmico. Entendo que a pesquisa é, de certa maneira, uma extensão de nossos elementos formativos.

Santiago<sup>87</sup>(2020), ao analisar a literatura negra, coloca como sua principal característica a afirmação de identidades negras, já que a textualidade de escritoras e escritores negros é pautada por uma

[...] experiência, individual e coletiva, de tornar-se negro (a) na sociedade brasileira, implica em cantar a afrodescendência, a resistência negra, mas também perfilar os entraves e dilemas das relações sociais e, acima de tudo, étnico-raciais estabelecidos pelo racismo (SANTIAGO, 2020, p. 216).

Dessa forma, a autoria de pessoas negras se difere das demais por acarretar um “nós” embutido por trás de um “eu”, uma experiência coletiva na fundamentação do que significa tornar-se negro no Brasil. Assim, Santiago ressalta que:

A produção literária de autoria de homens e mulheres negras perfilha tessituras, narrativas e versos comprometidos com histórias e elementos da memória ancestral e de tradições e vivências africanas e afro-brasileiras (SANTIAGO, 2020, p. 216).

Novamente, a autora aponta elementos que versam sobre vivências individuais e coletivas ancoradas em uma memória ancestral. Assim, faz-se necessário refletir sobre até que ponto discutir autoria não corrompe a metodologia que enquadra a pesquisa acadêmica dentro do campo científico, mas sim a localiza já que sabemos que “de onde se fala” e “quem fala” impacta a pesquisa, inclusive em seu arcabouço teórico.

Como interpreta Frederico, Mollo e Dutra<sup>88</sup> (2017, p.246) em texto introdutório

---

<sup>87</sup> Ana Rita Santiago é Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus 2, Alagoinhas-BA.

<sup>88</sup> FREDERICO, Grazielle; MOLLO, Lúcia Tornin; DUTRA, Paula Queiroz. Autoria negra: percursos contemporâneos – Entrevistas. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 51, p. 246-248,

de um dossiê que reúne uma série de entrevistas realizadas com autores/as negros/as em junho de 2016, o processo de autoria negra se localiza “entre o racismo estrutural e a permanência do discurso da ‘democracia racial’, as populações negras buscam construir formas de falar de si e do mundo”. Assim, a partir da minha identidade de mulher negra, me afirmo feminista negra e dialogo com o ponto de vista feminista negro (BAIRROS, 1995, p. 462), caracterizado pelo legado de uma história de luta e pela natureza interligada de raça, gênero e classe. Aqui, a sujeita que fala não estará encoberta, não perseguirei uma neutralidade em busca da construção do trabalho acadêmico, que, para ser considerado válido, necessita que eu me afaste da minha comunidade, da minha família e até de mim mesma (COLLINS, 2019<sup>89</sup>, p. 18). Buscarei seguir os passos de mulheres negras que adentraram o campo acadêmico munidas de epistemologias e metodologias feministas e negras.

Nesse sentido, a experiência é um conceito importante para o feminismo negro por revelar o elo entre o individual e o coletivo. É na correlação entre essas duas esferas que as mulheres negras buscam a efetivação de uma produção teórica que dê conta da construção de alternativas e da superação do racismo. Assim, a experiência é apresentada como base fundamental da epistemologia feminista negra (COLLINS, 2019, p. 16). Figueiredo (2020) corrobora com essa premissa ao afirmar:

[...] a experiência pessoal, a experiência vivida e compartilhada é para nós, pesquisadores e pesquisadoras negras, uma evidência muito importante, já que é a base de nossa reflexão e teorização. Nesse sentido é que a metodologia proposta pelo feminismo negro destaca o diálogo mais horizontal, a empatia e, muitas vezes, a autoetnografia como método prioritário de pesquisa (FIGUEIREDO, 2020, p. 9).

A experiência aparece aqui como base da “reflexão e teorização”, não havendo nenhum demérito no seu uso, ao contrário, ela exige um processo permanente de reflexão e empatia. No artigo “O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios”, Santos (2017) condensa os principais debates acerca dessa metodologia na seguinte definição:

[...] a autoetnografia é um método de pesquisa que: a) usa a experiência pessoal de um pesquisador para descrever e criticar as crenças culturais, práticas e experiências; b) reconhece e valoriza as relações de um pesquisador com os

---

maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/sGMNfsFQ3JtY3VbJZysWsVg/?lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2022.

<sup>89</sup> Patricia Hill Collins, professora universitária de Sociologia da Universidade de Maryland, College Park. Seu livro “Pensamento feminista negro” é considerado um clássico dos estudos feministas negros desde sua primeira versão de 1990. No Brasil, foi publicado pela Boitempo em 2019.

“outros” (sujeitos da pesquisa) e c) visa a uma profunda e cuidadosa autorreflexão, entendida aqui como reflexividade, para citar e interrogar as interseções entre o pessoal e o político, o sujeito e o social, o micro e o macro (SANTOS, 2017, p. 221).

Desse modo, a autoetnografia<sup>90</sup> é uma característica que orienta o meu trabalho. Como veremos a seguir, a minha relação direta com o campo pesquisado não prejudica o potencial acadêmico, pelo contrário, me permite agregar experiências vividas visando problematização e análise socioantropológica do contexto que estou inserida, o que possibilita uma abordagem mais profunda dos questionamentos pertinentes ao meu campo de investigação.

Convém ressaltar, no entanto, que agrego outros métodos no decorrer do trabalho para alcançar a profundidade analítica necessária às compreensões e interpretações sobre o Bem Viver e sua relação com o movimento de mulheres negras no Brasil.

## **2.1 Ori inu: eu, pesquisadora negra, na busca pelo Bem Viver**

Inspirada em Cardoso (2012), que na introdução de sua tese de doutorado “Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras” explicita momentos da sua trajetória de vida por acreditar que assim haveria uma melhor compreensão das escolhas teórico-metodológicas que fez, início apresentando a *ori*<sup>91</sup> (cabeça em iorubá) que aqui escreve.

Sou Juliana Gonçalves dos Santos, uma mulher negra, paulistana, mãe, de 36 anos, filha de Maria (baiana, nascida em Santo Antônio de Jesus) e José (nascido em Taubaté, interior de São Paulo). Sou fruto de uma relação interracial (mãe negra e pai branco), e venho de uma família de mulheres que sempre foram os arrimos de família. Tenho duas irmãs e um filho. Tive uma educação considerada de alta qualidade, graças a uma bolsa de estudos no Colégio Mackenzie. Minha mãe trabalhou no instituto de mesmo nome por 20 anos e, por conta disso, minhas irmãs e eu tivemos acesso ao colégio e à Universidade. Foi lá, ainda criança, que entendi qual era o peso da cor da minha pele. Sempre soube que era negra, não sabia que isso aos olhos de alguns era “um defeito de cor”<sup>92</sup>. Brinco que se muitos me consideram menos negra por ser miscigenada, negra de

---

<sup>90</sup> “Inserida na tradição interacionista da Escola de Chicago, a autoetnografia deriva da etnografia urbana e organizacional. Esse termo foi usado pela primeira vez, no campo das Ciências Sociais, especificamente na Antropologia, por David M. Hayano (1979)” (SANTOS, 2017, p. 221).

<sup>91</sup> Segundo a mitologia yourubá, o ori é o orixá que nasce e morre com a gente. Assim, cultua-se o ori, já que segundo os antigos “nada se faz sem um bom ori”.

<sup>92</sup> Referência ao romance de Ana Maria Gonçalves, de mesmo nome, de 2006.

pele clara, “afrobege”<sup>93</sup>, como já ouvi, os judeus brancos e ricos do Mackenzie nunca duvidaram da minha negritude.

Sou filha de pai analfabeto e mãe que desistiu de fazer universidade para que eu e minhas irmãs pudéssemos estudar. Falo de uma época recente que, sem dinheiro e sem políticas públicas que garantissem o acesso, a universidade era uma realidade muito distante para quem nasceu pobre e negra<sup>94</sup>. Sou a terceira da minha família a fazer faculdade. Em uma universidade particular, em um bairro de elite da cidade de São Paulo, chamado Higienópolis, passei grande parte da minha vida escolar e acadêmica. Tinha tudo para ser uma oprimida que repete o discurso do seu opressor. Quiseram me fazer acreditar na meritocracia ou, ainda, que estava em pé de igualdade com qualquer outra pessoa, bastava me esforçar bastante, ou seja, quase “perfeitamente embranquecida, dentro do sistema” (GONZÁLEZ, 2018, p. 82). Escapei porque também foi no Mackenzie que me lembro de sentir a sutileza perversa do preconceito pela primeira vez, como apontou em entrevista o Prof. Dr. Kabengele Munanga (2010)<sup>95</sup>:

Existe realmente um racismo no Brasil diferenciado daquele praticado na África do Sul durante o regime do apartheid, diferente também do racismo praticado nos EUA, principalmente no Sul. Porque nosso racismo é, utilizando uma palavra bem conhecida, sutil. Ele é velado. Pelo fato de ser sutil e velado isso não quer dizer que faça menos vítimas do que aquele que é aberto. Faz vítimas de qualquer maneira (MUNANGA, 2010).

Assim como expõe Munanga, sofri pequenas e grandes discriminações, declaradas ou veladas, sendo esta última mais perversa e quase imperceptível. Só a minha presença já incomodava muita gente. Quando entendi como pensa quem está no topo da pirâmide social (especialmente, homem-branco-rico-cisgênero), vi que espontaneamente não se romperia a muralha de privilégios que protege essas pessoas. Ou seja, era necessário me engajar na luta contra o racismo, o sexismo e as diferentes formas de

---

<sup>93</sup> Há vasta literatura sobre o processo de classificação racial no Brasil. D'Adesky (2001) e Munanga (2008) vão apontar a classificação a partir da marca física, ou seja, das cores dos corpos. Afirmam ainda que as diferentes cores apontadas fora da classificação oficial do IBGE, são atravessadas pela ideologia do *embranquecimento*: "a classificação popular reflete antes de tudo uma hierarquização, uma relação assimétrica, um *continuum* vertical em que a categoria branca se situa no topo e a categoria negra embaixo" (D'ADESKY, 2001, p. 37).

<sup>94</sup> Em 2022, completou-se 10 anos da [Lei de Cotas, aprovada pelo Congresso e sancionada em 2012](#). A lei determinou que universidades e instituições de ensino federais reservem metade das vagas para estudantes que fizeram todo o ensino médio em escolas públicas e consigam a nota necessária para ingressar na instituição escolhida.

<sup>95</sup> NOSSO RACISMO é um crime perfeito – Entrevista com Kabengele Munanga. Fundação Perceus Abramo. São Paulo, 8 set. 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga>. Acesso em: 30 out. 2022.

exploração e opressão.

Na classe do curso de Jornalismo, iniciado em 2004, éramos quatro pessoas negras numa turma de 60. O currículo utilizado também era eurocêntrico – sem referências à literatura ou visão de mundo produzida fora da Europa ou ainda do norte global – e embranquecido – sem referência à produção de corpos não-brancos. Em nenhum momento nos meus quatro anos de universidade ouvi falar da Imprensa Negra ou ainda de Luiz Gama, que escreveu seu nome na história da imprensa brasileira ao fundar o primeiro semanário ilustrado da cidade de São Paulo, o Diabo Coxo, em 1864, em parceria com o ilustrador e caricaturista italiano Ângelo Agostini<sup>96</sup>, além de ter produzido para diversos veículos (FERREIRA, 2001). Esse exemplo demonstra o quanto o currículo ignorava e produzia o apagamento das contribuições advindas de corpos negros.

Embora não tenha sido beneficiária dos programas de ações afirmativas, é o debate em torno das cotas que me leva à militância. Nos anos 2000, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) adotaram o sistema de cotas através das leis estaduais nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000 e nº 3.708, de 09 de novembro de 2001 e seus respectivos decretos regulamentadores, que criaram a reserva de vagas voltada aos alunos com deficiência, alunos provenientes das escolas públicas e à população negra, respectivamente. A discussão já havia alcançado espaço de debate quando a Universidade de Brasília (UnB), a primeira universidade federal do país, aderiu ao sistema de cotas<sup>97</sup>, em 2004.

Em uma manhã, quando o assunto tomava os jornais com posições favoráveis e contrárias, uma professora branca de redação e português, sem nenhum embasamento ou pesquisa em “Estudos das Hierarquias Raciais” (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2007), afirmou, em sala de aula, que “seu amigo negro” disse que “com certeza as cotas eram coisas de branco”, que “negro não precisava de privilégio em cima de ninguém”. A partir disso, uma grande discussão se instaurou na sala de aula. Praticamente todos os alunos concordavam com a professora e foram trazendo argumentos que dialogavam com a meritocracia. Eu, timidamente, me coloquei a favor das cotas, embora não tivesse ainda argumentos sólidos que me ajudassem na sustentação dessa opinião. Naquela época, não

---

<sup>96</sup> Lembro que, ao citar o Diabo Coxo, a imagem do material pedagógico ressaltava a ilustração e o nome do cartunista italiano. Não havia uma linha sequer sobre quem de fato escrevia o conteúdo do jornal.

<sup>97</sup> O debate em torno da criação de programas de ação afirmativa e cotas no sistema universitário brasileiro teve seu momento ápice em abril de 2012, quando o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional o sistema de reserva de vagas ou de estabelecimento de cotas raciais e sociais para o ingresso em universidades públicas.

conhecia palavras como “reparação”, “dívida histórica”, entre outras.

Foi em busca de conhecer essa história negra não contada nas universidades que me aproximei do coletivo negro do Mackenzie. Queria me redescobrir, me reconhecer naquelas pessoas e, acima de tudo, me fortalecer. Com a busca, nascia também a minha militância, pois fui acolhida por muitas pessoas que compõem o que chamo de movimento negro. Pessoas que foram fundamentais para o meu processo de conscientização e o despertar da minha militância. Fui formada politicamente por essas pessoas, com destaque para Sueli Chan<sup>98</sup>, que desde 2007 me acompanha e me apresentou toda uma geração mais velha do movimento negro. Com Chan conheci Milton Barbosa, Cida Bento, Hédio Silva Jr., Hélio Santos, Rafael Pinto, Mário Spinosa, Marilândia Frazão, Gevanilda Santos, Matilde Ribeiro, e tantos outros. Em seu livro “O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação”, Nilma Lino Gomes<sup>99</sup>, pedagoga e intelectual negra, destaca como os movimentos sociais são “os produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade” (GOMES, 2017, p. 16). A partir daí, Gomes fala sobre o caráter educador do movimento negro. Me considero fruto desse processo, já que fui me letrando racialmente observando o movimento.

Em 2007, fiz parte da Articulação Política da Juventude Negra (APJN)<sup>100</sup>, grupo que se articula no sentido de preservar a vida de jovens negros já tão marcada pelas violências de estado. No último ano de faculdade, me aproximei do movimento de mulheres em razão do meu trabalho de conclusão de curso sobre violência doméstica. Logo fui percebendo a intersecção de opressões que recai na mulher negra e pobre. Infelizmente, não tive condições naquele trabalho em grupo de trazer a questão de raça enquanto elemento que fundamenta muitas discriminações e acesso a direitos. No entanto,

---

<sup>98</sup> Sueli Chan é pedagoga. Foi membro do Conselho Estadual da Comunidade Negra (SP) em 1985. Coordenadora Pedagógica em Programas e Projetos Educacionais da OSCIP - Zulu Nation Brasil - Escritório central DIADEMA/SP entre 2002 a 2004. Entre 2005 e 2010, atuou como consultora técnica especialista no sistema ONU (UNESCO - UNIFEM e PNUD) no Governo Federal (Ministério de Educação/Ministério do Meio Ambiente) e na Presidência da República do Brasil - Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR).

<sup>99</sup> Em 2013 e 2014 foi reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB –, tornando-se a primeira mulher negra a ocupar o cargo mais importante de uma universidade federal no Brasil. Em janeiro de 2015, deixou essa função para ser Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

<sup>100</sup> Criada em 2005, em São Paulo, a Articulação Política de Juventudes Negras (APJN) buscou promover os direitos humanos da juventude negra através de apoio a cursinhos alternativos, ações de acesso, permanência e sucesso nas universidades públicas, atividades contra todas as formas de discriminação de gênero e sexualidade, combate à repressão policial e o genocídio da juventude negra e fortalecimento da cultura negra.

foi para mim um despertar.

Em 2008, conheci e passei a compor o grupo de estudos Mulheres de Odum<sup>101</sup> (AMO), com o intuito de fomentar círculos de debate sobre produções culturais e acadêmicas de mulheres jovens, prioritariamente negras, com foco na necessidade de formação e resgate de memórias. Em janeiro de 2009, o grupo realizou um curso sobre produção acadêmica de mulheres negras, um curso piloto realizado por meio da plataforma de educação a distância – MOODLE. Essa ferramenta possibilitou integrar pessoas de diferentes regiões do país. Houve um grande número de inscrições, que superou as expectativas da AMO. Eram apenas 100 vagas e, em três dias, 450 pessoas se inscreveram. Pela AMO, ministrei, ao lado de Cristiane Santana<sup>102</sup>, uma oficina que apresentava mulheres negras que fizeram história no IV Seminário Mulheres Negras e Saúde, ocorrido entre 13 e 15 de novembro em Curitiba, realizado pela Rede Mulheres Negras do Paraná<sup>103</sup>. Lembro que foi um processo muito rico, pois estava aprendendo sobre a história das mulheres negras, ao mesmo tempo que já transmitia as minhas recentes descobertas. Foi um momento formativo essencial para minha trajetória, onde pude estar com mulheres negras de vários estados e constatar o quanto o cuidado e a autoformação<sup>104</sup> entre mulheres negras são características constantes nos agrupamentos de mulheres negras.

Em 2009, durante a etapa estadual de São Paulo de construção da II Conapir (Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial), fui apresentada à Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira). Esse órgão consultivo do Sindicato dos Jornalistas até hoje é uma das principais plataformas da minha militância. Com a Cojira, me aproximei das discussões sobre a democratização dos meios de comunicação e pude me relacionar com muitas/os jornalistas a fim de sensibilizá-los/as para a necessidade de combater o racismo. A Cojira, em especial os jornalistas Flávio Carrança e Oswaldo Faustino, me apresentaram a história da imprensa negra e a possibilidade de reflexão sobre a produção de jornalistas negras, assim como um olhar crítico sobre a forma como

---

<sup>101</sup> A Associação Mulheres de Odum (AMO), entidade social sem fins lucrativos, tem por finalidade promover e divulgar o acesso aos bens culturais a partir de uma perspectiva educacional e cultural, com atenção especial ao recorte racial e de gênero, sendo esses os pilares estruturantes de sua formação, constituição e política. Nascida em junho de 2007, como grupo de estudos Mulheres de Odum, tinha como objetivo fomentar círculos de debate sobre produções culturais e acadêmicas de mulheres jovens, prioritariamente negras, com foco na necessidade de formação e resgate de memórias.

<sup>102</sup> Cristiane Santanna Silva é docente do Instituto Federal de São Paulo, exerceu a função de técnica pedagógica na Secretaria Municipal de Educação, no Núcleo de Educação Étnico-racial nos anos de 2010.

<sup>103</sup> Sobre a Rede, consulte a página oficial em: <https://rmnpr.org.br/>.

<sup>104</sup> Esses elementos são explorados por diversas feministas negras ao longo da história.

os corpos de mulheres negras eram representados e apareciam na mídia hegemônica.

Em 2010, iniciei meu trabalho no Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), e pude, pela primeira vez, unir o trabalho e esse processo ativo de estudo e prática que chamo hoje de militância. Graças ao meu trabalho, pude participar de processos interessantes, como o que culminou na formação do grupo Comunicadoras Negras,<sup>105</sup> que, em 2013, realizou a cobertura jornalística e incidência política durante a III Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial. Durante a conferência, aconteceu o lançamento oficial da Marcha de Mulheres Negras, que se realizaria em 2015, embora nos Anais da conferência esse fato tenha sido totalmente omitido, como já constatado por Lemos (2016)<sup>106</sup>. Lembro das sacerdotisas vindo à frente do cortejo que se formou no auditório, entoando contos iorubá até ocupar o palco onde anunciaram a construção do que viria a ser um marco organizativo e político, que apresentaria a “possibilidade de transformações sociais e políticas reais” para mulheres negras (LEMOS, 2016, p. 339).

Em 2014, fui uma das 15 mulheres selecionadas para participar de um programa voltado a jovens lideranças, elaborado pela ONU Mulheres<sup>107</sup>. Nesse processo, conheci mulheres jovens diversas (negras, indígenas, quilombolas e ciganas), que atuavam a partir de seus territórios. Foram poucas, mas intensas trocas entre nós. Trocas essas que questionavam e problematizavam a própria concepção do que é a ONU no Brasil e no mundo. O fato é que esse programa me colocou em rota de confluência com a construção da Marcha das Mulheres Negras – 2015. Nessa época, recebi o convite de Isabel Clavelin, uma das colaboradoras dessa pesquisa, militante do movimento de mulheres negras e assessora de comunicação da ONU Mulheres, para conversar sobre a Marcha que

---

<sup>105</sup> Além do CEERT, representado por mim, fizeram parte do grupo representantes dos seguintes grupos e entidades de diversas partes do país, como consta na página do Facebook das Comunicadoras Negras: “Pretas Candangas; SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, Coletivo Leila Diniz/Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Instituto Negra do Ceará (Inegra); Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB); Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); Instituto Flores de Dan; Cunchã – Coletivo Feminista; Núcleo de Jornalistas Afro-Brasileiros do Rio Grande do Sul e as Comissões de Jornalistas de Igualdade Racial de Alagoas, do Distrito Federal, do Rio de Janeiro e de São Paulo (COJIRA AL, DF, RJ e SP), vinculados aos Sindicatos dos Jornalistas dos respectivos estados. A ação contou com a parceria do Fundo de Igualdade de Gênero da ONU Mulheres (FIG) e do Fórum Permanente de Igualdade Racial (FOPIR). Para mais informações: <https://www.facebook.com/comunicadorasnegras>. Acesso em: 17 set. 2020.

<sup>106</sup> Em sua pesquisa de doutorado datada de 2016, “Do estatuto da igualdade racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas,” Rosália Lemos, uma das primeiras pesquisadoras a se debruçar sobre feminismo negro, traz uma análise da gênese da Marcha das Mulheres Negras.

<sup>107</sup> Para mais informações: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/jovens-mulheres-lideres-se-despedem-do-programa-sobre-genero-e-juventude-da-snj-pnud-e-onu-mulheres/>. Acesso em: 23 julho 2020.

ocorreria em 2015. Participaram também Regina Dami, gestora pública, militante e membra do Comitê Impulsor Nacional da Marcha e Rosane Borges, professora universitária, jornalista e referência nos debates sobre comunicação e racismo. Durante a reunião, me perguntaram se eu não gostaria de participar do Núcleo Impulsor da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, porque precisavam de pessoas da área da comunicação, uma frente importante para construção de uma Marcha Nacional em um país de dimensões continentais, como o Brasil.

Eu estava grávida e me comprometi a estruturar minimamente a comunicação antes de parir e cumprir o prazo de licença-maternidade. A partir disso, o meu primeiro movimento foi convidar todas as comunicadoras, jornalistas, fotógrafas, produtoras negras que conhecia para uma reunião do Núcleo Impulsor de São Paulo. Fui em uma primeira reunião na qual conheci Kika Silva, militante histórica dos movimentos negros da Cidade Tiradentes, bairro da Zona Leste de São Paulo, ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Ela foi a representante do Comitê Impulsor Nacional no estado de São Paulo e ajudava a puxar a construção da Marcha em território paulista. Na reunião seguinte, mais de dez mulheres negras comunicadoras se juntaram a nós. Assim, iniciei, junto a elas, o Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação da Marcha. Em 25 de julho de 2014, lançamos a construção oficial das mulheres negras de São Paulo rumo à Marcha Nacional (Figura 3), divulgada pelo Núcleo Impulsor da Marcha em SP. A arte do evento, por deliberação da plenária organizativa, trazia a imagem da escritora Carolina Maria de Jesus, que celebrava seu centenário<sup>108</sup>. Dez dias depois, meu filho Akins Samuel nascia. Me afastei por um período e retornei à organização em janeiro de 2015.

---

<sup>108</sup> Carolina Maria de Jesus foi mulher negra, retinta, catadora de papel, como escritora atingiu reconhecimento com sua obra “O quarto de despejo”, publicada em 1960. O livro em formato de diário traz reflexões profundas daqueles que não tinham voz na sociedade. Carolina viveu com seus filhos em uma das maiores favelas de São Paulo, localizada no bairro do Canindé.

Figura 3 - Panfleto de divulgação do lançamento da Marcha das Mulheres Negras em São Paulo em 25 de julho de 2014.



**Fonte:** Acervo Marcha das Mulheres Negras de SP. Imagem faz alusão ao centenário de Carolina Maria de Jesus. Arte realizada por mim, Juliana Gonçalves, em 2014.

Como brevemente citado nas páginas anteriores, a organização da marcha aqui em São Paulo envolvia elementos desafiadores na sua construção e um objetivo específico: consolidar a ida de centenas de mulheres a Brasília – muitas dessas mulheres contavam com as ações do movimento para a viagem, já que não tinham condições de financiar a ida e o retorno. Além disso, o grupo composto por mulheres de diferentes correntes ideológicas (como socialistas e anarquistas), de diversos movimentos (sindical, moradia, negro, de mulheres etc.), tantas partidárias e mais tantas independentes e autonomistas, precisou focar no objetivo em comum para tornar possível essa construção.

Entre inúmeras rodas de conversa, afinal era preciso difundir a informação de que estávamos em marcha, bazar, samba e feijoadas – a fim de captar recursos, pouco conseguimos discutir sobre o Bem Viver que nomeava a marcha nacional. Aqui em São Paulo, durante o período de organização da ida à marcha de 2015, o conceito aparecia quase como um *slogan* de direito à vida plena, um horizonte a ser atingido, ou, ainda, como sinônimo de bem-estar. Na urgência de cada vez mais trazer mulheres negras para dentro da proposta de construção da Marcha, não nos debruçamos longamente sobre o Bem Viver. Não havia discussão profunda sobre esse tema. Mesmo o documento Carta das Mulheres Negras-2015, citado e brevemente analisado anteriormente ainda estava em construção à época.

Passada a Marcha de 2015, as mulheres negras reunidas no Núcleo Impulsor de São Paulo decidiram se manter juntas na organização de uma coletiva, onde seguiam reivindicando o Bem Viver. O estopim dessa ideia foi a articulação que culminou em um ato exigindo justiça à Luana Barbosa dos Reis, assassinada em Ribeirão Preto pela polícia em 2016. Em diálogo com coletivos, grupos de mulheres, ONGs, partidos políticos e mulheres independentes, o Núcleo Impulsor de SP articulou uma marcha paulista, que em 25 de julho de 2016, Dia Nacional da Mulheres Negra em mulheragem à quilombola Tereza de Benguela e Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, se consolida e leva às ruas da capital cerca de 3 mil mulheres. Sou parte atuante desse grupo de mulheres e sigo até o momento compondo a coletiva que se criou a partir da Marcha de 2015: a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo.

Figura 4 - Registro da primeira reunião de organização da 1ª Marcha das Mulheres Negras de 2016



**Fonte:** Foto com militantes negras que se reuniam na sede do Sindicato dos Servidores de São Paulo. Acervo: Marcha das Mulheres Negras de SP, 2016.

Trago a minha vivência nesta pesquisa porque acredito que “evocar as realidades pessoais e sociais”, como aponta a escritora de ascendência chicana, Glória Anzaldúa, é fundamental para tocar e alcançar mais pessoas. As histórias não são feitas puramente de retórica, mas de “sangue, pus e suor” (ANZALDÚA, p. 235). A própria construção deste trabalho me impele a refletir e enunciar o lugar de que falo enquanto mulher negra, de

pele clara, cisgênera, bixessual, feminista negra, abiã<sup>109</sup> do Ilê Axé Mesan Orun Oyá e Ogum, nascida na Vila Nhocuné, bairro da periferia da Zona Leste de São Paulo, mãe solo de um menino negro, e com um percurso escolar que me levou a diversas travessias, que impactaram a minha vivência de mulher negra.

Neste caminho de enunciar-me dentro da academia não estou sozinha, pelo contrário, pedindo licença e com olhos atentos, acompanho os passos de muitas mulheres negras que me antecederam no desbravar acadêmico e que terei o prazer de me referenciar no decorrer desta pesquisa. O fato de me considerar cria, parte e continuidade do movimento negro e do movimento de mulheres negras, e na prática da autodeterminação enquanto um valor que recebo das teorias e práticas feministas, assumo aqui a formulação teórica em primeira pessoa. Compactuou com a reflexão da jornalista e escritora Maitê Freitas, presente em sua dissertação “Voz escritas: feminismos negros e estudos culturais em Samba Escritos” de 2020, que justifica seu ingresso neste mesmo Programa de Pós-Graduação nos Estudos Culturais desta Universidade.

Se algo me atraiu nos Estudos Culturais foi a possibilidade de se comunicar teoricamente com textos escritos na primeira pessoa. Só quem integra grupos nominados como subalternizados e tem a memória destituída, sabe a importância de narrar-se (FREITAS, 2020, p. 18).

O narrar a si traz consigo a localização do lugar de produção do conhecimento na academia e como ela se relaciona como uma prática política herdada dos movimentos que componho. Cestari (2015), também corroborando com Freitas, ressalta como o dizer do lugar desde onde se enuncia enquanto mulher negra é uma regularidade nos trabalhos de mulheres negras:

[...] o que por vezes expressa uma postura epistemologicamente reflexiva. Nestes casos, a enunciação de si entrelaça-se à denúncia do silêncio de grupos sociorracialmente excluídos da enunciação da produção de saber e ao engajamento para a construção de epistemologias alternativas (CESTARI, 2015, p. 38).

No caso específico desta pesquisa, busco colaborar para o rompimento do silêncio de vozes femininas negras, tecendo sobre o Bem Viver no campo acadêmico. O “eu” aqui surgirá fatalmente entrelaçado e intercalado em um “nós”, porque sou parte de um todo maior: a enunciação coletiva de mulheres negras enquanto sujeitas políticas.

No dizer em primeira pessoa, eu e nós se imbricam na construção de um lugar

---

<sup>109</sup> Na tradição ketu, abiã é quem entra para o candomblé. Após a iniciação, será chamada de iaô.

de enunciação coletivo, sendo o dizer eu condição de possibilidade do dizer nós por significar no discurso o sujeito singular em sua autonomia de ser e de se dizer. Portanto, para além do nós, significante por excelência da enunciação política coletiva, o eu mostrou-se imprescindível nesta enunciação política e, assim como o nós, se desdobra/divide pela polifonia de vozes (CESTARI, 2015 p. 242).

Dessa forma, no decorrer desta pesquisa, convido a quem se aventurar na leitura a compreender o uso da primeira pessoa do singular e do plural não como um desvio ou até mesmo erro acadêmico, mas sim como uma escolha política respaldada nas experiências coletivas e individuais que me trouxeram até aqui. A experiência acadêmica aqui contida nada perde com isso. Pelo contrário, além de ganhar fluidez textual, se propõe a vocalizar acúmulos e anseios de uma coletividade autodeterminada enquanto mulheres negras. Dito isso, voltemos a abordar minhas primeiras incursões na busca de compreender o Bem Viver.

Ainda em 2016, quando questionei uma mulher mais velha, referência do movimento de mulheres negras, sobre o conceito do Bem Viver e seu uso na Marcha de 2015, ela me respondeu: “Ah, isso é ‘invenção’ da Nilma”. Ela se referia a Nilma Bentes, apresentada anteriormente, que de fato além de propositora da Marcha, foi a primeira voz a reverberar o Bem Viver no interior dos movimentos de mulheres negras. Bem, a partir daí, passo a buscar interlocução com Bentes. Em 2017, fui convidada a participar de um painel sobre Comunicação Antirracista durante o 2º Encontro de Jovens Negras Feministas ocorrido em setembro, em São Paulo, que se colocava enquanto legado e continuidade da Marcha de Mulheres Negras de 2015. Nele, finalmente conheci Nilma Bentes e conversamos sobre o Bem Viver. A partir daquele momento, passo a trocar e-mails com ela sobre o conceito e a história de sua inclusão como eixo da Marcha de 2015.

De forma orgânica, desde a Marcha de 2015, algumas mulheres negras ativistas passam a reivindicar e trabalhar o Bem Viver enquanto conceito e, em alguns casos, considerando como metodologia de uma prática política. É possível perceber o Bem Viver surgindo em narrativas de experiências de mulheres negras em diversos estados como Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, entre outros<sup>110</sup>.

Em conversa informal com as mais velhas, entre elas Sueli Carneiro, fui alertada de que, durante a Marcha de 2015, o Bem Viver foi utilizado nacionalmente como um

---

<sup>110</sup> Ressalto que todos os estados onde aconteceram mobilizações para marcha tiveram contato com o Bem Viver.

“*slogan forte*”, aberto e “sem muito aprofundamento”. Esse processo, que pode ser visto como negativo, foi essencial para as mulheres negras se depararem com o conceito de forma também aberta e dialógica. Ou seja, foram, aos poucos, dando sentido a esse Bem Viver, agregando elementos, dialogando com as diversas visões existentes e criando esse sentido fincado nas mais diferentes experiências de ser mulher negra no Brasil.

Embora todo esse processo seja muito recente, esta pesquisa busca analisar as narrativas de Bem Viver para as mulheres negras militantes, a partir da compreensão do seu uso em experiências já existentes. Aqui parto do princípio de que não é apenas o pensamento acadêmico e científico que cria e elabora conceitos. Os movimentos sociais, sobretudo as organizações de mulheres negras, fincada no pensamento feminista negro, e a indissociabilidade entre teoria e prática (COLLINS, 2000), também são capazes de criar e difundir diferentes epistemes. Almeida<sup>111</sup> (2010), ao caracterizar lideranças das ONGs Geledés (São Paulo) e Criola (Rio de Janeiro), cita que aquelas mulheres exerciam de forma simultânea uma dupla atividade: “o trabalho intelectual e a atuação política” (ALMEIDA, 2010, p. 17), o que a faz utilizar o termo intelectual-ativista para referir-se às participantes das organizações de mulheres negras. Me identifico com a nomenclatura, embora prefira me declarar militante-pesquisadora.

Bem, pela minha trajetória trazida aqui, me desafiei a refletir sobre o Bem Viver, e enxergo nesta pesquisa o exercício científico desse desafio.

## **2.2 Odú: caminho metodológico e as hipóteses da pesquisa**

Este trabalho busca analisar rastros do que é Bem Viver para as mulheres negras ativistas que nascem a partir do contato com as culturas indígenas<sup>112</sup>, como pontuou a já citada Nilma Bentes, proponente da Marcha Nacional de Mulheres Negras de 2015, em entrevista à jornalista Livia Lima, do Portal Nós, Mulheres da Periferia<sup>113</sup>, em matéria publicada em 18 de novembro de 2020. A data marcava os 5 anos da realização da Marcha.

O Bem Viver foi notado por mim, quando da versão do Fórum Social Mundial

---

<sup>111</sup> Lady Christina de Almeida possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003), mestrado em Ciências Sociais pela PUC-Rio (2010), e é professora da SEEDUC/RJ - Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>112</sup> No próximo capítulo, analiso o Buen Viver presente em construções de Bolívia e Equador projetado pelos movimentos indígenas.

<sup>113</sup> BENTES, Nilma. In: LIMA, Livia. Nilma Bentes: ‘A ecologia deveria subordinar a economia’. Nós, mulheres da periferia, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nilma-bentes/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

que aconteceu em Belém-PA, em 2009, versão que foi, a rigor, que mais pautou as questões indígena e negra (BENTES, 2020, s/p).

Como relatado no capítulo anterior, dois anos depois do Fórum Social de 2019, Nilma realizava a proposição da Marcha que foi apresentada já com o “Bem Viver acoplado”, pois foi a proposição que considerou mais adequada para “articular a questão racial/mulheres negras, com a questão do anticapitalismo” (BENTES, 2020). Se enquanto conceito está em construção (ACOSTA, 2016), e enquanto prática é visto e reconhecido nas ações políticas e organizativas de mulheres negras, o que pretendo é explorar rastros desse Bem Viver elaborado por mulheres negras ativistas. Mesmo compreendendo os motivos de Bentes ao “acoplar” o conceito na proposta da Marcha, de 2015 para cá as mulheres negras têm preenchido o conceito de inúmeros significados. Dessa forma, a pergunta que esta dissertação se propõe a responder é: qual é o significado do Bem Viver nas narrativas de militantes negras? Ou ainda: quais são as narrativas e práticas políticas do Bem Viver que aparecem nos movimentos de mulheres negras por meio da enunciação de algumas de suas ativistas?

O Odú, que em yoruba significa caminho, é percorrido aqui no sentido de dialogar com os diferentes elementos trazidos pela construção do movimento de mulheres negras e algumas de suas representantes, como veremos na análise dos questionários respondidos pelas militantes do movimento de mulheres negras. Nas minhas vivências dentro do movimento negro e no movimento de mulheres percebo que ainda há muito o que se explorar e que as entusiastas do Bem Viver o enxergam em múltiplas perspectivas. Considero também que não há resposta única que tenha sido debatida à exaustão ou popularizada sobre o Bem Viver, o que o torna ponto de discussão e, por vezes, emergem discordâncias sobre o seu uso<sup>114</sup>. Porém, cada vez mais reivindicado, como veremos a seguir, o Bem Viver enunciado por mulheres negras ativistas aponta caminhos e levanta hipóteses que serão analisadas nesta dissertação.

Este projeto parte da observação empírica de que houve incorporação do Bem Viver por mulheres negras no Brasil a partir de diferentes perspectivas políticas e

---

<sup>114</sup> Em novembro de 2019, ocorreu o Seminário Internacional da Coalizão Negra por Direitos, agrupamento de organizações do Movimento Negro que contém cerca de 150 entidades, muitas que estiveram envolvidas com a construção da Marcha das Mulheres Negras de 2015 e tantas outras. Na ocasião, discutia-se a carta de princípios. Num breve diálogo, resolveu-se excluir o “bem viver” justamente por falta de debate sobre seu significado político. No entanto, no prólogo dos princípios norteadores, o “Bem viver” se manteve na seguinte frase: “Em defesa da vida, do bem-viver e de direitos arduamente conquistados, irrenunciáveis e inegociáveis, seguiremos honrando nossas e nossos ancestrais, unificando em luta toda a população afro-diaspórica, por um futuro livre de racismo e de todas as opressões”. Trecho disponível em: <https://coalizaonegapordireitos.org.br/sobre/>. Acesso em: 12 set. 2020.

epistemológicas. Isso porque seu uso está cada vez mais recorrente como já anteriormente nesta pesquisa. A partir daí, o objetivo desta dissertação é explorar as narrativas e práticas do Bem Viver que aparecem nos movimentos de mulheres negras por meio da enunciação de algumas de suas ativistas e de suas práticas políticas.

Veremos que, enquanto conceito e teoria, há intensa formulação indígena e indigenista sobre o conceito, sobretudo na América Latina, com destaque também para autores lidos socialmente enquanto homens brancos (caso do próprio Alberto Acosta, citado anteriormente aqui). Em seguida, vamos explorar as respostas com relação ao Bem Viver das mulheres negras que participaram enquanto colaboradoras desta pesquisa.

A primeira hipótese deste trabalho é que há diálogo entre o que as mulheres negras concebem enquanto Bem Viver e os elementos centrais apresentados por teóricos indígenas e indigenistas como, Acosta (2016), León (2012), Ibañez (2013), Choquehuanca (2012), Chancosa (2010), Hidalgo-Captan (2012), entre outros explorados no próximo capítulo. Em resumo, são esses os elementos centrais: o caráter comunitário/coletivo; a relação com a natureza; o respeito e a aprendizagem com os ancestrais e suas formas de organização; o combate ao capitalismo e a lógica desenvolvimentista, e a diversidade enquanto riqueza civilizatória.

A segunda hipótese é que as mulheres negras avançam no que está posto por esses teóricos, por meio dos debates feministas e antirracistas, e constroem o Bem Viver enquanto prática política organizativa, e não apenas teoria. Vale lembrar que o conceito não estava na pauta política do movimento de mulheres negras antes de 2015, ressaltando o papel de difusora do conceito desempenhado pela Marcha das Mulheres Negras - 2015.

Por fim, fechando a tríade das hipóteses, busco entender como os valores civilizatórios não ocidentais, como o culto à ancestralidade, à memória, à corporeidade, à oralidade e ao cooperativismo surgem como rastros de um Bem Viver pensado em um país de maioria negra, com forte aliança de parentesco indígena e conexões a partir das experiências nas Américas. O contexto brasileiro, desta maneira, permite um lugar privilegiado para se pensar a produção de um Bem Viver que não seja apenas andino (como mostra a bibliografia existente sobre o conceito), mas sim *amefricano*, como analisaremos em diálogo com González (1988), mais a frente.

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- Explorar como o Bem Viver é elaborado a partir da Marcha das Mulheres Negras de 2015.
- Historicizar a Marcha das Mulheres Negras de 2015, em diálogo com os desdobramentos de sua realização com relação ao *Buen Vivir*.

- Identificar se as mulheres negras se enxergam nas construções sobre o Bem Viver apontadas pela experiência do conceito na América Latina e como avançam trazendo outros elementos.
- Identificar como se promove o diálogo entre o Bem Viver e as formulações antirracistas e feministas das mulheres negras.

Para contemplar os objetivos específicos, metodologias distintas foram escolhidas. Como explorado nas páginas anteriores, o recurso da autoetnografia servirá para posicionar esta pesquisadora e trazer elementos vividos e observados, que podem enriquecer a pesquisa, já que o que caracteriza a especificidade do método auto etnográfico é o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa (recursos como memória, autobiografia e histórias de vida, por exemplo) e os fatores relacionais que surgem no decorrer da investigação (a experiência de outros sujeitos, barreiras por existir uma maior ou menor proximidade com o tema escolhido etc.) (SANTOS, 2017).

Retomo Guerreiros Ramos (1995), que na década 1950, no Brasil, já propunha uma Sociologia Militante, que pensava o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa. A vigilância aqui será fundamental para não exagerar no uso das experiências vividas e observadas por esta pesquisadora. Além disso, o uso da autoetnografia não anula o meu dever de pesquisadora de sair a campo e coletar dados, de maneira que, apesar da minha experiência pessoal ser parte do trajeto teórico, ela será corroborada ou contestada a partir das experiências de minhas interlocutoras e dos documentos analisados.

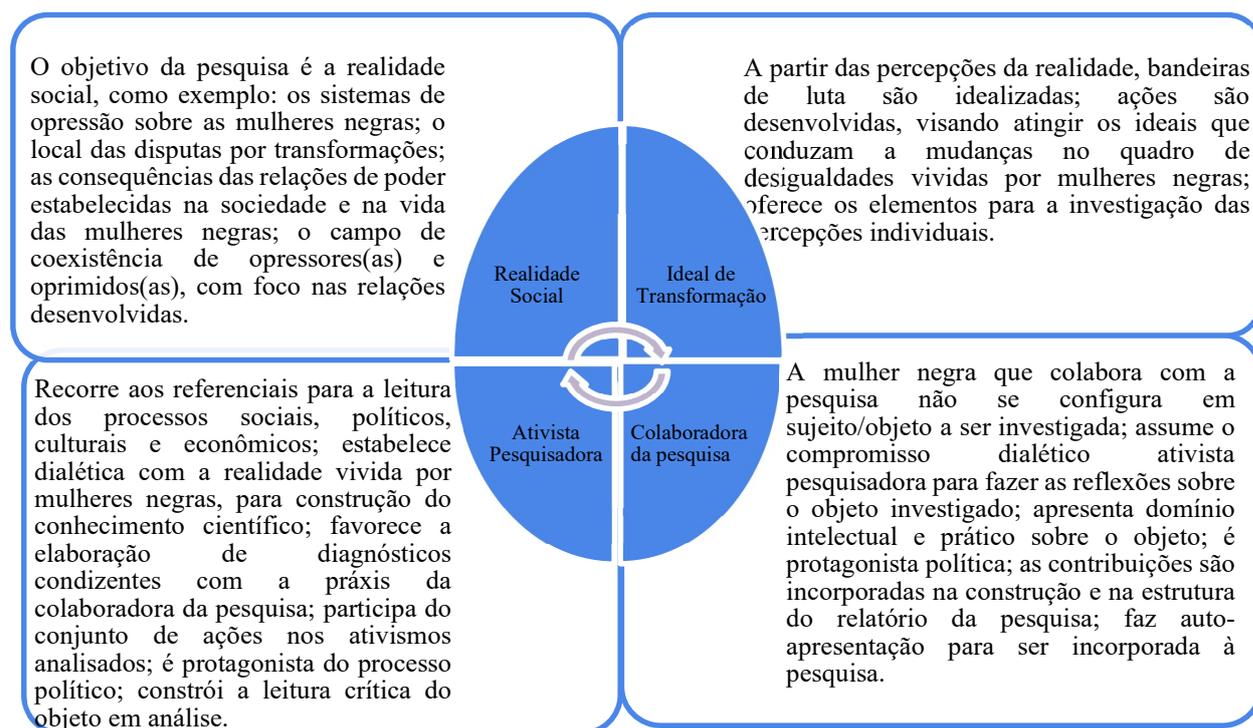
Na busca por analisar o modo como o Bem Viver surge nas narrativas de mulheres negras, incluindo as práticas políticas, foram tentadas outras metodologias para enriquecer esta exploração acadêmica. Em consonância com a autoetnografia, e seguindo os passos da intelectual negra Rosália Lemos, lançamos mão do desenho metodológico chamado de Pesquisa Ativista Feminista Negra, por entender que ela pode diminuir o abismo entre os movimentos sociais e a produção da academia. Eu, enquanto militante do movimento de mulheres negras e pesquisadora, estudo uma concepção/ação desse movimento, ou seja, teoria e prática caminham juntas em busca de afirmar ou refutar hipóteses.

Lemos (2016, p. 33) subscreve a pesquisa ativista feminista negra como um ramo de estudo no campo da pesquisa qualitativa, cujo subgrupo é a pesquisa ativista. Fruto de mais de 20 anos de aplicação empírica por Lemos (2016), a metodologia da Pesquisa

Ativista Feminista Negra tem como referencial a Pesquisa Ativista em Radha D’Souza – feminista indiana e professora universitária em Londres –, que assume o compromisso com a construção de conhecimentos científicos a partir das experiências de opressão, de desigualdade e de injustiças vividas por determinados grupos sociais. A metodologia contribui para o registro de um determinado momento histórico visando ampliar o debate diante da multiplicidade de falas, registros e sentidos expressos pelas entrevistadas e pelos documentos analisados. Na tese de Lemos, o período escolhido foi da implementação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010 até a Marcha das Mulheres Negras de 2015. No caso desta pesquisa, será a partir da Marcha das Mulheres Negras de 2015 até o ano de 2020.

Para melhor explicar o significado da técnica da pesquisa ativista feminista negra, Lemos (2016, p. 44) desenvolveu o esquema reproduzido abaixo.

Figura 5- Fundamentos da Pesquisa Ativista Feminista Negra



**Fonte:** Lemos, 2016, p. 44.

Ao realizar uma leitura dialogando com meu objeto de pesquisa, intuo que o Bem Viver surge nas narrativas de mulheres negras por parte de uma realidade social que clama por outro modo de ser e estar. É a partir das diferentes percepções, que dão vida ao Bem Viver vocalizado por mulheres negras, que as diferentes bandeiras de luta surgem, oferecendo elementos para a investigação que expõe o “ideal de transformação”. A

aplicação do questionário não surge enquanto sujeito/objeto a ser investigado, quem responde é convidado a refletir **junto** com a pesquisadora sobre o significado do objeto de pesquisa, ou seja, é protagonista nesse processo. Por isso, as mulheres que responderam ao questionário passam a se chamar **colaboradoras** de pesquisa. Por fim, a pesquisadora, que “participa do conjunto das ações dos ativismos analisados, é também protagonista do processo político e constrói a leitura crítica do objeto de análise” (LEMOS, 2016, p. 45).

Vale ressaltar que a pesquisa ativista feminista negra, embora oriente as escolhas de pesquisa, fará mais sentido principalmente na etapa de aplicação dos questionários, e sua escolha diz respeito ao dinamismo proporcionado ao reunir um conjunto de recursos metodológicos e “produzir um determinado conhecimento científico que emerge no seio dos feminismos negros, onde o processo de construção do saber é produzido com colaboradoras da pesquisa, que promovem o encontro da academia ativista, com o ativismo dos movimentos sociais de forma complementar” (LEMOS, 2016, p. 49).

Desse modo, escolho a pesquisa ativista feminista negra enquanto metodologia por abarcar os fundamentos que me guiam na busca do Bem Viver: o ativismo enquanto prática, o feminismo negro e o fundamento racial. Além disso, essa escolha reflete um pouco melhor o meu lugar de enunciação: sou uma militante em exercício intelectual.

A relação com os movimentos sociais é outro ponto fundamental. Assim como a construção do feminismo negro não passou pelos bancos acadêmicos da década de 1970, sendo forjado pela contribuição de mulheres do movimento negro, em sua maioria pobres e não acadêmicas (LEMOS, 2016), o diálogo das mulheres negras com o Bem Viver parece não estar ainda refletido nas dissertações, nas teses e nos textos acadêmicos, como pontuamos acima quando citamos os artigos focados no Bem Viver. Desse modo, o diálogo participativo junto aos movimentos é fundamental para se cumprir o objetivo desta pesquisa.

No combate ao epistemicídio<sup>115</sup> como afirmado na nossa introdução, o compromisso desta pesquisa é fazê-la como um exercício de visibilidade e compartilhamento de autores e epistemologias fora da hegemonia eurocêntrica. Nesse sentido, a pesquisa ativista feminista negra corrobora os objetivos da perspectiva da pesquisa decolonial da antropóloga afro-dominicana Ochy Curiel<sup>115</sup>, ao trazer a descolonização enquanto

---

<sup>115</sup> Feminista dominicana. Teórica, militante, compositora e cantora. Professora em várias universidades da América Latina. Foi coordenadora do Projeto Casa de África (UNESCO) e da Casa pela Identidade das Mulheres Afro.

proposta epistemológica e política.

Descolonizar para las feministas latinoamericanas y caribeñas supondrá superar el binarismo entre teoría y práctica pues le potenciaría para poder generar teorizaciones distintas, particulares, significativas que se han hecho en la región, que mucho puede aportar a realmente descentrar el sujeto euronorcéntrico y la subalternidad que el mismo feminismo latinoamericano reproduce en su interior, sino seguiremos analizando nuestras experiencias con los ojos imperiales, con la conciencia planetaria de Europea y Norteamericana que definen al resto del mundo como lo OTRO incivilizado y natural, irracional y no verdadero (CURIEL, 2009, p. 7).

Curiel propõe a superação do binarismo entre teoria e prática que, segundo a autora, mesmo o feminismo latino-americano acaba por reproduzir. Buscando fugir dos “olhos imperiais” para analisar os materiais advindos do trabalho de campo e as práticas políticas narradas pelas mulheres negras colaboradoras, diálogo com autoras feministas tais como Julieta Paredes<sup>116</sup> e seu “feminismo comunitário”, Lélia González e a “amefricanidade”, e bell hooks<sup>117</sup>, com sua “teoria como prática libertadora”.

Alicerçada em intelectuais negras, essa dissertação, como outras realizadas por pesquisadoras feministas negras, coloca as vozes das mulheres negras no centro da análise, para reafirmar a subjetividade e a intencionalidade humana (COLLINS, 2016). Assim, a mescla de metodologias feministas negras, decoloniais, comunitárias e a mais clássica, como a análise de conteúdo trarão os fundamentos dos paradigmas interpretativos (COLLINS, 2019), que serão articulados para analisar os documentos e as respostas dos questionários no Capítulo 4. Por hora, no próximo capítulo, vamos analisar os rastros do *Buen Vivir* na América Latina.

---

<sup>116</sup> Julieta Paredes é boliviana de origem aymara, apresenta as bases do feminismo comunitário em “Hilando fino desde el feminismo comunitário” (2008).

<sup>117</sup> Pseudônimo de Gloria Watkins. É uma autora, professora, teórica feminista, artista e ativista social estadunidense. Livro *Ensinando a Transgredir: a Educação como prática de liberdade*, de 1999.

### Capítulo 3 - O *Buen Vivir* na América Latina

*El fin último del Sumak Kawsay es la libertad  
(Franco Viteri Gualinga)<sup>118</sup>*

Neste capítulo, apresento o conceito do *Buen Vivir* e como ele vem sendo desenvolvido a partir de revisão bibliográfica. Chama a atenção a bibliografia ser abundante em países como Equador, Colômbia e Bolívia. O fato de haver inúmeras referências teóricas sobre o *Buen Vivir* nestes países relaciona-se com a majoritária presença indígena, seu caráter histórico e cultural, e com vasto e amplo contexto de luta por reconhecimento e pertencimento após a colonização.

Ao apresentar o conceito, exponho as múltiplas visões ressaltando o olhar indígena. Depois disso, trago uma interpretação do processo constitucional ocorrido na Bolívia (em 2009) que assim como no Equador, (em 2008) teve o Suma Qamaña/Vivir Bien (Bolívia) assimilado enquanto princípio norteador não apenas de ações governamentais, como também da reformulação do próprio estado (URQUIDI; FUSCALDO, 2019). Por fim, na última parte, observo uma característica marcante da produção sobre o *Buen Vivir* nesses e em outros países da América Latina: seu contraponto ao modelo de desenvolvimento.

#### 3.1 Desvelando o *Buen Vivir* nas bases de dados acadêmicas

Na busca por fundamentação teórica para o *Buen Vivir*<sup>119</sup> na América Latina, me valho da revisão bibliográfica em torno do conceito, e investigo algumas bases de dados de artigos acadêmicos. No total de trabalhos encontrados com os termos *Buen Vivir* e “Bem Viver” entre aspas foi de **11.468** divididos nas seguintes bases de dados: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) com 326 artigos; SCIELO com 367 artigos; Periódicos CAPES 1.325 e Google Scholar com 9.450 artigos. Este último, por ter uma base muito ampla, foi reduzido ao conteúdo encontrado nas primeiras 33 páginas, com o total de 660 artigos. Sendo assim, o número final de artigos considerados para a pesquisa foi de 2.678.

Com o objetivo de refinar a base de dados e garantir que as duas palavras aparecessem unidas, utilizou-se de aspas para pesquisar os termos. A breve leitura do título, resumo e das palavras chaves foram ponto de partida para o refinamento da

---

<sup>118</sup> Importante liderança indígena equatoriana, presidente da associação Sarayaku - Tayak Apu.

<sup>119</sup> Nos contextos da América Latina, falamos em *Buen Vivir* e *Vivir Buen*.

pesquisa. Neste caminho, foram considerados apenas artigos que dialogavam com o *Buen Vivir* na mesma linha deste presente trabalho, ou seja, considerando as ligações com a filosofia andina e como contraponto ao modelo desenvolvimentista da sociedade capitalista. Desse modo, foram excluídos artigos que se valiam do termo como um sinônimo de bem-estar individual sem apresentar reflexões mais profundas.

A partir desse olhar, o número de artigos caiu consideravelmente, chegando a 483 artigos divididos da seguinte forma: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) com 02 (dois) artigos; SCIELO com 257 artigos; Periódicos CAPES 124 e Google Scholar com 100 artigos. O passo seguinte foi baseado na leitura da introdução, assim como a retirada dos artigos duplicados com o auxílio do programa Zotero, utilizado também para arquivar, organizar e identificar os artigos selecionados.

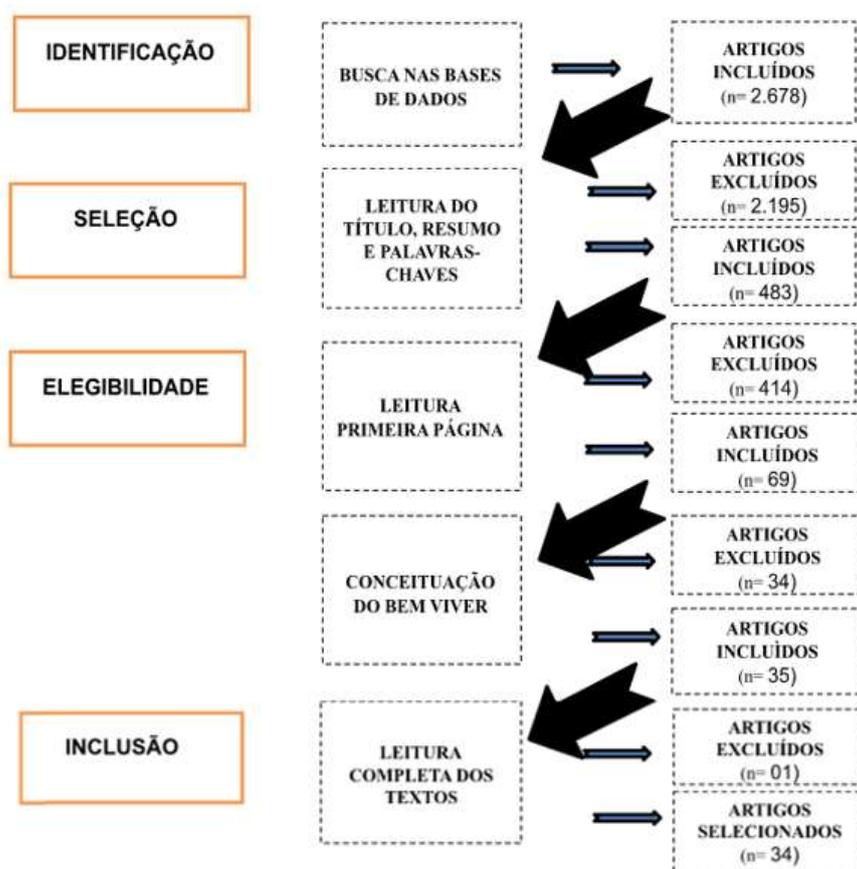
Ao final, os artigos exportados, não duplicados e com texto completo disponível para a leitura, somaram 69 itens. A partir da leitura da primeira página e definições do *Buen Vivir* ao longo dos textos, outro olhar foi lançado aos artigos. Tendo como base o amplo debate trazido pelo economista equatoriano Alberto Acosta, na obra “O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos<sup>120</sup>”, busquei definições diferentes e/ou complementares ao conceito, assim como a sua aplicação fora do contexto indígena. Em seu texto Acosta apresenta o *Buen Vivir* como uma proposta civilizatória que reconfigura o horizonte de superação do capitalismo (ACOSTA, 2016).

Sendo assim, a partir das aparições de *Buen Vivir* e “Bem Viver” no título, resumo, palavras-chaves, primeira página, introdução e de definições diferentes e/ou complementares do referencial apresentado por Acosta, assim como a aplicação do conceito fora contexto indígena, chegou-se ao total de **34 artigos**. O fluxograma abaixo ilustra as etapas descritas.

---

<sup>120</sup> O livro de Acosta foi o primeiro que li e fichei sobre o Bem Viver. Há nele uma ampla gama de debates acerca do Bem Viver que se misturaram com minhas inquietações a respeito do tema e a minha observação dentro de como as mulheres negras militantes articulavam esse conceito.

Figura 6- Fluxograma - Elegibilidade dos artigos



**Fonte:** Baseado no Modelo Prisma de fluxograma.

A partir do processo descrito acima, três linhas mestras foram identificadas nos artigos:

- A definição do conceito originário no contexto indígena e de comunidades tradicionais;
- A definição do conceito que abarca alternativas ao desenvolvimento capitalista, em diálogo com processos populares na América Latina;
- A definição do conceito e discussão sobre sua aplicação dentro da experiência constitucional de Equador e Bolívia.

Para fins deste trabalho, vamos apresentar os principais debates trazidos nos artigos de cada linha mestra. O objetivo é explorar as características fundamentais do *Buen Vivir* apresentadas nos artigos científicos e livros. A partir disso, identificar o quanto desse conteúdo faz parte ou não das narrativas do *Buen Vivir* para as mulheres negras ativistas brasileiras. Este é um dos objetivos específicos deste trabalho que servirá para confirmar ou refutar hipóteses.

### 3.2 Rastros do *Buen Vivir* na América Latina

A possibilidade de se chegar a uma vida digna que valorize todos os seres humanos e seu entorno social, sua ancestralidade e sua cultura; a forma de estar no mundo com base no “ser” e não no “ter”; os laços dos seres humanos com a história, a sociedade e a natureza; a maneira como a vida é construída, concebida e alimentadas são elementos que evocam a relação humana para além do bem-estar individual. Se, enquanto conceito, o *Buen Vivir* nasce em berço andino, é possível encontrar correspondências em muitas comunidades tradicionais e seus modos de organização social antes da colonização sofrida na América Latina e no continente africano (WALSH, 2009; ACOSTA, 2008). Além do Sumak Kawsay e do Suma Qamaña, há o Waras Shiir do Ashuar, o Kúme Mongen do Mapuche, o Teko Porã guarani, o ‘Nhanderekó’, do guarani mbya, o Ubuntu<sup>121</sup> sul-africano (ACOSTA, 2008), entre outros.

Essa visão holística do *Buen Vivir*, como nos traz a estadunidense radicada no Equador, Catherine Walsh (2009), orienta as cosmovisões, filosofias e práticas de vida dos povos andinos, mas não somente deles, como também de várias culturas tradicionais. Nesta pesquisa, interessa compreender em particular o que as experiências de Bolívia e Equador têm a nos dizer, justamente pelo amplo processo de difusão e tentativa de institucionalização do *Buen Vivir* que pela força dos movimentos indígenas orientou o processo constitucional dos dois países.

De origem andina, o Sumak Kawsay/*Buen Vivir*, no Equador, e do Suma Qamaña/*Vivir Bien*<sup>122</sup>, na Bolívia origina-se nas experiências e visões de mundo ancestrais indígenas, embora tenham ganhado força enquanto ideia mobilizadora a partir dos anos 1990, quando os efeitos negativos gerados pela política econômica e social do capitalismo neoliberal na região foram sentidos com mais intensidade (CORTEZ, 2011).

O protagonismo dos movimentos indígenas equatorianos, bolivianos e outros foi reforçado pelo contexto internacional marcado pela celebração dos 500 anos da chegada de Cristóvão Colombo à América e seu significado na perspectiva dos povos originários. A própria ideia de “descobrimento” narrada nos livros de história deve ser intensamente

---

<sup>121</sup> Ubuntu é palavra de origem bantu e vem das línguas dos povos Bantu, na África do Sul nas línguas Zulu e Xhosa. Tal filosofia foca nas alianças e relacionamento das pessoas umas com as outras e, por esse motivo, fundamentou a luta contra o apartheid na África do Sul.

<sup>122</sup> Para efeitos deste trabalho, vamos usar o termo *Buen Vivir*, quando falarmos de contribuições de outros territórios da América Latina e Bem Viver quando falarmos sobre as mobilizações de mulheres negras no Brasil.

questionada, uma vez que apaga violências coloniais e implementa uma visão imperialista sob uma terra que possuía sociedades ocupantes (IGLESIAS, 1992). Na mesma época, a agenda global demonstrava sensibilidade às questões do meio ambiente que se tornavam cada vez mais imperativas. Um marco deste momento é a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Por hora, apresentar o significado do *Buen Vivir* e seus diferentes aportes conceituais é importante para compreender como ele dá forma à outra concepção de sociedade, baseada em valores latitudinalmente opostos aos da sociedade ocidental moderna. Nas diversas produções acadêmicas, vamos encontrar estudos que enquadram o *Buen Vivir* como filosofia de vida (ACOSTA, 2016), cosmologia (WALSH, 2010), atitude de vida (CORTEZ, 2011), ontologia (THOMSON, 2011), modelo de desenvolvimento (RADCLIFFE, 2012), ou ainda alternativa ao modelo de desenvolvimento (GUDYNAS, 2011). Muitos intelectuais latino-americanos não indígenas (como Catherine Walsh, Alberto Acosta e Pablo Dávalos), recuperam o *Buen Vivir* indígena e o ressignificam à luz das preocupações atuais. Para fins deste trabalho, em consonância com minha escolha metodológica de amplificar vozes muitas vezes não ouvidas nos espaços acadêmicos, apresento inicialmente o que dizem as pesquisadoras e pesquisadores indígenas<sup>123</sup> a respeito do *Buen Vivir*.

A liderança indígena kichwa do Equador, Blanca Chancosa (2010) assinala que o conceito pode ser chamado de sonho, já que conclama uma luta constante por igualdade.

El Sumak Kawsay, desde la traducción literal, sería la vida en plenitud, la excelencia, lo mejor, lo hermoso. Pero ya interpretado en términos políticos, es la vida misma, una mezcla de quehacer y voluntades políticas que significan cambios para que no le falte el pan del día a la gente, y para que no haya esas desigualdades sociales de hombres y de mujeres. El Sumak Kawsay es el sueño no solo para los indígenas, sino también para todos los humanos. (...) La reciprocidad, la solidaridad, la igualdad, el respeto mutuo en la diversidad, el apoyo conjunto en todos los espacios y momentos, son parte del Sumak Kawsay. (...) Para las mujeres es muy importante el Sumak Kawsay unido a la Pachamama. Las mujeres como humanas somos dadoras de vida, no solo porque parimos sino porque hacemos crecer a ese nuevo ser. Nosotros somos parte y estamos dentro de ese vientre que es la Pachamama. (CHANCOSA, 2010, p. 223)

---

<sup>123</sup> Utilizamos “intelectuais indígenas” em respeito à auto-afirmação de cada um deles. Muito embora eles reflitam o pensamento indigenista, ou seja, estão em consonância com a ideologia política que defende as reivindicações dos povos indígenas.

Chancosa incorpora os valores de sua cultura e demarca as condições de exploração e desigualdades como antagônicas do Sumak Kawsay/*Buen Vivir*. A educadora, que já ocupou diversos espaços dentro do Movimento Indígena equatoriano, destaca a mudança política necessária para se chegar ao *Buen Vivir*. Além disso, pontua a reciprocidade, a solidariedade, a igualdade e a diversidade como partes integrantes do Sumak Kawsay. A citar “la Pachamama”, a Mãe Terra, reforça a visão feminina do conceito.

No Brasil, o conceito do Bem Viver chega à maioria das pessoas mediado pelo idioma castelhano, como traz Ailton Krenak<sup>124</sup>, um dos maiores líderes indígenas do Brasil e ativista do movimento socioambiental.

A origem do Bem Viver tem uma importância tão grande, pois ela chegou para a maior parte de nós, aqui no Brasil, que temos uma língua, que é o Português, mediada por uma outra língua, que é o Espanhol ou Castelhana, fazendo referência a uma prática ancestral dos povos que viviam nessa cordilheira dos Andes. Eles são os nossos parentes Quechua, Aymara, uma constelação de povos que viveram séculos nessa cordilheira e que tinham, em comum, uma cosmovisão, em que essa cordilheira viva, cheia de montanhas e vulcões, todos aparentados uns dos outros, tem um significativo nome de *Pachamama*, Mãe Terra, coração da Terra. (KRENAK, 2020, p.5)

A “cordilheira viva” simboliza a cosmovisão indígena, a maneira de ser e estar no mundo, fundamentada no respeito e cuidado profundo com a Mãe Terra. Não à toa, em 2011, durante a Semana dos Povos Indígenas realizadas pelo Conselho Indigenista Missionário<sup>125</sup> (CIMI) o conceito do Bem Viver começava a caminhar no Brasil, sendo apresentado como alternativa, como no tema do evento: “Vida para todos e para sempre: a Mãe Terra clama pelo Bem Viver”. No Brasil, a historiadora e professora universitária Daisy Damaceno de Araújo<sup>126</sup> pontua como o tema envolvia uma crítica às comemorações oficiais ao “dia do índio”:

O tema pretendia ampliar a reflexão sobre os sistemas de vida experienciados por muitos povos indígenas na América Latina, em contraposição ao sistema capitalista, a partir de um modelo de vida em harmonia com a sociedade e com a natureza. Em contraposição às comemorações oficiais referentes ao “Dia do Índio”, a semana propôs debates e reflexões sobre a realidade indígena, com temas vinculados a causas como meio ambiente, combate ao desmatamento e à depredação das terras, combate aos empreendimentos que causam danos irreversíveis às florestas, aos rios e à biodiversidade, sugerindo, a partir desses

---

<sup>124</sup> Desde os anos 80, luta pelos direitos indígenas e teve uma participação fundamental nos artigos relacionados aos direitos indígenas, na Constituição de 1988. Em 2016, recebeu o título de doutor honoris causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

<sup>125</sup> O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que há 45 anos atua em defesa dos direitos dos povos indígenas do Brasil.

<sup>126</sup> Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (2019). Mestre pelo mesmo Programa (2012). Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), desde 2012.

temas, reflexões em torno do “Bem Viver”, apresentado como um novo jeito de vida em oposição ao capitalismo. (ARAÚJO, 2016, p.19)

A busca pela equidade e equilíbrio com a natureza naturalmente cria uma oposição ao capitalismo, como apresenta Enriqueta Huanto Ticona, indígena aymara boliviana, ao compartilhar a visão de mulheres indígenas aymara, sobre como o capitalismo qualifica a visão indígena como sinônimo de atraso e subdesenvolvimento.

La respuesta de la mujer viene de su propia experiencia de vida. Esa política de conservar, cuidar. Esa mirada de respeto y complementariedad con la naturaleza. Como mujeres somos productoras, como la tierra. Entonces aquellas mujeres líderes indígenas que estamos trabajando este tema, tratamos de defender los que hacían nuestros abuelos y abuelas, esa armonía con la tierra, ese respeto entre la naturaleza y la vida humana, que con el sistema capitalista se rompió. Porque aquello fue visto por el capitalismo como retraso y subdesarrollo. La naturaleza tiene tanto valor como nosotros. En nuestro mundo andino, decimos la piedra habla, el viento habla, el sol habla, los animales hablan. Eso es el Buen Vivir (o Vivir Bien), que todos vivamos con equidad y en equilibrio con la naturaleza. (TICONA, APUD CAUDILLO, 2012, p.194)

Ticona ressalta a complementaridade entre a vida humana e a natureza. O modelo econômico do capitalismo surge como agente causador da ruptura nessa relação, ao se utilizar da exploração humana e da natureza, julgando as culturas que valorizam essa relação como “atrasadas” e/ou “subdesenvolvidas”. Ela pontua que no mundo andino o vento fala, o sol fala, os animais falam, mostrando não conceber hierarquias entre a vida humana e a vida do restante da natureza. Existe, para ela, uma importante conexão entre ambas.

Luis Macas, equatoriano indígena kichwa, acrescenta elementos na mesma linha de raciocínio ao afirmar:

Sumak Kawsay sería la vida en plenitud, la vida en excelencia material y espiritual. La magnificencia y lo sublime se expresan en la armonía, en el equilibrio interno y externo de una comunidad. Aquí la perspectiva estratégica de la comunidad en armonía es alcanzar lo superior [...]. La convivencia es posible en tanto existan los consensos y la voluntad y las condiciones para lograr la armonía en la comunidad, obviamente la comunidad y la naturaleza. Estas formas de relaciones determinan las formas y los sistemas de vida en los seres humanos. Es decir que somos colectivos. Todos los pueblos originarios, incluso en el occidente, nacieron así. Luego nos individualizan”. (MACAS, 2010, p.171)

Estar em comunidade, para o autor, não seria um processo que colocaria a natureza à parte, pelo contrário. A harmonia entre as pessoas e com a natureza teriam pesos similares. E essa relação determina outras formas e sistemas de vida, ou seja, outro modo de vida é pautado por essa relação. O autor afirma ainda que todos os povos originários,

incluindo os ocidentais, eram assim “coletivos”, mas em algum momento desenvolveram uma visão individualista que os afastou desta relação com a natureza.

Em consonância a essa visão, o jurista e indígena aymara Fernando Huanacuni Mamani (2010) apresenta o “paradigma comunitário” sustentado pela vida em harmonia e o equilíbrio com o entorno. Segundo o autor, enquanto o ocidente entende a comunidade como uma estrutura social apenas humana, o *Buen Vivir* seria impossível sem a relação entre a comunidade humana e não humana. “Desde la cosmovisión indígena originaria entendemos comunidad como la unidad y estructura de vida, es decir, todo es parte de la comunidad, no sólo lo humano” (MAMANI, 2010, p.72).

O *Buen Vivir*, desse modo, se contrapõe ao individualismo e ao antropocentrismo da sociedade moderna ocidental. No entanto, a complementaridade não permite que o indivíduo desapareça, mas sim, faz emergir uma proposta “de equilíbrio entre comunidade e a individualidade.”(MAMANI, 2010: 22) A complementaridade surge também na fala do intelectual aymara boliviano, David Choquehuanca (2012), que enfatiza quatro princípios que abarcam a natureza e as pessoas para se alcançar o *Buen Vivir*: “a) saber escuchar, b) saber compartir, c) saber vivir en armonía y complementariedad y d) saber soñar” (CHOQUEHUANCA 2012, p.92).

Do ponto de vista da construção política, o equatoriano indígena kichwa licenciado em Filosofia, Luis Maldonado, aponta que para os povos indígenas, a consolidação do *Buen Vivir* passa pelo reconhecimento dos seus direitos, como a livre determinação, a livre prática de sua espiritualidade, o controle do seu próprio território e o exercício de uma gestão própria (MALDONADO, 2010) e por esses motivos, neste ponto contrapondo a Chancosa, o *Buen Vivir* não seria um sonho ou utopia

(...) me parece importante subrayar que el Sumak Kawsay no es una utopía; no es una teoría abstracta inventada recientemente. El Sumak Kawsay es una práctica social de los pueblos indígenas; es un proyecto societal indígena en permanente construcción, abierta a otros aportes, en el que quepan todas las entidades históricas y sociales comprometidas con la construcción de una nueva sociedad.

Ao definir o Sumak Kawsay/*Buen Vivir* como uma prática social, Maldonado (2010) explicita o quanto o conceito surge da experiência concreta advinda da valorização dos saberes tradicionais que incita outra forma de organização social. Alberto Acosta propõe o resgate desses valores ancestrais em diálogo com “o mais avançado pensamento universal” como uma tarefa importante rumo ao *Buen Vivir*. “(...) una de las tareas

fundamentales recae en el diálogo permanente y constructivo de saberes y conocimientos ancestrales con lo más avanzado del pensamiento universal, en un proceso de continuada descolonización de la sociedad.” (ACOSTA, 2010, p. 11). Desse modo, essa nova sociedade enunciada por Maldonado deve passar pela descolonização da sociedade atual.

Ainda sobre utopia, vale ressaltar que para Ernst Bloch (2005), o fenômeno da utopia não se assenta apenas na atividade ilusória da imaginação, pois, segundo ele, “a fantasia concreta e o imaginário de suas antecipações mediadas estão, eles mesmos, fermentando no processo do real e se refletem no sonho para frente concreto” (BLOCH, 2005, p.196). Ou, dito de outra maneira, a ação e a fabulação expectantes dos sujeitos no presente, os jogam para frente em direção a um caminho que os leva à outra realidade possível, impedindo, ou pelo menos dificultando, que a “possibilidade real nas auroras, na linha de frente do processo do mundo” (BLOCH, 2005, p.173) não se concretize em razão dos obstáculos ou desvios deterministas ou pela sinalização desmedida de quimeras e olhares pueris. Se faz necessário sonhar, elaborar o horizonte, para concretizá-lo.

O diálogo entre todos os autores citados acima, embora complementares em diversos níveis, expõem também diferenças. Ao analisar a construção do *Buen Vivir* no Equador, Hidalgo-Capitán (2012), espanhol branco, doutor em Ciências Sociais, categoriza o conceito a partir de três correntes:

La primera y originaria sería la corriente indigenista y pachamamista, caracterizada por la relevancia que le dan a la autodeterminación de los pueblos indígenas en la construcción del Buen Vivir, así como a los elementos mágico-espirituales (la Pachamama...). Hablan del Sumak Kawsay y no del Buen Vivir, por entender que éste último concepto ha sido despojado de la dimensión espiritual que tiene el Sumak Kawsay y además ha sido aderezado con aportaciones occidentales que hada tienen que ver con las culturas ancestrales. (...) La segunda sería la corriente socialista y estatista, caracterizada por la relevancia que le dan a la gestión política-estatal del Buen Vivir, así como a los elementos relativos a la equidad social. participativa. Estaría vinculada con el pensamiento socialista moderno. (...)Y la tercera sería la corriente post-desarrollista y ecologista, caracterizada por relevancia que le dan a la construcción participativa del Buen Vivir, con la inclusión de aportes indigenistas, socialistas, feministas, teológicos y, sobre todo, ecologistas. Hablan del Buen Vivir como una alternativa al desarrollo, como una utopía en construcción y entienden que la participación de los ciudadanos no sólo debe darse en la implementación del Buen Vivir, sino también en la definición del propio concepto, que se conforma como un collage postmoderno de concepciones indígenas, campesinas, sindicalistas, cooperativistas, solidaristas, feministas, pacifistas, ecologistas, socialistas, teológico-liberacionistas, descolonialistas...Estaría vinculada con el pensamiento constructivista post-moderno.

Segundo o autor, entre os primeiros representantes da corrente pachamamista estariam as lideranças indígenas, a exemplo de Macas e Chancosa, citados acima, além

de intelectuais indigenistas como Pablo Dávalos (economista equatoriano) e Atawallpa Oviedo (filósofo andino). Já a corrente socialista-estadista, tem entre seus principais representantes intelectuais vinculados ao governo equatoriano, aqui o autor cita René Ramírez, ex-secretário de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação do Equador de 2011 a 2017. E por fim, ao falar da corrente pós-desenvolvimentista, cita intelectuais ligados aos movimentos sociais como Alberto Acosta e a feminista Magdalena León, como podemos ver no Quadro a seguir.

Quadro 1 - Correntes do Sumak Kawsay/Buen Vivir.

Correntes	Visão	Pontos chaves
Pachamamista	<p>“(…) no es solo problema de distribución como lo señalan los socialistas, ni solamente de eliminar la explotación del hombre por el hombre, sino principalmente de eliminar la explotación del hombre a la naturaleza (consumismo). Ahí está el gran dilema para los marxistas, quienes a la final como los capitalistas quieren más producción, más explotación de la naturaleza para generar más abundancia, es decir, más destrucción de la Madre Fuente de Vida. En cambio el Sumakawsay no quiere, ni más riqueza para todos ni repartir la pobreza entre todos, quiere una vida sabia y consciente para los seres humanos y para los seres de la naturaleza. ¿Qué es lo sabio?, una vida en armonía y equilibrio entre todos los seres de la vida, a través de un sistema cultural y de una economía equitable y mutualista, como producto de una visión sinérgica de la vida y en base a un tratamiento armónico del Todo. El Sumakawsay concibe a la vida como un proceso de funcionamiento equilibrado entre todos los elementos que componen su existencia (homeostasis), por tanto su conciencia económica de la vida es de una economía equitable entre todos los seres de la vida y no solo entre los seres humanos.”</p> <p>OVIEDO FREIRE APUD HIDALGO-CAPITÁN (2012, p.16)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Apresenta divergência com a visão socialista;</li> <li>-Coloca a exploração da natureza como ponto central desta divergência.</li> <li>-Entende que o equilíbrio com a economia deve levar em consideração todos os seres vivos, incluindo a Natureza, e não só os humanos.</li> </ul>
Socialista/estadista	<p>“A nivel interno, se propone edificar una economía social y solidaria, que no niega el mercado, sino que lo subordina a la reproducción de la vida y a otras formas de organización y producción. La economía social y solidaria reconoce al ser humano como sujeto y fin, y se propone generar una relación dinámica entre Estado y sociedad que permita realizar el Buen Vivir (...). El camino para alcanzar la economía social y solidaria es cambiar el monopolio de los medios de producción de la actual sociedad de mercado, en donde los propietarios tienen el control de los procesos de trabajo y de la producción, e impiden que los trabajadores ejerciten libremente sus virtudes, los aliena de sus capacidades y del producto de su trabajo. La nueva propuesta apela al florecimiento in situ del trabajador, a compartir los derechos de propiedad y a cooperar en todo el proceso productivo.”</p> <p>RAMÍREZ GALLEGOS, R. APUD HIDALGO-CAPITÁN (2012, p.16)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Não nega o mercado, mas o subordina à vida e outras formas de organização e produção.</li> <li>-Propõem relação dinâmica entre Estado e Sociedade a partir do reconhecimento do sujeito.</li> <li>- Cita uma “economia social e solidária” que tiraria o monopólio dos meios de produção do mercado.</li> </ul>
Pós-desenvolvimentista/ecologista	<p>“Para entender lo que implica el Buen Vivir (...) hay que empezar por recuperar la cosmovisión de los pueblos y nacionalidades indígenas (...) Su aporte, sin embargo, sin llegar de ninguna manera a una equivocada idealización del modo de vida indígena, nos invita a asumir otros “saberes” y otras prácticas, en este caso de los pueblos y nacionalidades tradicionalmente marginadas. Desde círculos de la cultura occidental se han levantado (...) muchas voces (...) en sintonía con esta visión indígena y viceversa. El concepto del Buen Vivir no solo tiene un anclaje histórico en el mundo indígena, se sustenta también en algunos principios filosóficos universales: aristotélicos, marxistas, ecológicos, feministas, cooperativistas, humanistas... (...).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Parte da recuperação da cosmovisão indígena como um convite a olhar outros saberes e práticas sociais;</li> <li>- Enxerga o Buen Vivir como plataforma para se discutir problemas climáticos urgentes.</li> <li>- Entende o Buen Vivir como um processo em construção, não como algo fechado.</li> <li>-Não exclui aportes vindos de outras culturas, inclusive as ocidentais.</li> <li>- Ressalta princípios filosóficos marxistas, ecológico, cooperativistas e feministas como também</li> </ul>

**Fonte:** Quadro sintetizado a partir de Hidalgo-Capitán 2012, p.16, 17 e 18.

Entre convergências e divergências, a partir da sistematização de Hidalgo-Capitán (2012), é possível perceber que o principal elemento para a corrente pachamamista - a Natureza - tem lugar diferente para as demais correntes. Enquanto a socialista, traz o enfoque para as pessoas e o coletivo (o que poderia trazer uma relação menos destrutiva com a Natureza); a pós-desenvolvimentista busca confluência em diversas filosofias em busca de um equilíbrio que sane os problemas climáticos atuais e as desigualdades sociais. Em diferentes níveis, as três correntes denunciam o modelo atual e valorizam outras formas de organização social, política e econômica. Porém, como toda categorização, há limites. Por exemplo, uma leitura mais atenta de Chancosa categorizada aqui como pachamamista o que traria uma negação das contribuições de outras sociedades ao sentido do Sumak Kawsay, é colocada em xeque quando ela diz:

La propuesta del Sumak Kawsay es incluyente, tiene en cuenta a mujeres, niños, ancianos, indios, afros, mestizos, es para toda la sociedad. Más bien pueden traducirla desde su idioma y desde su cultura. Esta palabra no es solo para indígenas porque está en nuestro idioma, miremos más bien la interpretación que cada uno le puede dar en el marco del cambio para alcanzar el buen vivir. (Chancoso, 2010, p. 6)

Chancosa elenca o quanto a proposta do *Buen Vivir* é incluyente, e que envolveria mulheres, crianças, velhos, indígenas, negros, mestiços “toda a sociedade”. Ele alerta que todos os povos podem dar as interpretações cabíveis no marco da transformação necessária para se alcançar o *Buen Vivir*. Bem, mais do que incluir essa categorização como visão única e definitiva sobre o Sumak Kawsay, o intuito aqui é mostrar a multiplicidade de sentidos possíveis atrelados ao conceito. Por exemplo, a diversidade e pluralidade, presentes em níveis diferentes em todas as correntes, são pontos principais da definição de *Buen Vivir* do educador boliviano Mario Sergio Ibáñez:

No se trata de un modelo o un proyecto claro, sino de un sentido que exige capacidad de construir, inventar, criar y permitir el brote de lo existente, que reconfigura la dominación hacia otros horizontes. No es posible sin diversidad y pluralidad; por ello, permite hablar de un modelo a seguir. (IBÁÑEZ, p.27: 2013)

A percepção de Ibáñez sobre o imperativo da diversidade e pluralidade na construção do *Buen Vivir* está em consonância com Davalos (2008, p.147) quando pontua a dimensão radical do *Buen Vivir* (sumak kawsay) como força que tenciona o rompimento

com o pensamento liberal moderno, em um momento de hegemonia capitalista, onde não há espaço para alteridades e onde “não está permitido questionar os pressupostos civilizatórios do desenvolvimento”. Desse modo, temos aqui mais duas dimensões basilares do *Buen Vivir*: o reconhecimento da diversidade e da alteridade enquanto riqueza civilizatória, e sua posição afrontosa com relação ao capitalismo.

O economista uruguaio Eduardo Gudynas (2011) analisa que o *Buen Vivir* respeita sua pluralidade interna de concepções ao não estabelecer hierarquias. E apresenta a posição intercultural do conceito. “*Buen Vivir* é mais do que uma simples coexistência ou justaposição de diferentes culturas, porque eles interagem no diálogo e prática focada na promoção de alternativas para desenvolvimento” (GUDYNAS, 2011, p. 445). Para melhor compreensão sobre a prática do *Buen Vivir*, vamos explorar o conceito da interculturalidade, presente nas diferentes correntes de *Buen Vivir* destacadas por Hidalgo-Capitán (2012) como uma concepção social fundamental.

Catherine Walsh (2008) irá trabalhar a interculturalidade relacionada com plurinacionalidade e o pensamento decolonial, de maneira a entender esses três elementos como estruturantes de uma nova forma de estado. Para ela, a plurinacionalidade irá remeter a uma construção de um espaço de respeito mútuo entre as diferentes culturas que coabitam harmoniosamente um determinado lugar, a interculturalidade está localizada em um momento do “por vir”, uma vez que seria possível apenas através de um largo processo sociocultural.

Va mucho más allá del respeto, la tolerancia y el reconocimiento de la diversidad; señala y alienta, más bien, un proceso y proyecto social político dirigido a la construcción de sociedades, relaciones y condiciones de vida nuevas y distinta. (Walsh, 2008 p.140)

Aqui, a autora destaca a importância do processo pelo qual deve-se percorrer para que a possibilidade de uma sociedade intercultural exista. É possível compreender que a principal característica da interculturalidade é o reconhecimento da diversidade. Sem o reconhecimento de que as diferentes vivências não devem ser hierarquizadas, haverá a reprodução de estereótipos preconceituosos frutos de uma política predatória que avança pelo mundo.

Walsh (2010), apresenta três dimensões da interculturalidade. Sobre a “interculturalidade relacional” afirma que pode ser interpretada como aquela que “faz referência da forma mais básica e geral ao contato e intercâmbio entre culturas, isto é, entre pessoas, práticas, saberes, valores e tradições culturais distintas, as quais poderiam

dar-se em condições de igualdade ou desigualdade.” (p.77) Dessa maneira, a interculturalidade funciona como conceito explicativo para caracterizar os resultados da convivência, que se estabelecem nas trocas de conhecimentos entre povos diferentes, mas sem estabelecer quais as implicações da assimetria dessas relações.

No caso da interculturalidade funcional, a autora segue as sugestões de Fidel Tubino (2005) e considera que essa perspectiva “se enraíza no reconhecimento da diversidade e diferença culturais, visando a inclusão desta no interior da estrutura social estabelecida”. E, a partir dessa configuração teórica, proporciona-se a busca pela promoção do “diálogo intercultural” como meio de compreensão e tolerância entre as manifestações culturais diversas mediante processos de interação recíproca, no interior de uma mesma sociedade. Porém, essa segunda concepção intercultural dissimula as relações de conflito e dominação, que se estabelecem no jogo de negociação entre as culturas, povos e nações. Já a terceira dimensão intercultural, a interculturalidade crítica, é compreendida como aquela que possibilita pensar a propulsão “do problema estrutural-colonial-racial” ou, no dizer da autora, o

[...] reconhecimento de que a diferença se constrói dentro de uma estrutura e matriz colonial de poder racializado e hierarquizado, com os brancos e “branqueados” em cima e os povos indígenas e afrodescendentes nos andares inferiores. A partir desta posição, a interculturalidade passa a ser entendida como uma ferramenta, como um processo e projeto que se constrói a partir das gentes – e como demanda da subalternidade –, em contraste à funcional, que se exerce a partir de cima. Aponta e requer a transformação das estruturas, instituições e relações sociais, e a construção de condições de estar, ser, pensar, conhecer, aprender, sentir e viver distintas. (WALSH, 2010, p.221)

Pensando desse jeito, a interculturalidade passa a ser categorizada como um projeto político em desenvolvimento contínuo construído com base na questão da diferença cultural. De tal maneira, o conceito intercultural ganha, na perspectiva de crítica de Walsh, dimensões sociais e históricas, servindo como explosivo teórico das estruturas sociais do estatuto colonial, ainda presentes na dinâmica de organização e funcionamento das sociedades latino-americanas.

Ainda segundo a autora, se faz necessária uma mudança radical das estruturas da sociedade, mudanças essas que possibilitam também uma reinvenção nas relações humanas e institucionais do estado. Aquí Walsh diferencia a interculturalidade da multiculturalidade, que para ela “sustenta la producción y administración de la diferencia dentro del orden nacional volviéndola funcional a la expansión del neoliberalismo”. Ou

seja, sua leitura é próxima a feita por Panikkar (2004) sobre o multiculturalismo<sup>127</sup>, permitiria que sejam feitas políticas que se abrem para a diversidade, ao mesmo tempo que assegura o controle do poder hegemônico nacional que atenda aos interesses do capital.

Desta forma, interculturalidade não se resume apenas a uma mudança das relações entre as diferentes culturas no mesmo estado nação, mas principalmente se coloca como um abandono das práticas imperialistas neoliberais. Mais do que tolerar, ou incorporar a diversidade dentro de estruturas estabelecidas, a interculturalidade pretende pressionar as estruturas coloniais de poder e assim, se tornar “um movimento sociopolítico-epistemológico” (WALSH, 2008 p. 141).

Outro ponto destacado por Walsh (2008 p. 140) é a diferença entre a plurinacionalidade e a multinacionalidade, pois enquanto essa última pressupõe uma hierarquia entre as diferentes culturas, sendo uma delas a central e que imprime um regime de relação autoritária sobre as demais, a plurinacionalidade indica a possibilidade de convivência não hierarquizada entre diferentes culturas, em um espaço que permite uma “profunda relação equitativa”. Apesar dos termos, segundo a autora, sempre utilizados como sinônimos, a origem de cada um os faz pertencerem a cosmovisões amplamente distintas. Enquanto a visão hierarquizada do multiculturalismo ter sua base nas categorias ocidentais de relação de dominação o pluriculturalismo é reflexo dos pensamentos produzidos a partir das relações entre negros e indígenas na América do Sul, sendo inclusive bem mais difundido nessa região. O estado do Equador, por exemplo, foi declarado plurinacional, em reconhecimento à existência de 14 povos indígenas e suas próprias formas de organização social abrangendo seus sistemas de saúde, educação, justiça, reparação, entre outros.

Por último, destaco a relação que Walsh (2009) estabelece entre a interculturalidade e o *Buen Vivir*. A ideia da interculturalidade está presente no *Buen Vivir* como parte integrante de sua utopia sobre a sociedade ideal que se quer construir. O *Buen Vivir*, como colocado por seus diversos autores, é este lugar de processo ativo de uma

---

<sup>127</sup> Para aprofundar as críticas ao multiculturalismo dentro da construção dos direitos humanos ler Raimundo Panikkar: “Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental?”. Artigo publicado no livro “Direitos Humanos na sociedade cosmopolita”, organizado por César Augusto Baldi, publicado em 2004. Ressalto que o multiculturalismo é um conceito contestado por autores como Rivero Cusicanqui, Stuart Hall e Catherine Walsh. No lugar, se utilizam do intercultural.

construção social plural. Para a autora, que destaca a relação entre indígenas e negros na diáspora para o sucesso dessas formulações, o *Buen Vivir* é elemento fundante da constituição equatoriana que pretende a criação de um estado intercultural.

Walsh também contribui com a relação entre interculturalidade e decolonialidade, uma vez que entende ambos os movimentos intrinsecamente relacionados

De esta manera, la interculturalidad y la decolonialidad van de la mano. Mientras la interculturalidad apunta a la necesidad de desarrollar interacciones que reconozcan y enfrenten las asimetrías sociales, culturales, políticas, económicas e institucionales, y la decolonialidad apuntala los sentidos de noexistencia, deshumanización e inferiorización y las prácticas estructurales e institucionales de racialización y subalternización que siguen posicionando a algunos sujetos y sus conocimientos, lógicas y sistemas de vida por encima de otros. (Walsh 2009, p. 233)

A interculturalidade por propor o enfrentamento das assimetrias sociais possui papel fundamental na luta contra o sistema de exploração e opressão em que vivemos. E para autora, também se conecta à decolonialidade que aponta a crítica ao eurocentrismo como nova lógica de organização do mundo, o que implica as relações econômicas, relações de gênero e raciais, além de uma forma de pensar o estado, a religião, a cultura. Além da desumanização e das práticas estruturais de racialização e subalternização que hierarquizam sujeitos, conhecimentos e, lógicas e sistemas de vida. O *Buen Vivir* neste contexto, ao desenhar outro mundo, propõe a destruição das hierarquias que servem à manutenção do poder instituído.

Pelo caráter utópico e desafiador das estruturas, o *Buen Vivir* passa no Brasil a ser reivindicado explicitamente pela luta indígena, mas logo o conceito passa a ser articulado por outros setores, como comenta Daisy Damasceno Araújo ao falar da realidade maranhense<sup>128</sup>:

Maranhão têm se articulado coletivamente e traçado metodologias de enfrentamento aos constantes processos de violência que têm sofrido, provocados em razão da implantação (ou tentativa) de grandes projetos de desenvolvimento na região, além de constantes embates com grandes proprietários de terra. A partir de diversas ações coletivas, grupos sociais como quilombolas, trabalhadores rurais sem-terra, povos indígenas, ribeirinhos, praieiros, quebradeiras de coco, entre outros, têm acionado o paradigma do Bem Viver como alternativa ao modelo de vida que lhes é imposto. (ARAÚJO, 2016, p.13)

---

<sup>128</sup> Em seu artigo, Araújo narra como estados como Maranhão e Pará sofreram com o avanço das ideais desenvolvimentistas que começam no Brasil em 1950. A exploração do que o estado chamava de “vazio demográfico”, ignorando a realidade da Amazônia brasileira repleta de indígenas, quilombolas e populações tradicionais, se deu a base de muitos empreendimentos violentos para comunidades e natureza.

Em comum, todas as identidades citadas pela autora têm sua luta pautada pelo direito à terra, ao território já que suas presenças não são predatórias a Mãe Terra, e mais do que isso, esses grupos são em alguma medida guardiões da natureza nos territórios que ocupam. A permanência nas terras que ocupam sofre uma série de violências e, segundo a pesquisadora, essas comunidades lutam constantemente “contra latifundiários, grandes projetos desenvolvimentistas, ou mesmo contra a lentidão do processo de titulação das terras executado pelos órgãos estatais.” (ARAÚJO, 2016, p.6).

Contra a morte, a violência, o desrespeito que acompanham os grandes empreendimentos desenvolvimentistas, as comunidades conclamam o Bem Viver. Araújo localiza também a inclusão do Bem Viver no tema da Marcha Nacional de Mulheres Negras de 2015, citada nos capítulos anteriores, como a expansão do conceito para além dos povos indígenas.

Na edição 2015 da Marcha Nacional das Mulheres Negras, como o tema Contra o racismo, a violência e pelo bem viver, as mulheres quilombolas participantes afirmaram que assim como as indígenas, ribeirinhas, geraizeiras e tantas outras identidades, elas também vivem em harmonia com a terra, protegendo as nascentes, a fauna e a flora do país e, por isso, devem lutar para alcançar o Bem Viver. Mais uma vez vemos o acionamento da temática do Bem Viver estender-se aos outros grupos, além dos povos indígenas.

A afirmação da pesquisadora, se baseia no Manifesto das Mulheres Quilombolas<sup>129</sup> publicado em 16 de novembro de 2015, dois dias antes da Marcha, onde mulheres quilombolas pontuam suas lutas e apontam também o Bem viver.

Bem como nossas irmãs indígenas, ribeirinhas, geraizeiras e de tantas outras identidades, vivemos em harmonia com a terra e somos preservadoras dos biomas de nosso país. Em nossa dedicação à preservação das florestas nos convertemos em direito da população nacional na medida em que protegemos as nascentes, a fauna, a flora. Para alcançar o bem-viver, reivindicamos o direito de sermos diversas em nossos modos de ser, de crer, de pensar e de ir e vir. De sermos reconhecidas pelo Estado e de participar dos resultados econômicos do que ajudamos a produzir. (MANIFESTO DAS MULHERES QUILOMBOLAS, 2015, s/p)

A reivindicação do direito à diversidade, une-se à autonomia de ir, vir, crer e pensar, dessa forma a diversidade aqui é colocada como uma riqueza civilizatória importante. Chama atenção um ponto crucial: da participação dos resultados econômicos que são historicamente expropriados dessas populações.

Neste cenário, onde os movimentos sociais vão tomando o conceito para si, não demora para a política institucional e ONGs também entenderem o poder semântico e simbólico do conceito. Em 2016, por exemplo, vira tema da campanha eleitoral do

---

<sup>129</sup> Em: <https://www.palmares.gov.br/?p=39527> Acessado em 28/04/2021

“partido em formação” RAIZ: Movimento Cidadanista, que lançou a candidatura de Luiza Erundina em São Paulo, com a legenda emprestada pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Osório<sup>130</sup> (2018) ao traçar o *Buen Vivir* e suas institucionalizações em artigo da Revista Ecológica, aponta à adequação à realidade brasileira feita pelo Movimento Raiz aliada ao princípio guarani tekó porã, que significa “boa maneira de se viver”. Além disso, aponta o banco de dados de práticas alternativas organizado pela ABONG (Associação Brasileira de ONGs) dentro do projeto Novos Paradigmas – Rumo ao Bem Viver<sup>131</sup> que segundo informações do site<sup>132</sup> “tem como objetivo discutir e construir outros modelos de desenvolvimento – outra economia, outra organização da sociedade – que seja capaz de atender às necessidades dos seres humanos, ao mesmo tempo respeitando os limites do planeta”. Entre 16 e 18 de agosto de 2017, no Centro de Formação Sagrada Família, a ABONG realizou o seminário nacional: Agenda das resistências e as alternativas para o Brasil: um olhar desde a sociedade civil.

No segundo dia de eventos, após a abertura de Denise Verdade, da delegação da União Europeia no Brasil, foi realizado o debate: “Resistências: os paradigmas do Bem Viver e dos bens comuns nas práticas das organizações populares e dos movimentos sociais no campo e na cidade”. Participaram como debatedores representantes da Uneafro Brasil, ABONG, CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), Rede Ecovida, Brigadas Populares, Comissão Guarani: Yurupa; MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos) e Articulação de Mulheres Brasileiras. Segundo a assessoria de imprensa, o evento está “articulado com todos os processos das frentes: Frente Brasil Popular; Frente Povo Sem Medo; Frente pela Diretas Já”. (OSÓRIO, 2018, p.82)

Ao elencar as diversas organizações participantes e o processo político no qual o evento ocorreu, Osório chega a uma inquietante conclusão acerca do Bem Viver:

As diversas conexões de organizações e a presença de instituições religiosas, demonstram que não há nada de novo no Bem Viver. Trata-se de um dos efeitos contemporâneos de uma racionalidade viciada na centralização política e que tem no Estado sua principal categoria de entendimento. (OSÓRIO, 2018, p.82)

O autor enxerga captura do Bem Viver pela institucionalidade, ele seria um “ajuste de um governo a partir das demandas da sociedade civil organizada enquanto movimento indígena”, além de pactuar com diretrizes internacionais em torno do respeito aos povos

---

<sup>130</sup> Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e pesquisador no Nu-Sol.

<sup>131</sup> Realizado pela Abong em parceria com sua associada ISER Assessoria e com financiamento da Misereor.

<sup>132</sup> Disponível em: <https://abong.org.br/project/novos-paradigmas-rumo-ao-bem-viver/> Acessado em 10/08/2021 Neste link há a contextualização do projeto, no entanto, não é possível acessar o banco de dados..

tradicionais e a defesa da natureza. Para ele, o Bem Viver seria uma “inovação política institucional necessária para a preservação do capitalismo e do Estado” (OSÓRIO, 2018, p. 62). O objetivo seria atingir o sonhado desenvolvimento sustentável, que iremos explorar mais a frente.

Osório considera que a formatação e caminhos que o *Buen Vivir* ganhou no Equador e na Bolívia influenciaram a forma como o conceito entra no Brasil, por isso é categórico ao afirmar que enxerga no *Buen Vivir* uma continuidade de projeto político neoliberal: “O Bem Viver não é uma ruptura com uma certa maneira de se fazer política, mas sim uma continuação”. (OSÓRIO, 2018, p.81)

Não há dúvidas que a partir de 2011, os movimentos sociais e instituições incorporam o *Buen Vivir* a partir da influência e reflexo do novo constitucionalismo latino-americano do Equador e Bolívia. Vamos então, olhar esse processo um pouco mais de perto.

### **3.3 Experiências constitucionais: considerações sobre os processos de Bolívia e Equador**

De olho nas experiências indígenas da América do Sul, o antropólogo francês Pierre Clastres (1934-1977) em *A Sociedade Contra o Estado* (1974) fala sobre a categorização de poder em contexto das populações indígenas como os Guayaki, Guarani, Chulupi, Yanomami e os Guaranis mbyá que encaravam as noções de poder fora de uma dinâmica de estado.

Com argumentos que refutam o evolucionismo europeu do século XIX-XX, Clastres desconstrói o conceito do estado como o ponto definitivo de evolução e avanço ao passo que demonstra que a descentralização do poder ajuda na criação de relações políticas menos violentas e coercivas. Numa postura pós-colonial, embora na época não se usasse esse conceito, Clastres propõem a retirada da noção ocidental do coração da análise, e assim o respeito às escolhas políticas de sociedades outras, mesmo quando estas revelam ser a negação ou recusa das escolhas ocidentais. Essas sociedades apresentadas pelos que o antecederam como cheia de “gentes sem fé, sem lei, sem rei”, para o autor não poderiam ser vistas em função da suposta ausência de poder, mas como dotada de formas não-coercitivas de ação política. Se antes eram divididas entre com ou sem estado, passam a ser vista como sociedades contra o Estado.

O poder para P. Clastres não é visto como representação, mas como exercício que cria e sustenta o espaço coletivo, “o Estado é o *exercício* do poder político” (1978, p. 166.) Da mesma forma, as sociedades analisadas por Clastres recusam a acumulação nas mãos de poucos ou de um só de seus membros porque esta representaria um desequilíbrio entre o mundo humano e o da natureza. Se parte das pessoas acumulam o que daria para aplacar a fome de muitos, os demais teriam que tirar mais da natureza, acarretando na sua superexploração. A visão de Clastres é interessante, justamente por ter sido uma das primeiras a olhar povos indígenas na sua totalidade e no seu desejo por autonomia.

Ao analisar o início da luta da sociedade civil por direitos humanos no século XX, Sousa Santos (1997) pontua ter ocorrido uma luta da sociedade civil contra o Estado, já que esse era considerado como o principal violador de direitos humanos. Já as segundas e terceiras gerações que lutavam por direitos econômicos, sociais, culturais e de qualidade de vida pressupõe que o Estado seja o principal garantidor desses mesmos direitos.

Quando falamos sobre América Latina, respeitando as diferenças organizativas das diversas populações indígenas e, em sintonia com as lutas anticolonialistas mundo afora, houve o objetivo comum de recuperação das terras - via reforma agrária e titulação dos territórios -, como condição essencial de reconhecimento de seus direitos culturais e valorização de suas identidades. Sobre esse processo, a socióloga boliviana Vivian Urquidi, destaca que de forma paulatina, em alguns países, a luta dos povos indígenas ultrapassou pautas imediatas para adentrar numa etapa de conflito com o estado na busca por poder e emancipação política diante dos resultados nefastos de reformas neoliberais que tomavam todo o continente.

Na mesma esteira, foi possível observar movimentos de vanguarda indígena na Bolívia e no Equador que, desde a década de 90, vêm manifestando-se com vontade de poder, isto é, com ânsia de assumir o controle do Estado. Destas experiências resultou o projeto de refundação do Estado num modelo plurinacional, que se propõe não apenas a contestar a formação do Estado-nação, como estrutura moderna para a organização da sociedade, como também se dispõe a superar a situação colonial destes países. (URQUIDI, 2013, s/p)

Esse processo citado por Urquidi foi possível graças aos movimentos indígenas que estavam sólidos e fortalecidos pela luta contra os tratados de livre comércio e propostas neoliberais, enquanto o movimento impulsionava a defesa pela soberania alimentar, a reforma agrária e a proposta de um Estado Plurinacional (SIMBAÑA, 2011).

Desse modo, nos processos constitucionais de Equador (2008) e Bolívia (2009), Sumak Kawsay/*Buen Vivir* (Equador) e Suma Qamaña/*Vivir Bien* (Bolívia) foram assimilados enquanto princípios norteadores não apenas de ações governamentais, como também da reformulação do próprio estado (URQUIDI; FUSCALDO, 2019).

Ao falar sobre o Estado-Nação, QUIJANO (2005) pontua que toda sociedade é uma estrutura de poder que acarreta na imposição de alguns sobre os demais. Assim, mesmo a concepção eurocêntrica de estado nação só seria alcançada num processo radical de democratização da sociedade e do Estado.

Não obstante, a estrutura de poder foi e continua a ser organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A Construção da nação e principalmente do Estado-nação tem sido conceitualizada e trabalhada contra a maioria da população, neste caso, os índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-Nação Moderno. (QUIJANO, 2005:84)

Desse modo, a criação dos Estados plurinacionais pode ser encarado como a reação anticolonial. Neste contexto, o envolvimento dos movimentos indígenas foram essenciais neste processo. León T (2012) aponta que *Buen Vivir* é inseparável da categoria diversidade, e por isso tem mostrado sua utilidade para responder o sentido de urgência de mudança que motivou os processos constituintes. Ao mesmo tempo serve para orientar transformações estratégicas não menos urgentes, mas que tenham um tempo maior de maturação, “por isso se torna ao mesmo tempo um objetivo e um caminho”.

Ao falar da Bolívia, Ibáñez (2013), relata como o contexto boliviano<sup>133</sup> foi determinante no processo político, econômico e cultural que os levaria mais próximos do *Buen Vivir*.

El sistema político en crisis fue la punta del iceberg. La población perdió confianza en las personas que conformaban la llamada ‘clase política’ y la capacidad del sistema político para encontrar soluciones antes los graves problemas del país. Las dirigencias políticas perdieron legitimidad y se generó un vacío de representación. Este deterioro del sistema político expresaba el límite: ya no era posible buscar salidas con lo existente. (IBÁÑEZ , p.29. 2013)

---

<sup>133</sup> Na Bolívia, costuma situar-se em 2000, marco que deu início ao chamado processo de transição, que colocou Evo Morales na presidência e um estado plurinacional, uma iniciativa inédita, como a principal marca da nova constituição promulgada em 2009. Essa transição, no entanto, possui segundo Ibáñez , características peculiares em relação a outras crises e transições que o país vivenciou, vale a pena observar, pois é uma espécie de simultaneidade de crises que lhe conferem aquela singularidade.(Ibáñez , 2013)

A crise política demarcava um limite do sistema político e trouxe a possibilidade de se lançar um olhar radical e questionador sobre a estrutura existente, transcendendo o que existia. Esta foi apenas a “ponta do iceberg”, pois a crise do modelo neoliberal veio junto e com ela simultâneas crises ocorreram internamente e mundialmente. Ibáñez ressalta o forte questionamento interno sobre o Estado colonial que se fundou sob sangue e trabalho indígena, ancorado no saque das riquezas para venda ao exterior, na faceta mais cruel do extrativismo primário. Já a crise global apresentou múltiplos desdobramentos, como a crise ecológica, alimentar, energética, financeira, política, entre outros. Juntas, segundo o autor, “se condensa em lo que se denomina ‘crisis civilizatoria’ de los modos de vida que se mundializaron hegemónicamente como ‘cultura occidental moderna.’ (IBÁÑEZ, p.26.2013). As múltiplas crises permitiram abrir o debate para além da substituição do modelo estatal. Buscava-se um outro horizonte civilizatório, que naquele contexto foi sintetizado pelo *Buen Vivir*.

Ao falar das constituições de Bolívia e Equador, Hidalgo-Capitán, as define como “constituições radicais”, por se diferenciarem do liberalismo e das experiências do socialismo real. Além disso, os textos constitucionais trazem como pilares a relação entre os princípios da plurinacionalidade e interculturalidade, além dos direitos do *Buen Vivir* e da natureza. (GREGOR, 2014). A natureza enquanto sujeito político e jurídico, com direitos, é uma das principais inovações dessas constituições, com destaque para o protagonismo equatoriano que incorpora um capítulo específico sobre os direitos da natureza. Essa mudança de paradigma é chamada de “virada biocêntrica” por Gudynas (2009). Por hora, reiteramos aqui o quanto autores do *Buen Vivir* concebem a natureza enquanto detentora de direitos, fruto da relação harmoniosa que pode existir dela com os seres humanos e não humanos.

Hidalgo- Capitán (2012) pontua que o conceito do *Buen Vivir* recebeu relevância no Equador quando começaram os debates na “Asamblea Constituyente del Ecuador” em finais de 2007, pela iniciativa dos equatorianos Fernando Vega e Alberto Acosta e como resultado das lutas sociais contra o neoliberalismo desde os anos de 1990. Vale pontuar que o poder popular tirou quatro presidentes eleitos entre 1997 e 2005 no Equador, tamanha a força e tensão.

Assim, os elementos reciprocidade, complementariedade, harmonia, dualidade, relacionalidade, ciclicidade e correspondência (SHIRAISHI NETO; TAPAJÓS ARAÚJO, 2015), rastros do *Buen Vivir*, se transformaram em 99 artigos específicos da constituição equatoriana que versam sobre diversos temas como cultura, educação, saúde,

trabalho, seguridade social, entre outros. Além disso, o texto constitucional equatoriano contém outros 76 artigos dedicados ao “régimen del *buen vivir*”. Segundo Shiraishi Neto e Tapajós Araújo, ali está o “plano constitucional para a prática universalizada do *buen vivir*”.

Conforme facilmente se infere dos capítulos desta seção, há uma conexão entre a implementação dos direitos tradicionalmente denominados de sociais (saúde, educação, seguridade social, moradia, trabalho) com o exercício do *buen vivir*. Essa seria a resposta filosófica da opção política constituinte pelo *sumak kawsay*: atenderia ao *buen vivir* assegurar tais direitos aos cidadãos equatorianos. (SHIRAISHI NETO E TAPAJÓS ARAÚJO p. 393. 2015)

Se do ponto de vista filosófico, a entrada do *Buen Vivir* na constituição poderia garantir a efetivação de direitos, é recorrente a narrativa que a institucionalização da experiência do *Buen Vivir* foi uma tentativa de conter o potencial de transformação do conceito (MIGNOLO, 2011). O Presidente Rafael Correa criou a Secretaria do *Buen Vivir* que tinha apenas uma função simbólica. E, em paralelo, o Plano Nacional do Bem Viver foi instrumento de recuperação da capacidade regulatória do estado.

No caso da Bolívia, o conceito aparece no preâmbulo da Constituição, como um dos fundamentos ou finalidades do Estado, dentre os quais se encontra “a busca do viver bem”. Há muitas críticas sobre o *Buen Vivir*, principalmente, quando ele é implementado a partir do Estado. Inclusive algumas apontam que o conceito representaria uma idealização da cosmovisão andina e a continuidade do projeto desenvolvimentista. Dominguez e Caria afirmam que o *Buen Vivir* se converteu em um “aparato ideológico do estado” (2014, p.27) ao citarem o seguinte exemplo:

La redistribución de tierra y agua en el Ecuador durante el período de la Constitución del Buen Vivir ha sido nula con 5% de propietarios que concentran el 52% de las tierras agrícolas mientras que el 60% de pequeños productores son propietarios solo del 6.4%. Es así que el Buen Vivir pasa a ser un discurso ideológico que enmascara la realidad y termina como una mentira que se propaga como verdad. (DOMINGUEZ; CARIA, 2014, p.28).

No mesmo sentido, a pesquisadora equatoriana Erika Lorena Arteaga-Cruz, afirma que não houve mudança na matriz produtiva do país, ainda fundamentada nas hidrelétricas e na exploração de recursos naturais como o ferro e cobre, mostrando o esvaziamento do conceito do *Buen Vivir* como trazem os movimentos indígenas. Assim, conclui: “Hoy una mirada a la década anterior nos deja de saldo un Estado Ecuatoriano

moderno, con énfasis en la eficiencia y meritocracia; un capitalismo con rostro humano.” (ARTEAGA-CRUZ, 2017. p.917)

As críticas que partem desde a institucionalização do *Buen Vivir* alertam para o perigo de cooptação do conceito como apenas uma forma menos degradante de relação com o meio ambiente e não como uma ruptura epistêmica, social, política e cultural.

Neste sentido, muito mais do que um aporte conceitual ou utópico, o *Buen Vivir/Vivir Bien* também se apresenta enquanto prática social como trouxe Maldonado (2010). No entanto, é preciso salientar que o conceito de *Buen Vivir* está em disputa política, jurídica e econômica, como também pontua Acosta (2010). Essa disputa se acirra quando alguns autores defendem o *Buen Vivir* enquanto a alternativa mais certa no combate ao desenvolvimentismo e ao capitalismo, como analiso a seguir.

### **3.4 *Buen vivir* enquanto alternativa ao desenvolvimentismo**

Início este capítulo explorando a visão de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi que ressaltam que na história alguns regimes capitalistas realizaram rupturas entre economia e política, produção e reprodução social. Jaeggi vê essas cisões como "lutas de fronteira" que podem ser usadas para destrinchar as contradições do capitalismo. A base do pensamento dos autores diz respeito à ideia de que o capitalismo sempre viveu em crise. A partir daí, as autoras chegam àquela que seria uma das características definidoras do capitalismo: o acúmulo de capital. Sobre isso, Fraser pontua: “O capitalismo é peculiar por ter um impulso sistêmico objetivo ou de direcionalidade: a acumulação de capital. Não expandir é morrer, ser vítima de concorrentes.” (2008, p. 18) Ou seja, o capitalismo por característica básica sempre busca sua expansão.

Fraser rejeita a ideia de que o capitalismo seja apenas um modo de produção, e aponta os elementos de ordem social que o compõem (2008, p.48). Capitalismo seria uma forma de vida, o caráter econômico seria apenas uma faceta. Não é só um regime econômico, mas sim social. Quijano (2000) vai apontar a colonialidade como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Lang (2011), ao citar Foucault e Arturo Escobar, vai definir o desenvolvimento como:

Un dispositivo de poder que reorganizó al mundo, relegitimando la división internacional del trabajo en el contexto capitalista, mediante un enorme conjunto de discursos y prácticas. El desarrollo se transformó en objetivo de las políticas públicas, se destinaron presupuestos y se crearon múltiples instituciones encargadas de impulsar al desarrollo, a escala local, nacional e internacional [...] En los países del Norte, lo que antes eran políticas

económicas frente a las colonias se resignificó en términos de ‘cooperación internacional’ al desarrollo. (LANG; MOKRANI, 2011, P. 13).

A lógica desenvolvimentista do capitalismo trouxe consigo a ocidentalização do mundo e a construção de estados desiguais que, ao desconhecer as alteridades, transformam toda e qualquer diferença em desigualdade. O desenvolvimento, como traz Lang, se tornou objetivo de políticas públicas. O capitalismo exige relações calcadas nas desigualdades para se desenvolver. Essas desigualdades são construídas a partir da hierarquização dos países a partir do Norte Global. Aliado a esse processo ocorre o acúmulo da riqueza nas mãos de poucos, enquanto impõem a miséria para muitos. Sendo assim, a construção de uma nova sociedade passa, necessariamente, pela criação de outro modelo econômico.

Logo, o combate ao capitalismo ganha destaque dentro do princípio do *Buen Vivir*, como coloca a socióloga feminista colombiana Magdalena León (2012), pois “marca uma ruptura com a centralidade do indivíduo, a superioridade do humano e com as noções de progresso, desenvolvimento e bem-estar em chave capitalista”. Desta maneira, o *Buen Vivir* propõe também abandonar a busca pelo desenvolvimentismo, porque considera que esse conceito vem carregado de violência e opressão em todas as esferas.

Ao longo da história, a ideia de crescimento e desenvolvimento tornou-se universal. Foi em 1949 que o 33º presidente norte-americano Harry Truman (1894-1972) tratou pela primeira vez sobre a questão do desenvolvimento. Em seu primeiro discurso como presidente, ele se referiu ao mundo em termos de nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, além de prever a necessidade de os Estados Unidos se tornarem os guardiões da democracia e do sistema econômico capitalista.

Nesta perspectiva, Maldonado (2009) apresenta elementos básicos que diferenciam a lógica do Sumak Kawsay/*Buen Vivir* à do capitalismo, ressaltando que o primeiro não se equivale ao bem-estar social, pois partem de epistemologias diferentes. A primeira diferença seria com relação ao sujeito visto não individualmente, mas coletivamente. Vejamos as demais (Quadro 2):

Quadro 2- Comparação entre as concepções de Capitalismo e Sumak Kawsay

Capitalismo	Sumak Kawsay
Propiedad privada – capital	Propiedad colectiva y familiar
Ser humano egoísta – Sujeto económico individual	Sujeto económico colectivo
Busca rentabilidad económica individual	Busca bienestar de la comunidad
Acumulación	Predominio de instituciones de reciprocidad social (redistribución)
Control del mercado	Mercado espacio de intercambio excedentes y complementación.
Obsesión por el Crecimiento Económico	
Predominio de las Empresas Privadas	
Depredación de recursos naturales	El ser humano es parte de la naturaleza (reciprocidad sacralizada)
Producción orientada a satisfacer necesidades creadas desde las empresas	Satisfacción de necesidades y re-establecimiento de alianzas para garantizar acceso a recursos.
Reglas del mercado, oferta y demanda	

Fonte: Maldonado, 2009.

Na lista, chama a atenção como os conceitos lidam de forma diferente com a acumulação. O Sumak Kawsay promove a abstenção da acumulação e redistribuição excedentes, enquanto o outro, acumula. Ibáñez (2013) ao definir o *Buen Vivir*, o apresenta como saída da armadilha da modernidade e do desenvolvimento:

El vivir bien /buen vivir es, sobretudo un horizonte de sentido, un indicativo de que se puede transitar hacia otros modos de vida y forma civilizatorias que nos permitan salir de entrapamiento de la modernidad y el desarrollo hegemónicos, que se expresan más radicalmente en el capitalismo, aunque no únicamente. (Ibáñez , p.27: 2013)

A percepção de Ibáñez sobre *Buen Vivir* como um horizonte que permite escapar das armadilhas da modernidade capitalista e do desenvolvimentismo enquanto forças hegemônicas está em consonância com Gudynas e Acosta (2011) que vão combater a ideia de que o *Buen Vivir* permite um desenvolvimento alternativo de menor impacto. Eles apresentam o *Buen Vivir* não como uma alternativa de desenvolvimento, mas sim,

uma alternativa *ao* desenvolvimento. Aqui está mais um paradigma em disputa em torno do *Buen Vivir*.

Para o professor suíço, especialista em desenvolvimento, Gilbert Rist (2002), a capacidade de sedução é a principal força do desenvolvimento. Para ele a construção da linguagem levou a sua definição para significar um estado, uma ideia de bem-estar, progresso, justiça e crescimento econômico. Ao longo da história, a ideia de crescimento e desenvolvimento tornou-se um desejo universal e uma crença. Porém, há vasta literatura que mostra que o que é vendido como solução, tem sido um dos maiores problemas da humanidade.

Mignolo chama atenção sobre como no contexto do discurso estatal no Equador, o *Buen Vivir* tenha sido associado aos poucos com o desenvolvimento. Logo o “viver em harmonia” foi substituído por “viver para trabalhar e desenvolver-se”, onde o desenvolvimento é o objetivo, e a vida é pautada por ele. (MIGNOLO, 2011: p.313). Um caso muito emblemático desse processo apontado por Mignolo no Equador são os processos políticos que levaram à decisão estatal em 2013 de exploração do Parque Nacional Yasuní, considerado reserva da biosfera<sup>134</sup> pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A exploração do petróleo naquela região dava fim a iniciativa Yasuní-ITT (Ishpingo, Tambococha e Tioutini) iniciada em 2007, quando o presidente Rafael Correa anunciou, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o compromisso do país de manter 850 milhões de barris de petróleo sob o solo do Yasuní.

Acosta (2016, p.214) afirma que a proposta “provocou estupor e muitas resistências em setores do poder”. Como contrapartida aos recursos que o Estado equatoriano deixaria de arrecadar com a exploração e venda desse petróleo, a comunidade internacional seria estimulada a compensá-lo financeiramente pela aplicação dessa difícil decisão, que, segundo a proposta, traria benefícios a todo o planeta por manter intacta uma reserva da biosfera. A proposta tomou forma muito antes de 2007 por meio de construções coletivas dos movimentos sociais, sobretudo comunidades indígenas amazônicas que protagonizaram diversos processos de resistência às atividades petrolíferas que afetam violentamente seus territórios.

---

<sup>134</sup> O Parque Nacional Yasuní foi declarado pela Unesco reserva mundial da biosfera em 1989. Em 982 mil hectares havia cerca de 500 espécies de aves, 160 de mamíferos e 12 de primatas. Abrigam ainda 2.200 espécies de plantas – em toda a América do Norte, há apenas 500.

Na reportagem “O fim da Iniciativa Yasuní: vida e morte de um modelo de preservação no Equador”<sup>135</sup>, veiculada no Repórter Brasil em outubro de 2013, o repórter Marcelo Ayala analisa a iniciativa que chegava ao fim:

“ (...) era uma ação considerada inovadora e até mesmo utópica para alguns, mas que demonstrava que o Equador, um país petroleiro, pequeno e pobre, procurava contornar a lógica do modo de produção que sustenta o planeta. Era uma forma de transcender a economia denominada extrativista e estabelecer um precedente na história da exploração do petróleo. Era um exemplo para o mundo de como o Equador abordava a proteção da selva, da biodiversidade e dos povos indígenas.

Acosta (2016, p.219) criticou o governo que, segundo ele, via na moratória à extração de petróleo como uma “vulgar compensação para seguir forçando o desenvolvimentismo”. O intelectual equatoriano apontava a iniciativa como algo que se insere na construção do *Buen Vivir* que “não é uma simples proposta de desenvolvimento alternativo, mas uma alternativa ao desenvolvimento”. Essa visão contrapõe setores que enquadram o *Buen Vivir* enquanto uma inovação política institucional necessária para a preservação do capitalismo e do Estado. Toda essa situação prova como é complexo para um país pobre abraçar os pressupostos do *Buen Vivir* e as demandas sociais, quando não há recursos a não ser os naturais. Por isso, a forma de lidar com os esses recursos é tão importante.

Respaldado ainda dentro uma lógica desenvolvimentista, o governo equatoriano construiu uma estratégia internacional de arrecadação, que não conseguiu de fato êxito financeiro que compensasse a não exploração do petróleo, e em 2013 aboliu o projeto. A iniciativa Yasuní ITT poderia ajudar a promover o reencontro dos seres humanos com a natureza, além de rumar a uma transição energética que superasse o uso dos combustíveis ‘fósseis que possuem limites biofísicos e sociais amplamente investigados. Na época, Acosta refletiu sobre a possibilidade de algo tão inovador e contra sistêmico dar certo em uma sociedade capitalista.

A questão que cabe neste momento é se será possível e realista tentar um ordenamento social diferente dentro do capitalismo. Um que seja baseado nos Direitos Humanos e nos Direitos da natureza. A resposta é simples: não. Porém, com a mera aceitação constitucional do *Buen Vivir*, não se superará este sistema que é, em essência, a civilização da desigualdade. (ACOSTA, 2010, p.9)

---

<sup>135</sup> Leia na íntegra: <https://reporterbrasil.org.br/2013/10/o-fim-da-iniciativa-yasuni-vida-e-morte-de-um-modelo-de-preservacao-no-equador/>

A plenitude do *Buen Vivir*, conclui Acosta, só seria possível ao se derrotar e substituir o sistema capitalista, caracterizado pela civilização e aceitação das desigualdades. Não à toa, a forma desenvolvimentista que as questões socioambientais são gestadas pelos governos, passa a ser questionada. Daisy Araújo analisa o processo onde surgem alternativas ao desenvolvimentismo e à carga semântica que o ele carrega.

Alternativas como desenvolvimento local, etnodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, entre outros termos pensados por especialistas no tema, foram vistas como respostas imediatas ao “problema” do desenvolvimento. (...) Com o passar dos anos e das trágicas experiências socioambientais vivenciadas sob a justificativa desenvolvimentista, esse processo de desnaturalização nos levou a outro caminho: o desenvolvimento deixou de servir como meta e mesmo com a insistência de reparação do termo, a solução discutida por muitos estudiosos tem sido a de “superação do modelo como um todo”, conforme nos tem sugerido muitos olhares do antropólogo Arturo Escobar, que tem contribuído significativamente para este debate. (Araújo, 2016, p.10)

A autora cita o artigo<sup>136</sup> de Escobar que coloca o Bem Viver como ponto questionador das bases conceituais do desenvolvimentismo atual, segundo o qual não haveria reformas ou ajustes possíveis.

Os “desenvolvimentos alternativos” enfrentam limitações concretas em suas capacidades para resolverem as problemáticas contemporâneas. Estas críticas determinam que o Bem Viver, em sua pluralidade, representa buscas que podem ultrapassar as ideias de desenvolvimento, próprias da Modernidade. (Escobar, 2012, s/p.)

O autor aponta que o Bem Viver renova a crítica ao desenvolvimento, indo além ao procurar superar os ideais do progresso e do próprio “desenvolvimento sustentável”.

Este conceito plural, em construção, que fecha a porta às receitas e manuais, assim como aos dogmatismos e comissários políticos, é uma plataforma de debate político no caminho de criar uma liberdade substantiva e efetiva para todos e todas. (Escobar, 2012, s/p)

Esteva (2000, p. 81) ao falar sobre o desenvolvimento nos convida a “andar com nossos próprios pés, nosso próprio caminho, para sonhar nossos próprios sonhos. Não os sonhos que o desenvolvimento nos emprestou”. Lembrando que ao falar dos princípios

---

<sup>136</sup> Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/507956-a-renovacao-da-critica-ao-desenvolvimento-e-o-bem-viver-como-alternativa> Acessado em 13 de junho de 2021.

para se alcançar o *Buen Vivir*, Choquehuanca (2012) enfatiza sonhar, como uma solução para concretizar outro mundo possível. É isso que vemos mulheres negras fazendo quando acionam o Bem Viver, ainda que o projeto desenvolvimentista do estado brasileiro, como pontua Araújo (2016, p.23) perdure. A forte aliança entre grupos social e economicamente excluídos seria ponto chave para “os primeiros passos na busca pelo Bem Viver enquanto projeto de vida, mas são passos que reforçam lutas anteriores, que se renovam e se fortalecem.” Bem, vemos até aqui que discurso do *Buen Vivir* é belo e cativante, mas nenhum autor se ancora na realidade para responder como alcançamos este *Buen Vivir*.

A partir dessa contextualização acerca do *Buen Vivir* na América Latina, citando Bolívia, Equador e Brasil, vamos nos aprofundar agora nos questionários respondidos pelas mulheres negras militantes que acionam o conceito a partir da Marcha Nacional de Mulheres Negras de 2015.

## Capítulo 4 - Análise documental: o Bem Viver em narrativas de mulheres negras

*(...)Tudo isso pelo bem viver, pelo direito absoluto de viver em harmonia com o todo.*

(Dulce Pereira, 2021)

Início neste capítulo a análise documental fruto do trabalho de campo iniciado em 2020 em São Paulo, no qual busco destrinchar, a partir do método da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), a concepção de Bem Viver presente em questionários respondidos por ativistas negras. Na primeira parte realizo uma apresentação geral do material coletado e do método e, em seguida, apresento as mulheres colaboradoras desta pesquisa por meio de suas próprias narrativas, assim como destaco elementos do Bem Viver presentes nas narrativas que farão parte do corpo da análise. No subtítulo “Desvelando o Bem Viver” coloco no centro da minha análise códigos criados por meio das concepções de *Buen Vivir* na América Latina discutidos com base nas respostas das colaboradoras. As respostas das perguntas objetivas do questionário sobre o Bem Viver e sua conceituação pelas colaboradoras da pesquisa são compiladas e analisadas a fim de traçar os pontos de convergência e divergência em relação aos códigos. Por fim, elenco o que “transborda” das narrativas de mulheres negras, ou seja, o que passa ao largo do que já vem sendo discutido sobre o Bem Viver na América Latina.

### 4.1 Apresentação geral do material e o método de análise de conteúdo

A autoetnografia adotada como metodologia estruturante desta pesquisa, que se vale da experiência pessoal do pesquisador para descrever e criticar fenômenos (Santos, 2017), ajuda a fundamentar escolhas realizadas para o cumprimento da análise proposta. Essa ferramenta metodológica permite que os caminhos propostos não ignorem o papel ativo desta pesquisadora militante no rastreamento da construção do Bem Viver por mulheres negras ativistas. Com base no que presenciei no sentido de elaboração e articulação nos movimentos de mulheres negras nos últimos quinze anos, pude fazer escolhas que me trouxeram respostas mais assertivas às minhas perguntas de pesquisa. Embora mulheres negras aleatórias pudessem intuir o significado do Bem Viver, para esta pesquisa me interessava mais a concepção que já está sendo gestada no interior do movimento de mulheres negras organizado – como vimos – pelo menos desde 2011.

Por essa razão, partindo de uma abordagem qualitativa, foram enviados questionários semiestruturados a 23 organizações de mulheres negras que fizeram parte

do núcleo impulsionador da Marcha de Mulheres Negras de 2015 ou, posteriormente a isso, mobilizam de forma pública e notória o conceito do Bem Viver nos seus trabalhos, formações e publicações. Mulheres de três entidades de cada região do país foram convidadas a responder, na tentativa de contemplar as diferentes visões do Bem Viver possíveis em um país de dimensões continentais como o Brasil.

O questionário visava capturar a elaboração das mulheres negras dessas entidades sobre o Bem Viver, suas utilizações e apropriações, além de apresentar as categorias surgidas na análise do *Buen Vivir* latino-americano a fim de capturar a percepção dessas mulheres sobre elas.

Formulado por meio de uma ferramenta do Google, o questionário trazia uma orientação inicial com base no que essa pesquisadora já havia identificado em suas leituras: o Bem Viver como ideia-síntese de um projeto político emancipador estava sendo construído, embora, por estar alicerçado em práticas coletivas e comunitárias que refletiam uma visão de mundo que rompe com as opressões e enuncia outra sociedade possível, já estivesse presente nos modos de ser, de organizar e ver o mundo de mulheres negras ativistas que organizavam suas narrativas sobre o conceito agora de forma explícita. Abaixo, vemos o print da apresentação do formulário:

Figura 7 - Como pensamos, sentimos e vivenciamos o Bem Viver.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

A imagem já delimitava a busca por entender como “pensamos”, “sentimos” e “vivenciamos” o Bem Viver. Não buscava “especialistas” sobre o conceito do Bem Viver, mas a possibilidade de instigar respostas que trouxessem o Bem Viver vivido na prática, ou seja, alertei que não existe resposta certa ou errada. Além disso, seguindo os arranjos metodológicos da Pesquisa Ativista Feminista Negra (Lemos, 2016), comuniquei que a mulher que responde ao questionário é parte integrante desta pesquisa coletiva e, sendo

assim, a convido para andar de mãos dadas comigo na sistematização desse conteúdo. Por fim, alerto para o fato de o questionário pedir tempo para ser respondido com o fim de ativar memórias, percepções subjetivas e sentimentos. Perguntas abertas e fechadas compunham o formulário. (Apêndice 1) As primeiras perguntas (da 1ª a 7ª) servem para identificar a colaboradora da pesquisa, sua atuação e trajetória política. A partir da 10ª questão, as perguntas são orientadas a partir das hipóteses surgidas no decorrer das leituras bibliográficas utilizadas no capítulo 3 desta dissertação, que traça rastros do Bem Viver no contexto de povos andinos. Isso pode ser melhor observado nas alternativas oferecidas para as perguntas 12ª, 14ª e 15ª, além de tentar entender a visão de mulheres sobre o uso mais superficial do Bem Viver, como ao perguntar se ele é ou não sinônimo de bem-estar na 11ª questão. Questões livres e dissertativas foram essenciais para capturar novos códigos que espontaneamente surgem nas falas das mulheres negras ativistas sobre o Bem Viver, o que podemos observar nas perguntas 9ª, 10ª e 13ª. Já as perguntas 16ª, 17ª e 18ª tinham como finalidade permitir que surgissem respostas sobre a prática do Bem Viver e os elementos organizacionais que refletissem o conceito. Por fim, a última questão busca localizar a forma como mulheres negras estão construindo seu arcabouço teórico e prático sobre o Bem Viver a despeito de terem acesso ou não às discussões acadêmicas em torno do conceito.

Questionário pronto, o próximo passo foi identificar as organizações que poderiam contribuir com a pesquisa e, para isso, partimos da organização da Marcha Nacional de 2015 como o epicentro da difusão do Bem Viver entre mulheres negras ativistas, já que a maioria das mulheres negras – inclusive eu – tiveram contato com o conceito a partir daí. Desse modo, sustentada pela Pesquisa Ativista Negra (LEMOS, 2016) e pelos caminhos etnográficos, delimiti que mulheres negras de organizações que estavam envolvidas com a construção da Marcha seriam minhas colaboradoras mais efetivas para atingir o objetivo da pesquisa. Foram enviados questionários para 24 organizações e suas representantes negras, como está explícito no **Quadro 3**.

Quadro 3 - Dos 24 questionários enviados, 17 foram respondidos.

Região	Cidade/Estado	Entidade	Colaboradora	Houve resposta	Observação
Norte	Belém/PA	Centro de Defesa do Negro do Pará	Nilma Bentes	Sim	
	Macapá/AP	Instituto de Mulheres Negras do Amapá	Durica Almeida	Sim	
	Acre	-	Geovana	Não	Indicação de outra ativista por Geovana ter articulado a Marcha no Acre, mas não obtive respostas ou mais informações sobre ela.
Nordeste	Salvador/BA	Odara - Instituto da Mulher Negra	Erika Francisca	Sim	
	Salvador/BA	Mahin - Coletivo de Mulheres Negras	Zezé Pacheco	Sim	
	Recife/PE	Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	Itanacy Ramos de Oliveira	Sim	
	Salvador/BA	Centro de Documentação Irohin	-	Não	Mesmo após diversas tentativas, as mulheres não conseguiram responder o questionário.
	João Pessoa/PB	Rede de Mulheres Negras do Nordeste	Terlúcia Silva	Sim	
	Maceió/AL	Rede de Mulheres Negras do Alagoas	-	Não	Mesmo após diversas tentativas, as mulheres não conseguiram responder o questionário.
Sul	Curitiba/PR	Rede de Mulheres Negras do Paraná	Juliana Chagas	Sim	
	Porto Alegre/RS	Rede de Mulheres Negras para Segurança Alimentar e Nutricional	Noelci Homero	Sim	
Sudeste	São Paulo/SP	Marcha das Mulheres Negras SP	Maria José Menezes	Sim	
	Belo Horizonte/MG	Nzinga	Benilda Brito	Sim	
	Mariana/MG	Movimento Negro Unificado (MNU)	Dulce Maria Pereira	Sim	
	Rio de Janeiro/RJ	Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde	Nilce Naiara (Mãe Nilce)	Sim	
	São Paulo/SP	Geledés - Instituto da Mulher Negra	-	Não	Mesmo após diversas tentativas, as mulheres não conseguiram responder o questionário.
	Rio de Janeiro/RJ	Frente de Mulheres Negras do Rio de Janeiro	-	Não	Mesmo após diversas tentativas, as mulheres não conseguiram responder o questionário.
	Espírito Santo/ES	Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)	-	Não	Mesmo após diversas tentativas, as mulheres não conseguiram responder o questionário.
Centro-Oeste	Brasília/DF	Irmandade Pretas Candangas	Paula Balduino	Sim	
	Cuiabá/MT	Instituto de Mulheres Negras do Mato Grosso	Antonieta Luiza (Nieta)	Sim	
	Goiana/GO	Movimento Negro Unificado (MNU)	Ieda Leal	Sim	
	Brasília/DF	Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno	Responderam coletivamente	Sim	
	Brasília/DF	Coletivo Mulheres Negras Baobá	Bel Clavelin	Sim	
	Goiania/GO	Malunga	-	Não	Mesmo após diversas tentativas, não conseguiram responder o questionário.

Fonte: Conteúdo elaborado por esta autora, julho de 2022.

Como é possível notar por meio no **Quadro 3**, o questionário recebeu 17 respostas de ativistas do movimento de mulheres negras, representantes das cinco regiões do país. A maioria das respostas veio do Centro-Oeste (5), seguida das contribuições do Nordeste (4) e Sudeste (4) e, por fim, das regiões Norte (2) e Sul (2). A representação das cinco regiões do país e de 14 estados diferentes dão substância para o objetivo de captar rastros nacionais sobre o Bem Viver no movimento de mulheres negras organizado. A escolha de representantes de entidades que estiveram presentes na construção da Marcha em 2015 foi importante para trazer um caráter mais homogêneo às respostas, afinal, passados sete anos da Marcha, as mulheres seguem elaborando e amadurecendo o significado do Bem Viver dentro do movimento de mulheres negras. Do total, 16 delas estiveram presentes na organização da Marcha.<sup>137</sup>

Sobre o perfil das colaboradoras da pesquisa (LEMOS, 2016), 15 das 17 apresentam mais de 40 anos de idade e já tinham uma longa trajetória de militância quando a Marcha de 2015 aconteceu. Dez (10) delas se autodeclararam negras, e sete (7), pretas. Ao todo, 14 delas afirmaram que tiveram contato com textos acadêmicos sobre o Bem Viver, mas, como abordamos no capítulo 3, a maioria deles não aborda o contexto brasileiro.

Desde a elaboração do projeto que fundamenta esta dissertação, compreendi a pesquisa qualitativa enquanto ferramenta metodológica com a melhor eficácia para responder à pergunta da minha pesquisa: qual seria o significado do Bem Viver elaborado pelos movimentos de mulheres negras a partir da enunciação de algumas de suas ativistas? A pergunta já trazia uma localização muito específica sobre “quem” poderia responder essa pergunta, não se propondo a ser uma análise quantitativa, mas qualitativa, uma vez que não busquei enumerar ou medir a ocorrência, ou empregar instrumental estatístico nas análises de dados.

Godoy (1995) descreve a pesquisa qualitativa como aquela que parte de questões amplas, que vão sendo definidas à medida que um estudo se desenvolve. Por ser uma pesquisa qualitativa com dimensões quantitativas, procurei um método que permitisse a análise das respostas ao questionário obtidas em formato textual. O método da análise de conteúdo se mostrou, assim, mais adequado por tradicionalmente trabalhar com materiais textuais escritos, como aponta Flick (2009, p. 291): “a Análise de Conteúdo

---

<sup>137</sup> Foram diversas tentativas, mas infelizmente muitas não conseguiram responder em tempo hábil.

é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material”.

No caso desta pesquisa, o material textual foi retirado das respostas ao questionário enviado. O método de pesquisa Análise de Conteúdo aplicado aqui se baseia no trabalho de Bardin (1977, 2010) e conta com as seguintes fases: a) organização da análise (pré-análise); b) codificação; c) categorização (b e c seriam também a etapa de exploração do material); d) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados. Em seu trabalho *Análise de Conteúdo*, Bardin (1977) define a análise de conteúdo como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42)

Nascida enquanto método de análise nos Estados Unidos dentro do desenvolvimento de instrumentos que permitissem análises no campo da comunicação e depois utilizada por diversos setores das ciências humanas, a análise de conteúdo acarreta ainda uma atitude interpretativa, mas que, como pontua Bardin (1977, p. 14), é “sustida por processos técnicos de validação”. A autora interpreta a Análise de Conteúdo como iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas, consistem na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão desse conteúdo. As fases elencadas acima dizem respeito ao processo de validação utilizado no tratamento dos dados coletados pelo método da Análise de Conteúdo que foram seguidos nesta pesquisa.

O conjunto de técnicas, segundo Bardin (1977), são ferramentas para extrair o sentido de um texto por meio de unidades de registro (palavras-chave, categorias, temas) e unidades de contexto (sentido da frase). Ao identificar a frequência ou a constância dessas unidades pode-se fazer inferências e extrair os significados contidos no texto a partir de indicadores objetivos.

Depois de receber as respostas ao questionário, a etapa da pré-análise foi necessária para organizar o conteúdo. A leitura flutuante das respostas e a triagem – técnicas apontadas por Bardin como possíveis de utilização nesta fase – foram realizadas para entender o que servia e dialogava com meu tema de pesquisa, o que era o contexto necessário para analisar as respostas e o que de fato não era relevante nesse momento.

Assim, foi apontado o corpo do que seria analisado a partir dos critérios estabelecidos por Bardin (1977) de exaustividade (todo o material foi lido), representatividade (a amostra deve representar o conteúdo universal), homogeneidade (os dados respeitam o mesmo tema e foram colhidos de forma semelhante) e pertinência (dados respondem ao conteúdo e objetivos previstos).

Em seguida, a fase de exploração do material, composta pela codificação e categorização, foi aplicada. Flick (2009) interpreta a utilização de categorias comumente obtidas de modelos teóricos como uma das características essenciais da Análise de Conteúdo, mas o procedimento descrito por Flick (2009) consiste na técnica de Análise de Conteúdo mais antiga, a análise categorial, que considera a totalidade de um texto, que passa por uma classificação segundo a frequência de presença ou de ausência de unidades de registro.

Do arcabouço teórico obtido no capítulo 3 (*O Buen Vivir* na América Latina), como vimos, emergiram cinco códigos que foram utilizadas para implementar o processo de codificação<sup>138</sup> dedutiva<sup>139</sup>, das respostas dos questionários. Esses códigos foram levados para o material empírico coletado a fim de confirmar ou refutar hipóteses da pesquisa. Dessa forma, uma categorização baseada em codificação dedutiva surgiu, uma vez que está relacionada a códigos já identificados previamente e que levo para a análise (Apêndice 2).

Com os dados codificados a partir das unidades de registro originadas pelos códigos e seus contextos, podemos partir para uma categorização dos elementos, considerando que a codificação e a categorização fazem parte da Análise de Conteúdo. Por fim, fomos ao tratamento dos resultados e à interpretação, ou seja, à discussão dos resultados. Da interpretação, são geradas inferências a partir das quais as minhas hipóteses podem ser confirmadas ou não. Bardin também traz a possibilidade de se realizar uma lista de “sobras”, isto é, de conteúdos não atrelados aos códigos e que podem ou não ser analisados posteriormente na pesquisa. Nesta investigação, as “sobras”, ou melhor, o que transborda dos códigos, é especialmente interessante como originalidade da contribuição de mulheres negras para o Bem Viver.

Para seguirmos o percurso metodológico, vamos apresentar as colaboradoras

---

<sup>138</sup> É a maneira de definir, refinar e interpretar os dados na pesquisa qualitativa. O pesquisador cria as categorias/códigos de codificação.

<sup>139</sup> Categorias trazidas do método da Análise de Conteúdo, de Bardin (1977).

da pesquisa, suas narrativas e os resultados encontrados num processo de tabulação.

## 4.2 As colaboradoras da pesquisa e o Bem Viver

Como abordamos anteriormente, seguindo a metodologia da Pesquisadora Feminista Negra, de Lemos (2016), a mulher negra colaboradora desta pesquisa não é um sujeito/objeto a ser investigado aqui; pelo contrário, é protagonista política e, para tanto, sua enunciação de si e do que vê é essencial. O material empírico aqui é a instância epistemológica da pesquisa.

Trago as narrativas das colaboradoras irmanada com Moreira (2007), Cardoso (2012) e Cesari (2015) quando resgatam Petronilha Silva<sup>140</sup> a respeito da importância de o ponto de vista das mulheres negras ser considerado quando diz

Não admitimos as equivocadas análises que fazem de circunstâncias que nos são impostas, tampouco aceitamos limitadas definições do que sejam as mulheres negras. Somente nós mesmas podemos nos definir. Somos as fontes mais genuínas de conhecimento sobre nós; exigimos que estudos que nos tomem por temática tenham como centralidade nossos pontos de vista de mulheres negras. (SILVA, 1998, s/p.)

A citação, retirada do texto “Chegou a hora de darmos à luz a nós mesmas”, publicado em 1998, procura entender como as mulheres negras se constituem cidadãs em uma sociedade que discrimina seu grupo e etnia e são consideradas agentes de conhecimento. Com a devida permissão<sup>141</sup>, as mulheres aqui passam a ser identificadas e suas narrativas explicitadas. A ordem de apresentação reflete a ordem do recebimento das respostas. Partimos agora em busca de conhecer nossas colaboradoras, realizar a codificação e apontar o que transborda das narrativas. Para isso, o questionário será sistematizado como: a) Autodefinição; b) Memórias da Marcha de 2015; c) Primeiro contato com o Bem Viver; d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações; e) Bem Viver x Bem-Estar; f) Resposta das múltiplas escolhas; g)

---

<sup>140</sup> Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva é Professora Emérita da Universidade Federal de São Carlos. Segundo informações da Plataforma Lattes: “Por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006. Nessa condição foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana”. Disponível em: <<https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/87194/petronilha-beatriz-goncalves-e-silva>>. Acesso em 14 jul. 2020.

<sup>141</sup> No formulário elas autorizavam o uso do conteúdo, em troca, me comprometi a enviar uma cópia da pesquisa para cada uma delas.

Concepções gerais sobre o Bem Viver; h) Exemplos da prática de Bem Viver nas ações políticas.

**1. Durica Almeida, 58 anos, Macapá/Amapá**

a) Autodefinição

*Sou Durica Almeida, do Instituto de Mulheres Negras do Amapá.*

b) Memórias da Marcha de 2015

*Lembro do processo inicial de articulação da marcha entre os estados do Pará e do Amapá, nos anos de 2011 a 2012, através do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) e do Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena); da criação da Comissão Local/Amapá da Marcha das Mulheres Negras – 2015 (MMN /2015); do lançamento estadual da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver no 7º Fórum Social Pan-Amazônico, que aconteceu em maio de 2014 em Macapá (AP). Na abertura houve uma caminhada, na qual fizemos a 1ª marcha por dentro do evento. O processo de mobilização foi bem marcante, com o lema “estamos por nossa conta”, e chegamos a vários lugares do estado, aproveitando conferências, reuniões de conselhos de direitos, festas populares, audiências públicas, reuniões comunitárias. Um momento inesquecível foi a chegada em Brasília de parte da delegação do Amapá, uma caravana de mulheres pretas, com a autoestima no teto do aeroporto. A saída da marcha, o trio elétrico, quando vi pretas daqui no Norte no trio, como Zélia Amador, Nilma Bentes, Cristina Almeida, vibrei de emoção, não sabia se ria ou chorava. E a minha chegada no final da marcha com pés cheios bolhas, já carregada de cansaço.*

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*O meu primeiro contato com o Bem viver foi na década de 2000, aqui no Amapá, quando se discutia o Desenvolvimento Sustentável como modelo de desenvolvimento para o Estado do Amapá. Em seminário promovido na época, veio um palestrante, o qual no momento não recordo o nome, que fez uma abordagem na perspectiva do bem viver.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*O Bem viver tornou-se mantra nas organizações de mulheres negras da Amazônia nortista. Respeito à natureza, viver de forma digna, direitos garantidos e o viver sem violência. Quando falamos de feminismo negro Amazônico, de protagonismo da mulher negra ao trazemos o Bem viver, essa é uma forma de enfrentarmos as discriminações e a violência étnico-racial e de gênero. O Bem viver é ancestralidade, resistência, está presente nos saberes e fazeres das mulheres negras do cerrado amapaense e extrativistas, no cuidado (o corpo deve estar com saúde e feliz), no momento da extração de óleos da andiroba, quando devem ter cuidado com a semente, se não for dessa forma, óleo não dá. O bem viver também se manifesta quando elas conseguem passar este conhecimento-cuidado para a geração do presente e para as futuras.*

e) Bem Viver x Bem-Estar

Não são iguais, mas sim complementares.

*Penso que o Bem viver está ligado ao contexto coletivo, enquanto o bem-estar se relaciona muito mais ao bem pessoal.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

Horizonte onde as mulheres negras querem chegar; experiências tradicionais indígenas; uma utopia de uma nova sociedade; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos; cuidados com o corpo; o caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Não dá para se pensar o Bem viver na lógica individual, se for assim, não é Bem Viver. Quando me refiro à lógica do coletivo, penso que o Bem Viver envolve as pessoas, sua história de vida, passado, presente e futuro e o espaço onde elas estão inseridas. O enfrentamento ao racismo e a todas as formas de violências que afetam o Bem viver das mulheres negras, o respeito à natureza e aos seus tempos -chuva- do sol- das lançantes das águas, o pedir licença para entrar na mata, nas águas. Se for pescar, caçar para alimentar-se, ao encontrar o macho e a fêmea, trazer o macho e deixar a fêmea para procriar.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Em 2019, realizamos o julho das pretas com a Gira das pretas: violência contra a mulher negra. O que afeta o Bem Viver das mulheres negras no Amapá hoje? De 2020 a 2021 executamos o Projeto do Cedenpa, denominado Negras da Amazônia brasileira: jornada contra a violência, pelo qual realizamos oficinas cujo pano de fundo foi o Bem Viver.*

O Bem Viver aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades; formação e autoformação como forma de fortalecimento; defesa da vida das mulheres negras como algo central; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território.

Quadro 4 - Narrativa de Durica Almeida.

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	<p>“Não dá para se pensar o Bem viver na lógica individual, se for assim, não é bem viver. Quando me refiro à lógica do coletivo, penso que o bem viver envolve as pessoas, sua história de vida, passado, presente e futuro e o espaço onde elas estão inseridas”</p> <p>“Penso que o Bem viver está ligado ao contexto coletivo, enquanto o bem-estar relaciona muito mais ao bem pessoal.”</p> <p>Caráter comunitário e coletivo.</p>	3 citações
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	<p>“Respeito a natureza e aos seus tempos -chuva- do sol- das lançantes das águas, o pedir licença para entrar na mata, nas águas.</p> <p>“Devem ter o cuidado com a semente...”</p>	3 citações

		A forte relação com a natureza	
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos, sabedoria; experiências; práticas, cultura negra; cultura indígena; valores tradicionais; indígenas; africanos	<p>“Bem viver é ancestralidade, resistência, está presente nos saberes e fazeres das mulheres negras do cerrado amapaense e extrativistas”</p> <p>“Experiências tradicionais indígenas”</p> <p>O respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade).</p>	4 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração; sustentabilidade; economia.	<p>“O meu primeiro contato com o Bem viver foi na década de 2000, aqui no Amapá, quando se discutia o Desenvolvimento Sustentável, como modelo de desenvolvimento para o Estado do Amapá.”</p> <p>A contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje; outra forma de ver e pensar a economia e a política.</p>	3 citações
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade; diversidade; sociedade; civilização.	-	-

Novos códigos: **“Bem viver é uma forma de enfrentarmos as discriminações e a violência étnico-racial e de gênero”**; <sup>142</sup> **horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; uma **utopia** de uma **nova sociedade**; o “fazer”, nossa **prática política** e a maneira como **nos relacionamos**; cuidados com o **corpo**; enfrentamento ao racismo, viver de forma **digna, direitos** garantidos e o viver sem violência; **direito à terra, à cidade e ao território; defesa da vida** das mulheres negras como algo central.

<sup>142</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

## 2. Nilma Bentes, 73 anos, Belém/PA

### a) Autodefinição

*Sou Nilma Bentes, faço parte do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - CEDENPA /Rede Fulanas NAB-Negras da Amazônia Brasileira.*

### b) Memórias da Marcha de 2015

*Proposição - tretas para emplacar a ideia - preparação/mobilização-Marcha-Pós Marcha.*

### c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Basicamente na preparação do Fórum Social Mundial - FSM 2009, que ocorreu em Belém e veio “acompanhada” de mudança de valores civilizatórios; coisa que eu não gostava como era colocado pois sinalizava que existiram “valores civilizatórios” em um escravismo colonial que durou quase 500 anos. O Bem viver era mais difundido pelo pessoal do Peru (Roberto Espinoza).*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações;

*A luta inclui contribuir/participar na construção de uma sociedade equânime e interessa à maioria das associações de mulheres: a não mercantilização da natureza, o que inclui, além da água, a floresta, etc., o não ao tráfico de pessoas, órgãos de pessoas; o respeito à ancestralidade; a economia subordinada à ecologia; e outras.*

### e) Bem Viver x Bem-Estar;

Não são iguais, mas complementares.

*Conforme ressaltei há um trânsito entre o macro-micro; geral-particular/local.*

### f) Resposta das múltiplas escolhas;

*Uma utopia de uma nova sociedade.*

### g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Em princípio o tema foi tratado como política macro (oposição/opção ao neoliberalismo), porém, quando foi para a prática, o tema foi tratado “ao pé da letra”, inclusive dando uma certa ênfase a individualismo. Depois (ainda agora),*

ao se ressaltar vários dos princípios, vê-se que até existem certos procedimentos que já são praticados, sobretudo no meio rural dessas bandas daqui (Amazônia).

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Temos difundido em documentos; até agregando princípios similares: Ubuntu, Teko Porã, Florestania, Decrescimento, Feminismo Decolonial; e também incentivando, por exemplo, a agroecologia, quando se trata do meio rural, principalmente; agregando também à mudança do paradigma (atual: Sucesso) para o do Cuidar: autocuidado; dos outros (não só dos parentes ou seus grupos); cuidar do planeta.*

Ele aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades; ele pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras e nos métodos; ele pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós. autocuidado (corpo e mente); cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão; somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta; alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território.

Quadro 5 - Narrativa de Nilma Bentes

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;	1 citação
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“não mercantilização da natureza, o que inclui, além da água, a floresta”  “forte relação com a natureza”  “cuidar do planeta.”	3 citações

Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos; sabedoria; experiências; práticas, cultura negra; cultura indígena; valores tradicionais; indígena; africanos	<p>“respeito à ancestralidade”</p> <p>“respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização”</p> <p>“valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade)”</p>	3 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração, sustentabilidade	<p>“economia subordinada à ecologia;”</p> <p>“A contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”</p> <p>“Em princípio o tema foi tratado como política macro (oposição/opção ao neoliberalismo)”</p> <p>“Se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”</p> <p>“Outra forma de ver e pensar a economia e a política”</p>	5 citações
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade; diversidade; sociedade; civilização	“Somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta”	1 citação

Novos códigos: **“Ubuntu, Teko Porã, Florestania, Decrescimento, Feminismo Decolonial;** “e também incentivando, por exemplo, a **agroecologia**, quando se trata do meio rural, principalmente; agregando também à mudança do paradigma (atual: Sucesso) para o do **Cuidar**<sup>143</sup>”; “Conforme ressaltai há um trânsito entre o **macro-micro; geral-particular/local**”. Uma **utopia** de uma nova sociedade; ele pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos**; ele pode ser visto na forma como nos **relacionamos entre nós; autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como

<sup>143</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados**: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território**.

### 3. Maria José Menezes, 58 anos, São Paulo/SP

#### a) Autodefinição

*Participo da Marcha das Mulheres Negras de SP (MMNSP) desde a sua fundação. A Marcha é fruto do grupo que organizou a Marcha das Mulheres Negras a Brasília, em 2015. A Marcha é uma organização estruturada de forma horizontalizada, portanto, todas as mulheres têm funções idênticas.*

#### b) Memórias da Marcha de 2015

*Considero aquele período um momento de fortalecimento das organizações de mulheres negras.*

#### c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Meu primeiro contato com o Bem Viver foi através das reuniões preparatórias da Marcha a Brasília.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*Acredito que após a Marcha de 2015 o movimento de mulheres negras incorporou este conceito, embora ainda estejamos aprendendo sobre ele. O Bem Viver está presente na Carta das Mulheres Negras de 2015 e em todos os documentos MMNSP.*

Ele aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades; ele pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras e nos métodos; ele pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós.

#### e) Bem Viver x Bem-Estar;

Não são iguais, mas sim complementares.

*O Bem-estar para todas, todes e todos só é possível de se realizar em uma sociedade quando esta possibilidade é oferecida de forma igualitária. Do*

*contrário, o bem-estar é apenas um aspecto do privilégio secular do segmento branco da sociedade.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

Horizonte onde as mulheres negras querem chegar; experiências tradicionais indígenas; uma utopia de uma nova sociedade; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos; cuidados com o corpo; a experiência coletiva que vivenciamos em nossa prática religiosa de matrizes africanas; o caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Sobre o conceito do Bem Viver, embora seja em teoria um conceito originado dos povos Andinos, entendemos que esta prática é compartilhada por outros povos, incluindo os povos africanos e seus descendentes. Pessoalmente, considero o Bem Viver como uma alternativa real para nossa sobrevivência na Terra. O sistema capitalista, baseado no acúmulo de riquezas, na exploração das pessoas e dos recursos do planeta e tudo que disso deriva, como o racismo, o machismo, a brutalidade policial, o desequilíbrio climático, o individualismo, a fome, a pobreza extrema, as epidemias, o racismo religioso, tudo isso o coloca como algo desumano, desumanizante e totalmente incompatível com a existência humana. O pacto civilizatório que apresentamos na carta da Marcha de 2015, mas também nos documentos da MMNSP, reafirma nosso compromisso de lutar contra esta barbárie que tem se mostrado cada vez mais cruel com o genocídio da população negra que a sociedade brasileira tem implementado há séculos, mas que está vivendo o seu pior momento, pois as mortes por coronavírus fazem parte da opção política dos governos.*

*Ainda estou em formação em relação ao conceito do Bem Viver, mas o vejo como uma alternativa viável de existência harmônica.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Compromisso com os seres vivos, nossa fauna, flora e organismos que não enxergamos, mas que garantem a vida na Terra.*

Autocuidado (corpo e mente); cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão; defesa da vida das mulheres negras como algo central; somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta; alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território; defesa e cuidado de todas as formas de vida.

Quadro 6 - Narrativa de Maria José Menezes

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;	1 citação
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”  “compromisso com os seres vivos, a nossa fauna, a flora e os organismos que não enxergamos, mas que garantem a vida na Terra”.	2 citações
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos; sabedoria; experiências; práticas, cultura negra; cultura indígena; valores tradicionais; indígenas; africanos	“experiências tradicionais indígenas;  “respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização”  “valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade)”	3 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração, sustentabilidade	“a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”	4 citações

		<p>“se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”</p> <p>“O sistema capitalista, baseado no acúmulo de riquezas, na exploração das pessoas e dos recursos do planeta e tudo que disso deriva, como o racismo, o machismo, a brutalidade policial, o desequilíbrio climático, o individualismo, a fome, a pobreza extrema, as epidemias, o racismo religioso, tudo isso o coloca como algo desumano, desumanizante e totalmente incompatível com a existência humana”</p> <p>“Outra forma de ver e pensar a economia e a política”</p>	
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade, diversidade, sociedade, civilização	“Somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta”	1 citação

Novos códigos: “Pessoalmente, considero o Bem Viver como uma **alternativa** real para nossa sobrevivência na Terra. Combate ao **genocídio** da população negra; existência **harmônica**; **defesa da vida** das mulheres negras como algo central; defesa e **cuidado** de todas as formas de vida<sup>144</sup>”; “a experiência coletiva que vivenciamos em nossa **prática religiosa de matrizes africana**”; uma **utopia** de uma nova sociedade; Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos**; ele pode ser visto na forma como nos **relacionamos entre nós**; **autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados**: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território**.

#### 4. Juliana Chagas, 39 anos, Curitiba/Paraná

<sup>144</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

a) Autodefinição

*Sou coordenadora da Rede Mulheres Negras PR.*

b) Memórias da Marcha de 2015

*A unidade de Mulheres Negras de várias frentes e lutas.*

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Foi através da organização da Marcha das Mulheres Negras de 2015.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações;

Ele pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras e nos métodos; na reivindicação de um modelo de sociedade com base comunitária.

e) Bem Viver x Bem-Estar;

Não são iguais, mas sim complementares.

*Bem viver é um projeto de sociedade. Bem-estar é individual. Buscamos uma solução coletiva.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

Experiências tradicionais indígenas; uma utopia de uma nova sociedade; o caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Uma proposta alternativa de modelo de sociedade que busca a igualdade; é baseado no Bem Viver, filosofia indígena que propõe uma outra forma de organização social e práticas políticas.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Soberania e sustentabilidade alimentar e nutricional; vida em comunidade.*

Autocuidado (corpo e mente); cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão; defesa da vida das

mulheres negras como algo central; somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta; alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território; defesa e cuidado de todas as formas de vida; valorização da ancestralidade.

Quadro 7 - Narrativa de Juliana Chagas

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo; “vida em comunidade” “cuidado com o coletivo” “buscamos uma solução coletiva” “reivindicação de um modelo de sociedade com base comunitária.”	5 citações
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”	1 citação
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos; sabedoria; experiências; práticas, cultura negra; cultura indígena; valores tradicionais; indígenas; africanos	“experiências tradicionais indígenas; “respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização” “valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade)” “valorização da ancestralidade” “filosofia indígena”	5 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração; sustentabilidade	“a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que	3 citações

		organiza a sociedade hoje.”  “se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”  “Outra forma de ver e pensar a economia e a política”	
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade, diversidade, sociedade, civilização	“Somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta”	1 citação

Novos códigos: “Bem viver é um **projeto** de sociedade; propõe uma outra **forma de organização social e práticas políticas. Soberania e sustentabilidade alimentar e nutricional**”. Uma **utopia** de uma nova sociedade; Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos; autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados**: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território**.<sup>145</sup>

## 5. Erika Francisca, 33 anos, Salvador/Bahia

### a) Autodefinição

*Sou ativista no Odara, há 9 anos. Hoje desempenho a tarefa de coordenar projetos.*

### b) Memórias da Marcha de 2015

*Reuniões diárias em torno da organização da marcha, caravanas pelo Estado, a ida à Brasília dias antes do dia da marcha, a organização do estádio para recepcionar as mulheres, a chegada das mulheres dias antes da marcha, o estádio sendo ocupado pouco a pouco por cada estado, a distribuição da ficha para alimentação, as apresentações, a euforia para marchar, as mulheres da Boa Morte fazendo a abertura, a distribuição das camisas, a feirinha com várias*

<sup>145</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

*coisas bacanas, a generosidade de cada mulher. Tenho memória do boneco de Lula, vestido de presidiário, que as mulheres esvaziaram; da correria por conta dos bolsominions que estavam armados; da voz de uma companheira pedindo que ficássemos calmas. Lembro da apresentação do Ilê Aiyê.*

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Inicialmente fiquei curiosa querendo entender o que era Bem viver. Como na época eu estava cursando Serviço Social, eu meio que me confundia com bem-estar, e antes do processo da organização da marcha eu não o conhecia. Questionava muito sobre o que era bem viver para cada mulher que tinha acesso, assim fui começando entender que a terminologia fortalece o coletivo, a nossa ancestralidade. Já no processo de mobilização da marcha o BEM VIVER já era presente nas mobilizações.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*Na reivindicação de um modelo de sociedade com base comunitária. Sim, um mundo sem racismo é utópico, assim como o Bem Viver.*

Ele pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras, e nos métodos; ele aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades; ele pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós.

e) Bem Viver x Bem-Estar;

Não são iguais, mas sim complementares.

*O bem viver é pensando no coletivo, o bem-estar é individual!*

f) Resposta das múltiplas escolhas

O caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje; horizonte onde as mulheres negras querem chegar; experiências tradicionais indígenas; uma utopia de uma nova sociedade; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Bem viver é fortalecer o coletivo, é pensar em coletivo e no coletivo, é dividir com o coletivo. É compreender a importância da sua individualidade, mas estar disposta a robustecer em grupo. Bem Viver é cuidar, é respeitar! Nós somos movidas pela ancestralidade, oralidade e circularidade - tenho absorvido esses três eixos como princípios que estabelece a nossa relação em coletivo, desta forma construindo o Bem Viver.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

Autocuidado (corpo e mente); cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão; defesa da vida das mulheres negras como algo central; somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta; alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território.

Quadro 8 - Narrativa de Erika Francisca

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;  “a terminologia fortalece o coletivo”  “modelo de sociedade com base comunitária”  “bem viver é fortalecer o coletivo, é pensar em coletivo e no coletivo, é dividir com o coletivo”  “cuidado com o coletivo”	5 citações
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”	1 citação

Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos; sabedoria; experiências; práticas; cultura negra; cultura indígena, valores tradicionais; indígenas, africanos	“experiências tradicionais indígenas; “respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização” “valorização da ancestralidade” “nós somos movidas pela ancestralidade”	4 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração, sustentabilidade	“a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.” “se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão” “Outra forma de ver e pensar a economia e a política”	3 citações
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade, diversidade, sociedade, civilização	“Somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta”	1 citação

Novos códigos: “Bem Viver é **cuidar!** Nós somos movidas pela ancestralidade, **oralidade** e **circularidade** - tenho absorvido esses três eixos como princípios que estabelece a nossa relação em coletivo, desta forma construindo o Bem Viver”. O Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos**; **autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados**: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território**; **horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; uma **utopia** de uma nova sociedade; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>146</sup>

## 6. Mãe Nilce, 69 anos, Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

### a) Autodefinição

<sup>146</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

*Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileira de Saúde, coordenadora nacional e Coordenadora da Renafro.*

b) Memórias da Marcha de 2015

*Três memórias: a quantidade de mulheres negras, muitas conhecidas e amigas. Outras mulheres de axé; e o outro foi o tiroteio, que abalou bastante muitas mulheres idosas. Foi muito assustador. Alguém à frente gritava "estão atirando nas mulheres negras". O outro é Nilma Bentes que inventou tudo isso, a culpa é da Nilma. (Risos)*

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Foi antes da Marcha, em um encontro de mulheres provavelmente em Brasília, ali começa-se a se falar da Marcha. E Nilma conta como surgiu a marcha.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*Sim, nós, as mulheres negras, pedimos equidade. O terreiro é um espaço de promoção de saúde.*

Bem Viver pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras e nos métodos; ele aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades; ele pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós.

e) Bem Viver x Bem-Estar;

*São iguais, só mudam as palavras.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

O “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos; a vida com qualidade: bom emprego, conforto e bens materiais; cuidados com o corpo; o caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Bem Viver é você estar saudável, ter alimento. Eu trabalho em rede e sou uma mulher de axé, sempre penso na comunidade. Você ter um atendimento*

*humanizado no SUS, você estar bem, corpo são e mente são. Hoje não estamos tendo o Bem Viver. Muitos estão indo embora por conta da pandemia. Não existe o problema dos outros, o problema é nosso, a dor de uma é a dor da outra. A minha tradição tem relação forte com a natureza, assim como respeito aos conhecimentos ancestrais e à oralidade. Não temos bíblia. A lógica capitalista não nos contempla. Somos de uma tradição que agrega independente da orientação sexual, da cor da pele...*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Respeito à diversidade religiosa, diversidade de sujeitos e entre os povos.*

Autocuidado (corpo e mente); cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão; defesa da vida das mulheres negras como algo central; somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta; alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território.

Quadro 9 - Narrativa de Mãe Nilce

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;  “trabalho em rede e sou uma mulher de axé, sempre penso na comunidade”	2 citações
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”	1 citação
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos, sabedoria; experiências; práticas, cultura negra; cultura indígena; valores tradicionais; indígenas; africanos	“respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização”	2 citações

		“valorização da ancestralidade”	
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração; sustentabilidade	“a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”  “se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”  “Outra forma de ver e pensar a economia e a política”	3 citações
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade, diversidade, sociedade, civilização	“Somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta”	1 citação

Novos códigos: “Sim, nós, as mulheres negras, pedimos **equidade**. Bem Viver é você estar **saudável**, ter **alimento**”; Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos; autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados**: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território; horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; uma **utopia** de uma nova sociedade; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>147</sup>

## 7. Ieda Leal, 56 anos, Goiânia/Goiás

### a) Autodefinição

*Sou Coordenadora Nacional do MNU - Movimento Negro Unificado.*

### b) Memórias da Marcha de 2015

*São muitas lembranças fortes, mas a principal será sempre a da chegada a Brasília e reencontrar meu (nosso) povo, sentir nos nossos olhares a certeza de ter construído uma parte fundamental da história do Brasil. Esse foi o resultado da grande mobilização das nossas cidades e do campo (Quilombola).*

<sup>147</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*As leituras da nossa história de resistência me levaram a perceber que o contato com o Bem Viver sempre esteve presente em nossas vidas e o nome surgiu para reafirmar os nossos sentimentos, nossas lutas.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações;

*Sim, nós temos situações vividas por nós, mulheres negras, no nosso dia a dia, nossas candidaturas com conteúdo de luta, as nossas participações no cotidiano das nossas cidades, na educação, na saúde, no mundo empresarial e na organização em instituições que denunciam e lutam sistematicamente contra o racismo e isso significa uma nova sociedade. Na movimentação dos nossos corpos e nas reivindicações expressas em nossas falas e no que escrevemos e produzimos nas relações com a vida, o modo certo de oferecer ao mundo outros olhares e convidar para uma luta democrática e ancestral de envolvimento coletivo, respeitando cada centímetro do mundo, cuidando dos sentimentos e traçando laços de afeto e respeito.*

Bem Viver pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras e nos métodos; ele aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades; ele pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós.

e) Bem Viver x Bem Estar;

*Não são iguais, mas sim complementares. São duas questões que se completam.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

O “fazer”, nossa prática política e a maneira que nos relacionamos; a vida com qualidade: bom emprego, conforto e bens materiais; cuidados com o corpo; o caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Uma saída para a grande reflexão sobre nossa atuação na sociedade, um modo de viver que dá um maior sentido da cosmovisão africana. E justificar nossa*

*ideia de outra configuração de cidade, estado, de mundo... Enxergar em cada um as possibilidades de reerguermos nossas próprias histórias e nos livrarmos desse péssimo jeito de construção da sociedade, que leva para o individualismo, a exploração das pessoas e a concentração de renda em poucos (homens brancos velhos, machistas, lgbtfóbicos e racistas). As possibilidades de realizar nossa utopia concreta, enxergar o que temos e as bases em que fomos criadas e nos levantar contra essa sociedade racista e construir uma verdadeira forma de relacionamento entre as pessoas, com respeito a nossa natureza. Lutar pela segurança alimentar e a nossa segurança física, de cada um e dos grupos porque na verdade não se tem algo fechado para se construir relações de apoio, de sustentação à vida... O que vai nos diferenciando dessas formas arcaicas de se conviver é o brilho e a nossa sabedoria de ir experimentando as grandes e pequenas possibilidades de aprender e crescer mais entre nós e para nós... Pensando no futuro, mas organizando o presente com uma visão nas nossas heranças ancestrais.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

Autocuidado (corpo e mente); cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão; defesa da vida das mulheres negras como algo central; somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta; alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território; respeito à diversidade religiosa, diversidade de sujeitos e entre os povos.

Quadro 10 - Narrativa de Ieda Leal

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;	2 citações

		“luta democrática e ancestral de envolvimento coletivo”	
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”  “construir uma verdadeira forma de relacionamento entre as pessoas, com respeito a nossa natureza”	2 citações
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos, sabedoria; experiências; práticas, cultura negra, cultura indígena, valores tradicionais; indígenas, africanos	“respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização”  “um modo de viver que dá um maior sentido da cosmovisão africana.  “pensando no futuro, mas organizando o presente com uma visão nas nossas heranças ancestrais.”	3 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração, sustentabilidade	“a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”  “se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”  “outra forma de ver e pensar a economia e a política”  “nos livrarmos desse péssimo jeito de construção da sociedade, que leva para o individualismo, a exploração das pessoas e a concentração de renda em poucos (homens brancos velhos, machistas, lgbtfóbicos e racistas).	4 citações
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade, diversidade, sociedade, civilização	“Somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta”  “diversidade de sujeitos e entre os povos.”	2 citações

Novos códigos: “**Laços de afeto** e respeito; justificar nossa ideia de **outra configuração de cidade, estado, de mundo; levantar-se** contra essa sociedade racista; lutar pela **segurança alimentar** e nossa **segurança física; Diversidade religiosa**”. Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos; autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados**: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território. horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; uma **utopia** de uma nova sociedade; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>148</sup>

## 8. Paula Balduino, 39 anos, Brasília/DF

### a) Autodefinição

*Faço parte da Irmandade Pretas Candangas desde setembro de 2011, quando nos constituímos. Minha principal tarefa na irmandade é ser eu, olhar e perceber as outras. E partilhar.*

### b) Memórias da Marcha de 2015

*No processo de construção tenho memórias de nossa irmandade construindo um projeto para a Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos que tinha por objetivo a identificação, o mapeamento, a articulação e o empoderamento de mulheres negras e suas organizações no espaço territorial abrangendo o Distrito Federal e nas redes sociais em âmbito nacional. Seriam realizadas atividades que convergiam para identificar, dar visibilidade e amplificar as vozes dessas mulheres e de organizações, pautas e desafios, em convergência com o contexto estratégico de atividades preparatórias para a Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver. Enfim, o projeto foi aprovado, mas não tivemos pernas para executá-lo. Seguimos na articulação para organização da marcha. Eu estava grávida e não participei tão ativamente. Juliana Nunes estava mais à frente. A principal memória que carrego no coração foi minha chegada à Marcha carregando Ana Rosa no sling. Ela tinha dois meses de vida. E logo que cheguei me encontrei com*

---

<sup>148</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

*Ju. Foi muito emocionante! Nunca vou me esquecer deste momento. Vi várias mulheres que ficaram felizes em conhecer minha filhinha. Me lembro especialmente da Lydia Garcia. Fiquei encantada em ver tantas mulheres pretas caminhando juntas. E muito tocada com a possibilidade de estar ali junto com minha filha.*

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Hoje percebo que os processos que vivenciamos durante a construção da marcha foram importantes para nosso movimento de entender que nossas vidas estavam/são muito correria e que nosso principal feito é o de viver bem. E esse Bem Viver principia com a capacidade de entender o que é possível fazer. Até onde conseguimos ir? O que a gente consegue fazer juntas que agrega, que nutre, que fortalece?*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*Com certeza! A marcha para mim é o grande exemplo. Bem Viver pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós.*

e) Bem Viver x Bem-Estar;

*Não são iguais, mas sim complementares. Acho que o bem viver engloba, mas transcende o bem estar. É sistêmico. É coletivo.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

Horizonte onde as mulheres negras querem chegar; experiências tradicionais indígenas; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos; a vida com qualidade: bom emprego, conforto e bens materiais; cuidados com o corpo; o caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Posso dizer que, para nós, o Bem Viver inclui a partilha. Que se sustenta na possibilidade de estar inteira na vida. Que a Ancestralidade (ou espiritualidade) guia o Bem Viver. É a simplicidade e ao mesmo tempo a complexidade de ver nascer uma planta, de cultivar nosso alimento, de sentir o poder das folhas em nosso corpo, de banhar nas águas do mar ou dos rios. De*

*gestar e cuidar, seja de pessoas, seja de projetos. Obviamente tudo isso só é possível se estivermos vivas e com condições básicas de existência. E a luta começa por aí. Sobre a lógica capitalista e desenvolvimentista, eu pessoalmente a vejo em contraposição ao conceito de bem viver porque vejo o capitalismo como um sistema de opressões. Oprime o comunitário, o coletivo, a natureza, a Ancestralidade. Mas percebo que nem todas nós Pretas Candangas temos essa percepção. E acho muito digno que uma mulher preta queira ser rica. Isso de certa forma implica em estar dentro da lógica capitalista. Ou será que não? Tenho dúvidas aqui. Vamos ficar com ela, pensar, sentir mais a respeito.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Fazemos vivências com as ervas medicinais. Conversamos sobre de que maneiras estamos nos cuidando. Fazemos uma movimentação em direção a outras mulheres pretas no sentido do cuidado. Escrevemos sobre nosso entendimento do bem viver na educação, na religião. Escrevemos artigos, poesias...*

Autocuidado (corpo e mente); cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão; defesa da vida das mulheres negras como algo central; somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta; alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território; respeito à diversidade religiosa, diversidade de sujeitos e entre os povos.

Quadro 11 - Narrativa de Paula Balduino.

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo; “é coletivo.”	2 citações

Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade; ecossistema; harmonia; água; floresta; terra	“forte relação com a natureza”  “a complexidade de ver nascer uma planta, de cultivar nosso alimento, de sentir o poder das folhas em nosso corpo, de banhar nas águas do mar ou dos rios.”	2 citações
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos, sabedoria; experiências; práticas, cultura negra, cultura indígena, valores tradicionais; indígenas, africanos	“respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização”  “experiências tradicionais indígenas” “a ancestralidade (ou espiritualidade) guia o Bem Viver”	3 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração; sustentabilidade	“a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”  “se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”  “outra forma de ver e pensar a economia e a política”  “sobre a lógica capitalista e desenvolvimentista, eu pessoalmente, a vejo em contraposição ao conceito de bem viver porque vejo o capitalismo como um sistema de opressões.”	4 citações
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade, diversidade, sociedade, civilização	“Somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta”	1 citação

Novos códigos: “O Bem Viver inclui a **partilha**; fazemos uma movimentação em direção a outras mulheres pretas no sentido do **cuidado**”. Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos**; **autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados**: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; **direito à terra**, à

**cidade e ao território; horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; uma **utopia** de uma nova sociedade; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>149</sup>

## **9. Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno (responderam coletivamente), 30 a 73 anos, Brasília/DF**

### a) Autodefinição

*A FMNDFE - Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno é uma articulação de mulheres negras que também compõe outras organizações do movimento negro (Coalizão Negra por Direitos, ABDJ - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, ÌROHÌN), de partidos (PT e PSOL) ou sem filiação partidária, organizações sindicais (Sinpro-DF, Sindicato dos Bancários de Brasília), movimentos culturais e de empreendimentos (marcas Afro N'Zinga, Tereza de Benguela, Rabiscos Feministas).*

### b) Memórias da Marcha de 2015

*As trajetórias de lutas e resistência das mulheres negras do passado e presente, das mais velhas e mais novas, pelo fim do racismo, do machismo, das violências e pelo bem viver.*

### c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Para nós está diretamente ligado com Ubuntu africano e seu modo de vida antes de uma colonização, mesmo sabendo que o conceito final foi definido em berço andino.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*Bem Viver como ideia de se pensar novos mundos e uma outra realidade conforme aprendemos com a sabedoria de nossos ancestrais. Mostra um mundo possível onde não exista nem o machismo, nem o racismo, reivindicações básicas do movimento de mulheres negras.*

---

<sup>149</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

*A Carta das Mulheres Negras da Marcha 2015 bem traduz nossas reivindicações e a relação do que almejamos enquanto Bem Viver: “Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade, somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório”.*

Bem Viver pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras e nos métodos; ele aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades; ele pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós.

e) Bem Viver x Bem-Estar;

Não são iguais, mas sim complementares.

*Justificamos a partir de um trecho da Carta das Mulheres Negras - Marcha de 2015: "A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os)."*

f) Resposta das múltiplas escolhas

Horizonte onde as mulheres negras querem chegar; experiências tradicionais indígenas; o caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; uma utopia de uma nova sociedade; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos; saberes e vivências das comunidades tradicionais.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Bem Viver, segundo Acosta, é a possibilidade de pensar nos outros mundos. Para nós ainda, Bem Viver é sobre um modo de vida não colonial, anticapitalista, antirracista, sem qualquer tipo de opressão ou exploração. É sobre o uso dos saberes, um legado deixado por nossos ancestrais que nos mostra o horizonte possível que parta para outro rumo diferente daquele imposto pelo capitalismo e suas mazelas. “Como mulheres negras feministas e protagonistas das lutas por outro mundo possível, dialogamos tanto com o Estado, quanto com*

*a sociedade e compartilhamos nossas experiências a fim de construirmos coletivamente novas dinâmicas de vida e ação política, que só serão possíveis se superarmos o racismo, o sexismo, o capitalismo, o genocídio, ecocídio e todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da identidade e humanidade de mulheres e homens negros.”*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Em nosso convívio, no fazer político, no resgate dos saberes e da ancestralidade.*

Autocuidado (corpo e mente); cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão; defesa da vida das mulheres negras como algo central; somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta; alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade), outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território; respeito à diversidade religiosa, diversidade de sujeitos e entre os povos.

Quadro 12 - Narrativas da Frente de Mulheres Negras do DF e entorno.

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo; “Cuidado com coletivo.”	2 citações
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”	1 citação
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos, sabedoria; experiências; práticas, cultura negra, cultura indígena, valores tradicionais; indígenas, africanos	“saberes e vivências das comunidades tradicionais.” “experiências tradicionais indígenas”	7 citações

		<p>“valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade)”</p> <p>“em nosso convívio, no fazer político, no resgate dos saberes e da ancestralidade.”</p> <p>“sobre o uso dos saberes, um legado deixado por nossos ancestrais que nos mostra o horizonte possível que parta para outro rumo diferente daquele imposto pelo capitalismo e suas mazelas”</p> <p>"A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver”</p> <p>“Para nós está diretamente ligado com Ubuntu africano”</p>	
<p>Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista</p>	<p>Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração, sustentabilidade</p>	<p>“a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”</p> <p>“se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”</p> <p>“outra forma de ver e pensar a economia e a política”</p> <p>“de vida não colonial, anticapitalista, antirracista, sem qualquer tipo de opressão ou exploração”</p> <p>“sobre o uso dos saberes, um legado deixado por nossos ancestrais que nos mostra o horizonte possível que parta para outro rumo diferente daquele imposto pelo capitalismo e suas mazelas.”</p>	<p>5 citações</p>

Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade, diversidade, sociedade, civilização	“Somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta”  “diversidade de sujeitos e entre os povos.”	2 citações
--	---	---	------------

Novos códigos: “Para nós está diretamente ligado com **Ubuntu africano** e seu modo de vida antes de uma colonização”; “**Bem Viver** como ideia de se pensar **novos mundos** e uma outra realidade conforme aprendemos com a sabedoria de nossos ancestrais. Mostra um mundo possível onde não exista nem o **machismo**, nem o **racismo**, reivindicações básicas do movimento de mulheres negras”; “Somos portadoras de um legado que afirma um **novo pacto civilizatório**”; “**Gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura**”; “**Bem Viver** é sobre um **modo de vida não colonial**, anticapitalista, antirracista, sem qualquer tipo de opressão ou exploração”; “**novas dinâmicas de vida e ação política**”; “**Em nosso convívio, no fazer político**”; **Bem Viver** pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos; autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados**: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território; horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; uma **utopia** de uma nova sociedade; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>150</sup>

## 10. Antonieta (Nieta) Luiza, 53 anos, Cuiabá/Mato Grosso

### a) Autodefinição

*Sou fundadora do Instituto de Mulheres Negras do MT, IMUNE-MT, há 18 anos, fundamos em 2002.*

### b) Memórias da Marcha de 2015

*Coordenamos a ida das mulheres para Marcha. Fizemos o primeiro encontro de mulheres negras do estado em 2014 e depois município. IMUNE organizou e levou dois ônibus. O que me marcou foi olhar o mar de mulheres e*

<sup>150</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

*vê-las todas reunidas. Olhar pra frente ou pra trás e me ver, me reconhecer. Foi um reconhecimento meu, da minha história e das histórias de tantas mulheres que conheço. Me enxergar dentro daquele contexto. Que o que falavam ali tinha a ver com a minha história, história do meu povo. Como somos iguais e diferentes ao mesmo tempo. Me mostrou o clamor das mulheres negras em uma só voz, mesmo nas nossas diferenças. Representatividade.*

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Foi quando nos reunimos e falamos de nós. Antes de 2002, discutíamos tudo sem recorte de gênero e raça. E o processo do bem viver começa podendo falar das minhas dores com minhas irmãs. Só começo a pensar no bem viver. A mulher preta fala de um bem viver que ela está incluída. Primeiro contato de me olhar e perceber o quanto precisávamos discutir as nossas questões. Alívio interior quando a gente começa a falar o que nos aflige. Grupo Cultural Filhas de Oxum, 20 anos com crianças e adolescentes, mas não discutíamos as mulheres negras. Bem viver começa quando a gente começa a refletir... Ele tem um começo. Por que preciso falar do Bem Viver? Como eu mulher preta vou melhorar a vida da minha família, contando filho, desemprego, salário mínimo e ser chefe de família? O Bem Viver abriu um leque de possibilidades.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*Em Cuiabá e Barra dos Garças... O bem viver apareceu na discussão no que era BV pra gente. Para algumas é ter alimento e teto, para outras, outra coisa. Tem uma perspectiva individual, a gente não tem como mensurar sempre algo coletivo. Cabe o coletivo e individual, proporcionar o alimento, trabalho, respeito. Mulheres negras do centro-oeste estão no pior estado de exclusão do Brasil. Na Marcha, quando a gente aparece, começamos a ser incluídas nos grupos nacionais, 60% de população negra. Capital do agronegócio, faltam as políticas públicas para chegar e o impacto nas mulheres negras. Na luta pela Igualdade de Direitos. Se eu não luto pelos meus direitos. Não basta ser mulher negra, tem que vir pra luta e ter consciência negra. Mas o bem viver pede pra encontrar dentro da gente, busca pessoal e coletiva cotidiana. Estamos vivendo bem ao saber que um adolescente negro foi assassinado? Como vou viver bem?*

*A cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil. 80% de óbitos de covid são da população negra aqui no MT. Sempre quem morreu foi o povo negro.*

Bem Viver pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras e nos métodos; ele aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades; ele pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós.

e) Bem Viver x Bem-Estar

Não são iguais, mas sim complementares.

*Se o Bem-estar não está bom... Não posso ter o BV. Bem-estar passa por você ter voz e ser respeitadas nos seus direitos. Ser incluída. Para algumas pessoas bem-estar é ter casa boa, salário, carro... E a mulher negra mesmo com tudo isso segue sendo mulher preta. Deixo de ter nome e passo a ser a preta com os adjetivos de inferioridade. Preciso saber quem eu sou. Pode ter bem-estar econômico, mas não um bem viver... Pois são vítimas da discriminação, do racismo estrutural mesmo tendo acesso a bens materiais.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

A vida com qualidade: bom emprego, conforto e bens materiais; cuidados com o corpo; horizonte onde as mulheres negras querem chegar; o caráter comunitário e coletivo; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*O movimento de mulheres negras sempre estimulou o bem viver. Na perspectiva das reuniões a gente tem um momento do lanche, do diálogo, da troca. A luta não é fácil. Com todas as violências, os estupro, a gente chegou à conclusão de que o bem viver tem que ser tratado diariamente no cotidiano. Na troca, estimular a questão do que está bom, o que precisa ser melhorado. Temos que nos contrapor à necropolítica e ao sistema capitalista. Estamos em efetivação da necropolítica e quem pode lutar contra somos nós.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Como temos 18 anos de atuação, já fizemos de tudo: cuidado coletivo, o autocuidado, a formação também, sempre fez isso, movimento do instituto para construir sociedade livre, faz marcha, faz manifesto, pró-vacina e salário mínimo,*

*várias rodas sobre religião e saúde, mulheres de axé. Várias exposições sobre representação dos orixás, o direito à terra, a luta com os quilombos, apoio de mulheres quilombolas e povos de terreiro. Povos e florestas, somos parte da Amazônia Negra. Dentro dela, discutimos povos e florestas. Nas nossas oficinas, nas nossas rodas de conversa, desde as rodas manuais quanto às políticas, de saúde mental, saúde da população negra, mulheres negras e sistema político. Sempre em contato com a comunidade.*

Autocuidado (corpo e mente); formação e autoformação como forma de fortalecimento; se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão; defesa da vida das mulheres negras como algo central; somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta; alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território; respeito à diversidade religiosa, diversidade de sujeitos e entre os povos.

Quadro 13 - Narrativa de Nieta Luiza

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;  “sempre em contato com a comunidade”	2 citações
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”	1 citação
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos, sabedoria; experiências; práticas, cultura negra, cultura indígena, valores tradicionais; indígenas, africanos	“saberes e vivências das comunidades tradicionais.”  “valorização da nossa memória ancestral, popular (somos continuidade)”	2 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo;	“a contraposição à lógica capitalista e	4 citações

	exploração; sustentabilidade	desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”  “temos que nos contrapor à necropolítica e ao sistema capitalista.”  “se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”  “outra forma de ver e pensar a economia e a política”	
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade; diversidade; sociedade; civilização	“somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta”  “diversidade de sujeitos e entre os povos.”	2 citações

Novos códigos: “E o processo do bem viver começa podendo falar das minhas **dores** com minhas irmãs”; “Na luta pela **Igualdade** de Direitos”; “Mas o bem viver pede pra encontrar dentro da gente, **busca pessoal e coletiva cotidiana**”; “Bem viver tem que ser tratado **diariamente no cotidiano, na troca**”; “Apoio de mulheres **quilombolas** e povos de **terreiro**. Povos e **florestas**, somos parte da **Amazônia Negra**”. Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos; autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados**: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território; horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; uma **utopia** de uma nova sociedade; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>151</sup>

## 11. Zezé Pacheco, 48 anos, Salvador/BA

### a) Autodefinição

<sup>151</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

*Sou Zezé Pacheco, sou da Mahin - Organização de Mulheres Negras. Faço parte também profissionalmente do CPP - Conselho Pastoral de Pescadores, que trabalha com comunidades pesqueiras quilombolas.*

b) Memórias da Marcha de 2015

*Todo o processo de preparação que permitiu posteriormente às mulheres se fortalecerem enquanto articulação de mulheres negras. O dia da marcha, o encontro e a diversidade de movimentos de mulheres negras, a presença de Luiza Bairros.*

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Uma discussão com comunidades tradicionais que refletia sobre o conceito da Bolívia de *sumak kawsay*”.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*Sim, passou a ser um tema apropriado pelas mulheres. O Bem Viver está na luta por território das mulheres quilombolas e pescadoras, a luta das mulheres das comunidades populares contra a violência, a política urbana e pela vida sem violência.*

Bem Viver pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras e nos métodos.

e) Bem Viver x Bem-Estar

Não são iguais, mas sim complementares.

*Muitos movimentos têm confundido bem viver com bem-estar. Não se passa por isto; o bem viver é uma concepção de sociedade mais ampla que envolve o bem estar de todos, mas mais ampla tem a ver com a transformação das estruturas e da eliminação da desigualdade e com o cuidado com a casa comum.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

Cuidados com o corpo; horizonte onde as mulheres negras querem chegar; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos; experiências tradicionais indígenas; uma utopia de uma nova sociedade; o caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e

suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Uma proposta que requer inverter a lógica do desenvolvimento e reparar o projeto desenvolvimentista. Um jeito de viver que não parta da acumulação capitalista, que respeite as pessoas e o ambiente, que reveja o consumismo e que garanta vida plena para todas, principalmente para as mulheres negras que estão na base. O bem viver é um modo amplo de vivência em sociedade que fortalece a vida comunitária, a relação com a natureza, que é vista como sujeita de direitos, e tem que se contrapor à lógica capitalista, que é excludente e degradadora.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Nos nossos objetivos enquanto organização, na dimensão da discussão ambiental e na luta com as comunidades quilombolas contra a degradação ambiental dos grandes projetos.*

Autocuidado (corpo e mente); cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão; defesa da vida das mulheres negras como algo central; somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta; alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território; respeito à diversidade religiosa, diversidade de sujeitos e entre os povos.

Quadro 14 - Narrativa de Zezé Pacheco.

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;  Cuidado com o coletivo;	5 citações

		<p>“nos nossos objetivos enquanto organização, na dimensão da discussão ambiental e na luta com as comunidades quilombolas contra a degradação ambiental dos grandes projetos.”</p> <p>“o bem viver é um modo amplo de vivência em sociedade que fortalece a vida comunitária.”</p> <p>“uma discussão com comunidades tradicionais que refletia sobre o conceito da Bolívia de sumak kawsay”</p>	
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	<p>“Nos nossos objetivos enquanto organização, na dimensão da discussão ambiental e na luta com as comunidades quilombolas contra a degradação ambiental dos grandes projetos.”</p> <p>“...a relação com a natureza, que é vista como sujeita de direitos...”</p> <p>“forte relação com a natureza”</p>	3 citações
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos, sabedoria; experiências; práticas, cultura negra, cultura indígena, valores tradicionais; indígenas, africanos	<p>“saberes e vivências das comunidades tradicionais.”</p> <p>“valorização da nossa memória ancestral, popular (somos continuidade)”</p> <p>“experiências tradicionais indígenas”</p> <p>“uma discussão com comunidades tradicionais que refletia sobre o conceito da Bolívia de sumak kawsay”</p>	4 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração, sustentabilidade	<p>“o bem viver é um modo amplo... tem que se contrapor à lógica capitalista, que é</p>	5 citações

		<p>excludente e degradadora.”</p> <p>“uma proposta que requer inverter a lógica do desenvolvimento e reparar o projeto desenvolvimentista. Um jeito de viver que não parta da acumulação capitalista”</p> <p>“a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”</p> <p>“se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”</p> <p>“outra forma de ver e pensar a economia e a política”</p>	
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade; diversidade; sociedade; civilização	<p>“somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta”</p> <p>“diversidade de sujeitos e entre os povos.”</p>	2 citações

Novos códigos: “Sim, o Bem Viver está na luta por **território** das mulheres **quilombolas** e **pescadoras**, a luta das mulheres das **comunidades populares** contra a violência, a política urbana e pela vida sem violência”; “Nos nossos objetivos enquanto organização, na dimensão da discussão **ambiental** e na luta com as **comunidades quilombolas** contra a degradação ambiental dos grandes projetos”; “Um jeito de viver que não parta da acumulação capitalista, que respeite as pessoas e o ambiente, que reveja o **consumismo** e que garanta **vida plena** para todas, principalmente para as **mulheres negras que estão na base**”, “... tem a ver com a **transformação** das **estruturas**, da **eliminação** da **desigualdade**, com o **cuidado** com a casa **comum**”. Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos**; **autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados**: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território**; **horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; uma

**utopia** de uma nova sociedade; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>152</sup>

## 12. Itanacy Ramos de Oliveira, 48 anos, Recife/PE

### a) Autodefinição

*Rede de Mulheres Negras, desde 2015. Sou participante.*

### b) Memórias da Marcha de 2015

*Muitas pretas em Brasília reivindicando o fim do Racismo e o Bem Viver.*

### c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Achei inovador porque abrange a subjetividade e a objetividade da vida em boas condições.*

### d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações;

*Enxergo sim, pois a população negra tem todas as condições de qualidade de vida negadas há muito na História.*

Bem Viver pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras e nos métodos. Ele aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades. Ele pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós.

### e) Bem Viver x Bem-Estar

Não são iguais, mas sim complementares.

*Bem-estar se relaciona com as condições mais sociais.*

### f) Resposta das múltiplas escolhas

Horizonte onde as mulheres negras querem chegar; experiências tradicionais indígenas; a vida com qualidade: bom emprego, conforto e bens materiais; o caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.

---

<sup>152</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Como uma perspectiva de vida saudável, inclusiva, igualitária. Uma nova perspectiva de vida e de organização social.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Pode ser encontrado na metodologia participativa e decolonial que utilizamos.*

Autocuidado (corpo e mente); cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão; defesa da vida das mulheres negras como algo central; alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território; respeito à diversidade religiosa, diversidade de sujeitos e entre os povos.

Quadro 15 - Narrativa de Itanacy Ramos de Oliveira.

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;  Cuidado com o coletivo	2 citações
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”	1 citação
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos, sabedoria; experiências; práticas, cultura negra, cultura indígena, valores tradicionais; indígenas, africanos	“saberes e vivências das comunidades tradicionais.” “valorização da nossa memória ancestral, popular (somos continuidade)”  “experiências tradicionais indígenas”	3 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração, sustentabilidade	“a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que	3 citações

		organiza a sociedade hoje.”  “se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”  “uma nova perspectiva de vida e de organização social.”	
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade, diversidade, sociedade, civilização	“diversidade de sujeitos e entre os povos.”	1 citação

Novos códigos: “Pode ser encontrado na **metodologia participativa e decolonial** que utilizamos”; “**Qualidade de vida**”; “**Subjetividade e a objetividade da vida**”. Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos; autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais**, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território; horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; uma **utopia** de uma nova sociedade; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>153</sup>

### 13. Terlúcia Silva, 48 anos, João Pessoa/Paraíba

#### a) Autodefinição

*Sou do Bamidelê - OMN/PB, da Abayomi - CMN/PB, do Movimento de Mulheres Negras Pan, da Rede de Mulheres Negras do Nordeste e da AMNB - Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. Tenho 20 anos de atuação no movimento feminista, negro e de mulheres negras.*

#### b) Memórias da Marcha de 2015

*Do processo, as diferentes ações de mobilização na PB rumo à Marcha, mas o I Encontro Estadual de Mulheres Negras é a memória mais marcante. No dia da Marcha, os diferentes rostos e bandeiras de luta e as ialorixás abrindo os caminhos com a bandeira enorme da marcha.*

<sup>153</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*No processo de mobilização, a partir do tema. Daí comecei a buscar compreensões sobre, a pautar localmente sua importância.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*O Bem viver é pautado, principalmente nas realizações dos Dia das Mulheres Negras, o 25 de julho que, na Paraíba, está na 23ª edição. O grande grito é pela vida. A sociedade racista e sexista nos mata cotidianamente, sendo assim o "parem de nos matar" e "vivas nós queremos" tem relação direta com o bem viver.*

Bem Viver pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras e nos métodos. Ele aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades. Ele pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós.

e) Bem Viver x Bem Estar

Não são iguais, mas sim complementares.

*Como a compreensão é de que o conceito de bem viver se relaciona a uma perspectiva de outra sociedade, o bem-estar está dentro desse conceito. É preciso que os direitos sejam garantidos para se viver bem.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

Horizonte onde as mulheres negras querem chegar; experiências tradicionais indígenas; a vida com qualidade: bom emprego, conforto e bens materiais; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje; uma utopia de uma nova sociedade; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Um conceito-utopia de uma perspectiva ampla de uma outra sociedade, que seja inclusiva, que respeite todas as vidas e que garanta direitos. Um novo modelo de sociedade. Vemos o bem viver como projeto de sociedade, pois todas as nossas experiências, vivências, trajetórias, conhecimentos são abafados, renegados e invisibilizados pelo capitalismo. Se conseguirmos reverter essa "ordem" será a efetivação do bem viver.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Está presente na forma de pensar, escolher, decidir... Nos processos e dinâmicas do cotidiano e na forma como nos comunicamos e interagimos entre nós e com os territórios.*

Cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; defesa da vida das mulheres negras como algo central; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade).

Quadro 16 - Narrativa de Terlúcia Silva.

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;  Cuidado com o coletivo	2 citações
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”	1 citação
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos; sabedoria; experiências; práticas, cultura negra, cultura indígena, valores tradicionais; indígenas, africanos	“saberes e vivências das comunidades tradicionais.”  “valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade)”	2 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração, sustentabilidade	“vemos o bem viver como projeto de sociedade, pois todas as nossas experiências, vivências, trajetórias, conhecimentos são abafados, renegados e invisibilizados pelo capitalismo. Se conseguirmos reverter essa "ordem" será a efetivação do bem viver.”  “a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”	3 citações

		“se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”	
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade, diversidade, sociedade, civilização	-	-

Novos códigos: “Está presente na forma de **pensar, escolher**, decidir... Nos processos e dinâmicas do **cotidiano** e na forma como nos comunicamos e interagimos entre nós e com os **territórios**”; “**sociedade** que seja **inclusiva**”; “O grande grito é pela **vida**”. Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos; autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais**, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território; horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; uma **utopia** de uma nova sociedade; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>154</sup>

#### 14. Dulce Maria Pereira, 61 anos, Mariana/Minas Gerais

##### a) Autodefinição

*Sou militante do MNU e integro o coletivo de mulheres; também faço parte de uma instituição feminista, onde minha tarefa é trabalhar especificamente o tema da mulher negra e suas complexidades no contexto social e geopolítico, chamada Observatório da Mulher. Eu a considero uma continuidade do SOS Mulher de SP na minha militância. Integro vários coletivos de educação ambiental, onde minha dedicação é sobretudo à centralidade da mulher negra no racismo ambiental e é desse lugar conceitual que eu trato as questões do bem viver. Trabalho num projeto específico sobre danos imateriais. Fiz uma escolha de vida pelo meu próprio bem viver que me permite sintetizar o que eu considero produtos fundamentais em termos de conceito/dado/ferramenta de pesquisa e que sirvam à população negra e à mulher negra. O meu lugar de ação da pesquisa é a partir desse objetivo de sustentabilidade: 1 - bem viver e 2 - bem viver com a natureza. A minha contribuição para as abordagens de bem viver foram*

<sup>154</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

*construídas e seguem sendo construídas a partir desse lugar que consegui ambientar. Me integrei ao conjunto das mulheres negras na construção do conceito em 2011, no Encontro de Ouro Preto, preparatório da Marcha, junto com a ONU Mulheres. Fui umas organizadoras desse encontro. Tenho as premissas com as quais eu contribuí que vinculam sustentabilidade ao bem viver.*

b) Memórias da Marcha de 2015

*Uma das memórias mais interessantes foi da construção coletiva, tanto conceitual quanto organizacionalmente. Outra foi a materialização, a partir de mulheres militantes, de um dos aspectos mais importantes do legado ancestral que nos privilegia, que foi o fazer, o produzir transformação do nada material. Nós tínhamos condições objetivas para fazer uma mobilização daquele tamanho e essas condições foram construídas em rede. Sem priorizar as nossas diferenças, mas os pontos de vistas dos grupos, das metodologias de organização dos grupos sociais. Muitas vezes as diferenças não são ideológicas, mas sim na metodologia organizativa. Outra coisa foi o início, a saída, o encontro de religiosidade, espiritualidade, de energia. Aquilo foi lindíssimo. Tenho outras memórias orientativas no sentido de fazer política como mulheres negras. Inicialmente, a tentativa de cooptação por parte de grupos e partidos políticos, depois a tentativa de utilização e, por fim, uma tentativa de controle. E tudo isso foi superado e considerado "pequeno" no conjunto da grandeza da marcha. Fui conduzida a subir no caminhão para controlar a marcha a partir do Ministério das Relações Exteriores... Magnetizar as sementes... Eu jamais me imaginaria com aquele microfone, tendo que conduzir a marcha politicamente. Foi uma tarefa dura, um desafio que entendi que estava colocado para todas nós, desde quem organizou até quem estava em casa vibrando pelo resultado. Fazer dar certo, não sair de seus objetivos e ter assegurada a condução central das mulheres negras. Como começou a ter alguma movimentação estranha, que obviamente percebemos que era hostil, naquele momento me passaram o microfone do primeiro carro, o carro de abertura. O que estava colocado era assegurar que ela desse certo e tivesse um encerramento digno. O perigo de ter confrontos e a marcha se diluir e se dispersar era grande, então era um momento de risco. Evitar desmobilização e desclassificação da marcha: me senti vestida por essa responsabilidade, mas não desse poder. Me conectei com a força do meu ori e pedi sabedoria e capacidade*

*para responder a toda aquela ancestralidade que estava ali. Eu já tive várias experiências de grandes projetos, presidentes da república, mas ali senti uma responsabilidade ancestral. Esse momento ainda nunca processei e quando vejo aquilo vejo que estava colocado pelos ancestrais. Uma das coisas que eu fiz foi me manter no roteiro do que foi construído coletivamente, não sair fora do "bem viver", de ser "contra violência"... Transformei em diálogos de comunicação. Os rostos das pessoas que estavam lá embaixo, Abigail Páscoa, as jovens que trabalharam na construção dos processos da Lidia Garcia, esses rostos de mulheres e corpos na rua me ancoraram. Eu consegui chamá-las também. Elas eram âncoras... E isso me deu força para dar conta daquilo e tomar decisões difíceis, como encerrar. O que estava posto, que era encerrar na frente do Planalto, não pôde acontecer. Quem consegue vencer tiros dos loucos, dos perversos, vencer isso e continuar a própria trajetória e fazer a transição daquilo para tudo que vai acontecer depois da marcha? Ser parte dessa história é uma honra ancestral. Tudo isso pelo bem viver, pelo direito absoluto de viver em harmonia com o todo.*

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Essa conversa de bem viver pra mim vem da Eco-92, quando eu era mais jovem e já havia uma tentativa de aproximação de mulheres negras e indígenas naquele momento. A Eliane Potiguara me apresentou um grupo de mulheres indígenas que, na discussão sobre desenvolvimento sustentável, já incluía a questão do bem viver. Então na minha rigidez teórica, como tratava muito dos tempos imateriais, eu joguei isso no bolo da sustentabilidade sem categorizar. Quando começou o processo da Marcha em 2011, Nilma Bentes, num processo intuitivo, me dá a tarefa de ajudar a sistematizar o Bem Viver. Aí vou na minha sacola de memórias e tinha voltado do Peru, um congresso científico muito politizado que justamente tratava de amor e bem viver. Eu falei no congresso sobre essa capacidade do povo negro de construir a partir de suas diferenças e dos vínculos de sobrevivências ancorados numa visão de qualidade de vida. Era assim que eu tratava até a marcha porque eu sentia que estávamos usurpando algo que tinha sido sistematizado pelos povos ancestrais indígenas. Mas quando veio a marcha veio o boom da universalidade do bem viver e nos despimos dos limites, já que a qualidade de vida foi incorporada pelo mercado e nada poderia*

*explicar melhor sobre o bem-estar no planeta do que o bem viver. Desde então está na nossa tentativa de conceitualização do bem viver que agora você dá continuidade. Como vamos entender a riqueza imaterial que se coloca na vida e nos territórios sem ter como princípio central o bem viver?*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*Com certeza, até porque você tem mulheres negras que participaram na construção do conceito de forma direta ou indireta. De alguma forma, foi muito discutido. Bem viver é muito profundo e implica em tratar de relações que foram construídas no âmbito de culturas que se ancoram na exploração. Para você conseguir conceituar bem viver tem que superar isso. A falácia do desenvolvimento sustentável está sendo plantada na cabeça das pessoas. Exemplo seria a luta contra a violência, o feminicídio e as práticas do sistema de justiça. Isso envolve mãe que fica doente, todo o exercício físico da violência contra a mulher, exercício social, a injustiça do sistema de operação da lei. Tudo isso causa, tem reflexos na condição física, intelectual, moral e existencial das mulheres negras, reduzindo as possibilidades de bem viver.*

*Está presente no esforço para conceituar bem viver e suas premissas, principalmente nas áreas de movimentos negros ambientalistas e de racismo ambiental. Na busca de compreensão das relações internas de poder, dos seus impactos e da construção de processos para criar condições que levem ao bem viver. Reconceituar as relações com a natureza. Entender o que significa sustentabilidade.*

Bem Viver pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras e nos métodos. Ele aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades. Ele pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós.

e) Bem Viver x Bem-Estar

*Nem iguais, nem complementares, nem diferentes. Bem Viver não se complementa simplesmente com o bem-estar, mas com muitas outras dimensões. Estar bem não é complementar de bem viver; pode ser um dos complementos. Você pode ter restrições do seu bem-estar e estar no estado de bem viver. Uma pessoa que tem uma doença crônica, uma artrose, certamente não viverá 100%*

*numa situação de bem-estar, mas pode estar numa condição de bem viver. Não se equiparam. Bem-estar nos coloca nos limites do entendimento material das questões, bem viver vai além disso. No meu radicalismo colocaria uma opção de nenhum deles.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

Horizonte onde as mulheres negras querem chegar; experiências tradicionais indígenas; a vida com qualidade: bom emprego, conforto e bens materiais; uma utopia de uma nova sociedade; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos; cuidados com o corpo; o caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*O desenvolvimentismo foi substituído por uma forma mais refinada e perigosa, que é o desenvolvimento sustentável. Conseguir teorizar pensando em relações que se ancoram em compartilhamento em vida bem vivida está muito distante de grande parte das pessoas, inclusive dos teóricos. Os grupos se referiam corta e cola dos documentos da Marcha. Nesse sentido, o intelectual orgânico tem um papel de tornar evidente o lugar da imaterialidade, em que os coletivos só pensam a materialidade. Como reparar a pessoa que perdeu o rio, quando o rio fica cheio de lama? Como reparar isso? Bem viver está ligado, condicionado, por exemplo, aos rios, pois há povos que tudo o que fazem é com o rio, o rio que cura a depressão, que faz festa, que come. Dissociar natureza de economia nas definições da relação de produção.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

Cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; defesa da vida das mulheres negras como algo central; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade).

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;  Cuidado com o coletivo.	2 citações
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”  “dissociar natureza de economia nas definições da relação de produção.”  “Como reparar a pessoa que perdeu o rio, quando o rio fica cheio de lama? Como reparar isso? Bem viver está ligado, condicionado, por exemplo, aos rios.”  “reconceituar as relações com a natureza.”	4 citações
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos; sabedoria; experiências; práticas, cultura negra, cultura indígena, valores tradicionais; indígenas, africanos	“saberes e vivências das comunidades tradicionais.”  “valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade)”  “era assim que eu tratava até a marcha porque eu sentia que estávamos usurpando algo que tinha sido sistematizado pelos povos ancestrais indígenas”	3 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração; sustentabilidade	“O desenvolvimentismo foi substituído por uma forma mais refinada e perigosa, que é o desenvolvimento sustentável” “A falácia do desenvolvimento sustentável está sendo plantada na cabeça das pessoas.”  “a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”	4 citações

		“se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”	
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade; diversidade; sociedade; civilização.	-	-

Novos códigos: “Está presente no esforço para conceituar bem viver e suas premissas, principalmente nas áreas de **movimentos negros ambientalistas e de racismo ambiental**”; “Injustiça do sistema de operação da lei”; “Como vamos entender a **riqueza imaterial** que se coloca na **vida e nos territórios** sem ter como princípio central o bem viver?”; “**Qualidade de vida**”; “**Desenvolvimento sustentável**”; “**Sustentabilidade** e o bem viver”; “A centralidade da **mulher negra no racismo ambiental** e é desse lugar conceitual que eu trato as questões do bem viver”. Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos; autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais**, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território; horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; uma **utopia** de uma nova sociedade; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>155</sup>

## 15. Benilda Brito, 51 anos, Belo Horizonte/Minas Gerais

### a) Autodefinição

*Ano passado completei 40 anos de militância no Movimento Negro. Início no movimento ligado à igreja católica, à igreja revolucionária, à teologia da libertação. Nzinga existe há 33 anos em 2020, e eu atuo até hoje. Criei o Odara junto com Valdeci Nascimento, onde coordenei o programa de Direitos Humanos até 2020. Atuo ainda no Nzinga, Rede de Mulheres Negras de Minas, na AMNB, plataforma Dhesca, rede Malala. Fui consultora da ONU Mulheres, do Pacto Global. Trabalho em função da militância. Nós temos uma ata no Nzinga em 30*

<sup>155</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

*anos atrás em que decidimos que íamos estudar. Vamos nós mesmas falar por nós... Qual movimento interessava para as mulheres negras?*

b) Memórias da Marcha de 2015

*Um processo muito maravilhoso. Eu vim da Marcha de Zumbi de Palmares de 95, que também foi em Brasília. Minas Gerais tem 856 municípios, o que dificulta a mobilização. Desde Nilma Bentes articular a rede para trazer pessoas do interior, grupos geraizeiras, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras, canastreiras, as colhedoras de flores, as indígenas, um mundo de possibilidade. Quem coordenou esse processo foi o Nzinga junto com outras entidades. E incentivando as pessoas para ter recurso: feijoada, canjica, bingo. O que sentíamos era a importância de estarmos juntas. Foi grande e bonito esse processo de articulação. Chegar em Brasília foi um processo intenso... As mulheres mais velhas, o povo de religião de matriz africana. Entendo que aquele momento político era importante. Fazíamos desde mobilização para recurso à capacitação política. A boniteza da marcha é a gente dizer o que não queria mais e afirmar o que queríamos: o Bem Viver. Essa foi a grande sacada. Fomos o último movimento social a ir para rua antes do golpe da Dilma. Após o golpe, também realizamos o encontro de mulheres negras, 30 anos depois em Goiânia (2018). Não é só denunciar, mas trazer arranjos políticos, coletivos.*

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Minha avó, Benigna dos Santos Costa, nasceu em 1914, no quilombo do Açude, na Serra do Cipó. Pariu em 1964 nasceu para ser mãe e não esposa. Aprendi que era direitos sexuais reprodutivos com ela. Vó não sabia o que era isso... Mas vivia isso. Não sabia o que era feminismo negro, mas vivia isso. Quando aprendi a falar de Bem Viver entendi que tudo que vovó fazia comigo, os cuidados com o pão de salame, guardar água de arroz, sorrir no domingo com maionese, tudo era Bem Viver. Quando fui estudar a teoria do Bem Viver já foi bem depois, mas sempre praticamos porque é uma herança africana. Ubuntu é bem viver. Compartilhar, lógica de cuidado coletivo, preocupação com o outro. A gente já vivia a prática do Bem Viver; é o que me faz gostar de ser preta, lésbica, de axé, é o que me dá força e herança ancestral. Autocuidado vem da gente. É uma prática milenar, histórica. Bem viver e autocuidado andam juntos. É também um arranjo organizacional político de garantir igualdade e enfrentamento ao*

*racismo. Já praticamos nos nossos territórios o Bem viver muito mais material e ambiental, mas trazemos também o enfrentamos sociais. Bem viver apresenta um projeto coletivo afrocentrado. Quem domina isso somos nós mesmas, mulheres negras e indígenas.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*Quando pedimos o fim da violência, do racismo, quando denunciemos o extermínio de nossos jovens. Quando denunciemos que construímos política todos os dias, mas que o impacto da política não chega nas mulheres negras, estamos dizendo que queremos o Bem Viver.*

*Vejo o Bem Viver em várias situações, mas hoje tem duas situações em MG: Mariana e o crime ambiental e outro agora que é a sobrevivência na pandemia, o cuidado e o autocuidado. Esse é um momento singular da história e temos mostrado nossa força, como na entrega de alimentos feita de forma nacional pela Coalizão Negra por Direitos.*

e) Bem Viver x Bem-Estar

*Não são iguais, mas sim complementares.*

*Bem viver é mais que o Bem-estar, tem um compromisso coletivo. Bem-estar é individual e bem viver necessariamente é um projeto político coletivo.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

*Horizonte onde as mulheres negras querem chegar; experiências tradicionais indígenas; a vida com qualidade: bom emprego, conforto e bens materiais; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos; cuidados com o corpo; o caráter comunitário e coletivo; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje; valorizar o corpo, o respeito à diversidade, reconhecendo que podemos ser diversas.*

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Bem Viver parte do individual para chegar ao coletivo. Depois se popularizou muito mais, o movimento de mulheres negras enegreceu muito esse Bem Viver. Por que você quer enfrentar o racismo? Para garantir o Bem Viver.*

*A prática do bem viver é uma característica da cultura negra. Ailton Krenak fala sobre criar paraquedas coloridos, sobre estratégias de Bem Viver. A cada momento inventamos termos novos para falar de uma prática antiga. Com o Bem Viver falamos de Ubuntu... Mas há a dificuldade de se aceitar o que é preto/africano. É um horizonte: projeto que diante da conjuntura parece uma utopia. Gostaria de diferenciar porque já é uma forma de congelar o bem viver quando falamos que ele só se relaciona com a questão ambiental... Isso é o que todo mundo já legitima. Pensar no meio ambiente é pensar na fome. Para a natureza estar bem tem que ter relações sociais saudáveis... A lógica capitalista está focada no individual e é o contrário do Bem Viver. O princípio parte de outro lugar. A ancestralidade é fundamental, o caráter coletivo marca a gente.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Está muito presente. No Encontro de Goiânia fizemos muitas articulações no pré-encontro. A questão do autocuidado aparece como primeira coisa. Um momento com plantas, aromaterapia, ioga, contação de história, discussão de afeto. E depois levamos a discussão política também.*

Cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; defesa da vida das mulheres negras como algo central; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade).

Quadro 18 - Narrativa de Benilda Brito.

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;  “Cuidado com o coletivo; bem viver necessariamente é um projeto político coletivo.”  “Compartilhar, lógica de cuidado coletivo, preocupação com o outro.”	3 citações

Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”	1 citação
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos; sabedoria; experiências; práticas, cultura negra, cultura indígena, valores tradicionais; indígenas, africanos	<p>“saberes e vivências das comunidades tradicionais.”</p> <p>“a ancestralidade é fundamental, o caráter coletivo marca a gente.”</p> <p>“com o Bem Viver falamos de Ubuntu.”</p> <p>“sempre praticamos porque é uma herança africana. Ubuntu é bem viver.”</p> <p>“valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade)”</p> <p>“herança ancestral.”</p>	6 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração; sustentabilidade	<p>“para a natureza estar bem tem que ter relações sociais saudáveis... A lógica capitalista está focada no individual e é o contrário do Bem Viver.”</p> <p>“a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”</p> <p>“se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”</p>	3 citações
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas; multiplicidade; diversidade; sociedade; civilização.	-	-

Novos códigos: **“Defesa da vida; autocuidado”**; **“Pensar no meio ambiente é pensar na fome.** Para a natureza estar bem tem que ter **relações sociais saudáveis...**”;

**“Com o Bem Viver falamos de Ubuntu”**; **“O movimento de mulheres negras enegreceu muito esse Bem Viver.** Por que você quer **enfrentar o racismo?** Para **garantir o Bem Viver**”;

**“A prática do bem viver é uma característica da cultura negra”**; **“É também um arranjo organizacional político de garantir igualdade e enfrentamento ao racismo”**;

“**Bem viver** apresenta um **projeto coletivo afrocentrado**”. Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos; autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>156</sup>

## 16. Noelci Homero, 73 anos, Porto Alegre/RS

### a) Autodefinição

*Sou da Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional desde 2005. Minha função atualmente na organização é de diretora financeira, mas no movimento de mulheres negras estou desde 1988, quando ingressei no Maria Mulher, uma das primeiras organizações de mulheres negras de 1988 até 2012, onde trabalhamos com mulheres de periferias que passavam por violência doméstica e algumas viviam com HIV, mas que não faziam adesão ao tratamento e aí fizemos uma pesquisa para entender o porquê. E elas responderam que não tinham comida e sem comida a medicação fazia muito mal. E por isso passamos a trabalhar com segurança alimentar. A Redesan nasce em Maria Mulher e nos separamos depois, pois optei por ficar com esse debate de segurança alimentar, principalmente com a população negra e mulheres negras, já que isso também é uma violência. Nosso debate sobre soberania alimentar desemboca na questão do Bem Viver, trabalhamos para respeitar as práticas de saberes e fazeres a partir da alimentação e da ancestralidade.*

### b) Memórias da Marcha de 2015

*Estava com Claudia Pons, eu, ela e Lucinha do Amma Psique. brigamos por conta dos balões das centrais que estavam dominando sem autorização e depois de 15 minutos do início da marcha subimos no elevador e vimos que não tinha fim; tomamos toda a esplanada. Eu, Claudia e Conceição Evaristo também tínhamos subido para ver e começamos todas a chorar. Marchamos emocionadas com isso. Com o maredo de mulheres, como diria Vera Lopes, uma atriz de Porto Alegre que trabalha em Salvador. Foi um momento de revisitar também as*

---

<sup>156</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

*mulheres ativistas de todos os lugares. A Marcha proporcionou isso, nos aproximou e fortaleceu.*

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Dentro da soberania alimentar, a partir de 2012, quando começamos a discutir o tema da segurança alimentar e nos centramos na soberania. Revisitamos algumas referências que não eram brasileiras e de homens brancos que traziam o Bem Viver. A partir daí começamos a conversar a respeito e levar as inquietações para dentro da Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB), e lá quem estava era Nilma Bentes. Ela começou a trazer o Bem Viver enquanto um tema da América Latina que nós, negras, precisávamos nos apropriar. E fomos percebendo o quanto se aproxima com a questão da soberania alimentar enquanto mulheres negras. Fizemos muitas formações entre nós e levantamos essa bibliografia para que pudéssemos ter um entendimento melhor de como trazer o Bem Viver para dentro do trabalho. Construímos um texto que traz um cartaz que fala sobre soberania, segurança alimentar e bem viver, conceitos que estamos estudando para implementar nas nossas ações.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*Nós, Mulheres Negras, enquanto movimento, realizamos processos de mobilização, de reunião, de encontro. A Marcha 2015 desencadeou na continuidade de Marchas em diversos Estados, com discussões e verificações sobre as políticas públicas implementadas com base na Carta Política da Marcha de 2015. Exemplo: a Carta das Mulheres Negras ao Supremo Tribunal Federal: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, em setembro de 2020.<sup>157</sup>*

e) Bem Viver x Bem-Estar

*Não são iguais, mas sim complementares.*

*O bem viver é um engajamento coletivo, algo que deve ser pensado, praticado e vivido em comunidade; é uma maneira de pensar em grupo. Não é uma relação individual. É conviver e partilhar para contribuir na melhoria do meio ao qual pertencemos. Por isso, o bem viver se conecta com o bem-estar, ou*

---

<sup>157</sup> Documento pode ser lido aqui: <<https://revistaafirmativa.com.br/3388-2/>>. Acesso em 02 mai. 2021.

*seja, estar bem individual e coletivamente se relaciona com a capacidade de suprir as necessidades exigidas pelo bem viver.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

Horizonte onde as mulheres negras querem chegar; experiências tradicionais indígenas; a vida com qualidade: bom emprego, conforto e bens materiais; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos; cuidados com o corpo; o caráter comunitário e coletivo; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje; valorizar corpo; respeitar a diversidade; reconhecer que podemos ser diversas.

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Na questão da Segurança Alimentar e Nutricional é importante apontar para os conceitos fundamentais que vêm direcionando os trabalhos no assunto e suas intersecções, tais como: Bem Viver, Economia Solidária e Produtiva, Direito Humano, Alimentação Adequada. E esses conceitos, hábitos e atitudes desembocam no Bem Viver que, de forma geral, dentro de sua pluralidade, propõe uma série de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, visando a uma nova ordem social e política e rebatendo a concepção reducionista de crescimento econômico como sinônimo de progresso. O bem viver é um exercício que implica dispor das mediações materiais, políticas, educativas e informacionais não apenas para satisfazer necessidades biológicas e culturais, mas também para garantir de forma ética a realização de tudo o que possa ser concebido e desejado pela liberdade pessoal e que não negue a liberdade pública. É importante elencar os obstáculos para a igualdade de gênero e relatar as propostas e mecanismos que nós, mulheres negras, enfrentamos ao longo de nossa história, relatando e afirmando ações que assegurem os direitos e visibilizem a atuação das mulheres negras do campo, da cidade, da floresta e das águas, fortalecendo a nossa agenda relacionada à Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano, Alimentação Adequada Economia Solidária e Produtiva e Bem Viver. Ele aparece nas relações pessoais, na possibilidade de igualdade de oportunidades, respeitando as diferenças.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

No âmbito da AMNB realizamos o debate online *Mulheres Negras e o Bem Viver*. Houve na programação a relação do Bem Viver com diversos temas, como “*Mulheres Negras Pelo Bem Viver - Maria Malcher – Geógrafa e integrante do CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará*”; “*Bem Viver e Autocuidado das Mulheres Negras*” - Maria Lucia da Silva - Psicóloga, psicanalista, integrante do Instituto AMMA Psique e Negritude (SP); “*Bem Viver, Segurança Alimentar e Mulheres Negras*” - Maria Noelci Homero – Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RedeSSAN).

Cuidado com o coletivo; formação e autoformação como forma de fortalecimento; defesa da vida das mulheres negras como algo central; construção de um projeto de mundo para nós e para todes; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade).

Quadro 19 - Narrativa de Noelci Homero.

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	O caráter comunitário e coletivo;  “O bem viver é um engajamento coletivo, algo que deve ser pensado, praticado e vivido em comunidade”	2 citações
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	“forte relação com a natureza”	1 citação
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos; sabedoria; experiências; práticas; cultura negra; cultura indígena; valores tradicionais; indígenas; africanos	“... trabalhamos para respeitar as práticas de saberes e fazeres a partir da alimentação e da ancestralidade.”  “saberes e vivências das comunidades tradicionais.”  “valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade)”	3 citações

Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração; sustentabilidade	“alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, visando a uma nova ordem social e política e rebatendo a concepção reducionista de crescimento econômico como sinônimo de progresso.”  “a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.”  “se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão”	3 citações
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas; multiplicidade; diversidade; sociedade; civilização.	-	-

Novos códigos: “**Nosso debate sobre soberania alimentar desemboca na questão do Bem Viver**”; “**Segurança Alimentar e Mulheres Negras**”; “Ele aparece nas **relações pessoais**”; “**Economia Solidária e Produtiva, Direito Humano, Alimentação Adequada**”. Bem Viver pode ser visto na nossa **prática política**, nas bandeiras e nos **métodos; autocuidado** (corpo e mente); **formação** e autoformação como forma de fortalecimento; **alianças** com outros **corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais**, entre outros; **direito à terra, à cidade e ao território; horizonte** onde as mulheres negras querem chegar; o “**fazer**”, nossa **prática política** e a maneira como nos relacionamos.<sup>158</sup>

### 17. Bel Clavelin, 41 anos, Brasília/DF

#### a) Autodefinição:

*Sim, faço parte do Coletivo Mulheres Negras Baobá desde dezembro de 2021. Faço parcerias políticas e ações de comunicação.*

#### b) Memórias da Marcha de 2015

<sup>158</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

*Mobilização de ativistas negras para a Marcha, organização de comunicação, apoio na criação da logomarca e engajamentos de militantes nas redes sociais por meio de fotografias e da ativação da #MarchadasMulheresNegras2015.*

c) Primeiro contato com o Bem Viver

*Foi no contexto da Marcha das Mulheres Negras, ao ter contato com o slogan.*

d) A presença do Bem Viver no movimento de mulheres negras e suas reivindicações

*Pode ser visto na dimensão espiritual, no acionamento das forças ancestrais espirituais como decisivas para ter condições de enfrentar o racismo e o sexismo cotidianamente.*

e) Bem Viver x Bem-Estar

*Não são iguais, mas sim complementares.*

*Bem Viver está relacionado com o novo pacto civilizatório, pautado na valorização de elementos fundamentais para a identidade Negra e a ancestralidade, as quais são atacadas e até mesmo invisibilizadas na sua totalidade pela ação do racismo e do sexismo. Bem-Estar tem a ver com condições de qualidade de vida numa perspectiva individual.*

f) Resposta das múltiplas escolhas

*Horizonte onde as mulheres negras querem chegar; uma utopia de uma nova sociedade; o “fazer”, nossa prática política e a maneira como nos relacionamos; cuidados com o corpo; o caráter comunitário e coletivo; a forte relação com a natureza; o respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização; a contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje.*

g) Concepções gerais sobre o Bem Viver

*Ruptura política ideológica por meio de novo pacto civilizatório de valorização das diferentes dimensões políticas, sociais, culturais, econômicas e*

*espirituais que constituem as mulheres negras e de gestão de recursos naturais. Novo pacto civilizatório que valorize todas as dimensões do ser Negra e Negro.*

h) A prática do Bem Viver pode ser encontrada nas ações de:

*Conversas públicas com mulheres negras por meio das lives ‘terças baobá.*

Formação e autoformação como forma de fortalecimento; defesa da vida das mulheres negras como algo central; valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade); outra forma de ver e pensar a economia e a política; direito à terra, à cidade e ao território.

Quadro 20 - Narrativa de Izabel Clavelin.

<b>Códigos obtidos pelo arcabouço teórico</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Frequência</b>
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social	Caráter comunitário e coletivo.	1 citação
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	A forte relação com a natureza	1 citação
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos; sabedoria; experiências; práticas; cultura negra; cultura indígena; valores tradicionais; indígenas; africanos.	“Pode ser visto na dimensão espiritual, acionamento das forças ancestrais”  O respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização;  Valorização da nossa memória ancestral e popular (somos continuidade)	3 citações
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração; sustentabilidade; economia.	A contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje;  Outra forma de ver e pensar a economia e a política.	2 citações

Diversidade civilizatória	como	riqueza	experiências; multiplicidade; sociedade; civilização	práticas; diversidade;	-	-
------------------------------	------	---------	--	---------------------------	---	---

Novos códigos: “**Enfrentar o racismo e sexismo cotidianamente**”; “**Bem Viver** está relacionado com o **novo pacto civilizatório**”; “**gestão de recursos naturais**”; “**Novo pacto civilizatório que valorize todas as dimensões do ser Negra e Negro**”; “**Identidade Negra**”. O “fazer”, nossa **prática política** e a maneira como **nos relacionamos; direito à terra, à cidade e ao território**; formação e **autoformação** como forma de fortalecimento; **defesa da vida** das mulheres negras como algo central.<sup>159</sup>

Estas foram as contribuições das 17 colaboradoras desta investigação. A análise das tabelas e dos novos códigos que foram surgindo auxiliam na fundamentação do Bem Viver elaborado pela vivência e leitura dessas ativistas negras, representantes do movimento brasileiro de mulheres negras. Partimos então para a discussão dos resultados, segundo o método da análise de conteúdo de Bardin (1977). Primeiro, olharemos para o que as tabelas revelam de pontos de convergência com o arcabouço teórico apresentado no capítulo 3 e, por fim, vamos lançar um olhar para os novos códigos surgidos, que dão contornos particulares para o Bem Viver sob a ótica de mulheres negras.

### 4.3 Desvelando o Bem Viver

Como elencamos no capítulo anterior, a bibliografia utilizada na conceituação do Bem Viver, principalmente no berço andino, permitiu a identificação de cinco grandes códigos/categorias, conectados amplamente ao seu significado: o *caráter comunitário e coletivo* (MACA, 2010; TICONA, 2012; CHONCOSO, 2010); *a natureza como parte da comunidade e detentora de direitos* (TICONA, 2012; MAMANI, 2010); *a valorização dos saberes ancestrais* (TICONA, 2012; IBÁNEZ, 2013); *o contraponto ao capitalismo e ao desenvolvimentismo* (GUDYNAS, 2011; DAVALOS, 2014; LEÓN 2012); e *a diversidade como riqueza civilizatória* (IBÁNEZ, 2013; ACOSTA, 2016).

Seguindo o método da análise de conteúdo, criamos unidades de registro que dialogam com o significado dos termos encontrados e submetemos às narrativas de mulheres negras colaboradoras desta pesquisa. Como exposto acima, há correspondência das cinco categorias em praticamente todas as narrativas, e vamos olhar mais

<sup>159</sup> Grifos nossos que revelam outras unidades de registros que serão agrupadas na última parte deste capítulo.

profundamente para esse fenômeno agora, com o auxílio da tabela abaixo:

Quadro 21 - - Compilação das narrativas das 17 colaboradoras desta pesquisa.

Códigos obtidos pelo arcabouço teórico	Unidades de registro	Exemplos	Frequência
Caráter comunitário/coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum; social	<p>“Cuidado com o coletivo; bem viver necessariamente é um projeto político coletivo.”</p> <p>“O bem viver é um engajamento coletivo, algo que deve ser pensado, praticado e vivido em comunidade”</p> <p>“bem viver é fortalecer o coletivo, é pensar em coletivo e no coletivo, é dividir com o coletivo”</p> <p>Não dá para se pensar o Bem viver na lógica individual, se for assim, não é bem viver. Quando me refiro à lógica do coletivo, penso que o bem viver envolve as pessoas, sua história de vida, passado, presente e futuro e o espaço onde elas estão inseridas”</p>	<b>43 citações</b>
Natureza como parte da comunidade	meio ambiente; natureza, comunidade, ecossistema; harmonia, água, floresta, terra	<p>“reconceituar as relações com a natureza.”</p> <p>“para a natureza estar bem tem que ter relações sociais saudáveis.”</p> <p>“dissociar natureza de economia nas definições da relação de produção.”</p> <p>“como reparar a pessoa que perdeu o rio, quando o rio fica cheio de lama? como reparar isso? Bem viver está ligado, condicionado, por exemplo, aos rios”</p> <p>na dimensão da discussão ambiental e na luta com as comunidades quilombolas contra a degradação ambiental dos grandes projetos.”</p> <p>“...a relação com a natureza, que é vista como sujeita de direitos...”</p>	<b>29 citações</b>

		<p>“a complexidade de ver nascer uma planta, de cultivar nosso alimento, de sentir o poder das folhas em nosso corpo, de banhar nas águas do mar ou dos rios.”</p> <p>“compromisso com os seres vivos, com nossa fauna, flora e organismos que não enxergamos, mas que garantem a vida na Terra”.</p> <p>“não mercantilização da natureza, o que inclui, além da água, a floresta”</p>	
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais; saberes; antigo; conhecimentos; sabedoria; experiências; práticas, cultura negra; cultura indígena; valores tradicionais; indígenas; africanos	<p>“sempre praticamos porque é uma herança africana. Ubuntu é bem viver.”</p> <p>“Pode ser visto na dimensão espiritual, no acionamento das forças ancestrais”</p> <p>“a ancestralidade (ou espiritualidade) guia o Bem Viver”</p> <p>“trabalhamos para respeitar as práticas de saberes e fazeres a partir da alimentação e da ancestralidade.”</p> <p>“uma discussão com comunidades tradicionais que refletiam sobre o conceito da Bolívia de sumak kawsay”</p> <p>“Para nós está diretamente ligado com Ubuntu africano”</p> <p>“filosofia indígena”</p>	<b>60 citações</b>
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	Capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração; sustentabilidade	<p>“para a natureza estar bem tem que ter relações sociais saudáveis... A lógica capitalista está focada no individual e é o contrário do Bem Viver.”</p> <p>“O desenvolvimentismo foi substituído por uma forma mais refinada e perigosa, que é o desenvolvimento sustentável”</p> <p>“vemos o bem viver como projeto de sociedade, pois todas as nossas experiências, vivências, trajetórias, conhecimentos são abafados, renegados e</p>	<b>61 citações</b>

		<p>invisibilizados pelo capitalismo. Se conseguirmos reverter essa "ordem" será a efetivação do bem viver."</p> <p>“sobre o uso dos saberes, um legado deixado por nossos ancestrais que nos mostra o horizonte possível que parta para outro rumo diferente daquele imposto pelo capitalismo e suas mazelas”</p> <p>“O sistema capitalista, baseado no acúmulo de riquezas, na exploração das pessoas e dos recursos do planeta e tudo que disso deriva, como racismo, machismo, brutalidade policial, desequilíbrio climático, o individualismo, a fome, pobreza extrema, epidemias, racismo religioso, tudo isso o coloca como algo desumano, desumanizante e totalmente incompatível com a existência humana”</p>	
Diversidade como riqueza civilizatória	experiências; práticas, multiplicidade; diversidade; sociedade; civilização.	Somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta; diversidade de sujeitos e entre os povos.	<b>15 citações</b>

Embora esta investigação seja principalmente qualitativa, mensurar a frequência com que as unidades de registro e de contexto aparecem nas narrativas das mulheres colaboradoras desta pesquisa se fez importante para melhor avaliar o quanto os códigos identificados enquanto fundamentais na conceituação do Bem Viver na América Latina também foram incorporados pelas ativistas negras brasileiras na medida em que a primeira hipótese desta pesquisa buscava justamente entender se houve essa incorporação. Os dados revelam que, sim, há presença substancial de material que dialoga com os cinco elementos apontados na pesquisa, mas não de forma igual. “O contraponto à lógica capitalista e desenvolvimentista”, ao lado da “valorização dos saberes ancestrais”, lidera as menções com 61 e 60 citações, respectivamente, seguido do “caráter comunitário/coletivo”, com 43 citações, e “natureza como parte da comunidade”, com 29 respostas relacionadas. Por fim, a “diversidade como riqueza civilizatória” aparece com apenas 15 citações, todas diluídas nas respostas de múltipla escolha, ou seja, não houve respostas que trouxessem elaboração teórica específica sobre essa questão de forma espontânea.

O que já descobrimos até aqui sobre como o Bem Viver chega às mulheres negras ativistas coloca no centro do debate a contribuição de mulheres da “Amazônia negra”, como descreve Nieta Luiza, com lugar destacado à Nilma Bentes, citada por cinco de nossas colaboradoras. A escolha do Bem Viver para compor o nome da Marcha de 2015, como já trouxemos pelas palavras de Bentes, foi originada pela necessidade avistada por ela de trazer um contraponto ao capitalismo: “Em princípio o tema foi tratado como política macro (oposição/opção ao neoliberalismo); porém, quando foi para a prática, o tema foi tratado ‘ao pé da letra’, inclusive dando uma certa ênfase ao individualismo”. A avaliação de Nilma ajuda a justificar porque “contraponto à lógica capitalista e desenvolvimentista” é amplamente citado, já que ancorou as decisões de escolha do Bem Viver inicialmente no nome da Marcha. Observamos pelos relatos como esse momento segue forte na lembrança das colaboradoras que estavam presentes na elaboração da marcha e de seus documentos, com esforços de conceituação que levantassem esse contraponto ao modelo econômico capitalista.

Além disso, Nilma observa que, quando foi para a “prática”, o termo foi lido “ao pé da letra” e trouxe consigo uma “ênfase ao individualismo”. A relação dialógica entre Bem Viver e Bem-Estar já era identificada nas minhas pesquisas iniciais, por isso incluí essa pergunta no questionário. O que se percebe é que as colaboradoras enfatizam o contraponto ao capitalismo, em uma tentativa de demonstrar o caráter estrutural do que propõe o Bem Viver. Benilda Brito, por exemplo, observa que “A lógica capitalista está focada no individual e é o contrário do Bem Viver”, afirmação afinada com a ruptura com a centralidade do indivíduo, apontada por Léon (2012) como algo fundamental para entender o Bem Viver. Também em consonância com essa visão, Terlúcia Silva enquadra o Bem Viver num projeto de sociedade que está na contramão do capitalismo e suas desigualdades: “Vemos o bem viver como projeto de sociedade, pois todas as nossas experiências, vivências, trajetórias, conhecimentos são abafados, renegados e invisibilizados pelo capitalismo. Se conseguirmos reverter essa "ordem" será a efetivação do bem viver”. As ativistas complementam a crítica de Davalos (2014) quando apontam a hegemonia capitalista e os inquestionáveis pressupostos do desenvolvimento, com Maria José Menezes caracterizando o sistema capitalista como “baseado no acúmulo de riquezas, na exploração das pessoas e dos recursos do planeta” e como dessas premissas derivariam o “o racismo, o machismo, a brutalidade policial, o desequilíbrio climático, o individualismo, a fome, a pobreza extrema, as epidemias, o racismo religioso”, elementos desumanizantes e incompatíveis com uma existência humana plena.

Com relação à valorização dos saberes ancestrais, a análise dos dados indica três fenômenos elencados aqui. O primeiro é o reconhecimento do Bem Viver enquanto “filosofia indígena” – apontada por diversas colaboradoras, com destaque para Juliana Chagas –, originada nas “comunidades tradicionais que refletiam sobre o conceito da Bolívia de *sumak kawsay*”, como bem retomou Zezé Pacheco. Aliás, Dulce Pereira relata desconforto com o uso do Bem Viver anterior à Marcha de 2015 porque “sentia que estávamos usurpando algo que tinha sido sistematizado pelos povos ancestrais indígenas”. Contudo, após a Marcha e a reflexão permanente sobre o conceito aberto, amplo e generoso de Bem Viver, permitiu, à medida que anuncia a correspondência com outros saberes tradicionais, que parte das mulheres enxergassem no Bem Viver algo que *sempre* praticaram enquanto *herança africana* (grifos para as palavras de Benilda Brito). Esse segundo fenômeno é ilustrado pela Frente de Mulheres do DF, ao afirmar que “para nós [o Bem Viver] está diretamente ligado ao Ubuntu africano”. Segundo Ramose<sup>160</sup> (2002), Ubuntu seria uma categoria ontológica e epistemológica do pensamento africano dos falantes da língua bantu e estaria atrelado ao senso de comunidade. A ética ubuntu, para ele, prescreve “o reconhecimento e respeito mútuos complementado por cuidado e partilha recíprocos” (Ibid., p. 9). Além disso, há uma relação entre sujeito e sociedade vista fora da chave capitalista, em que Ubuntu é comumente traduzido como “sou porque somos”.

O terceiro fenômeno de destaque é a importância da herança ancestral como fio condutor que tece o Bem Viver. “A ancestralidade (ou espiritualidade) guia o Bem Viver”, considerou Paula Balduino, em que a dimensão espiritual traduzida no culto à ancestralidade é, nesse sentido, característica basilar de muitas comunidades tradicionais. Ticona (2012) pontuou, por sua vez, que o Bem Viver levava a defesa do que era passado pelos “avôs e avós”. Bel Clavelin vai apontar o Bem Viver, que “pode ser visto na dimensão espiritual, no acionamento das forças ancestrais”. Para Benilda Brito, a ancestralidade fundamentaria o “caráter coletivo”, uma marca das mulheres negras.

Com 43 citações, o caráter comunitário apresentado pelas ativistas dialoga profundamente com o que o intelectual Macas (2010) define como a perspectiva estratégica da comunidade em diálogo com o Bem Viver: ser coletiva. Ele observa que todos os povos originários nascem assim e “logo os individualizam”. Ericka Francisca

---

<sup>160</sup> Mogobe Bernard Ramose é um filósofo sul-africano, um dos principais pensadores a popularizar a filosofia africana, e especificamente a filosofia Ubuntu, internacionalmente. Ramose é professor de filosofia na Universidade da África do Sul em Pretória.

utiliza, por sua vez, os conectores “em, no e com” para sublinhar: “O bem viver é fortalecer o coletivo, é pensar em coletivo e no coletivo, é dividir com o coletivo”. A sua definição pode ser complementada com a visão de Noelci Homero quando afirma que “O bem viver é um engajamento coletivo, algo que deve ser pensado, praticado e vivido em comunidade”.

A comunidade, nos fundamentos do Bem Viver, é composta não só pelos seres humanos (MAMANI, 2010), mas também por tudo que tem vida e, claro, pela natureza. Essa compreensão abrange desde o “compromisso com os seres vivos, a nossa fauna, a flora e os organismos que não enxergamos, mas que garantem a vida na Terra”, como descreve Maria José Menezes, até “a relação com a natureza, que é vista como sujeita de direitos”, como afirma Zezé Pacheco, em diálogo com as constituições de Bolívia e Equador, como vimos no capítulo 3.

A harmonia com a natureza foi rompida pelo sistema capitalista como elabora Ticona (2012) e, por isso, “reconceituar as relações com a natureza” é um elemento que Benilda Brito aponta como parte do caminho da construção do Bem Viver. Contra o capitalismo, Nilma Bentes defende a “não mercantilização da natureza”, enquanto Dulce Pereira analisa a necessidade urgente de “dissociar a natureza da economia nas definições da relação de produção.”

O respeito e o reconhecimento da energia vital contida na natureza rompem com a lógica ocidental de pensamento, como vemos em Ticona, quando escreve:

En nuestro mundo andino, decimos la piedra habla, el viento habla, el sol habla, los animales hablan. Eso es el Buen Vivir (o Vivir Bien), que todos vivamos con equidad y en equilibrio con la naturaleza. (TICONA, apud CAUDILLO, 2012, p. 194)

Compreender que “a pedra”, “o sol”, “os animais” falam ajuda a decodificar uma relação vista com ceticismo pelas sociedades ocidentais. Dulce Pereira, ao citar a tragédia do rompimento da barragem de Mariana<sup>161</sup>, considerado o maior desastre socioambiental do país, vai questionar: “Como reparar a pessoa que perdeu um rio, quando o rio fica cheio de lama? Como reparar isso? Bem viver está ligado, condicionado, por exemplo, aos rios”. Por fim, Benilda Brito destaca que “para a natureza estar bem tem que ter

---

<sup>161</sup> Menção ao rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em novembro de 2015. Mais detalhes podem ser obtidos aqui: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/tragedia-em-mariana-mg/noticia/tragedia-em-mariana-mg.ghtml>>. Acesso em 29 fev. 2021.

relações sociais saudáveis”, o que hoje não ocorre com a falta de políticas públicas que consigam de fato combater os crimes ecológicos e respaldar as comunidades tradicionais, ambientalistas por ofício, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, entre outras, que de fato cuidam da natureza e a preservam.

Como último elemento, a “diversidade como riqueza civilizatória” foi pouco abordado pelas colaboradoras. Suponho que o mau uso da palavra diversidade, que muitas vezes apaga vivências diferentes em vez de ressaltá-las, pode ter sido o motivo para ser pouco discutida nas respostas das colaboradoras. No entanto, o elemento obteve 15 citações nas respostas de múltipla escolha.

Como vimos, uma das hipóteses desta pesquisa foi confirmada, uma vez que há correspondência estrutural e de origem entre o Bem Viver elaborado por mulheres negras ativistas brasileiras e o que vem sendo gestado há cerca de 20 anos pelos movimentos indígenas da América Latina. Porém, no decorrer da análise dos dados, me deparei com novos elementos que exploro a seguir.

#### **4.4 O que transborda das narrativas de mulheres negras**

Ao me valer de uma possibilidade existente no método da análise de conteúdo de Bardin (1977), finalizo essa discussão de resultados com um olhar analítico sobre as “sobras”, ou seja, outros elementos que emergem das narrativas de mulheres negras para além do que já foi apontado pelo arcabouço teórico sistematizado sobre o Bem Viver. Ressalto que a existência desses elementos também fazia parte das hipóteses que levam a esta investigação científica.

Identificando as diferentes correntes do *Buen Vivir*, Hidalgo-Capitán (2012) aponta a corrente pós-desenvolvimentista/ecologista como aquela que inclui aportes indigenistas, socialistas, feministas, sindicalistas, cooperativistas, decoloniais, entre outros. Essa corrente entende o conceito como plataforma para se discutir problemas climáticos e sociais e compreende as discussões sobre o Bem Viver para além das realidades andinas.

Ressalto aqui que a contribuição negra da América Latina no desenvolvimento do conceito do Bem Viver nem ao menos é citada por Hidalgo-Capitán (2012) como existente. Compreendo que, de fato, há quase nada sistematizado em bases acadêmicas a respeito disso – um exercício inédito realizado por esta investigação –; porém, há o predomínio de um silenciamento no que diz respeito ao modo como os povos

afrodescendentes da América Latina mobilizam o Bem Viver. Quais seriam os rastros dessa contribuição é o que busco sistematizar aqui com base nos dados coletados. Pontos que não necessariamente são contornos inéditos, como veremos, mas que ganham uma centralidade maior quando são enunciados por mulheres negras.

Quadro 22 - Novos códigos sobre o Bem Viver enunciado por ativistas negras.<sup>162</sup>

Novos códigos	Unidades de registro	Exemplos
<b>O “fazer”, nossa prática política</b>	Organização, fazer, práticas políticas, gestão, método, metodologia, forma, processo.	<p>“Gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura”</p> <p>“Pode ser encontrado na metodologia participativa e decolonial que utilizamos”.</p> <p>“Está presente na forma de pensar, escolher, decidir...”</p> <p>“É também um arranjo organizacional político de garantir igualdade e enfrentamento ao racismo.”</p> <p>“O Cuidar”</p> <p>“Bem Viver inclui a partilha; fazemos uma movimentação em direção a outras mulheres pretas no sentido do cuidado”</p>
<b>Defesa da vida de pessoas negras</b>	Vida, combate ao genocídio.	<p>“O grande grito é pela vida”</p> <p>“A barbárie que tem se mostrado cada vez mais cruel com o genocídio da população negra”</p>
<b>Direito à terra, à cidade e ao território</b>	Terra, cidade, território, quilombolas, política urbana.	<p>“Bem Viver está na luta por território das mulheres quilombolas e pescadoras, a luta das mulheres das comunidades populares contra a violência, a política urbana e pela vida sem violência”.</p>
<b>Enfrentamento ao racismo, viver de forma digna, direitos garantidos e o viver sem violência</b>	Violência, racismo, desigualdades, discriminações.	<p>“Bem viver é uma forma de enfrentarmos as discriminações e a violência étnico-racial e de gênero.”</p> <p>“Quando pedimos o fim da violência, do racismo, quando denunciemos o extermínio de nossos jovens. Quando denunciemos que construímos política todos os dias,</p>

<sup>162</sup> Nesta tabela abandono a “frequência” enquanto unidade de análise por entender que há relevância no apontamento mesmo que o código tenha sido citado apenas por uma colaboradora.

		mas o impacto da política não chega nas mulheres negras, estamos dizendo que queremos o Bem Viver”.
<b>Soberania e segurança alimentar</b>	Alimento, saudável, combate à fome, produção, segurança alimentar.	<p>“Bem Viver é você estar saudável, ter alimento.”</p> <p>“Pensar no meio ambiente é pensar na fome. Para a natureza estar bem tem que ter relações sociais saudáveis”</p> <p>“Nosso debate sobre soberania alimentar desemboca na questão do Bem Viver”</p> <p>“Segurança Alimentar e Mulheres Negra”.</p>

“O fazer, a nossa prática política” surge enquanto elemento de praticamente todas as colaboradoras quando identificam os aspectos práticos do Bem Viver. No contexto indígena, Maldonado (2009) aponta o *sumak kawsay* como uma prática social. As mulheres negras ativistas, ao elencarem o “fazer”, vão no mesmo caminho. Juliana Chagas, por exemplo, afirma que o Bem Viver “propõe uma outra forma de organização social e práticas políticas”, enquanto Ieda Leal dá pistas do que seria essa “outra forma de organização” quando ressalta os “laços de afeto e respeito” no fazer coletivo que revelam um “cuidar”. O “fazer” não seria, portanto, pontual, mas uma troca cotidiana, como declara Nieta Luiza: “O Bem viver tem que ser tratado diariamente no cotidiano, na troca”.

Assim, o fazer revela uma gestão que engloba “o coletivo, o individual; a natureza, a política e a cultura”, como a Frente de Mulheres Negras do DF sinaliza. A “forma de pensar, escolher e decidir”, indicada por Terlúcia Silva, é como um modo participativo do “fazer”, ao passo que Itanacy de Oliveira enxerga o Bem Viver na “metodologia participativa e decolonial que utilizamos” ao citar o sentar em roda, as práticas da oralidade, o comer em coletivo como momento de acolhimento e socialização, entre outros. Paula Balduino, por sua vez, fala de cuidar com partilha: “Fazemos uma movimentação em direção a outras mulheres pretas no sentido do cuidado”, que Ticona (2012) observa como uma construção do Bem Viver por mulheres que trazem em si uma política de “cuidar e conservar”. Benilda Brito vai chamar o Bem Viver de “arranjo organizacional político”.

A “defesa da vida das pessoas negras” enquanto novo código de sentido dialoga com o histórico genocídio do povo negro, denunciado durante séculos pelos movimentos negros<sup>163</sup>. Maria José Menezes traça no caminho do Bem Viver a luta “contra esta barbárie que tem se mostrado cada vez mais cruel com o genocídio da população negra que a sociedade brasileira [e por extensão a latino-americana e caribenha] tem implementado há séculos”. O genocídio do corpo negro segue sendo ferramenta do Estado na implementação de sua política de morte. Nesse sentido, se faz necessário a centralidade do “grande grito pela vida” quando falamos do Bem Viver elaborado a partir de mulheres negras, como pontua Terlúcia Silva.

Outro elemento que apareceu com frequência é o Bem Viver relacionado ao direito à terra, à cidade e ao território”. Como vimos no capítulo 3, Shiraishi; Araújo (2015) analisa a conexão entre a implementação dos direitos sociais e o exercício do Bem Viver. Dulce Pereira comentou sobre o Bem Viver ser abordado nas “áreas de movimentos negros ambientalistas e de racismo ambiental”. Nessas lutas, as comunidades quilombolas e principalmente as mulheres quilombolas ganham destaque, como Zezé Pacheco ilustra ao afirmar que o Bem Viver está presente “na dimensão da discussão ambiental e na luta com as comunidades quilombolas contra a degradação ambiental dos grandes projetos”.

Ressalto, entretanto, que a relação entre os saberes quilombolas e o Bem Viver precisa ser aprofundada. A historiadora Mariléa Almeida<sup>164</sup> (2018), em sua tese *Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro*, dá pistas dessa elaboração ao se deparar com o Bem Viver traduzido pelas mulheres quilombolas como cuidados de si. A pesquisadora faz uma análise que desloca qualquer possibilidade individualista e liberal ao ancorar o “cuidar de si não dissociado do cuidado com os outros” (ALMEIDA, 2018, p. 265).

O “Enfrentamento ao racismo, viver de forma digna, direitos garantidos e o viver sem violência” desenharam um Bem Viver que traduz um “novo pacto civilizatório”. Bel Clavelin caracteriza esse pacto como um lugar onde as “dimensões do ser Negra e Negro”,

---

<sup>163</sup> No rastro do genocídio há uma política de segurança pública instrumentalizada para a morte do corpo negro, como vemos na dissertação de Vilma Reis, defendida na Universidade Federal da Bahia em 2005: *Atuados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991- 2001*.

<sup>164</sup> Mariléa Almeida é Doutora em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Em 2015, realizou doutorado sanduíche na Columbia University (Nova York), com foco nos feminismos negros estadunidenses.

assim como a “identidade negra”, ganham centralidade. “Somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório”, reflete. A localização da população negra “na lata de lixo da sociedade brasileira”, como pontua González (1984, p. 225), permite “ver tudo e não sermos vistas”, como traz a intelectual, arteativista e deputada estadual por SP Erica Malunguinho e, ao mesmo tempo, permite que as pessoas negras tenham uma compreensão plural e refinada sobre os abismos da civilidade atual que, inclusive, nos exclui. A partir do lugar de exclusão fruto de uma política hegemônica e do lugar de criação exercitado com novas práticas entre nós, os desenhos desse “novo pacto civilizatório” vão surgindo. A filósofa Djamila Ribeiro<sup>165</sup> (2016, p. 103) apresenta caminhos ao analisar que, em uma sociedade de herança escravocrata, patriarcal, classista e estruturada por desigualdades, “cada vez mais torna-se necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório”. Feminismo Negro e Bem Viver estão, assim, conectados não só pelo Bem Viver ser explorado e surgir na Marcha a partir de organizações e mulheres autodeclaradas feministas, mas também por um fazer político de base semelhante.

Durica Almeida vai afirmar que “Bem viver é uma forma de enfrentarmos as discriminações e a violência étnico-racial e de gênero”. Já Benilda Brito sintetiza as lutas políticas dos corpos negros na construção do Bem Viver: “Quando pedimos o fim da violência, do racismo, quando denunciemos o extermínio de nossos jovens, quando denunciemos que construímos política todos os dias, mas o impacto da política não chega nas mulheres negras, estamos dizendo que queremos o Bem Viver”.

Por fim, a construção do debate da “soberania e segurança alimentar” reflete o que elaborou Chancoso (2010) quando assinala mudanças necessárias para que não falte o pão de cada dia para as pessoas. Mãe Nilce afirmou que “bem viver é você estar saudável, ter alimento”, enquanto Benilda Brito complementa sua fala quando ressalta que “pensar no meio ambiente é pensar na fome”. Noelci Homero localiza que, para as mulheres negras, o “debate sobre soberania alimentar desemboca na questão do Bem Viver”.

Há muitos elementos que precisam ainda ser explorados na elaboração das mulheres negras sobre o Bem Viver, como a relação do conceito com as *políticas do decrescimento*, com o *feminismo decolonial*, *comunitário e negro* e, por fim, a conexão

---

<sup>165</sup> Djamila Tais Ribeiro dos Santos é Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo; graduada em Filosofia pela mesma universidade. Membro da Simone de Beauvoir Society e criadora do Selo Sueli Carneiro e da Coleção Feminismos Plurais.

pulsante entre o Bem Viver e aspectos das *religiões de matrizes africanas*. Sobre esse último, Durica Almeida explicita a experiência coletiva vivenciada na prática religiosa de matrizes africanas, traduzida pelo “respeito à natureza e aos seus tempos -chuva- do sol-das lançantes das águas, o pedir licença para entrar na mata, nas águas”.

Acredito que a exploração de cada um desses elementos mereceria pesquisas específicas e bem fundamentadas. O intuito aqui é apenas elencar as conexões existentes que já estão elaboradas nos movimentos de mulheres negras dando lugar a novas interpretações, não percebidas neste trabalho. Um convite, portanto, a futuras pesquisas e pesquisadoras que, a partir desse pontapé analítico inicial, podem trazer novas e mais profundas contribuições acerca do Bem Viver elaborado por mulheres negras.

É fato que, como bem concluiu Benilda Brito, o “movimento de mulheres negras [já] enegreceu muito esse Bem Viver” e traz a sua prática como “característica da cultura negra”. A análise das narrativas mostra que as mulheres negras fizeram muito mais do que enegrecer o Bem Viver, elas estão criando sentidos próprios, projetos particulares, conexões distintas com as outras culturas, gêneros, etnias, classes e nacionalidades. Vamos explorar agora o Bem Viver a partir de outras epistemes.

## Capítulo 5 - Explorando o Bem Viver a partir de outras escrevivências

*Prossigo e persigo outras falas, aquelas ainda úmidas, vozes afogadas, da viagem negreira. (...) Por isso prossigo. persigo acalentando nessa escrevivência não a efigie de brancos brasões, sim o secular senso de invisíveis e negros queloides, selo originário, de um perdido e sempre reinventado clã. (Conceição Evaristo)*

Até aqui apresentei as narrativas de mulheres negras ativistas, colaboradoras desta pesquisa, para desvelar o significado do Bem Viver, elaborado e praticado nos âmbitos dos movimentos de mulheres negras. A riqueza das narrativas permite a observação da potência e profundidade do que está sendo construído em termos do Bem Viver. Desta forma, neste capítulo, apresento três ensaios analíticos que o colocam em diálogo com outras *escrevivências*, uma episteme nascida da experiência negra, cunhada por Conceição Evaristo<sup>166</sup>: “A nossa “escrevivência” conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da casa-grande”. (EVARISTO, 2017<sup>a</sup>, s.p).

A escrita do que é vivido possibilita apresentar a perspectiva de dentro da vivência inundada de memórias ancestrais e coletivas. Por isso, a escrevivência de mulheres negras cria conceitos, recria, forma e educa. Acalenta vivências e nos irmana na busca “*de um perdido e sempre reinventado clã*” (Evaristo, 2017b) O meu clã deste capítulo é formado pelas colaboradoras desta pesquisa, por Lélia González, pelas irmãs afro-colombianas, pelas parentas indígenas que elaboram o feminismo comunitário, irmãs da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo (MMNSP), entre outras que trazem escritas e narrativas insubmissas que não são “histórias de ninar os da casa-grande, mas sim incomodá-los em seus sonos injustos”(EVARISTO, 2017b).

Início transando negritude, bem viver e amefricanidade em diálogo com González e o coletivo afro colombiano Processo de Comunidades Negras <sup>167</sup>(PCN). Na segunda parte, realizo exercício inicial de interpretar o que as mulheres negras estão elaborando

---

<sup>166</sup> Conceição Evaristo: Nascida em Belo Horizonte em 29 de novembro de 1946. Em 1990, aos 44 anos, passa a publicar seus escritos nos *Cadernos Negros*, série de antologias editada pelo coletivo Quilombhoje. Em 2003, tem seu primeiro romance publicado, *Ponciá Vivência*. Em 2006, publica *Becos de memória*; em 2008, *Poemas da recordação e outros movimentos* e, em 2011, *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Em 2014, lança seu livro mais aclamado, vencedor do Prêmio Jabuti em 2015, *Olhos D'água*. Em 2016, *Histórias de leves enganos e parecenças* e, em 2018, *Canção para ninar menino grande*. Informações: Portal Catarinas, julho de 2021.

<sup>167</sup> Coletivo negro originado em 1993 que articula mais de 140 organizações de base, conselhos comunitários e pessoas, que trabalham na transformação da realidade política, social, econômica e territorial das comunidades negras, afro-descendentes, por meio da defesa e reivindicação de seus direitos individuais, coletivos e ancestrais.

do ponto de vista da economia, baseadas no Bem Viver. Ao final, me atento à experiência da coletiva Marcha das Mulheres Negras de SP (MMNSP) e analiso um dos seus manifestos à luz do feminismo comunitário.

### **5.1 Transando Negritude e Bem Viver a partir de experiências afrolatinas**

Como foi possível analisar até aqui, o *Buen Vivir* dialoga com diversas perspectivas sociais e epistemológicas. Com a intenção de criar uma outra forma de relação entre diferentes culturas e estabelecer um novo marco civilizatório que insira a natureza como parte das relações humanas. Desta maneira, apesar de ter nascido nas comunidades andinas, as elaborações sobre o conceito não são exclusivas dessas comunidades.

Acosta (2016), já mencionado anteriormente, e exemplificado nas narrativas de nossas colaboradoras de pesquisa, o Bem Viver também pode ser relacionado com cosmovisões africanas. O ubuntu, por exemplo, que a partir de uma experiência negra traz seus próprios marcos civilizatórios para contrapor a sanha desenvolvimentista imposta pelo capitalismo.

A partir do que apresenta Lélia González sobre o cruzamento de experiências negras e indígenas na criação de novas categorias epistemológicas (GONZÁLEZ, 1988), é possível pensar que em territórios onde houve interação entre negros e indígenas, essas culturas tenham produzido um novo entendimento sobre o que é o *Buen Vivir*. Nessa direção, González me provoca a “transar a raça” por meio da utilização de outras *escrevivências* que possibilite aprofundar e ampliar o debate sobre este Bem Viver gestado na cabeça e ventre de mulheres negras.

Por ser um fundamento<sup>168</sup> (MALUNGUINHO, 2018), a raça estrutura todas as relações sociais e chegar a esse só é possível por meio do enfrentar da ideologia da democracia racial, já brevemente discutida no primeiro capítulo. Em um país que passou quase 400 anos sob o julgo da escravidão e do colonialismo, renunciar a pensamentos racistas se torna uma tarefa árdua e que atravessa diferentes gerações. Como resultado desse projeto estruturado no apagamento da história negra temos dificuldade de nos conhecer nas narrativas sobre nós e acarreta no que Lélia nomeia de “a simultânea

---

<sup>168</sup> Erica Malunguinho defende o fundamento racial enquanto coluna cervical que sustenta as relações sociais, diferente de uma parte da academia e da militância que apresenta raça enquanto “quesito”, “questão” ou “recorte”, apenas. “Raça é fundamento”, categoriza Malunguinho.

negação da própria raça, da própria cultura” (GONZÁLEZ 1988b), movimento que pode ser entendido como embranquecimento.

Então, como forma de resgatar, não apenas a identidade dos indivíduos não brancos que construíram as sociedades modernas na América Latina, mas principalmente dos grupos de identidade racial, Lélia González propõe a categoria político-cultural da *amefricanidade*, na qual destaca a importância da influência negra e indígena na formação das sociedades americanas.

A amefricanidade se refere à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial. Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada [...]. Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. (GONZÁLEZ. 1988a. p.76-77)

González deixa explícito sua ponderação sobre a amefricanidade ir além do caráter geográfico, abrangendo um processo histórico e cultural vivido nas Américas. Cardoso (2014) analisa a amefricanidade numa perspectiva decolonial que

(...) surge no contexto traçado tanto pela diáspora negra quanto pelo extermínio da população indígena das Américas e recupera as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder.” (CARDOSO, 2014. p. 969)

O reconhecimento das margens como local de produção de conhecimento foi abordado por Stuart Hall (2014) e bell hooks (2013). Os estudos pós-coloniais fazem emergir a construção de novas epistemologias que agem na valorização de saberes não-hegemônicos que provém dos países periféricos. Para Larissa Rosevics (2017 p.190) “[o] projeto pós-colonial é aquele que, ao identificar a relação antagônica entre colonizador e colonizado, busca denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos”. E, essa relação de antagonismo, na qual podemos expandir para a denominação marxista de explorador e explorado, carrega uma mácula étnico-racial que foi fundamental para diferenciar quais seriam, nas Américas e no Continente Africano, os colonizados (negros e indígenas) e os colonizadores (brancos).

Ainda para a autora, não existe uma matriz teórica única para a formação do pensamento pós-colonial. Porém podemos dizer que surge como questionamento à centralidade eurocêntrica predominante, processo que ganha força durante os anos de

1970 e 1980. Este movimento é influenciado pela obra de diversos autores, como: Frantz Fanon (1925-1961), Aimé Césaire (1913-2008), Stuart Hall (1932-2014) e Edward Said (1935-2003) e no Brasil por Lélia González (1935-1994).

Para Cardoso, *amefricanidade* ajuda a pensar ‘desde dentro’ as culturas indígenas e africanas, de modo a afastar interpretações centradas na visão de mundo do pensamento moderno europeu ao propor abordagem interligada do “racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos”, como traz Lélia. (GONZÁLEZ, 1988a. p.71). Fruto da encruzilhada analítica, a autora exalta a força epistêmica da categoria que,

(...) pretende outra forma de pensar, de produzir conhecimento, a partir dos subalternos, dos excluídos, dos marginalizados. Desloca mulheres e homens negras/os e indígenas da margem para o centro da investigação, fazendo-as/os sujeitos do conhecimento ao resgatar suas experiências no enfrentamento do racismo e do sexismo. (CARDOSO, 2014. p. 972)

González (1988) aponta que, podemos identificar a prática da categoria quando olhamos os processos insurgentes, as revoltas, na resistência cultural e no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, assim como nas sociedades anteriores à colonização europeia. Desse modo, ela é instrumento metodológico para interpretar o processo de formação das sociedades americanas, ao mesmo tempo que apresenta uma proposta contra hegemônica. Essa nova forma de reivindicação desta presença coloca no centro do debate não apenas a construção cultural, mas a construção racial em particular de identidade negra destes indivíduos.

Ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diversos países têm desempenhado um papel crucial na elaboração desta amefricanidade, que identifica na diáspora uma experiência histórica comum. (GONZÁLEZ, 1988a p.77)

A pesquisadora Raquel Barreto<sup>169</sup> analisou a categoria em sua tese de mestrado que compara as trajetórias e ideias de Lélia González e Angela Davis, ressaltando como as experiências afro diaspóricas influenciaram nas vidas e produções de ambas. Quando pontua a amefricanidade, a autora afirma que ela pode ser pensada dentro das ideologias de libertação africanas e afro-diaspóricas.

---

<sup>169</sup> Raquel Barreto é historiadora e pesquisadora. Atualmente, no doutorado desenvolve pesquisa a respeito do Partido dos Panteras Negras e as relações entre visualidade, política e poder, na Universidade Federal Fluminense.

Especialmente ligada ao movimento de pensadores negros terceiro-mundistas que a partir da década de 1950, preocupados em construir um conhecimento na periferia do capitalismo avançado. Elaborando uma filosofia própria, enraizada em seu contexto histórico e social que sofria transformações profundas com o processo de descolonização pelo qual passavam vários povos africanos. A categoria de Lélia deve ser pensada nesse quadro. (BARRETO, 2005. p.48)

A possibilidade da construção de um conhecimento “na periferia do capitalismo avançado”, como aborda Barreto, já aproxima a amefricanidade do Bem Viver em um contexto de intensa relações negras e indígenas nas Américas. Pensar esse conceito a partir da amefricanidade permite supor que a relação entre raça e *Buen Vivir* pode existir há muito tempo, e apenas não ter sido nomeada ainda, como veremos na experiência colombiana mais à frente.

A socióloga Catherine Walsh (2009) aponta que a definição de *Buen Vivir* é estabelecida por cada cultura. No entanto, a compreensão da interculturalidade seria requisito para sua prática. O escopo da *amefricanidade*, ressalta Cardoso (2019, pag. 46), registra e ratifica “uma relação de parentesco entre mulheres negras e indígenas cunhada na luta contra as opressões”.

Em 2004, no Brasil, durante a *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, as mulheres indígenas e negras assinaram um documento chamado de “Aliança de Parentesco<sup>170</sup>”. Nele há a retomada de processos históricos e sociais enfrentados juntas por negras e indígenas como: a opressão colonial, o genocídio, o estupro, a expropriação de terras, culturas e saberes; a perpetuação da exclusão histórica e a necessidade de reparação.

Em síntese, reafirma o compromisso de fortalecimento e solidariedade entre ambos os grupos. Em São Paulo, no ano de 2017, em uma das primeiras rodas de conversa sobre o Bem Viver da qual participaram mulheres negras e indígenas entre as militantes da *Marcha das Mulheres Negras de São Paulo*, a primeira percepção do *Buen Vivir* que surgiu, veio atrelada ao ‘nhanderekó’ guarani. A realidade cria experiências similares que estreitam os laços e propiciam ambiente para uma construção conjunta plural em comum.

Neste sentido, o “parentesco” permitiu a pactuação entre mulheres oprimidas pela sociedade de um compromisso político que reconhece a solidariedade entre elas e unifica lutas para fortalecer a construção política. Olhando sob perspectiva da amefricanidade,

---

<sup>170</sup> O documento foi resultado da convocação feita por Dirce Veron, presidente do Conselho Nacional das Mulheres Indígenas, às mulheres negras presentes naquela conferência. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alianca-de-parentesco/> Acessado em 09 de junho de 2018.

essas experiências comuns produziram novas ferramentas políticas de combate às desigualdades, que se fortalecem ao promover um espaço pluricultural em que sua potência se encontra na troca de experiências

(...) Daí a minha insistência com relação à categoria de Amefricanidade, que floresceu e se estruturou no decorrer dos séculos que marcam a nossa presença no continente [...] ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronages e maroon societies, espalhadas pelas mais diferentes paragens de todo o continente. E mesmo antes, na chamada América Pré-Colombiana, ela já se manifestava, marcando decisivamente a cultura dos olmecas, por exemplo. Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos. (GONZÁLEZ, 1988a p.77)

Ao caracterizar a amefricanidade manifesta no desenvolvimento de formas alternativas de organização social, González me conecta novamente ao Bem Viver que se expressa num “outro modo de fazer”, de ser e estar no individual e coletivo. Como vimos, o combate a organização capitalista da sociedade aparece de forma central quando as colaboradoras desta pesquisa desenham o Bem Viver, já que ele questiona epistemologias dominantes, como o capitalismo, ao contestar o Norte Global, questiona-se toda a construção simbólica e histórica alicerçada inclusive no massacre e destruição de povos originários ao redor do mundo e suas epistemes. O mito da superioridade branca, trazido por Lélia González é um dos pilares da hierarquização dos saberes também questionada por Orchy Curiel (2011), entre outras pensadoras decoloniais.

A partir da compreensão do conceito de amefricanidade, passo a construção de uma relação dialógica com a experiência de afro-colombianas com o *Buen Vivir*, para tal, inicio com o artigo *Luchas del buen vivir por las mujeres negras del Alto Cauca*, que foi escrito pelo coletivo negro Processo de Comunidades Negras (PCN) como marco do projeto de investigação “Ubuntu; o pensamento afroandino e afropacífico sobre o *Buen Vivir* desde o feminismo popular”, em 2015. A abordagem vanguardista está ancorada na relação que estabelece entre a agenda das mulheres negras e o conceito do *Buen Vivir*. O texto se propõe a revelar a genealogia de um *Buen Vivir* negro, “como forma de rastrear silenciamentos, resistências, tipos de (re)existência e emergências nas lutas do povo negro na Colômbia, e como elas permitem imaginar outras formas de vida e política” (ROJAS et. al 2015 p.167)

O artigo inicia pontuando o racismo empregado nos discursos sobre progresso, civilidade e desenvolvimento, além de ressaltar o pioneirismo da comunidade negra na elaboração do Bem Viver na Colômbia.

A finales de los noventa, el concepto de buen vivir (BV) apareció en los escritos del PCN [Proceso de Comunidades Negras], particularmente en proyectos productivos alternativos para ríos en el Pacífico Sur, facilitados por la investigadora y activista Libya Grueso. A partir de entonces, las comunidades negras y el PCN fueron pioneros en la discusión del buen vivir en Colombia. (ROJAS et. al 2015 p.167)

As autoras apontam para uma discussão mais madura sobre o Buen Vivir, a partir dessa maturação, lançam um olhar menos hegemônico ao capitalismo originado justamente nas experiências negras do Alto Cauca que evidenciam que o mundo não está totalmente colonizado pelo sistema capitalista. Isso porque, as formas de existir dentro das comunidades e territórios expressam “outra ontologia” que não é totalmente capitalista. Revelam ainda que as comunidades afrodescendentes colombianas estão avançando sobre o debate da criação de outras economias possíveis para outros mundos possíveis, “incluyendo la elaboración de un contenido propio del buen vivir negro-andino y negro-Pacífico, vinculado con el ubuntu del sur del África”. (ROJAS et. al 2015 p.169)

A vinculação do Bem Viver e o ubuntu aparece também nas elaborações das mulheres negras ativistas participantes desta pesquisa que vão falar da “herança africana”. “Ubuntu, é bem viver. Compartilhar, a lógica de cuidado coletivo, preocupação do outro”, caracterizou Benilda Brito em consonância com a percepção das mulheres da Frente de Mulheres Negras do DF e entorno quando apontam: “Para nós está diretamente ligado com Ubuntu africano e seu modo de vida antes de uma colonização” (Frente de Mulheres Negras do DF e entorno, 2021)

Bentes reconhece “princípios similares” entre Ubuntu e Bem Viver<sup>171</sup>. Brito, vai além e define o Bem Viver como “um projeto coletivo afrocentrado” articulado por “nós mesmas, mulheres negras e indígenas.” A reafirmação dessa vivência amefricana em comum também pode ser vista na relação entre a religiosidade e natureza.

---

<sup>171</sup> Em entrevista ao Nós, Mulheres da Periferia, Nilma conta como foi criticada no pós-marcha por não ter resgato o ubuntu ao invés do bem viver e justifica sua escolha: “Na verdade não poderia sair de mim, àquela altura, esse caminho, até porque conhecia quase nada do Ubuntu à época e estou ‘plantada’ na Amazônia brasileira. Só estes tempos é que estou tentando aprender sobre Ubuntu e a ficar mais ‘afro’ e não só ‘negra’ (diáspora).” Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nilma-bentes/> Acessado em 20/11/2020.

Rojas cita frase que costuma ser dita em espaços organizativos negros: “Nós negros e negras somos filhos e filhas das águas. A humanidade é filha de Yemanjá<sup>172</sup>”(tradução nossa). É interessante notar que dentro do movimento contemporâneo de mulheres negras, a socióloga baiana Vilma Reis com longa trajetória no movimento negro, costuma iniciar ou fechar suas falas públicas brandando: “Viva nós e às águas!”, fruto da mesma tradição ketu que nos ensina que Yemanjá, enquanto divindade africana, é a rainha das águas e a mãe de tudo que vive.

A cosmologia iorubá, reproduzida dentro das religiões, pode ser ponto de entrada para se falar de *Buen Vivir* com a população negra. As autoras citam outro ditado que diz “o rio não se negocia<sup>173</sup>”(tradução nossa). O rio não se negocia, pois não se pode negociar a natureza. No Brasil, falamos “sem folha não há candomblé”, porque é este lugar essencial que a natureza ocupa para as tradições de matriz africana. Durica Almeida em sua narrativa para esta pesquisa, abordou o respeito ao tempo da natureza e o costume de pedir licença ao se relacionar com ela. “Respeito à natureza e aos seus tempos -chuva-do sol- das lançantes das águas, pedir licença para entrar na mata, nas águas.”

Além da centralidade do respeito à natureza e, na perspectiva das colaboradoras negras, o respeito aos povos e comunidades que possuem relação não exploratória com a natureza, a exemplo de indígenas e quilombolas, outro elemento que apresenta relação com as construções negras da diáspora diz respeito ao desenvolvimento. Citando a contribuição do PCN, as autoras afirmam que “temos visto muito bem que para o desenvolvimento entrar, as pessoas tem que sair<sup>174</sup>”(tradução nossa) (PCN, 2013 s/p *apud* ROJAS et al.).

Nesta perspectiva, a economia deve estar subordinada ao *Buen Vivir*, ou como nos traz Nilma Bentes: “A economia deve estar subordinada à ecologia e não ao contrário” (BENTES, 2017). Os marcos referenciais defendidos por mulheres negras, segundo o artigo, se sustentam no reconhecimento e respeito e apropriação de princípios fundamentalmente coletivos como condição para o *Buen Vivir*. Assim, apresentam esses princípios

1) o princípio de ser como homens e mulheres negros e como povo negro, num exercício de auto-reconhecimento; e uma ação relacional com os outros e a partir deles, de reconhecimento e respeito à humanidade e à dignidade dos

---

<sup>172</sup> No original: “Los negros y las negras somos hijos e hijas de las aguas. La humanidad es hija de Yemanyá”.

<sup>173</sup> No original: “el río no se negocia”.

<sup>174</sup> No original: “hemos visto muy bien que para que el desarrollo entre, tiene que salir la gente”.

negros afrodescendentes, em suas diferenças de gênero, geracionais e culturais, entre outras; 2) o princípio de um espaço próprio e autônomo de ser (corpo e território), reconhecendo parte de um mesmo território; 3) o princípio da autonomia e da participação, como expressão do exercício do ser em liberdade e na relação com os outros; 4) assumir o princípio de uma opção própria de passado, presente e futuro, como possibilidade de se reconhecer, viver e conviver com outros humanos e não humanos na busca do bem-estar coletivo; 5) o princípio de fazer parte das lutas dos povos do mundo, pois queremos uma onde muitos mais se encaixem, e, nessa ordem, implica que nos unamos e nos articulemos com os processos de luta por uma convivência harmoniosa entre os seres humanos e natureza... o princípio do ubuntu: eu sou porque nós somos; 6) o princípio da reparação histórica, entendido como o reconhecimento (o que as Nações Unidas já fizeram) das enormes contribuições dos africanos e afrodescendentes para a construção das sociedades, e como esses povos sofrem atualmente as consequências negativas do comércio transatlântico<sup>175</sup>. (Tradução nossa de ROJAS et al. 2015, p. 172)

Chama a atenção o exercício do autorreconhecimento enquanto povo; o espaço próprio e autônomo; o princípio da autonomia e participação como um exercício de liberdade e a busca por um bem estar coletivo. Outra questão relevante reside na luta internacionalista por emancipação pautada no ubuntu e a reparação histórica advinda do fato dos povos afrodescendentes sofrerem ainda hoje as consequências negativas do tráfico transatlântico.

Todos esses princípios demonstram que na luta pelo *Buen Vivir* na versão das mulheres negras colombianas há uma luta epistêmica e ontológica que, para elas: “se pluriversalizada a partir de confrontos abertos com a versão de desenvolvimento que se processa pelo Estado e pelas multinacionais dentro da comunidade<sup>176</sup>” (tradução nossa); (Rojas et al 2015 p.174). Pode-se dizer que o desenvolvimentismo é visto na contramão do *Buen Vivir*, justamente por ele vilipendiar as comunidades tradicionais, não à toa nomeadas de ambientalistas por ofício, por estarem mais ligadas à natureza. Aqui no

---

<sup>175</sup> No original: 1) el principio de ser como hombres y mujeres negros/as y como pueblo negro, en un ejercicio de autorreconocimiento; y una acción relacional con los/as otros/as y desde ellos, de reconocimiento y respeto de la humanidad y la dignidad de los/as afrodescendientes negros/as, en sus diferencias de género, generacionales y culturales, entre otras; 2) el principio de un espacio propio y autónomo para ser (cuerpo y territorio), reconociéndose parte del mismo territorio; 3) el principio de autonomía y participación, como expresión del ejercicio del ser en libertad y en relación con otros/as; 4) asumir el principio de una opción propia de pasado, presente y de futuro, como posibilidad de reconocerse, vivir y convivir con otros/as humanos y no humanos en la búsqueda del bienestar colectivo; 5) el principio de ser parte de las luchas de los pueblos en el mundo, en tanto queremos uno donde quepan muchos más, y, en ese orden, implica que nos sumemos y articulemos con los procesos de lucha por una convivencia armónica entre los seres humanos y la naturaleza... el principio del ubuntu: soy porque somos; 6) el principio de la reparación histórica, entendida como el reconocimiento (que ya hizo las Naciones Unidas) de los enormes aportes de los africanos/as y afrodescendientes a la construcción de las sociedades, y cómo actualmente estos pueblos sufren las consecuencias negativas de la trata transatlántica. (Rojas et al. 2015, p.172)

<sup>176</sup> No original: “é pluriversalizada a partir de confrontos abertos com a versão de desenvolvimento que se processa pelo Estado e pelas multinacionais dentro da comunidade”

Brasil, temos as marisqueiras, os ribeirinhos, os indígenas e quilombolas na linha de frente contra o desenvolvimento.

Por fim, compactuo com Cardoso (2019) ao trazer amefricanidade como categoria que permite a interpretação das histórias das nossas mais velhas, aquelas que nos antecederam, assim como suas práticas de sobrevivência. Para a autora, o conceito,

“Ensina a valorização de múltiplos saberes e experiências diversas e concretas dos sujeitos para produzir novas estratégias epistemológicas para geração de conhecimentos relevantes para a emancipação social coletiva, que façam frente e ajudem a projetar respostas ao racismo patriarcal heteronormativo”.  
(Cardoso, 2019. Page 48)

Assim, os novos significados adicionados ao Bem Viver por mulheres negras brasileiras se explica pela análise da amefricanidade no que diz respeito a criações epistemológicas que trazem outras respostas ao racismo patriarcal heteronormativo. Ou melhor, quando mulheres negras se inspiram e se apropriam do Bem Viver indígena, temos uma manifestação prática da amefricanidade, uma vez que revela a troca entre grupos racializados e oprimidos no contexto das Américas.

Quando propõe o fortalecimento das bases comunitárias, o Bem Viver dialoga em muito com as construções históricas afrodiáspóricas e indígenas que buscam a descolonização de suas práticas sociais e políticas. Não é à toa que, o novo mundo enunciado por essas mulheres está longe dos valores das sociedades eurocêntricas e mais próximas aos valores ameríndios e africanos, como o cooperativismo, a ancestralidade, a memória, corporeidade e a oralidade.

Os valores civilizatórios africanos e indígenas contidos no conceito de Bem Viver estão na contramão de um modelo de desenvolvimento que considera a terra e a natureza apenas como insumos para a produção de mercadorias de rápido consumo e, ainda mais rápido, descarte. Uma vez que ressalta as cosmovisões africanas e indígenas, o Bem Viver não entende que enquanto humanos estamos apartados da natureza, pelo contrário, somos parte dela. Diferentemente do socialismo, que apresenta a diversidade enquanto recorte dentro da luta contra o capitalismo, o Bem Viver construído pelas mulheres negras traz a diversidade (raça, gênero, classe, orientação sexual) como fundamentos de um processo emancipatório.

Segundo o entendimento de amefricanidade, é possível compreender a importância dessas experiências comuns (entre negras da diáspora e indígenas) para a formação das culturas contra hegemônicas. Pensar o Bem Viver dentro do debate racial

negro, é compreender que existe uma fagulha potente que permite projetar novas formulações em um país de maioria negra e com forte “aliança de parentesco indígena”. O contexto brasileiro, desta maneira, permite um lugar privilegiado para se pensar a produção de um Bem Viver que não seja apenas andino ou negro, mas sim amefricano.

## 5.2 Por uma economia do Bem Viver

Na busca por formas não predatórias de ser e estar no mundo, o Bem Viver nos provoca a pensar as relações sociais e econômicas fora da chave capitalista. Bentes (2020) e Acosta (2016) proclamam que os limites da Natureza estão sendo desconsiderados a todo momento na busca pelo desenvolvimento convencional, sustentados pelo crescimento econômico. Para uma mudança real de paradigma, “a economia deve subordinar-se à ecologia”, defendem. Os processos econômicos, desse modo, devem respeitar os limites dos ecossistemas já que “a economia é parte de um sistema maior e finito: a biosfera.”(ACOSTA 2016, p.173)

Como analisamos, ao incorporar o Bem Viver no nome da Marcha Nacional de 2015, Bentes (2016) aponta para a necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento, combatendo “a mercantilização-financeirização dos recursos naturais/bens comuns, o consumismo exacerbado, o lucro insano, o capitalismo neoliberal”. Acosta (2016, p.209) trabalha com elementos que atestam o óbvio: a economia voltada ao mercado ignora em seus cálculos os efeitos da degradação ambiental, desdenha dos interesses das futuras gerações, além de menosprezar direitos de outras espécies.

Fiel à elaboração inicial que incluiu o Bem Viver no escopo da Marcha de 2015, Bentes (2022) refletiu sobre a necessidade de difundir o conceito relacionando ao que chamou de “princípios similares” como o ubuntu e o decrescimento. O primeiro, abordado de forma introdutória no subtítulo sobre um Bem Viver amefricano<sup>177</sup>. Por agora, faço o exercício de explorar como o Bem Viver e o decrescimento fundamentam ações de resistência anticapitalistas de diversas comunidades ao redor do mundo que colocam em xeque o ‘desenvolvimento sustentável’.

Realizada em Estocolmo em 1971, a Conferência Mundial para debater o meio ambiente, demarca a institucionalização da questão ambiental e a criação do

---

<sup>177</sup> Com correspondência apontada por Bentes (2022), Acosta (2016), por parte das nossas colaboradoras de pesquisa, não tenho dúvidas ao afirmar que há um diálogo do Bem Viver a ser feito não sou com o ubuntu, mas como também com a teoria da afrocentricidade (Ashante, 2009).

‘desenvolvimento sustentável’ como uma forma de conciliar necessidades do mercado e da natureza. Dulce Pereira o caracterizou como “uma falácia”, “mais refinada e perigosa” do que o que propõe o desenvolvimentismo. Alguns autores como Daly (2004) e Foster (2005) observam que um desenvolvimento sustentável seria possível apenas sem crescimento, ou seja, o decrescimento faria parte de um processo necessário para que o desenvolvimento seja de fato sustentável.

Diferente do Bem Viver criado a partir das comunidades tradicionais, o decrescimento tem origem acadêmica e logo se transformou num movimento político. Cunhado pela primeira vez em 1971 pelo economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen, em seu trabalho *The Entropy Law and the Economic Process*, o termo recebeu pouca atenção por contestar frontalmente a economia clássica e a visão de Natureza apenas como fonte infinita de recurso. Anos mais tarde, em 2008, por meio das reflexões do filósofo francês Serge Latouche, o conceito passa a ganhar notoriedade como um dos fundamentos de um novo modelo social.

A sociedade do decrescimento, em todo caso, o que ela poderá construir a partir da situação atual (mas também, em caso de calamidade, a partir das ruínas ou dos escombros da sociedade do consumo) não abolirá necessariamente o dinheiro, nem os mercados, nem mesmo o salário. Mas, ao mesmo tempo, ela não será mais uma sociedade dominada pelo dinheiro, uma sociedade do todo-mercado, uma sociedade assalariada [...] ela será cada vez menos capitalista, pois terá conseguido abolir o espírito do capitalismo e, em particular, a obsessão do crescimento. (LATOUCHE, 2010, p. 225)

Embora não dominada pelo dinheiro, a “sociedade do decrescimento” não significa não ter crescimento ou crescimento negativo. Acosta (2016 p. 165) alerta para “não se pode confundir decrescimento com recessão”, período caracterizado pela retração do ciclo econômico que acompanha queda de renda familiar, desemprego, seria uma crise. O decrescimento apenas retiraria o crescimento ilimitado do altar da meta universal ao reconhecer que ele menospreza a importância dos vínculos e direitos sociais e dos limites ecológicos.

Latouche (2009, p.49) argumenta que a sociedade do crescimento precisa ser indesejada já que “amplia a quantidade de desigualdades e injustiças, cria um bem-estar ilusório e cria para os ricos uma sociedade convencional dependente de uma anti sociedade enferma por sua riqueza”. Não à toa a sociedade do crescimento é a mesma do consumo, e necessita de três ingredientes para cumprir seu papel na engrenagem capitalista segundo Latouche (2009, p.27): “a publicidade, que cria o desejo de consumir;

o crédito, que fornece os meios; e a obsolescência acelerada e programada dos produtos, que renova a necessidade deles”.

Ao embasar o ciclo do decrescimento, o autor apresenta os oito “erres”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar”. (LAUTOUCHE, 2009, p.42). Ao propor o decrescimento enquanto projeto local, o economista demonstra a relevância do “relocalizar”. Acosta (2016, p.167) frisa que a transição do capitalismo passa pela priorização dos mercados locais e internos, já que na perspectiva do Bem Viver, “a estratégia de organização política e econômica se constrói a partir de baixo e de dentro, em que ganham força esquemas de moedas alternativas que permitem um empoderamento das comunidades sobre suas economias.” Aqui trago a elaboração de Joice Berth<sup>178</sup> (2019) quando define o empoderamento.

Empoderamento como teoria está estritamente ligado ao trabalho social de desenvolvimento estratégico e recuperação consciente das potencialidades de indivíduos vitimados pelos sistemas de opressão, e visa principalmente a libertação social de todo um grupo, a partir de um processo amplo e em diversas frentes de atuação, incluindo a emancipação intelectual. (BERTH, 2019, p.32)

A libertação social instrumentalizada pela emancipação dos grupos e indivíduos, como traz Berth, possui viés intelectual, político e econômico. Como exemplo, Acosta (2016) cita diversas formas de relacionamentos econômicos próprios das comunidades indígenas, com destaque para:

Makimañachina: Acordo entre indivíduos para realizar um trabalho particular de qualquer índole e que não intervém qualquer remuneração salarial. A única condição é que quem recebeu uma ajuda devolva essa ajuda em uma outra oportunidade.

Makipurarina: Significa conjugar as mãos para fazer no trabalho que beneficia vários unindo-se entre os mesmos e iguais. Por meio deste compromisso pode se ajudar em qualquer trabalho (...) Serve para juntar esforços e consolidar laços comunitários.

Uniguilla: É uma atividade destinada ao intercâmbio para complementar alimentação permitindo melhorar a dieta com produtos de outras zonas. As pessoas que vivem em zonas gestantes trocam alimentos. (ACOSTA, 2016, p.187-188)

Arranjos econômicos outros são práticas comuns de comunidades que se estruturam antes do capitalismo e carregam essa memória ancestral e afetiva de troca.

---

<sup>178</sup> Joice Berth é arquiteta, urbanista, escritora, feminista e apaixonada por uma boa série. É autora do livro O que é empoderamento, da coleção Femininos Plurais, em 2019.

Com a criadora de conteúdo Ana Paula Xongani<sup>179</sup>, aprendi sobre o *xitiki* de Moçambique pesquisado por Trindade<sup>180</sup> (2019) que afirma:

Em relação aos estudos sobre a prática do *xitiki* no contexto moçambicano, pode-se afirmar que eles são relativamente recentes, de inícios da década de 1990. As primeiras referências surgiram em trabalhos relacionados ao microcrédito, em que o *xitiki* era referido como uma prática informal de poupança, dentre outras existentes no país. Partindo de um grupo de pessoas que contribuem monetariamente para que cada um receba, de forma rotativa, o conjunto das contribuições, defino o *xitiki* a partir de duas características que considero principais, nomeadamente a destinação dada ao dinheiro acumulado e a composição dos grupos. (TRINDADE, 2019, p.11)

Sobre a destinação, a autora elenca que ela pode ser combinada previamente pelo coletivo, ou ter fim pautado na vontade individual dos membros do grupo. Com relação aos tipos de *xitiki*, pode ser familiar, de amigos, de serviço, entre outros. De origem rural, mas estendido às cidades, a prática segue presente na vida dos moçambicanos. A confiança é a base dessa prática econômica. A autora pontua que a existência de instituições financeiras não substituiu a prática ancestral.

É preciso acrescentar que, à exceção de Maputo e algumas outras cidades, grande parte dos moçambicanos não tem acesso às instituições bancárias por diversas razões: as instituições estão longe dos seus locais de residência, as pessoas não possuem documentos de identificação, entre outros aspectos. (TRINDADE, 2019, p.6)

Num contexto de acesso restrito aos bancos, a prática comunitária do *xitiki* ganha cada vez mais importância. Na economia do decrescimento e do Bem Viver há destaque na importância do colaborativismo, dos comércios locais e do fortalecimento das iniciativas solidárias. Não dá para deixar de relacionar com a importância de ações solidárias locais durante a pandemia de covid-19 que cumpriram muitas vezes um papel

---

<sup>179</sup> Ana Paula Xongani, segundo site oficial é: “multiempresária nas áreas de Moda e Comunicação. Atua há mais de dez anos como CEO, co-fundadora e estilista do Ateliê Xongani. Em sua empresa de comunicação, carinhosamente chamada de APX, ela produz conteúdos próprios, para empresas e grandes marcas sobre os mais diversos assuntos, além de oferecer curadoria para marcas e também atuar como speaker. É também editora convidada da Companhia das Letras em iniciativa para tornar ainda mais plural o catálogo da editora. Como apresentadora, está no programa Se Essa Roupa Fosse Minha, do GNT e Globoplay, nos podcasts Nada Sei e Trampapos e diferentes projetos no YouTube. Atua também como diretora de Relações Institucionais do Espaço Utomi. Tem uma coluna de Moda e Sociedade no UOL Universa.” Disponível em: [anapaulaxongani.com](http://anapaulaxongani.com) Acessado em 14/05/2022.

<sup>180</sup> Catarina Casimiro Trindade: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas.

que deve ser do estado: a erradicação da fome. Sobre isso, falei ao Alma Preta Jornalismo<sup>181</sup>:

Agora em tempos de isolamento que temos que sair de casa apenas para o estritamente necessário, podemos escolher entre dar nosso dinheiro para as grandes redes de supermercado ou estimular a economia do nosso bairro. O Bem Viver assinala o segundo não como uma medida de desespero, mas como parte da engrenagem que estimula a economia local. É influenciada pelo Bem Viver que as mulheres do coletivo que eu faço parte, a Marcha das Mulheres Negras de SP, compram máscaras costuradas por mulheres negras empobrecidas para doar para outras famílias chefiadas em sua maioria por mulheres negras. (GONÇALVES, 2020)

O apoio e confiança mútua, assim como o estímulo à economia local são práticas que retomam organizações ancestrais e que as mulheres negras vão cada vez mais se atentando. No manifesto lançado em 2018 pela Marcha de Mulheres Negras de São Paulo (Anexo 2), o coletivo reivindica “(...) outra economia, sustentada pelos princípios da solidariedade, reciprocidade, responsabilidade e integralidade” (MARCHA, 2018). Esses princípios são complementados por Acosta (2016) quando elenca também a sustentabilidade, a complementaridade, a diversidade cultural e a identidade, as equidades e propõe destaque a democracia.

Nas propostas da Carta das Mulheres Negras de 2015, já apresentada e discutida anteriormente, percebe-se a conexão com o Bem Viver e elementos que sustentam o decrescimento, com destaque para:

#### PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- Garantir o acesso às riquezas, aos bens comuns de forma igualitária, sustentável e coletiva, resguardando o ambiente da exploração predatória;

#### DIREITO À TERRA, TERRITÓRIO E MORADIA/DIREITO À CIDADE

- Garantir a preservação, proteção, demarcação, homologação e registro incondicional das terras quilombolas, indígenas e de outros povos tradicionais. Necessário se faz também assegurar recursos orçamentários da União para a titulação das terras e para o desenvolvimento de políticas sociais econômicas voltados para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, com participação das(os) interessadas(os) nos processos de decisão;
- Criar condições para permanência e retorno da população negra ao campo, especialmente a juventude e promoção de políticas e leis que protejam, preservem e recuperem as sementes nativas e crioulas. Deve-se salientar que os mecanismos governamentais de compra e distribuição de sementes devem respeitar as formas tradicionais de organização local da agricultura familiar, camponesa e dos povos tradicionais e estimular a formação de estoques de sementes;

---

<sup>181</sup> Alma Preta Jornalismo é uma agência de jornalismo especializada na temática racial, fundada em 2015. O jornalista Pedro Borges é seu co-fundador e editor-chefe.

- Implementar a reforma agrária e oferecer recursos para o dinamismo da agroecologia;
- Apoiar, com recursos financeiros e técnicos, as práticas tradicionais de troca, seleção e venda pelas(os) agricultoras(es) familiares e pelas comunidades tradicionais;

#### JUSTIÇA AMBIENTAL, DEFESA DOS BENS COMUNS E A NÃO-MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA

- Erradicar o racismo ambiental, promovendo políticas ambientais que:
  - (a) Impeçam a remoção e a desocupação para a extração do patrimônio ambiental e de outras riquezas, o uso de agrotóxicos e outros venenos na agricultura e nas outras culturas de criação de animais e o despejo de detritos e lixos em áreas onde a população negra habita;
  - (b) Destroem o ambiente e a cultura das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas;
- Promover fontes alternativas de energia limpa, bem como a democratização, descentralização e gestão pública da energia de maneira a garantir o direito das comunidades tradicionais e das populações do meio rural ao seu acesso;
- Reparar e indenizar as populações, especialmente das mulheres negras, afetadas por megaprojetos e processos industriais e de mineração atingidos por barragens e por desastres naturais;
- Ampliar o acesso universal a água potável, limpeza urbana e ao saneamento básico;
- Promover a soberania alimentar e o acesso a alimentação saudável, adequada e com qualidade, livre de agrotóxicos e não transgênicos. (CARTA DAS MULHERES NEGRAS, 2015)

Neste trecho, vemos a preocupação de se combater a exploração do meio ambiente e garantir o acesso às riquezas. Resguardar o direito à terra de indígenas e quilombolas, e o incentivo às formas tradicionais de organização da agricultura familiar que ajuda a proteger as nascentes dos rios e a ativar a economia local. Além de incentivo às políticas tradicionais de troca, são elencados na perspectiva do Bem Viver, a erradicação do racismo ambiental e a promoção de energia renovável e limpa unidas às ações de indenização de mulheres negras afetadas pelos megaprojetos desenvolvimentistas. Assim como o direito de acesso à água e saneamento básico constitui outra premissa relevante ao lado da reivindicação do acesso à alimentação saudável livre de agrotóxicos e transgênicos.

Esses aspectos denunciam “a questão de sobrevivência” (BENTES, 2020) existente na urgência da efetivação de uma sociedade menos desigual. Bem Viver e decrescimento desenham possibilidades coletivas concretas de mudança de paradigma social e econômico em resposta ao capitalismo devastador. Bentes (2020) indica a transformação do paradigma do *sucesso* para o “Cuidar: autocuidado; dos outros (não só dos parentes ou seus grupos); cuidar do planeta.” O combate ao individualismo, ao consumismo e a acumulação predatória de bens materiais, características que embasam o

capitalismo, precisa ser constante e, no lugar, se fortalecer outros princípios ligados à cooperação. Acosta (2016, p. 240) é enfático ao afirmar “O Bem viver será para todas e todos ou não será”.

### 5.3 Feminismos comunitário e o Bem Viver

Para se realizar a “construção paciente” do Bem Viver, Acosta (2016, p.192) aborda os diversos princípios que estruturam as relações numa sociedade do Bem Viver como reciprocidade, redistribuição, solidariedade, comunidade e estreita relação com a natureza. Enquadra como prioritários o que caracteriza como "os princípios feministas de uma economia voltada ao cuidado da vida, baseada em cooperação”.

São concepções relevantes para as mulheres e para a sociedade em seu conjunto. Como parte de um processo de construção coletiva do Bem Viver, exigem novas abordagens feministas em que se expliquem e cristalizem os conceitos de autonomia, soberania, reciprocidade e equidade. (ACOSTA, 2014 p.192)

Ao longo desta pesquisa, a fundamentação feminista negra vem sendo presente e necessária para teorizar e sistematizar a elaboração do Bem Viver de mulheres negras. Partindo aqui para o diálogo com outras *escrevivências*, realizo a análise documental do manifesto realizado pela Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, em 2018. Este material foi escolhido por possibilitar uma análise ‘de dentro’, já que faço parte dessa coletiva.

Por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) exploro a presença no manifesto de elementos regidos pela metodologia anunciada por Julieta Paredes, boliviana de origem aymara, quando apresenta as bases do feminismo comunitário em *Hilando fino desde el feminismo comunitario* (2014). Desse modo, serão observados e analisados no manifesto identificado no Quadro 23 os seguintes códigos que fundamentam o feminismo comunitário: o corpo, o espaço, a memória, o tempo e o movimento.

Quadro 23 - . Dados gerais do documento.

<b>Tipo de material</b>	<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ano</b>
Manifesto	Por nós, por todas nós e pelo bem viver! Exigimos o fim da negligência e violência do estado!	Coletiva/Marcha das Mulheres Negras de SP	2018

Lançado em 2018 pelo coletivo Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, o manifesto **“Por nós, por todas nós e pelo bem viver! Exigimos o fim da negligência e violência do estado”**, reflete o contexto de retirada de direitos e instabilidade econômica iniciado em 2012, que se fortaleceu com os atos de junho de 2013 iniciados contra o aumento das tarifas de ônibus e se tornaram questionamentos ao poder público e a própria estrutura do estado. Em 2014, quando os setores mais populares já estavam gravemente atingidos pela crise, explodem questionamentos sobre os investimentos para a Copa do Mundo daquele ano, que foi sediada no Brasil.

Em clima nocivo, a presidenta Dilma Rousseff (PT) se reelege com uma margem de 2% a mais do que seu oponente Aécio Neves (PSDB). Este momento pode ser apontado como exemplo de consolidação do clima de polarização política entre setores progressistas e conservadores. Dali a 4 anos, o pedido de recontagem de votos e desconfiança sobre o processo eleitoral ajudariam a fortalecer os setores profascistas. Em 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceita a denúncia por crime de responsabilidade contra a presidenta Dilma. O processo se encerra em 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato, colocando Michel Temer, até então vice-presidente, interinamente no cargo. Este processo é adjetivado enquanto “golpe” pela maioria dos setores progressistas e populares, já que a motivação política da cassação era facilmente observada. Como os demais movimentos, parte expressiva do movimento de mulheres negras passou 2 anos lutando contra a política de Temer, incluindo atos que pediam “Fora Temer”, espalhados pelo Brasil.

Em 14 de março de 2018, o assassinato de Marielle Franco na cidade do Rio de Janeiro alterou os rumos da política nacional. Vereadora eleita pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com mais de 46 mil votos, Marielle foi uma ativista e intelectual negra, bissexual e favelada. Sua morte significou um dos maiores atentados contra a democracia e a defesa dos direitos humanos no Brasil. O assassinato de Marielle, levou a pauta das mulheres negras para a centralidade do debate político e a necessidade de termos cada vez mais esses corpos ocupando a política institucional. A impunidade que segue seu assassinato, sem responder à pergunta sobre “quem mandou matar Marielle?”, após mais de 4 anos foi elemento que abalou a crença no estado democrático de direito. E a certeza

de que a institucionalidade mais do que nunca precisava mudar não só de gênero e raça, mas de projeto político norteador.

Mesmo revoltadas e intimidadas, o assassinato de Marielle alimentou o engajamento de mulheres negras na política institucional. No mesmo ano, mulheres negras candidatas ao legislativo do Rio de Janeiro eleitas receberam juntas mais de 200 mil votos. O número expressivo garantia uma deputada federal: Talíria Petrone/PSOL e três deputadas estaduais: Renata Souza, Dani Monteiro e Mônica Francisco/PSOL. O fenômeno, porém, pode ser visto em todo território nacional com as eleições de Áurea Carolina e Andreia de Jesus (Minas Gerais); Erica Malunguinho e Mônica Seixas (São Paulo); Olívia Santana (Bahia); Robeyoncé Lima (Pernambuco), a indígena Joênia Wapichana (Roraima) além das reeleições de Leci Brandão e Benedita da Silva, entre outras.

Outro elemento vivido naquele ano em abril de 2018, foi a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusado por enriquecimento ilícito. A prisão de Lula foi alvo de grande comoção da esquerda clássica e de setores mais populares, um marco disso é o grande ato feito em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campos com duração de mais de 48h horas. Ali havia a expectativa de alguns setores de que Lula não se entregasse à Polícia Federal, o que criaria uma ruptura na confiança depositada na justiça burguesa, fato que não se concretizou. Lula foi liberto após um ano e sete meses na prisão, quando as acusações foram julgadas improcedentes, porém, teve seus direitos políticos cassados e foi impedido de concorrer.

Todos esses elementos compõem o pano de fundo do manifesto assinado pela MMNSP que já no segundo parágrafo anuncia que o país “atravessa uma grave crise política e econômica, com o desmantelamento de políticas públicas duramente conquistadas e desmandos por parte de governos elitistas e conservadores”. Ao apresentar as principais pautas, as mulheres elencam combater “o racismo, o feminicídio, o machismo, o etnocídio, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia, o racismo religioso e todas as formas de violência e violação dos direitos humanos” como sendo os motivos para continuarem em marcha.

Pontuam de forma mais objetiva a denúncia contra o genocídio da população negra e a violência policial: “Voltamos às ruas para denunciar o genocídio da população negra em curso pela violência da polícia do Estado e a “guerra às drogas”, que vem se efetivando como política de criminalização da juventude e não de enfrentamento efetivo ao narcotráfico”.

A feminização da pobreza, a restrição à livre expressão sexual por meio de estupro corretivos de mulheres lésbicas, o desemprego, a violência doméstica e obstétrica, a mortalidade materna, o encarceramento, a criminalização do aborto, assim como a violência sofrida por travestis e transexuais negras estão entre os desafios enfrentados pelas mulheres negras “alvos privilegiados de práticas perversas e assassinas”, citados no manifesto.

Permeado pelo tom de denúncia, o manifesto de São Paulo dialoga com o estado do Rio de Janeiro ao denunciar intervenção militar que ocorria nas favelas naquele ano. Neste contexto, citam Marielle Franco “assassinada porque ousou erguer a voz em favor de sua comunidade”. Ao denunciarem a “militarização da vida”, e violência policial pontuam que são as “mães, companheiras, filhas, irmãs, mulheres vítimas diretas dos assassinatos de jovens assassinados pela polícia do Estado, além da dor da perda têm que arcar com todo o custo social dessa violência”.

O direito à livre religião também por meio da denúncia das depredações de terreiros e tentativa de tornar ilegal o abate em ritos religiosos, são elementos que surgem no campo da denúncia. No contexto local, citam o incêndio na cidade de São Paulo do edifício Wilton Paes de Almeida no Largo do Paissandu, no dia 1º de maio de 2018 e as famílias que permaneceram acampadas no local por mais de 101 dias. O acontecimento, para as mulheres negras “revelou a falência da política de moradia na cidade” e o impedimento do exercício da moradia digna.

“Quando todo mundo perde, nós negras e indígenas perdemos ainda mais”, desta forma o manifesto apresenta políticas neoliberais como a reforma trabalhista e a reforma da previdência imposta por “golpistas” como forma de precarizar ainda mais o trabalho e a velhice negra. A denúncia contra a redução da maioria penal, que acarretaria em mais encarceramento negro, e à Emenda Constitucional 55 que congelou por 20 anos investimentos públicos em diversas áreas, inclusive na saúde, tão afetada durante a crise sanitária da COVID-19, também são mencionados no texto. Por fim, a tentativa de extermínio das comunidades quilombolas e povos indígenas, é pontuada pela falta de titulação que visa “tomar as terras para o agronegócio”.

Abaixo, destaco características do nosso material de análise.

Quadro 24 - Manifesto Marcha das Mulheres Negras de SP (2018).

Códigos obtidos em Paredes (2008)	Unidades de registro	Exemplos
-----------------------------------	----------------------	----------

Corpo	<p>Salud, no violencia.  Comer bien, seguridad alimentaria.  Información y conocimientos.  Placer y sexualidad sin violencia.  Libre Maternidad.  Reconocer nuestras bellezas indígenas.  Vestir bien, como nos guste.  No discriminación, no racismo. No tener miedo de ser lesbianas.  No discriminación a las discapacitadas.  Representarnos políticamente con nuestros cuerpos de mujeres.  Ejercicio físico, descanso. Derecho a tener edad, sea niña, joven o anciana.  Potenciar las habilidades. Recuperar nuestra propia imagen en los medios de comunicación.</p>	<p>nós mulheres negras e indígenas</p> <p>Marchamos contra o racismo, o feminicídio, o machismo, o etnocídio, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia, o racismo religioso e todas as formas de violência e violação dos direitos humanos.</p> <p>restrições à livre expressão sexual, incidência crescente de infecção por HIV/Aids e altas taxas de mortalidade, pedofilia, desemprego, exploração sexual infantil e invasão dos corpos,</p> <p>vítimas da violência doméstica e obstétrica e da mortalidade materna; somos maioria da população carcerária feminina e vemos aumentar de maneira assustadora a violência sofrida pelas travestis e transexuais negras</p> <p>Estupros corretivos</p> <p>Eugenia para controlar o crescimento populacional da comunidade negra e pobre  Esterilização forçada</p> <p>criminalização do aborto</p> <p>foi assassinada porque ousou erguer a voz em favor de sua comunidade.</p> <p>o direito de sermos livres e donas de nossos corpos, sem nenhuma interferência de fundamentalistas de qualquer natureza.</p>
Espaço	<p>Tierra y territorio  Vivienda  Espacio dentro la vivienda  La calle.  Recursos naturales.  Político  Producción</p>	<p>Tentam exterminar comunidades quilombolas e nações indígenas para tomar as terras para o agronegócio.</p> <p>As famílias merecem exercer o direito à moradia digna.</p> <p>somos maioria da população carcerária feminina</p>
Memória	<p>Sabidurías de las mujeres  La producción  Salud  La organización</p>	<p>Somos Dandara, Aqaltune, Tereza, Luiza Mahin, Carolinas, Chicas, Laudelinas, Samoas, Luanas, Cláudias,</p>

	Las luchas y movimientos sociales Participación Política Participación ritual Participación en la educación Recuperación de las lenguas originarias desde las mujeres Derecho a estudiar ahora para escribir y crear conocimientos	Katianes, Matheusas e Marieles.
Tempo	Compartir el trabajo doméstico Monetizar y valorar económicamente el trabajo doméstico para: participación política, estudiar, la salud, la maternidad, descansar	Apesar da nossa luta cotidiana, somos a maioria das vítimas da violência doméstica.  Querem também acabar com o direito à aposentadoria e nos fazer trabalhar até morrer.
Movimento	Organizaciones propias Garantía de derechos Representación y autorepresentación. Alianzas entre organizaciones de mujeres Alianzas con otros movimientos sociales Protestas o corporativas y específicas políticas municipales políticas departamentales políticas regionales políticas nacionales Complementariedad horizontal entre mujeres	estamos nas ruas com a força das nossas ancestrais  Repudiamos como o governo em suas diferentes esferas é negligente com as nossas vidas.  Marchamos pela construção de um novo marco civilizatório que seja antirracista, anticapitalista e que contemple as mulheres negras de forma estrutural.  Somos luta e resistência, e uma sobe e puxa a outra, na certeza de que quando uma negra avança, ninguém fica para trás!

Fonte: Codificação dedutiva a partir das unidades de registro, inspirada em Bardin (1977)

A interpretação do material será realizada à luz do feminismo, definido por Paredes como “a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer fase da história que se rebelou contra o patriarcado que a oprime”<sup>182</sup> (tradução nossa). (PAREDES, 2014, p.76).

No centro da atuação do patriarcado estão as relações de poder e subjugo estabelecidas a partir do ‘corpo’ que vivencia “o racismo, o feminicídio, o machismo, o etnocídio, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia, o racismo religioso”, como anuncia o Manifesto. Paredes interpreta corpo negando a concepção colonial cristã de separação do corpo da alma e acrescenta:

Nosotras partimos del cuerpo como una integralidad de corporeidad, que comprende desde la biogenética hasta la energética, desde la afectividad, pasando por la sensibilidad, los sentimientos, el erotismo, la espiritualidad y la

<sup>182</sup> Original: feminismo es la lucha y la propuesta política de vida de cualquier mujer en cualquier lugar del mundo, en cualquier etapa de la historia que se haya rebelado ante el patriarcado que la oprime. (PAREDES, 2014, p76)

sensualidad, llegando hasta la creatividad. Nuestros cuerpos que quieren comer bien, estar sanos, que gustan de las caricias y les duelen los golpes, nuestros cuerpos que quieren tener tiempo para conocer y hacer teorías, queremos desde nosotras nombrar las cosas con el sonido de nuestra propia voz. (PAREDES, 2014, p.100)

As diferentes dimensões anunciam o corpo em sua integralidade, inclusive como ferramenta por onde vocalizam um novo projeto de mundo, como vemos quando o Manifesto afirma que Marielle Franco “foi assassinada porque ousou erguer a voz em favor de sua comunidade.”

Já ao enunciar as preocupações relacionadas à saúde como a violência doméstica e obstétrica, o direito ao aborto legal e seguro, pode-se enxergar as intervenções sociais anunciadas por Paredes (2014, p.100) como a saúde sem violência e o direito à livre maternidade. Já que o “o corpo é o primeiro campo de ação e luta”. É nele que se concretiza à livre expressão sexual e o direito a serem lésbicas sem o medo dos estupros corretivos.

Ao denunciar a esterilização forçada de Janaína Querino, exemplifica mais um crime contra a mulher que se materializa corporalmente. Mulheres negras de todo o Brasil denunciarem a reforma da previdência, revelando preocupação com a velhice negra, traduzida por Paredes (2014, p.102.) como direito “a se ter idade”. A capacidade do corpo negro anunciar novos mundos, quando está livre do lugar de subalternização e violência, aparece nas palavras finais do manifesto sob o lema “quando uma negra avança, ninguém fica para trás”.

Assim, o Manifesto desloca o universalismo dado aos corpos hegemônicos brancos enquanto principal mobilizador e destinatários da política, centralizando as vivências de mulheres negras. Ele ressalta que quando chegar o tempo deste corpo não sofrer mais as mazelas da sociedade, toda a sociedade ganhará a tão buscada emancipação.

O espaço é apresentado por Paredes (2008, p. 102) como o “um campo vital para que o corpo se desenvolva<sup>183</sup>” (tradução nossa). Nessa análise estão englobadas tanto dimensões tangíveis como terra e casa, quanto intangíveis como representações, natureza, entre outros. O Manifesto denuncia espaços destinados para mulheres negras como: o cárcere e o cemitério, interpretado pela morte causada pela ausência de direitos.

São reivindicados o direito à moradia, à segurança dos corpos em todos os espaços, assim como à titulação de territórios indígenas e quilombolas como uma forma

---

<sup>183</sup> Original: “ um campo vital para que el cuerpo se desarrolle.”

de garantia de direitos. Espaço, entendido também como algo intangível, surge na reivindicação do exercício à livre religiosidade, garantido o espaço cultural e político da religiosidade negra. Por isso, é no cruzamento do espaço e do corpo, que se pode analisar a denúncia do assassinato de Marielle Franco. Negra, bissexual e periférica, o corpo de Marielle ocupava espaço da política institucional hegemonicamente composto por homens brancos. O espaço se caracteriza também no coletivo “é onde se localiza a comunidade, desde onde nos falamos elas e eles e desde onde estamos falando com a nossa comunidade”<sup>184</sup> (tradução nossa). (PAREDES, 2014, p.104)

Desta maneira, o corpo social construído por meio do movimento é o que garante a organização e propostas populares. Segundo Paredes, ele “nos permite construir um corpo social, um corpo comum que luta para viver e viver bem. Se algo tem vida se move, se algo se move tem vida”<sup>185</sup> (tradução nossa). (PAREDES, 2014, p. 112). Em movimento se constrói a luta em comum refletida pela própria pluralidade de composição da Marcha daquele ano: indígenas, quilombolas, mulheres LGBTQPIA+ e outros.

Esse processo permitiu a inclusão de pautas que conversam com as pluralidades de mulheres negras entre elas, e de outros grupos vulnerabilizados como indígenas e imigrantes, que naquele ano também compuseram a marcha. Aqui as pautas são vistas enquanto complementares. Paredes (2014 p.114) acentua que é em movimento que as relações comunitárias ganham vida já que são consideradas “(...) não só as mulheres de uma comunidade, mas as mulheres da comunidade, em relação a outras comunidades e instituições”<sup>186</sup> (tradução nossa).

Sobre a ação do tempo, Paredes ressalta a valorização que se dá ao tempo do homem em contraponto ao tempo da mulher. O tempo do cuidar não é valorizado dentro da sociedade patriarcal. Além disso, pontua:

A medida do tempo nos confronta e nos conflita, nos diz que não somos eternos e que um dia morreremos, tomar consciência de nossos tempos abre espaços

---

<sup>184</sup> Original: a donde se localiza la comunidad, desde donde nos hablan ellas y ellos y desde donde estamos hablando nosotras con la comunidad”.

<sup>185</sup> Original: nos permite construir un cuerpo social, un cuerpo común que lucha por vivir y vivir bien. Si algo tiene vida se mueve, si algo se mueve tiene vida

<sup>186</sup> Original: “e n y no cerrado sólo las mujeres de una comunidad, sino más bien las mujeres en comunidad, en relación a las otras comunidades y otras instituciones.”

para produzir processos de transformação de nosso cotidiano e de nossa própria história<sup>187</sup>. (PAREDES, 2014, p.109) (tradução nossa)

No Manifesto, as mulheres conclamam que apesar da “sua luta cotidiana”, seguem atingidas pelas desigualdades, a preocupação com a velhice e morte, aparece na luta pela aposentadoria e pela vida em todas as dimensões. É articulando a memória que mulheres negras abrem o manifesto evocando “as forças das nossas ancestrais” e retomando os acúmulos políticos e organizativos dos processos passados. Neste caso, contam a origem do grupo, citando a mobilização nacional que levou à construção da Marcha das Mulheres Negras - Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver de 2015. O Manifesto está em consonância com a definição de memória para Paredes:

A memória nos diz de onde viemos, quais problemas, quais lutas ocorriam em meio a como nós mulheres somos e onde estamos, ela nos diz como antes também havia mulheres rebeldes. Ela nos permite reunir mulheres de nossas comunidades em sua resistência antipatriarcal e nos permite reconhecer aquelas que ainda estão nas comunidades hoje e valorizar algumas delas velhinhas, valorizar suas contribuições para nossas lutas como mulheres<sup>188</sup>. (tradução nossa) (PAREDES, 2014, p.117)

Como Julieta aborda, é por meio da memória também que os nomes de mulheres negras mortas neste período são lembrados, a exemplo de Luana Barbosa e Marielle Franco, e mulheres que sofreram com esterilização forçada como Janaína Querino e com a criminalização do aborto, como Ingrid Barbosa. Ademais, citam mulheres negras importantes na luta por liberdade e emancipação como “Dandara, Aqualtune, Tereza, Luiza Mahin, Carolinas, Chicas, Laudelinas, Luanas, Cláudias, Katianes, Matheusas e Marielles.”

No texto, as referências ao Bem Viver aparecem cinco vezes. No título “Por nós, por todas nós e pelo bem viver”, percebe-se mais uma vez a intenção de dialogar com as diferentes realidades e pluralidades de mulheres ali colocadas e o caráter coletivo do bem viver. Além das duas citações, quando localizam a Marcha nacional, o conceito surge explicitamente na sentença:

---

<sup>187</sup> Original: La medida del tiempo nos confronta y conflictúa, nos dice que no somos eternas y que un día moriremos, tomar conciencia de nuestros tiempos va abriendo espacios para producir procesos de transformación de nuestra cotidianeidad y nuestra propia historia. (Paredes, 2014, p.109)

<sup>188</sup> Original: La memoria nos habla de dónde venimos, qué problemas, qué luchas se dieron en medio como así las mujeres estamos y donde estamos, nos habla de cómo antes también hubieron mujeres rebeldes. Nos permite recoger a mujeres de nuestras comunidades en sus resistencias antipatriarcales y nos permite reconocer a las que hoy todavía están en las comunidades y valorarlas algunas de ellas ancianitas, valorar sus aportes a nuestras luchas como mujeres. (PAREDES, 2014, p.117)

Reivindicamos o Bem Viver por acreditarmos em outras formas de gestão do coletivo e do individual. Ao exigir outra economia, sustentada nos princípios de solidariedade, reciprocidade, responsabilidade e integralidade, o Bem Viver nos inspira a criar alternativas às relações exploratórias do capitalismo. (MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, 2018)

Aqui há o anúncio do Bem Viver enquanto ideia contra hegemônica que permite pensar “outras formas de gestão do coletivo e do individual”. Para elas, a mudança política aconteceria em consonância com uma mudança econômica pautada não no lucro ou nas relações de exploração, mas sim nos princípios da “solidariedade, reciprocidade, responsabilidade e integralidade”. Aqui pode-se traçar correspondência no trabalho de Choquehuanca (2012), vice-presidente da Bolívia, ao apresentar os princípios para se alcançar o Bem Viver: saber viver em harmonia e complementaridade. Assim, o Bem Viver aparece como inspiração para criação de alternativas ao capitalismo.

Do título ao corpo do texto, podemos inferir que para essas mulheres, a construção do Bem Viver dialoga intimamente com as pautas apresentadas, pois apresentam a reivindicação de outra forma de ser e estar no mundo individual e coletivamente. “Marchamos pela construção de um novo marco civilizatório que seja antirracista, anticapitalista e que contemple as mulheres negras de forma estrutural.” Elas citam violações que se colocam como obstáculos para o Bem Viver ao mesmo tempo que o nomeiam como caminho para a construção desse “novo marco civilizatório”.

A análise deste documento permite afirmar que o Bem Viver para as mulheres negras também se reflete na crítica ao modelo político econômico capitalista. O texto apresenta essa forma de viver como uma alternativa possível a ele. Também encontramos diversas referências à diversidade e à pluralidade, sejam de gênero, sexualidade, nacionalidade ou etnia. O manifesto prega uma congregação desses diferentes perfis sob a égide do Bem Viver como esse espaço de acolhida. Defender uma sociedade livre para esses corpos é sonhar com um mundo livre de preconceitos e fronteiras, sejam elas do corpo ou da mente.

Esse manifesto faz questão de não apenas enunciar um novo pacto civilizatório, mas principalmente repactuar as antigas alianças entre mulheres negras, indígenas, LGBTQs, do campo, da cidade, do Brasil e do restante do mundo. Desse modo, em harmonia intercultural com o feminismo negro, o feminismo comunitário traz elementos que alicerçam a reivindicação por uma nova sociedade.

## Considerações finais - A contribuição de mulheres negras para o Bem Viver

*Bem Viver é uma proposta que requer inverter a lógica do desenvolvimento e reparar o projeto desenvolvimentista. Um jeito de viver que não parta da acumulação capitalista que respeite as pessoas e o ambiente, que reveja o consumismo e que garanta vida plena para todas, principalmente para as mulheres negras que estão na base. (ZEZÉ PACHECO, 2021)*

Chegando na etapa final dessa jornada de sistematizar o Bem Viver - conteúdo vivo no movimento de mulheres negras - em formato de pesquisa acadêmica, sinto que há muito ainda o que ser explorado. Este trabalho não esgota as possibilidades de definições do conceito, pelo contrário, espero que ele seja um convite para que nós, mulheres negras, sigamos elaborando e registrando nossas elaborações sobre o Bem Viver.

Há desafios neste processo, como o de impedir tentativas de cooptação do conceito por parte das forças neoliberais. Neste sentido, a definição (acima) preciosa da nossa colaboradora Zezé Pacheco de cara finca o Bem Viver como um projeto oposto à lógica desenvolvimentista. Assim, reitero a necessidade primordial de afirmar sempre que o **Bem Viver é anticapitalista**, um modo de vida não colonial, antirracista, contra qualquer tipo de opressão ou exploração.

Na ilustração abaixo, realizada com maestria pela facilitadora gráfica Taoly Santos, destaco no centro da imagem a figura de Nilma Bentes, que com sabedoria ancestral fincada na Amazônia negra, nos aproxima do Bem Viver enquanto “proposta para contrapor o modelo capitalista-liberal”. Essa proposta só funcionou porque de fato fazia sentido com as histórias de lutas por reconhecimento e direitos do movimento negro e do movimento de mulheres negras.

Figura 8- Facilitação gráfica: Narrativas do Bem Viver.



Fonte própria, ilustração Taoly Santos, Nov. 2021.

Para além dos cinco elementos basilares (diversidade como riqueza civilizatória, caráter coletivo/comunitário, contraponto ao capitalismo, valorização dos saberes ancestrais e a natureza como detentora de direitos), como já vimos em Bentes quando nos afirmou que as mulheres negras avançam para além disso e vão incluindo outros saberes e significados neste Bem Viver, e que também Noelci Homero, nossa colaboradora, indica que com ele “revisitamos algumas referências que não eram brasileiras e sim de homens brancos que traziam o Bem Viver.” Nem todas as colaboradoras tiveram esse contato acadêmico com o conceito, e mesmo assim, essas mulheres negras em coletivo foram agregando visões e elaborando o Bem Viver a partir da prática.

Elencando as informações de fundamentação teórica mencionados até aqui, somados aos dados obtidos no capítulo 4 em que realizei a análise documental do Bem Viver em narrativas de mulheres Negras; e no capítulo 5 onde explorei o Bem Viver a partir de outras escrituras; fecho essa pesquisa com cinco inferências, ou seja, lugares que cheguei após observação e análise das narrativas coletadas aqui e aquelas que transcendem este espaço. Vamos a elas.

#### a. O Bem Viver é das mulheres negras!

Já foi rapidamente explanado aqui e já presenciei outras mulheres negras que articulam o Bem Viver demonstrando um certo desconforto como se as mulheres negras tivessem praticado apropriação cultural com os indígenas quando

reivindicam o Bem Viver. Essa sensação é falaciosa, principalmente, porque o Bem Viver está ancorado no retorno a saberes e práticas comunitárias que não estão presentes apenas nas comunidades indígenas, mas sim em todas as comunidades tradicionais (ACOSTA, 2016), incluindo africanas e afro-brasileiras. No entanto, quando pensamos nas margens como lugar de produção de conhecimento como abordam Stuart Hall (2014) e bell hooks (2013), não podemos apagar que enquanto conceito o Bem Viver foi sim sistematizado e registrado em teses e artigos acadêmicos enquanto elaboração indígena andina. Reforço: enquanto conceito o Bem Viver nasce em berço andino, mas enquanto prática comunitária tem matriz diversa. O que me permite, inclusive, propor um **Bem Viver amefricano**, ancorada tanto na produção acadêmica de Lélia González - que sempre contribuiu para dar visibilidade acadêmica à epistemologia feminista negra no Brasil (LEMOS, 2016) - como pelas narrativas de nossas colaboradoras que não demonstram dúvidas ao afirmar que: “Bem viver apresenta um projeto coletivo **afrocentrado**. Quem domina isso somos nós mesmas, mulheres negras e indígenas.” (Benilda Brito, 2021).

Como já vimos, Brito também a avalia que “o movimento de mulheres negras enegreceu muito esse Bem Viver”. Como ele fez isso? Identifico que foi o aproximando cada vez mais dos valores civilizatórios africanos e afrobrasileiros, como o culto à ancestralidade, a corporeidade, a oralidade, o cooperativismo, a circularidade e à memória. Ericka Francisca sintetiza essa ideia ao refletir: “Nós somos movidas pela **ancestralidade, oralidade e circularidade** - tenho absorvido esses três eixos como princípios que estabelece a nossa relação em coletivo, desta forma construindo o Bem Viver.” Nas narrativas fincadas no feminismo negro amazônico de Durica Almeida, ela interpreta o Bem Viver como uma ferramenta para “enfrentamos as discriminações e violência étnico-racial e de gênero” e aproxima o Bem Viver da prática política quando diz: “Bem viver é ancestralidade, resistência, está presente nos saberes e fazeres das mulheres negras do cerrado amapaense e extrativistas, no cuidado (o corpo deve estar com saúde e feliz) no momento da extração de óleos da andiroba, devem ter o cuidado com a semente, se for dessa forma, óleo não dá, o Bem Viver também se manifesta quando elas [mulheres] conseguem passar este conhecimento-cuidado para a geração do presente e para as futuras”.

Dessa forma, são os saberes ancestrais dessas mulheres negras que vão retomar o agir com cuidado consigo, com o outro, com a semente que aqui simboliza toda a natureza. O repassar desse conhecimento é ação necessária para conectar passado, presente e futuro e honrar a ancestralidade presente. Mesmo mulheres negras que desconhecem o termo Bem Viver, ao saberem o seu significado se conectam com ele, pois como bem afirmou Benilda Brito: “*A prática do bem viver é uma característica da cultura negra*”.

**b. O Bem Viver ao propor outra relação com a natureza permite combater o racismo ambiental.**

A história da humanidade revela que a separação do homem e da natureza foi imposta pelo colonialismo e seu processo civilizatório que se valeu da igreja para demonizar qualquer relação com a natureza que existisse na contramão do elo exploratório de recursos que propunha o capital. O Bem Viver, enquanto proposta contrahegemônica, tem como um dos seus principais pilares a proposta não só que a humanidade integra a Natureza, como também que ela por si só, tem direitos. Maria José Menezes (2021) refletiu o Bem Viver como lugar que reafirma o “*compromisso com os seres vivos, nossa fauna, flora e organismos que não enxergamos, mas que garantem a vida na Terra.*”

Adicionado a isso, o Bem Viver anunciado por mulheres negras nos convida a enxergar as pautas sobre meio ambiente de outra forma. Muitos de nós, negros/negras e periféricos atravessados cotidianamente pelo genocídio, por vezes ficamos refratários a falar do cuidado com o planeta quando há sangue negro jorrando. Quando Bentes aponta a necessidade de barrar a lógica desenvolvimentista, ela também o faz por entender que esse desenvolvimento acontece por cima de corpos negros, indígenas, quilombolas, dos periféricos e vulneráveis das cidades e do campo. O desenvolvimento que coloca em risco a comunidade de marisqueiras na Bahia, é o mesmo que causa a gentrificação nos grandes centros urbanos, que impede que seja possível ter casa para todo mundo. Ele é o mesmo que faz a ativista queniana Wanjiru Wathuti segurar um cartaz com os dizeres: “Se não agirmos rápido, nós seremos extintos também”. Ou outra menina africana que segura um cartaz que diz: “O aquecimento global não é uma previsão, está acontecendo aqui e agora.” Não à toa são os indígenas, os

quilombolas e as comunidades pobres, periféricas e rurais, os primeiros a sentirem os efeitos dessa política de morte professada pelo desenvolvimento.

Há que se pensar há que embora haja um desenvolvimento que somente serve à acumulação de capital, sem distribuição dos benefícios, gerador de grandes impactos e que pesam apenas sobre uns, mas um desenvolvimento que permite qualidade de vida, que mitiga tais impactos é possível. Porém, atualmente a degradação ambiental não atinge todos de forma igual e o racismo ambiental prova isso. Zezé Pacheco interpreta o Bem Viver como elemento presente “*na luta por território das mulheres quilombolas e pescadoras, a luta das mulheres das comunidades populares contra a violência, a política urbana e pela vida sem violência.*” Bem, colocar a natureza no centro, como propaga o Bem Viver, é saber que esta ação se desdobra em aspectos sociais, políticos, econômicos e até espirituais (quando pensamos no modo de vida trazido com as religiões de matrizes africanas, por exemplo). A luta por terra de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros está necessariamente conectada à justiça climática. Esses povos mantêm uma outra relação com o território, e embora os povos indígenas representem apenas 5% da população global, eles protegem 82% da biodiversidade da Terra. O mesmo pode se dizer da relação estabelecida por quilombolas, e por movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que lutam por um uso produtivo, mas não exploratório da terra.

Os ambientalistas por ofício, como já mencionado, forma distinta de nomear as comunidades tradicionais, tem na agricultura familiar a contraposição à monocultura que empobrece o solo e enriquece as mesmas famílias há séculos. Eles estão espalhados nas comunidades quilombolas e indígenas de todo mundo. Recentemente, o cenário político regional se enriqueceu ao assistir uma mulher negra, de origem pobre, mãe solteira, ex-empregada doméstica se tornar vice-presidenta da Colômbia. Francia Márquez constitui-se ativista ao defender um rio que passava por dentro de sua comunidade quilombola.

Isso nos leva a enfatizar que a recuperação do meio ambiente, passa necessariamente pela mudança do sistema produtivo e econômico do mundo, além do respeito por essas comunidades tradicionais. Ao se fundamentar na natureza, o Bem Viver não se relaciona apenas à questão ambiental. Como Benilda Brito reflete: “*Pensar no meio ambiente é pensar na fome. Para a*

*natureza estar bem tem que ter relações sociais saudáveis”, ou seja, relações sociais fundamentadas nas desigualdades, na exploração, no racismo estão na contramão do Bem Viver.*

### **c. Bem viver como prática da ética do amor.**

Como abordamos nas narrativas de Dulce Pereira, um dos seus primeiros contatos com o Bem Viver foi um congresso no Peru que discutia *Buen Vivir* e o amor, em que ela falava sobre a capacidade do povo negro construir a partir das diferenças sob a perspectiva da qualidade de vida. A única vez que o amor foi citado explicitamente nas narrativas foi neste contexto.

Ieda Leal, trouxe algo semelhante quando apontou que Bem Viver ajuda a construir laços de afeto e respeito. Embora esta investigação seja sobre o que há de elementos a serem observados nas narrativas, essa ausência de menções ao amor também está carregada de significado. Na vida das mulheres negras falar de amor é algo que escapa à realidade de muitas.

A feminista negra estadunidense bell hooks em seu trabalho *All about love* (2000) relaciona a desumanização que os corpos negros passam na sociedade supremacista branca (com racismo e autoódio) e a nossa capacidade de amar. Em contrapartida à falta de amor, ‘cuidado’ e ‘autocuidado’ ganham juntos mais de 90 citações nos depoimentos das nossas colaboradoras. Algo que precisa ser aprofundado em pesquisas futuras é a forma que esse cuidado e autocuidado dialogam com práticas de amor e autoamor. Ou ainda, o quanto ao propagar o Bem Viver, estamos nos aproximando de um fazer político gerido pela ética do amor. Sobre o amor, bell hooks (2000) reflete sobre o seu papel enquanto ferramenta de luta.

Sem mudar as estruturas de dominação, vivemos no lugar da cultura do encanto. O amor é profundamente político. Nossa revolução mais profunda virá quando entendermos isso. (...) só o amor pode nos dar o poder de reconciliar, de redimir, o poder de renovar os espíritos cansados e salvar a alma perdida. ... amor no cerne da questão. Quando tudo mais se foi, o amor sustenta... (hooks, 2001, p.16-17, tradução nossa)

A autora em seu livro *All about love* (2000) analisa como as pessoas, especialmente as negras, estão descrentes do amor. E afirma como “...todos os grandes movimentos por justiça social em nossa sociedade enfatizaram fortemente uma ética do amor” (hooks, 2000, p.5). Paula Balduino em seu relato afirma como as mulheres negras entre elas se cuidam. “Fazemos uma movimentação em direção a outras mulheres pretas no sentido do cuidado”. As práticas coletivas do Bem Viver imersas num “cuidar”, ajudam a abrir as portas para um autocuidado e auto amor. Não é uma tarefa fácil se amar, como bem aponta bell hooks, e estar em coletivo, diferente do que possa parecer, é um terreno fértil também para o autoamor. “O amor próprio não pode florescer isoladamente”, adverte a autora (hooks, 2000, p.54). Nieta Luiza refletiu brevemente sobre a importância de elaborar dores no coletivo quando pontua: “o processo do bem viver começa podendo falar das minhas dores com minhas irmãs”. Ao apontar a subjetividade como uma das portas de entrada do Bem Viver dentro da ação política, Nieta entra em consonância com hooks que interpreta que voltar para o amor é “uma questão central em nossos esforços de recuperação coletiva e cura, não é um afastamento da ação política” (hooks, 2001, p.16). Desvelando as práticas do cuidar impulsionadas pelo amor (não explícito), podemos observar o Bem Viver carregando em si a ética do amor.

#### **d. Bem Viver não é skincare.**

Ao pontuarmos aqui autocuidado é comum o entendimento de que Bem Viver é sinônimo de Bem-Estar. Para quase a totalidade das nossas colaboradoras de pesquisa a questão está bem resolvida. Durica Almeida refletiu como não é possível elaborar o Bem Viver na lógica individual. “... *Se for assim, não é bem viver. Quando me refiro a lógica do coletivo, penso que, o bem viver envolve as pessoas, sua história de vida, passado, presente e futuro e o espaço onde ela está inserida*”.

Juliana Chagas complementa: “*Bem viver é um projeto de sociedade. Bem estar é individual*”. Além dos desavisados, é o capital que usa Bem Viver e Bem estar como sinônimos. Mas qual é a grande cilada quando outros grupos políticos e ideológicos transformam o Bem Viver em sinônimo de bem-estar? Bem, a apropriação neoliberal do Bem Viver já está em curso. Podemos notá-la presente em slogans de empreendimentos imobiliários fruto da gentrificação das grandes

cidades que expulsa negros e pobres do centro. Como vimos até aqui Bem Viver sempre vai versar sobre o comunitário. Não existe meu bem viver individual.

A fala de Durica reverbera a da maioria das nossas colaboradoras, então se o Bem Viver for corrompido pela falácia do bem-estar não será por ação de mulheres negras. Nós estamos alinhadas aos indígenas quando defendem fielmente o Bem Viver atrelado ao comunitário/coletivo. Bem viver não é skincare, mas para mulheres negras historicamente educadas para olhar o outro e não a si, o cuidado com a pele pode ser uma ação rumo ao Bem Viver. O Bem Viver fala de uma lógica de cuidado não exploratória que começa de dentro das pessoas e transborda para o outro (voltamos ao cuidado e autocuidado). Quando no itã (relato mítico) yoruba, Oxum lava primeiro suas joias antes de cuidar de seus filhos, ela nos dá uma lição valiosa sobre olhar para si, o automar como uma ferramenta também de emancipação coletiva. O autocuidado está inserido no Bem Viver, mas tudo o que o Bem Viver é não se esgota no autocuidado. Para as mulheres negras que estão ressignificando o cuidar que começa por ela e não existe apenas em decorrência do outro, o Bem Viver e o **autocuidado** caminham juntos.

#### **e. Bem Viver e a teoria como prática libertadora.**

bell hooks em seu livro de 1999, *Ensinando a Transgredir: a Educação como prática de liberdade*, aborda que no interior dos movimentos feministas revolucionários é preciso reivindicar conjugar teoria/prática para o ativismo libertador. Finalizo essa dissertação evocando o exemplo da prática do Bem Viver na cidade de São Paulo, pois outro campo que precisa ser explorado é como esse Bem Viver se traduz em contextos urbanos e temos exemplos da atuação via Marcha das Mulheres Negras de São Paulo.

Inspiradas no Bem Viver, em 2017, as mulheres da Marcha criam o Grupo de Trabalho de Acolhimento. Ele foi pensando exatamente para que na dureza da construção política a gente não deixasse de se olhar e se cuidar mutuamente. Ao receber as mulheres novas que chegavam para militar na Marcha, o GT também tem como incumbência fazer imersão para garantir o alinhamento político. O trabalho das mulheres do GT foi essencial em tempos de pandemia, onde junto com o GT de Finanças organizaram as entregas de cestas básicas para outras mulheres negras arrimos de família. A existência desse GT pode ser lida

como uma prática do Bem Viver que vai do micro ou macro, como afirmou Nilma Bentes. Outro exemplo que se conecta ao Bem Viver é o Projeto Narrativas de Liberdade coordenado na Marcha por mim e por Andreia Alves. O projeto está alicerçado na formação política de nós para nós enquanto uma ferramenta de luta. Fundamentado na prática do cuidado, o curso de formação acolhe a mulher, sua criança, garante três refeições e tem uma metodologia baseada na circularidade e oralidade. A sua quarta e última edição aconteceu no início de 2022, dentro de uma casa de acolhimento a mulher vítima de violência, a Casa Anastácia, localizada na periferia de São Paulo. Em “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social (1988)”, Lélia González termina seu texto fazendo um chamado: organização já! Respondendo a essa convocação que dialoga com o Bem Viver a nos colocar em coletivo, o projeto Narrativas de Liberdade lançou a publicação “Convite à organização coletiva” onde não só se estimula a estar em coletivo como dá caminhos sobre o modo de fazer. Já o livro Narrativas de Liberdade traz múltiplas histórias de mulheres negras que se descobriram escritoras no processo de oficinas de escrita criativas realizadas por Bianca Santana, escritora e jornalista. Além disso, a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo tem em seu histórico de lutas e articulações que promovem o diálogo sobre as questões de gênero, bem como a inserção desta pauta nas políticas públicas. Com o apoio do Fundo Elas, realizamos o projeto “Projeto Bem Viver, Diálogos com o Cuidar”, como mais uma oportunidade de fomento a ações que, além de visibilizar corpos de lésbicas, bissexuais e trans e travestis (LBTTs) suas pautas, tem como desafio fortalecer lideranças e ampliar o debate. É sabido que o Brasil é o país onde mais se mata LBTTs e que para além das estatísticas os corpos LBTTs pretos, tem sofrido com apagamentos históricos dentro dos movimentos sociais. Esse projeto demarcou o Bem Viver neste lugar do cuidado, tão precioso para mulheres negras como vimos acima. Por fim, exponho esses exemplos para afirmar que o Bem Viver se traduz na nossa prática política cotidiana, como já disseram nossas colaboradoras.

Mesmo com tantas reflexões a respeito do Bem Viver, me repito aqui para afirmar que as definições e práticas do Bem Viver são amplas e generosas. Sei que apresento aqui rastros que precisam ser aprofundados e debatidos. Faço votos que essa dissertação

inspire e seja ferramenta para mulheres negras imaginarem e praticarem valores de outro mundo possível. Onde Bem Viver e ubuntu não sejam traduzidos apenas nas relações interpessoais, mas sim políticas e econômicas. Por fim, fecho a gira com a narrativas da Frente de Mulheres Negras do DF que anunciam: *Como mulheres negras feministas e protagonistas das lutas por outro mundo possível, dialogamos tanto com o Estado, quanto com a sociedade e compartilhamos nossas experiências a fim de construirmos coletivamente novas dinâmicas de vida e ação política, que só serão possíveis se superarmos o racismo, o sexismo, o capitalismo, o genocídio, ecocídio e todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da identidade e humanidade de mulheres e homens negros.*” O Bem Viver anuncia não só o mundo desejado por mulheres negras, mas também o que **já está sendo** construído por **nós**.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária.
- AGUIAR, K. F., & ROCHA, M. L. (2007). *Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise*. *Psicol. cienc. prof. Brasília*, v. 27, n. 4, p. 648-663. Acesso em 12 de julho de 2021, disponível em Scielo: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007001200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007001200007&lng=pt&nrm=iso).
- ALMEIDA, L. (2010). *Trilhando seu próprio caminho: trajetórias e protagonismo de intelectuais/ativistas negras: a experiência das organizações Geledés/SP e Criola/RJ. 204f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica - PUC RIO.
- ALMEIDA, M. d. (2018). *Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. Tese (doutorado, 302 p.) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Campinas, SP*. Acesso em 12 de setembro de 2022, disponível em Revistas UFG: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635150>.
- ANZALDÚA, G. (2000). *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo, Florianópolis*, v. 8, n. 1, p. 22. Acesso em 05 de setembro de 2022, disponível em Revista Estudos Feministas - Periódicos UFSC: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>.
- BAIROS, L. (1995). *Nossos feminismos revisitados. (Dossiê Mulheres Negras), Florianópolis*, v. 3, n. 2, 458-463. Acesso em 05 de setembro de 2022, disponível em Revista Estudos Feministas - Periódicos UFSC: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>.
- BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARRETO, R. d. (2005). *“Enegrecendo o feminismo” ou “Feminizando a raça” : narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles; orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. Departamento de História*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- BENTES, N. (2021). *In: LIMA, Lívia. Nilma Bentes: ‘A ecologia deveria subordinar a economia*. Acesso em 14 de junho de 2021, disponível em Nós mulheres da Periferia: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nilma-bentes>.
- BENTO, M. A., & CARONE, I. (2002). *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes.
- BOLSANELLO, M. A. (1996). *Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira*. *Educ. rev., Curitiba*, n. 12, p. 153-165. Acesso em 24 de setembro de 2020, disponível em Scielo: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40601996000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100014&lng=en&nrm=iso).
- CARDOSO, C. P. (2012). *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese (doutorado) –*. Acesso em 21 de agosto de 2021, disponível em Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador: <http://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/enegrecendo-o-feminismo.pdf>
- \_\_\_\_\_. (2014). *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia González*. *Revista Estudos Feministas*, 22(3): 965–986. Florianópolis.
- CARNEIRO, S. (1989). *Identidade Feminina*. *In: Cadernos Geledés*, n. 4. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra.
- \_\_\_\_\_. (1993). *A organização nacional das mulheres negras e as perspectivas políticas*. *In: Cadernos Geledés*, n. 4. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra.

- \_\_\_\_\_. (2003). *Mulheres em movimento. Estudos avançados*, vol.17 n.º.49, IEA, set./dez., pp.117-132. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2003a.). *Mulheres em movimento. In: Estudos Avançados*, n. 17 (49).
- \_\_\_\_\_. (2003b). *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos p. 4.* Rio de Janeiro: Takano Editora.
- \_\_\_\_\_. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação junto à Área Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo.* Acesso em 05 de setembro de 2022, disponível em Negras ou Blog: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Lélia González, o feminismo negro no palco da história.* Brasília: AbraVÍdeo.
- CARNEIRO, Suelaine. (23 de Janeiro de 2017). *Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números / Suelaine Carneiro , de.* Acesso em 2021, disponível em Geledés Instituto da Mulher Negra: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-decodifancando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf>
- CESTARI, M. J. (2015). *Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Instituto de Estudos da Linguagem: Universidade Estadual de Campinas.* Acesso em 05 de setembro de 2022, disponível em Repositorio Unicamp: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/963234>.
- CHANCOSA, B. (2010). *El Sumak Kawsay desde la visión de la mujer. Revista América Latina en Movimiento ALAI. Alternativas Civilizatorias: los viejos nuevos sentidos de humanidad.* Quito.
- CHOQUEHUIANCA, D. (12 de maio de 2019). *O Bem Viver indígena vai além do capitalismo e do socialismo.* . Fonte: Instituto Humanistas Unisinos: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/549055-o-bem-viver-indigena-vai-alem-do-capitalismo-e-do-socialismo>
- COLLECTIVE, T. C. (1978). *The Combahee River Collective Statement - A Black Feminist Statement.* Acesso em 14 de Agosto de 2021, disponível em Circuitous: <http://circuitous.org/scraps/combahee.html>.
- COLLINS, P. H. ( 2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.* São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2016). *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. v. 31, n.1, p. 99-127.* Brasília: Revista Sociedade e Estado.
- CORTEZ, D. (2011). *La construcción social del Buen Vivir (Sumak Kawsay).* 28, 1-23. Ecuador: Aportes Andinos.
- CURIEL, O. (2007). *Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. Nó-madas*, n. 26., pp. 92-101.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Descolonizando el Feminismo: Una perspectiva desde América Latina y el Caribe. Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista.* Buenos Aires, Argentina.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. A propósito de la realización del Encuentro Feminista Autónomo: haciendo comunidad en la casa de las diferencias In ESPINOSA, Yuderkys; GÓMEZ, Diana; OCHOA, Karina. Tejiendo de otro modo.: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca,* pp. 325-334.
- CURIEL, O., & ESPINOSA, Y. (1998). *Los encuentros feministas de América Latina y del Caribe: um resúmen esquemático (1981-1996).* Santo Domingo: Edição das autoras.

- D'ADESKY, J. (2001). *Pluralismo étnico e multiculturalismo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. Editora Pallas.
- DOMINGUES, P. J. (2001). *Uma História não contada: negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado). Acesso em 11 de agosto de 2022.
- Dossier: el pensamiento de Lélia González, un legado y un horizonte*. (2019). Lasa Forum.
- FERNANDEZ-DÁVILA URQUIDI, V., & HUERTAS FUSCALDO, B. M. (2013). *La Propuesta del Sumák Kawsay/Buen Vivir, en los Estados Plurinacionales de Bolivia y Ecuador*. n. 22, p. 48-58, (Vol. 12). Brazilian Journal of Latin American Studies.
- \_\_\_\_\_. (2015). *O Buen Vivire os saberes ancestrais frente ao neo-extratativismo do século XXI Polis [En línea]*, 40 |. Acesso em 27 de setembro de 2020, disponível em Journals Open Edition: <http://journals.openedition.org/polis/10643>.
- FERREIRA, L. F. (2001). *Luiz Gama (1830-1882): étude sur la vie et l'oeuvre d'un Noir citoyen, militant de la lutte anti-esclavagiste au Brésil*. Tese de doutorado. 4 vols. Paris: Universidade de Paris 3 / Sorbonne Nouvelle.
- FIGUEIREDO, A. (2020.). *Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial*. *Revista Tempo & Argumento, Florianópolis*, v. 12, n. 29, p. 2-24. Fonte: Portal de Periódicos Udesc: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>.
- FIGUEIREDO, A., & GROSFOGUEL, R. (2010). *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. *Sociedade e Cultura, Goiânia*, v. 12, n. 2, p. 223–234. Acesso em 17 de setembro de 2022, disponível em Revistas UFG: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/9096>.
- FLICK, U. (2009). *Introdução à Pesquisa Qualitativa* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- FREITAS, M. d. (2020). *Vozescritas: feminismos negros e estudos culturais em Samba Escritos*. Orientador, Luis Carlos Piassi ; coorientadora, Núbia Regina Moreira. 76.
- GODOY, A. S. (1995). *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. v. 35, n. 3, p. 20-29. São Paulo: Rev. Adm. Empresa.
- GONZÁLEZ, L. (1984). *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. *Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS*, pp. 223-244.
- \_\_\_\_\_. (1988). *As amefricanas do Brasil e sua militância*. IPCN. Rio de Janeiro. Fonte: Jornal Maioria Falante.
- \_\_\_\_\_. (1988 b). *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*. *Raça e Classe, ano 2, n. 5, p. 2*. Brasília.
- GUDYNAS, E., & ACOSTA, A. (2011). *La renovación de la crítica al desarrollo y el Buen Vivir como alternativa*. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 16, n. 53, pp. 71-83. Acesso em 05 de agosto de 2019, disponível em redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27919220007>
- HIDALGO-CAPITAN, A. L. (2012). *El buen vivir ecuatoriano en el contexto de la economía política del desarrollo*. En: Dominguez, R.; Tezanos, S. (Eds.). *Actas del I Congreso Internacional de Estudios del Desarrollo*. Santander: Universidad de Cantabria. Acesso em janeiro de 2017, disponível em Congresseo Reedes: <http://ciberoamericana.com/pdf/CongresoReedes.pdf>.
- HOOKS, B. (2000). *All About love*. New York: News Visions.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Salvation. Black People and love*. New York.
- \_\_\_\_\_. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2018). *Olhares negros: raça e representação* (1 ed.). São Paulo: Editora Elefante.
- IBÁÑEZ, M. R. (2013). *Vivir Bien desde contextos urbanos*. *Cuaderno de Conversaciones. \ red de la Diversidad*. Bolívia: Fundación Wayna Tambo de Bolívia.

- LEMOS, R. d. (2015). *Mulheres Negras Marcham em 2015 pelo Bem Viver*. v. 17, n. 36, p. 207, 7 nov. Ser Social.
- \_\_\_\_\_. (2016). *Do estatuto da igualdade racial à Marcha das Mulheres Negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas*. Tese (Doutorado em Política Social). Acesso em 05 de setembro de 2022, disponível em Fluminense, Niterói: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23551>.
- \_\_\_\_\_. (2016). *Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões*. In *Revista Espaço Acadêmico*, n.185.
- LEÓN, M. (2012). *Redefiniciones económicas hacia el Buen Vivir: un Acercamiento feminista*. AWID.
- LEÓN, T. (2010). *El 'buenvivir': objetivo y camino para otro modelo*. Acesso em 10 de janeiro de 2019, disponível em Institut Gouvernance: <http://www.institut-gouvernance.org/es/analyse/fiche-analyse-460.html>.
- LORDE, A. (1977). *A Transformação do silêncio em linguagem e ação - Comunicação de Audre Lorde no painel "Lésbicas e literatura" da Associação de Línguas Modernas*. Acesso em 10 de junho de 2015, disponível em Geledés: [www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao](http://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao).
- LUGONES, M. (2008). *The coloniality of gender, in Worlds and knowledges otherwise*. Acesso em 2021, disponível em Duke Trinity College of Arts and Sciences: [https://globalstudies.trinity.duke.edu/wp-content/themes/cgsh/materials/WKO/v2d2\\_Lugones.pdf](https://globalstudies.trinity.duke.edu/wp-content/themes/cgsh/materials/WKO/v2d2_Lugones.pdf).
- M., L. T. (2010). *El 'buenvivir': objetivo y camino para otro modelo*. Acesso em 10 de janeiro de 2022, disponível em <http://www.institut-gouvernance.org/es/analyse/fiche-analyse-460.htm>.
- MALDONADO, L. (2009). *El Sumak Kawsay como Alternativa al Desarrollo*. In: *Seminario Interculturalidad Y Salud*. Quito: Anuales.
- MIGNOLO, W. (2003). *Histórias locais – projetos globais: colonialidade, saberes subalternizados e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- MOREIRA, N. (2006). *Representação e identidade no feminismo negro brasileiro*. In: *Anais do Seminário Fazendo Gênero 7*. Florianópolis: UFSC.
- NETO, S., & ARAÚJO, T. (2015). "Buen vivir": notas de um conceito constitucional em disputa. *Fortaleza*, v.20, n. 2, pp. 379-403. Acesso em 14 de julho de 2020, disponível em *Revista Pensar*: <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/viewFile/2886/pdf>.
- OLIVEIRA, J. C. (2019). *Marcha das mulheres negras: o Bem Viver para construção de alternativas e superação do racismo*. São Paulo: CELACC.
- RAMOS, A. G. (1995). *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- RAMOSE, M. B. (2002). *A ética do Ubuntu*. Trad. Éder Carvalho Wen. 17 jul.2020. Fonte: Filosofia Africana: [https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/mogobe\\_b.\\_ramose\\_-\\_a\\_%C3%A9tica\\_do\\_ubuntu.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/mogobe_b._ramose_-_a_%C3%A9tica_do_ubuntu.pdf).
- RATTS, A., & RIOS, F. (2010). *A perspectiva interseccional de Lélia González*. (Coleção Retratos do Brasil Negro). São Paulo: Selo Negro. In: CHALHOU, Sidney ; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (org.). Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço.2016. Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil séculos XIX e XX. p. 447 v. 11. (Coleção UNIAFRo).
- RIBEIRO, D. (2016). *Feminismo negro para um novo marco civilizatório*. *Revista SUR* 24, v. 13, n. pp. 99-104 . Acesso em 14 de junho de 2018, disponível em *Revista SUR*: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>
- RIBEIRO, M. (1995). *Mulheres negras: De Bertioga a Beijing*. Florianópolis: Estudos Feministas.

- \_\_\_\_\_. (2008). *Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização*, n° 16 (3), 2008. *Rev. Direito e Práx.*, Vol. 9, N. 2, , p. 1080-1099. *Ángela Figueredo* DOI: 10.1590/2179-8966. Florianópolis: Estudos Feministas.
- RIST, G. (2002). *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. Madrid: Catarata-IUDC.
- ROJAS, et all. (2015). *Luchas del buen vivir por las mujeres negras del Alto Cauca. Nómadas (Col)*, núm. 43, octubre, pp. 167-183. Colombia: Universidad Central Bogotá.
- SANTIAGO, A. R. (2020). *Literaturas de autoria negra: um canto de resistência à afrodescendência*. *Revista Verbo de Minas, Juiz de Fora*, v. 21, n° 37, p. 212-230. Acesso em janeiro de 2021, disponível em Verbo de Minas: <http://seer.uniacademia.edu.br/index.php/verboDeMinas/article/view/2527/0>.
- SANTOS, B. d. (2010). *Refundación del Estado en América latina – Perspectivas desde una epistemología del Sur*, em ACOSTA, Alberto & MARTÍNEZ, Esperanza (orgs.). Quito: Abya Yala.
- SANTOS, S. M. (2017). *O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios*, *Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, v. 24, n.1, p. 214-241. São Paulo: PLURAL.
- SANTOS, J. G. (31 de outubro de 2018). *O Bem Viver e a radicalidade de sonhar outros mundos*. Acesso em 12 de junho de 2022, disponível em Usina de Valores: <https://usinadevalores.org.br/o-bem-viver-e-a-radicalidade-de-sonhar-outros-mundos/>
- SCHWARCZ, L. M. (2011). *Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco*. *História, Ciências, Saúde, jan. mar.*, p.225-242.
- SILVA, P. B. (1998). *Chegou a hora de darmos à luz a nós mesmas: Situando-nos enquanto mulheres e negras*. São Paulo, v. 19, n. 45. Acesso em 14 de julho de 2020, disponível em Cad. CEDES: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000200002>.
- THOMSON, B. P. (2011). *Perspectivas indígenas, buen vivir, kawsay Sumaq e decrescimento*, 54(4), 448-454. Desenvolvimento.
- WALSH, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época*. Quito: UASB /Abya-Yala.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Desenvolvimento como Buen Vivir: acordos institucionais e (de) envolvimentos coloniais*. 53(1), 15-21,. Desenvolvimento.

**ATO EM DEFESA DA VIDA E PELO BEM-VIVER!**

**"COM TIRANOS NÃO COMBINAM, BRASILEIROS CORAÇÕES!"**

**2 de Julho - Dia da Independência da Bahia**

**Ladeira do Boqueirão**

**02/07**

**9H**

**#Paremdenosmatar**

**#PAREMDENOSMATAR**

Rede de Mulheres Negras da Bahia

**Figura 8.** Divulgação da Rede de Mulheres Negras da Bahia em parceria com a Campanha Parem de nos Matar que realizaram as manifestações 2 de Julho de 2020. Na legenda que acompanha a divulgação conta: "O 2 de Julho inspira a luta contra a violência, pela verdadeira democracia, pelo Bem Viver." Fonte: Rede de Mulheres Negras da Bahia.



Durante a **I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**, movimentos, organizações e articulações de mulheres negras e indígenas e o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas firmaram um acordo que ficará na história: a “**Aliança de Parentesco**”.

### **ALIANÇA DE PARENTESCO**

Nós, mulheres índias e negras reunidas na 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada de 15 a 17 de julho de 2004 em Brasília – DF, selam uma aliança de parentesco:

- considerando a semelhança da opressão colonial sofrida pelos povos indígenas e afrodescendentes, em especial as mulheres;
- considerando que esses dois povos foram igualmente submetidos a processos de genocídio e/ou extermínio;
- considerando o estupro colonial perpetrado contra índias e negras;
- considerando a espoliação e expropriação das terras, das culturas, dos saberes desses dois povos;
- considerando a perpetuação da exclusão histórica desses povos desde o término do período colonial até os nossos dias, que vitima especialmente as mulheres, distorcendo e desvalorizando suas imagens;
- considerando a necessidade da reparação histórica que o Estado brasileiro tem para com esses povos em geral, e as mulheres, em particular;

#### **Decidimos:**

- Firmar o nosso parentesco através de uma aliança política na busca conjunta da superação das desigualdades econômicas, políticas, sociais, culturais e de poder;
- Firmar uma aliança estratégica para a conquista da igualdade de oportunidades para mulheres índias e negras na sociedade brasileira;
- Firmar uma aliança estratégica que dê visibilidade a índias e negras como sujeitos de direito.

#### Doravante índias e negras consideram-se **parentes**.

Conselho Nacional das Mulheres Indígenas; Comitê Intertribal de Mulheres Indígenas/NE; Departamento de Mulheres Indígenas da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – DEMIAB; Grupo de Mulheres Indígenas do Acre; Organização de Mulheres Indígenas de Roraima; Associação de Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista; Associação de Mulheres Indígenas Terena – Mato Grosso do Sul; Encontro das Mulheres Indígenas da Região Sul Brasil; Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras; Fórum Nacional de Mulheres Negras e Fóruns Estaduais de Mulheres Negras: SP, RJ, MG, DF, MS, MA, BA, CE, PI, SE, PB, GO, SC, PR, RS, AL, AP e TO; Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas Comissão Estadual de Pernambuco.

**Aderem ao documento mais 15 organizações:** Liga Brasileira de Lésbicas; Fórum Goiano de Mulheres; Grupo não e Consciência Negra/Fórum de Mulheres da Amazônia; Articulação de Mulheres do Acre; Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia; Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte; Movimento e Articulação de Mulheres do Estado do Pará; Marcha Mundial das Mulheres; Rede Economia e Feminismo; Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso; Central Única dos Trabalhadores do Mato Grosso/ Fórum de Articulação de Mulheres de Mato Grosso; Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso; Núcleo de Estudo Pesquisa e Organização da Mulher – Nuepom/UFMT.



Neste 25 de julho, nós mulheres negras e indígenas estamos nas ruas com a força das nossas ancestrais e de milhares de lutadoras anônimas para gritar bem alto que seguimos em marcha.

No momento em que o Brasil atravessa uma grave crise política e econômica, com o desmantelamento de políticas públicas duramente conquistadas e desmandos por parte de governos elitistas e conservadores, nós negras de São Paulo voltamos às ruas. Celebramos o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e o Dia Nacional Tereza de Benguela, marcos da luta das mulheres negras em todo o Brasil e no Continente.

Somos o coletivo **Marcha das Mulheres Negras de São Paulo** que ajudou a construir a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que levou a Brasília cerca de 50.000 mulheres em 2015. Em São Paulo, realizamos duas marchas vitoriosas e colocamos nas ruas mais de 5 mil mulheres negras no dia 25 de julho de 2016 e 2017, denunciando o racismo e o machismo, o retrocesso político e celebrando nossa força e nossa energia pela vida das mulheres negras, de todas as mulheres.

Nesta 3ª Marcha das Mulheres Negras de São Paulo apresentamos para toda a sociedade questões que nos afetam diretamente e que queremos ver enfrentadas por todas as pessoas que acreditam num novo projeto de país.

Reivindicamos o Bem Viver por acreditarmos em outras formas de gestão do coletivo e do individual. Ao exigir outra economia, sustentada nos princípios de solidariedade, reciprocidade, responsabilidade e integralidade, o Bem Viver nos inspira a criar alternativas às relações exploratórias do capitalismo.

Marchamos contra o racismo, o feminicídio, o machismo, o etnocídio, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia, o racismo religioso e todas as formas de violência e violação dos direitos humanos.

Voltamos às ruas para denunciar o genocídio da população negra em curso, pela violência da polícia do Estado e a “guerra às drogas”, que vem se efetivando como política de criminalização da juventude e não de enfrentamento efetivo ao narcotráfico.

No Brasil, vivemos um quadro de **guerra não declarada** que, de formas **extremamente violentas, restringe individual e coletivamente nosso direito à vida**. Pobreza, indigência, morte precoce, violência, violação de direitos, restrições à livre expressão sexual, incidência crescente de infecção por HIV/Aids e altas taxas de mortalidade, pedofilia, desemprego, exploração sexual infantil e invasão dos corpos, estão entre os **desafios enfrentados pelas mulheres negras, na maior parte das vezes em isolamento**.

Apesar da nossa luta cotidiana, somos a maioria das vítimas da violência doméstica e obstétrica e da mortalidade materna; somos maioria da população carcerária feminina e vemos aumentar de maneira assustadora a violência sofrida pelas travestis e transexuais negras que vivenciam múltiplas formas de discriminações.

Fatos recentes evidenciam um acirramento da violência contra a população negra, onde as mulheres negras têm sido o alvo privilegiado de práticas perversas e assassinas.

Mulheres lésbicas seguem sendo vítimas de “estupros corretivos” e a eugenia - adotada historicamente no Brasil para controlar o crescimento populacional da comunidade negra e pobre - volta à cena política com a esterilização forçada e irreversível de Janaína Aparecida Quirino, que tem 36 anos e vive na cidade paulista de Mococa.

Ingriane Barbosa, negra, 30 anos, mãe de três filhos, foi mais uma vítima da criminalização do aborto, tema em debate no Supremo Tribunal Federal em audiência pública nos dias 3 a 6 de agosto. Um assunto que diz respeito às vidas de todas nós, pois somos também aquelas que mais morrem por aborto inseguro.

Assistimos também a grave violação dos direitos humanos com a Intervenção Militar que ocorre nas favelas do Rio de Janeiro. Foi neste contexto que vimos uma parlamentar eleita ser executada de forma sumária com o trabalhador Anderson Gomes. Marielle - negra, lésbica, parlamentar socialista, ex-moradora na favela da Maré e liderança destacada na defesa dos direitos humanos e denúncia do genocídio - foi assassinada porque ousou erguer a voz em favor de sua comunidade. Quatro meses depois do assassinato, é inaceitável não haver nenhum resultado que aponte os culpados.

Em São Paulo, seguimos também com a militarização das nossas vidas. A violência policial assassinou de maneira cruel Luana Barbosa, mulher negra, lésbica, na frente de seu filho. A família segue lutando no judiciário pela condenação dos assassinos.

As mães, companheiras, filhas, irmãs, mulheres vítimas diretas dos assassinatos de jovens assassinados pela polícia do Estado, além da dor da perda têm que arcar com todo o custo social dessa violência e continuam na sua dolorosa busca por justiça e contra a impunidade.

Outra questão cara às mulheres negras é o fato de assistirmos a cada dia o nosso direito à livre religião ser atacado. Não só há terreiros sendo constantemente depredados, como tentam aprovar uma lei que proíbe o exercício pleno dos seus ritos de abate religioso, num total aviltamento à nossa cultura e religião.

Por todo esse cenário de desmontes e negações de direitos estamos dizendo em alto e bom som que não vamos deixar que continuem nos aniquilando.

Repudiamos como o governo em suas diferentes esferas é negligente com as nossas vidas. O incêndio e desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida no Largo do Paissandu, no dia 1º de maio de 2018, mais uma vez revelou a falência da política de moradia na cidade. Até hoje há famílias acampadas nas ruas pela total negligência do Estado. Não podemos esquecer mais esse crime. As famílias merecem exercer o direito à moradia digna.

### **Não aceitamos o retrocesso dos nossos direitos duramente conquistados!**

Os golpistas impõem uma reforma trabalhista que acaba com a CLT. Mesmo sendo a maioria das trabalhadoras informais, com dificuldade de acesso a benefícios trabalhistas, as mudanças nas leis de trabalho nos atingem porque quando todo mundo perde, nós negras e indígenas perdemos ainda mais.

Querem também acabar com o direito à aposentadoria e nos fazer trabalhar até morrer. O golpista Temer tentará votar a Reforma da Previdência e a velhice de negros e negras, já tão precária, estará em piores condições.

Além disso, querem desengavetar a redução da maioria penal para aprisionar mais e mais nossos jovens, numa política de encarceramento que é parte do genocídio do nosso povo. Com a PEC 55, congelaram por 20 anos o investimento no SUS, onde 7 em cada 10 usuários são negras e negros. Tentam exterminar comunidades quilombolas e nações indígenas para tomar as terras para o agronegócio.

Não permitiremos nenhum retrocesso! Nenhum direito a menos!

### **Vamos ocupar todos os espaços nossos por direito!**

Vamos garantir o direito de sermos livres e donas de nossos corpos, sem nenhuma interferência de fundamentalistas de qualquer natureza. Marchamos pela construção de um novo marco civilizatório que seja antirracista, anticapitalista e que contemple as mulheres negras de forma estrutural. Não há mudança real que não passe por nós, mulheres negras!

Vamos fazer valer nossa luta pelo Bem Viver, aclamado por mulheres negras de todo Brasil na Marcha de 2015.

Somos Dandara, Aqualtune, Tereza, Luiza Mahin, Carolinas, Chicas, Laudelinas, Samoas, Luanas, Cláudias, Katianes, Matheusas e Marieles.

Somos luta e resistência, e uma sobe e puxa a outra, na certeza de que quando uma negra avança, ninguém fica para trás!

### **25 de julho: Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha**

**Dia de**

**Tereza de Benguela Rumo ao**

**Encontro Nacional de Mulheres +30**

## APÊNDICE A

### **Perguntas enviadas às colaboradas de pesquisa.**

- 1- Qual é o seu nome ou o modo que gosta de ser chamada?
  - 2- Qual é a sua idade?
  - 3- Como você se autodeclara racialmente? (Negra, Preta, Parda, Indígena, Outros)
  - 4- Que estado vive?
  - 5- Como está organizada no movimento de mulheres negras? (Faz parte de algum coletivo, organização, entidade ou partido? Há quanto tempo? Qual é a sua principal tarefa?)
  - 6 - Participou da construção da Marcha de 2015? (Sim? Não? Não, mas fui à Marcha)
  - 7- Participou ou construiu as marchas que ocorreram nos estados após 2015?
  - 8 - Entrou em contato com o Bem Viver
    - a) Na Marcha de 2015
    - b) Após a Marcha de 2015
  - 9- Conte como foi esse seu primeiro contato com o Bem Viver?
  - 10- Passado esse tempo, o que significa o Bem Viver na sua visão?
  - 11- Para você “Bem Viver” e “Bem-estar”
    - a. Significam o mesmo.
    - b. São opostos.
    - c. Complementares.
- Justifique brevemente:
- 12- Para você o Bem Viver está relacionado:
    - a. Horizonte onde as mulheres negras querem chegar
    - b. Experiências tradicionais indígenas
    - c. Uma utopia de uma nova sociedade
    - d. O “fazer”, nossa prática política e a maneira que nos relacionamos
    - e. A vida com qualidade: bom emprego, conforto e bens materiais
    - f. Cuidados com o corpo

- g. Todas acima
- h. Não sei.
- i. Outros

Caso tenha colocado “outro”, justifique brevemente:

13- Você enxerga relação entre o Bem Viver e as reivindicações do movimento de mulheres negras? Cite um exemplo.

14- Qual desses elementos dialogam com o conceito do Bem Viver na sua visão?

- a. O caráter comunitário e coletivo
- b. A forte relação com a natureza
- c. O respeito ao conhecimento ancestral e suas formas de organização
- d. A contraposição à lógica capitalista e desenvolvimentista que organiza a sociedade hoje
- e. Todas acima.
- f. Nenhum acima
- g. Outros

Caso tenha assinalado “Outros”, justifique brevemente:

15- Assinale abaixo quais sentenças fundamentam as ações realizadas por você e pelo coletivo quando elaboram o Bem Viver: (múltipla escolha)

- a. Autocuidado (corpo e mente)
- b. Cuidado com o coletivo
- c. Formação e autoformação como forma de fortalecimento
- d. Se movimentar no sentido de construir uma sociedade livre de exploração e de opressão
- e. Defesa da vida das mulheres negras como algo central
- f. Somos diversas e essa diversidade é bem-vinda e nos fundamenta
- g. Alianças com outros corpos vulnerabilizados: indígenas, imigrantes, transexuais, entre outros.
- h. Construção de um projeto de mundo para nós e para todes
- i. Valorização da nossa memória ancestral, popular (somos continuidade)

- j. Outra forma de ver e pensar a economia e a política
- k. Direito à terra, à cidade e ao território
- l. Outros

Caso tenha assinalado “Outros”, justifique brevemente:

16- Onde podemos encontrar o Bem Viver sendo trabalhado por você ou pelo coletivo que integra?

- a. Ele aparece citado explicitamente em nossos documentos, manifestos e atividades
- b. Ele pode ser visto na nossa prática política, nas bandeiras, e nos métodos
- c. Ele pode ser visto na forma como nos relacionamos entre nós
- d. Outros (Cite)

17- Pode dar exemplos de como o Bem Viver aparece nas ações, atividades e na maneira que estabelecem as relações?

18- Pode carregar exemplos de documentos, cartazes de atividades, manifestos que aparecem citam e articulam o Bem Viver no link abaixo? Encontre a pasta com a sua região e carregue o documento. Veja se é possível identificar o estado pelos dizeres da foto e documento.

19- Você já teve contato com textos acadêmicos sobre o Bem Viver?

## APÊNDICE B

### Quadro com códigos e unidades de registro utilizados no processo de codificação dedutiva

Códigos obtidos pelos arcabouço teórico	Unidades de registro (a palavra, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento ou o documento)	Exemplos nas narrativas do questionário	Frequência
Caráter comunitário/ coletivo	comunitário; coletiva; não-individual; comum, social		
Natureza como parte da comunidade	<a href="#">meio ambiente</a> ; natureza, comunidade, <a href="#">ecossistema</a> ; <a href="#">harmonia</a>		
Valorização dos saberes ancestrais	antepassado; ancestrais. saberes; antigo; conhecimentos, sabedoria; experiências; práticas, tradicionais; indígenas, africanos		
Contraponto ao capitalismo e à lógica desenvolvimentista	capitalismo; desenvolvimentista; desigualdades; socialismo; exploração		
Diversidade como riqueza civilizatória	<a href="#">experiências</a> ; <a href="#">práticas</a> , multiplicidade, diversidade, sociedade, civilização		

Tabela elaborada a fim de se identificar as unidades de registro que serão analisadas, inspirada em Bardin (1977)